ZONEAMENTO AMBIENTAL DAS SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS AFLUENTES MINEIROS DO MÉDIO RIO GRANDE

VOLUME 4

ZONEAMENTO DAS UNIDADES AMBIENTAIS, CENÁRIOS E DIRETRIZES GERAIS E ESPECÍFICAS

ZONEAMENTO AMBIENTAL DAS SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS AFLUENTES MINEIROS DO MÉDIO RIO GRANDE

ZONEAMENTO DAS UNIDADES AMBIENTAIS, CENÁRIOS E DIRETRIZES GERAIS E ESPECÍFICAS

Coordenador:

Eduardo Goulart Collares

Passos – MG
2013

TERMO DE CONVÊNIO

Em dezembro de 2009, foi firmado convênio entre a FESP/ADEBRAS e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais (SEMAD), com recursos do FHIDRO (Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais), para a execução do projeto "Zoneamento Ambiental das Sub-bacias Hidrográficas dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande". Convênio SEMAD: 13710104044809.

PARCEIROS DO PROJETO

Fundação de Ensino Superior de Passos – FESP/UEMG
Agência de Desenvolvimento Sustentável do Sudoeste Mineiro - ADEBRAS
Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande – CBH-GD7

SUPORTE FINANCEIRO

Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (FHIDRO)
Fundação de Ensino Superior de Passos – FESP/UEMG
Agência de Desenvolvimento Sustentável do Sudoeste Mineiro - ADEBRAS

FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE PASSOS

Presidente do Conselho Curador: Fábio Pimenta Esper Kallas

Vice-presidente: Manoel Reginaldo Ferreira

Membro: Frank Lemos Freire

Diretor Executivo: Dácio Lemos Martins

FACULDADES INTEGRADAS DO SUDOESTE MINEIRO – FESP

Diretor Geral e Acadêmico: Fábio Pimenta Esper Kallas

Diretor do Núcleo de Ciências Humanas e Sociais: Vivaldo Silvério de Souza Filho

Diretor do Núcleo de Ciências da Saúde: Tânia Maria Delfraro Carmo

Diretor do Núcleo de Educação: Anderson Jacob Rocha

Diretor do Núcleo de Tecnologia e Engenharias: Manoel Reginaldo Ferreira

Diretor do Núcleo de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão: Eduardo Goulart Collares

Z87 Zoneamento ambiental das sub-bacias hidrográficas dos afluentes mineiros do Médio Rio Grande [recurso eletrônico] : zoneamento das unidades ambientais, cenários e diretrizes gerais e específicas : volume 4 / Eduardo Goulart Collares organizador. – Passos, MG : EdiFesp, 2013.

620 p. : il., mapas, gráf., tab.

Obra em 4 volumes.

ISBN: 978-85-89286-40-4

1. Zoneamento ambiental. 2. Planejamento regional. 3. Recursos hídricos. I. Collares, Eduardo Goulart (Org.). II. Título.

CDD: 551.48
CDU: 556.51(815.6)

Catalogação na fonte
Bibliotecária: Gesiane Patrícia de Souza CRB6 1894

EQUIPE DO PROJETO

COORDENADOR GERAL

Prof. Dr. Eduardo Goulart Collares

PESQUISADORES

- Ana Carina Zanollo Biazotti Collares (Profª Drª)
- Odila Rigolin de Sá (Profª Drª)
- Hélcio Andrade (Prof. Dr.)
- Osni José Pejon (Prof. Dr.)
- Reinaldo Lorandi (Prof. Dr.)
- Tereza Cristina de Faria Kraüss Pereira (Profª Me.)
- Alessandro Francisco dos Santos (Prof. Esp.)
- Luciana Grilo Ricardino (Profª Esp.)
- Natália Ulhoa Freitas e Silva (Profª)
-.Sirleno Alves Pereira (Pesquisador Me)
- Norival França (Pesquisador Me)
- Pesquisador Me. Rômulo Faustino Magri (Pesquisador Me.)
- Francisco Pereira Landi (Pesquisador Esp.)
- Fernando Spadon (Pesquisador Esp.)
- Bruna Marques dos Santos (Pesquisadora)
- Camila Cerdeira Dias (Pesquisadora)
- Camila Natália Ramos de Almeida (Pesquisadora)
- Daniela Marchete Gomes (Pesquisadora)
- Fernanda Oliveira Reis (Pesquisadora)
- Leonardo Dias Fonseca (Pesquisador)

REVISÃO ORTOGRÁFICA

- Gisele Aparecida Ribeiro

ESTAGIÁRIOS E BOLSISTAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Amanda Francieli de Almeida
Ana Cláudia Pereira Carvalho
Ana Paula Pereira Carvalho
Brayan Pétrick de Souza
Bruna Marques dos Santos
Camila Cerdeira Dias
Camila Natália Ramos de Almeida
Daniela Marchete Gomes
Danielle Alves dos Santos
Douglas de Pádua Andrade
Elias Venâncio Chagas
Fábio Gonçalves de Lima Oliveira
Fernanda Oliveira Reis
Fernanda Resende Vilela
Hígor Luís Rodrigues Gonçalves
Isis Vianna Alves de Oliveira
Jéssica Avelar Silva
Jéssica Karyane da Silva
Joyce Ferreira de Carvalho
Leonardo Dias Fonseca
Leonardo José Batista Násser
Liz Abreu Denúbila
Marcelo Silveira Ribeiro
Marina Horta Maia
Poliana Cardoso Faleiros
Roberlei César Dal Sasso
Roberta Cristina Amâncio Vieira
Rodolfo Moreira Carvalho
Rômulo Amaral Faustini Magri
Talyta Aparecida Ávila
Thais Cristina Souza Lima
Thayna Karolina Gomes Fernandes

AGRADECIMENTOS

Expresso os meus sinceros agradecimentos:

- Ao Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) por acreditar no projeto e disponibilizar recursos para a sua execução, por meio do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (FHIDRO);

- À Fundação de Ensino Superior de Passos (FESP/UEMG), na figura do Presidente do Conselho Curador, Fábio Pimenta Esper Kallas, e do vice-presidente e Diretor do Núcleo de Tecnologia e Engenharias, Manoel Reginaldo Ferreira, por abrir as portas da instituição, prestar um grande apoio logístico e financeiro e absorver para si a grande causa defendida pelo projeto;

- À Agência de Desenvolvimento Sustentável do Sudoeste Mineiro (ADEBRAS), pelo apoio administrativo e por assumir a responsabilidade jurídica do projeto;

- Ao Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande (CBH-GD7) no nome do seu presidente, Francisco Pereira Landi, também participante do projeto, e todos os seus membros, por acreditar no projeto, apoiar em todos os momentos e por nos dar a certeza de que ele será efetivo na elaboração do plano diretor dos recursos hídricos;

- Aos funcionários, professores, e departamentos da FESP que, de alguma forma, contribuíram para o sucesso do projeto; em especial ao Departamento de Comunicação que contribuiu em muitos momentos nas atividades de publicidade e jornalismo e ao CPEX, Coordenação de Pesquisa e Extensão, por dividir conosco o “teto” e colaborar em todos os momentos;

- À FAPEMIG e aos Programas PAEx/UEMG e PAPq/EUMG por disponibilizarem bolsas de iniciação científica e extensão para alguns bolsistas do projeto;

- A algumas pessoas que, sem elas o projeto dificilmente seria viabilizado, onde destaco: Luiza de Marillac Moreira Camargos, então diretora do IGAM; Vanessa Coelho Naves, gestora do projeto no FHIDRO e o Deputado Estadual Antônio Carlos Arantes;

- Às empresas que colaboraram em algum momento com o projeto;

- Um agradecimento mais do que especial aos meus colegas de trabalho, pesquisadores, estagiários e bolsistas que, verdadeiramente, “fizeram a orquestra tocar”; eu fui apenas o maestro. Gostaria de citar alguns nomes que estiveram mais pertos de mim em muitos momentos, mas tenho receio de ser injusto com outros, então me resta dizer mais uma vez, dentre outras milhares . . . MUITO OBRIGADO! A construção deste trabalho dependeu muito mais de vocês que da minha contribuição pessoal.

Eduardo Goulart Collares

Coordenador

PREFÁCIO

FESP – Fundação de Ensino Superior de Passos (executora)

Minas Gerais é um Estado de características extraordinárias que representam perfeitamente o Brasil como um todo, com a região norte mais carente e árida, a região oeste mais agropecuarista e a região sul mais rica e de clima mais ameno. Minas é abundante em água com pequenos e grandes rios, córregos e cachoeiras e tem potencial para sustentabilidade e promoção do turismo de maneira sólida.

É necessário que o Estado tenha conhecimento e mapeamento de todas estas riquezas, para que possa planejar seu futuro de forma fundamentada e utilize seu potencial em favor deste crescimento.

Podemos dizer que Minas Gerais é o Estado que tem nas co*mmodities* sua principal fonte de renda, pois produzimos e extraímos muito minério de ferro, café e leite e compramos de volta estes mesmos produtos industrializados. Somos 1º mundo em produção e precisamos ser 1º mundo também em industrialização de nossos produtos básicos.

Os mesmos esforços para melhorar e aumentar a produção devem ser aplicados no processo de industrialização, gerando novas tecnologias, empregos e oportunidades, agregando valor aos nossos produtos básicos, fazendo com que nosso Estado deixe a dependência sobre os preços dos produtos que o mercado mundial comanda.

Além da capacidade de produção e da riqueza de seus minerais, vale lembrar que temos uma culinária tradicionalmente conhecida, completa, totalmente mineira, sendo um dos únicos Estados a ter esta diversidade nos seus pratos típicos, que se agrega ao turismo de campo, promovendo renda e empregabilidade para todas as regiões do Estado.

É costume dizer que em Minas Gerais onde se bate a enxada, encontra-se água, o que é uma verdade. Temos o privilégio de ser um dos maiores reservatórios de água doce do planeta. Nossos rios e cursos de água abastecem municípios, represas e usinas hidrelétricas.

Esta fartura facilita o desenvolvimento da pesca, como fonte de alimentação para todo o país. Na nossa região, no sudoeste mineiro, temos a grandiosidade do "Lago de Furnas" que se estende a mais de 200 km, criando condições de exploração das mais diversas formas. No entanto, precisamos perceber que esta possibilidade de geração de negócios precisa ser mais bem cuidada e profissionalizada, com ações imediatas em prol do tratamento de esgoto, dos resíduos sólidos urbanos das cidades como um todo, especialmente das cidades do entorno do lago.

O Parque da Canastra precisa de leis que o mantenha preservado, com cuidados especiais àqueles que já estavam em seus domínios na elaboração da lei e de sua demarcação. Minas é exuberante, é um Estado diversificado, tem um povo receptivo e amável, além de muito trabalhador.

E é nesta esteira que a FESP tem o orgulho de compartilhar com a comunidade, este importante estudo científico sobre a Bacia do Médio Rio Grande, cujo rigoroso diagnóstico servirá como base para a recuperação e preservação dos recursos hídricos em Minas Gerais.

Este trabalho, coordenado pelo professor Eduardo Collares, coordenador do Núcleo Acadêmico de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão da FESP, vem em atendimento a esta demanda de apresentar a Minas de nossa região como é, para que possamos planejar um futuro autossustentável, progressista e que todo nosso povo merece.

O Zoneamento Ambiental dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande reúne documentos cartográficos em um relevante e conclusivo banco de dados para que os gestores regionais tenham condições técnicas de desenvolver melhor o planejamento e o gerenciamento do uso da água de forma sustentável para atender à Política Estadual de Recursos Hídricos.

Para preservar toda esta riqueza, nossa equipe de pesquisadores da FESP, liderada pelo Prof Collares, formada por professores especialistas, mestres e doutores da FESP e estudantes de diversos cursos verificaram todos os aspectos que envolvem o uso da água em 22 municípios e nossa região.

O projeto Grande Minas União pelas Águas é realizado através de parceria entre Fundação de Ensino Superior de Passos (FESP), Agência de Desenvolvimento Sustentável do Sudoeste Mineiro (ADEBRAS) e Comitê de Bacia GD7, com recursos do FHIDRO - Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais, que investiu R$1 milhão nesta pesquisa.

A FESP em seu desafio de apoiar seus pesquisadores em todas as áreas do conhecimento, na produção de documentos que preparem para este futuro, que apresentam propostas de desenvolvimento tecnicamente bem fundamentadas, entende que sua missão está sendo cumprida. Uma missão de construção de tecnologias, de procedimentos inovadores para o bem estar humano, social e econômico.

A FESP se orgulha de abrigar em seus cursos homens e mulheres de alto conhecimento técnico, que colocam seu potencial em prol de nossa cidade e Estado.

A FESP se orgulha em ter nestes professores pesquisadores, desta feita com o Professor Doutor Eduardo Goulart Collares o modelo aos nossos alunos na provocação de um alunado questionador e com espírito investigativo. Acreditamos que nossa maior

contribuição, como professores, será entregar ao mercado e à sociedade, alunos com potencial para produzir trabalhos melhores que os que estamos produzindo neste momento.

A educação precisa ser entendida como um desafio constante e em evolução permanente e através dela e de nossos esforços podemos esperar um grande futuro, responsável, justo e de oportunidades iguais para todos.

Boa leitura

Professor Fabio Pimenta Esper Kallas

Presidente do Conselho Curador da FESP

ADEBRAS - Agência de Desenvolvimento Sustentável do Sudoeste Mineiro (proponente)

A ADEBRAS, proponente do Projeto de Zoneamento Ambiental do Médio Rio Grande, tendo como parceiros a FESP/UEMG e o CBH-GD7, entrega à sociedade regional mais um trabalho que passará a ser referência e ponto norteador de ações para ordenamento do desenvolvimento regional.

A ADEBRAS é uma Organização Não Governamental (ONG) constituída sob a forma de sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos e que tem por objetivos:

- Destacar a importância da defesa do Sudoeste Mineiro como espaço territorial privilegiado para ações de desenvolvimento econômico, ambiental e social;
- Fortalecer a identidade regional como bandeira apartidária para mobilização de lideranças regionais acima de interesses individuais;
- Contribuir direta e indiretamente para que ocorra, nas áreas de atuação da Agência, um processo de desenvolvimento com transformações produtivas, equidade social e sustentabilidade ambiental;
- Articular as ações do setor privado com as do setor público, em políticas, programas e projetos de desenvolvimento, que tenham interesse para as empresas regionais;
- Identificar e promover a organização dos arranjos produtivos, visando dar-lhes competitividade.

Cumprindo o seu papel, a ADEBRAS procura articular, em rede de cooperação e parcerias, as ações para o ordenamento do desenvolvimento regional, visando agregar esforços no intuito de potencializar os resultados para o Sudoeste Mineiro.

Em obediência a suas diretrizes e premissas o Projeto de Zoneamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Médio Rio Grande foi fruto de articulações entre a sociedade e governo, resultando em um documento preciso e com sugestões viáveis e inteligentes para a sustentabilidade da unidade de planejamento da Bacia hidrográfica do Médio Rio Grande.

A região do Sudoeste Mineiro, que tem a Bacia Hidrográfica do Médio Rio Grande como unidade de planejamento, com este projeto recebe diretrizes fundamentais para elaboração dos Planos Diretores Municipais. Para tanto, passa ser necessário que todos tomem ciência desse documento como ponto norteador de ações para o desenvolvimento.

João Jaguaribe Alencar de Moura
Presidente da ADEBRAS

CBH-GD7 – Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande

O Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande (CBH-GD7) é um colegiado com funções deliberativas e consultivas, instituído por Lei, no âmbito do Sistema Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos.

O Comitê de Bacia é constituído por representantes dos usuários de água, da sociedade civil, do poder público municipal e dos órgãos públicos estaduais que atuam na bacia e que tenham interesse no processo de Gestão Participativa da Bacia Hidrográfica.

Já é unânime considerar a bacia hidrográfica como uma “unidade de planejamento” e a Lei Federal n.º 9433/97 é inovadora, integrando entidades da sociedade civil, governos e empresas numa proposta de gestão compartilhada. O comitê tem a responsabilidade pelas diretrizes políticas que nortearão a gestão de seu território.

O CBH-GD7 definiu como prioridade conhecer a realidade dos recursos hídricos da bacia e seus condicionantes e, em conjunto com a FESP e a ADEBRAS, desenvolveram o Projeto de Zoneamento da Bacia Hidrográfica do Médio Rio Grande que teve aprovação do FHIDRO e, neste momento, apresentam à sociedade o resultado deste trabalho, que permitirá ao Comitê desenvolver o seu Plano de Recursos Hídricos fundamentado em bases que refletem a realidade regional.

Na oportunidade agradecemos a todos os membros do Comitê pelo apoio na consolidação do projeto, bem como à FESP e à ADEBRAS pelo sucesso da parceria.

Francisco Pereira Landi
Presidente CBH-GD7
Gestão 2010/2014

APRESENTAÇÃO

O Projeto Grande Minas - União pelas Águas apresenta o *Zoneamento Ambiental das Sub-bacias Hidrográficas dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande*. O projeto é fruto de uma parceria entre a Fundação de Ensino Superior de Passos (FESP/UEMG) e a Agência de Desenvolvimento Sustentável do Sudoeste Mineiro (ADEBRAS) e foi realizado com recursos do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (FHIDRO), por meio do convênio SEMAD Nº 1371010404809. Para facilitar a leitura deste trabalho, passaremos a denominar a área de estudo apenas como “Bacia do Médio Rio Grande” ou “área do Médio Rio Grande”.

A realização do Zoneamento Ambiental envolveu uma equipe multidisciplinar formada por mais de 50 pessoas, dentre pesquisadores, estagiários e bolsistas de iniciação científica. Participaram do projeto, especialistas, mestres e doutores das seguintes áreas: administração de empresas; agronomia; ciências biológicas; direito; engenharia ambiental; engenharia civil; geologia; jornalismo e publicidade; química.

Os produtos de todo o trabalho estão registrados em relatórios técnicos, dissertações de mestrado, monografias de Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação e artigos técnico-científicos publicados em periódicos e anais de eventos científicos. No total são mais uma centena de documentos técnico-científicos, resultantes dos três anos de atividades do projeto.

Esta publicação sumariza as atividades desenvolvidas e os principais resultados obtidos e foi dividida em quatro volumes. O Volume 1 compreende os princípios gerais adotados e a descrição de aspectos metodológicos de cada especificidade abordada. O Volume 2 apresenta os principais resultados referentes aos aspectos socioeconômicos e de uso e ocupação do solo ; o Volume 3 aborda resultados dos aspectos dos meios físico e biótico. Por fim, o Volume 4 compreende os resultados interpretativos referentes às fragilidades, potencialidades e o zoneamento das unidades ambientais, com apresentação de cenários e diretrizes gerais e específicas.

Os produtos obtidos serão destinados ao Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande (CBH-GD7) e às entidades e profissionais que se aderem à área ambiental e dos recursos hídricos. Além dos produtos impressos e digitais, o Projeto Grande Minas disponibiliza um portal, na internet, com as informações cartográficas e georreferenciadas produzidas.

SUMÁRIO DOS QUATRO VOLUMES

VOLUME 1 - Zoneamento Ambiental das Sub-Bacias Hidrográficas dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande: Aspectos Metodológicos

1 - Introdução
2 - Aspectos locacionais da área de estudo
3 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Princípios gerais utilizados no zoneamento do Médio Rio Grande
4 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Compartimentação em macrounidades e unidades ambientais
5 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Diagnóstico da Socioeconomia Municipal
6 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Diagnóstico do uso e ocupação do solo
7 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Diagnóstico das intervenções antrópicas pontuais e lineares
8 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Diagnóstico dos resíduos sólidos
9 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Diagnóstico do abastecimento de água e sistema de esgoto
10 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Diagnóstico do sistema viário
11 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Diagnóstico do uso dos recursos hídricos
12 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Percepção ambiental
13 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Diagnóstico da gestão ambiental nos municípios
14 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Clima
15 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Hidrografia e caracterização morfométrica
16 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Hidrologia
17 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Relevo
18 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Geologia
19 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Pedologia
20 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Mapeamento dos solos com enfoque geológico-geotécnico
21 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Análise da qualidade da água
22 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Cobertura florestal
23 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Suscetibilidade à erosão
24 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Suscetibilidade à inundação
25 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Fragilidade natural do terreno
26 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Potencial à produção rural

27 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Potencial à expansão urbana
28 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Cenários quanto aos resíduos sólidos
29 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Cenários quanto à cobertura florestal
30 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Cenários quanto à expansão urbana
31 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Zoneamento das unidades ambientais
32 - ASPECTOS METODOLÓGICOS: Diretrizes gerais e específicas
33- Referências

VOLUME 2 - Zoneamento Ambiental das Sub-Bacias Hidrográficas dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande: Aspectos Socioeconômicos

1 - Diagnóstico da socioeconomia municipal
2 - Diagnóstico do sistema viário
3 - Diagnóstico do uso e ocupação do solo
4 - Diagnóstico do abastecimento de água e esgoto
5 - Diagnóstico dos resíduos sólidos
6 - Diagnóstico das intervenções antrópicas pontuais e lineares
7 - Diagnóstico do uso dos recursos hídricos
8 - Percepção ambiental
9 - Diagnóstico da gestão ambiental nos municípios
10 – Referências

VOLUME 3 - Zoneamento Ambiental das Sub-Bacias Hidrográficas dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande: Aspectos dos Meios Físico e Biótico

1 - Clima
2 - Macrounidades e Unidades Ambientais
3 - Análise Morfométrica
4 - Análise Hidrológica
5 - Caracterização do Relevo
6 - Geologia
7 - Pedologia
8 - Materiais Inconsolidados
9 - Mapa de Unidades Texturais
10 - Análise da Qualidade da Água
11 - Cobertura Florestal
12 - Referências

VOLUME 4 - Zoneamento Ambiental das Sub-Bacias Hidrográficas dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande: Zoneamento das Unidades Ambientais, Cenários e Diretrizes Gerais e Específicas

1 - Suscetibilidade à erosão
2 - Suscetibilidade à inundação
3 - Fragilidade natural do terreno
4 - Potencial à produção rural
5 - Potencial à expansão urbana
6 - Cenários quanto aos resíduos sólidos
7 - Cenários quanto à cobertura florestal
8 - Cenários quanto à expansão urbana
9 - Zoneamento das unidades ambientais
10 - Diretrizes gerais e específicas
11 - Referências
Apêndice

ÍNDICE DO VOLUME 4

1. SUSCETIBILIDADE À EROSÃO 27

1.1. Suscetibilidade à erosão x Inventário de feições erosivas 31

1.2. Suscetibilidade à erosão x Uso e ocupação 32

1.3. Análise por macrounidade 34

2. SUSCETIBILIDADE À INUNDAÇÃO 50

2.1. Carta de suscetibilidade morfométrica e hidrológica das unidades ambientais ao desenvolvimento de inundações 52

2.2. Mapeamento de áreas críticas quanto à ocorrência de inundações 59

2.3. Classificação das unidades ambientais quanto à ocorrência de planícies de inundação 60

2.4. Classificação das unidades ambientais susceptíveis à inundação 63

3. FRAGILIDADE NATURAL DO TERRENO 64

4. POTENCIAL À PRODUÇÃO RURAL 68

4.1. Áreas inaptas 69

4.2. Suscetibilidade à erosão 72

4.3. Carta de potencialidade natural 72

4.4. Carta de adequabilidade do meio físico à produção rural 75

4.5. Carta de potencial à produção rural 77

4.6. Classificação das unidades ambientais quanto ao potencial à produção rural 79

5. POTENCIAL À EXPANSÃO URBANA 81

6. CENÁRIOS QUANTO AOS RESÍDUOS SÓLIDOS 98

6.1. Cenário Tendencial 108

6.1.1. Grupo Controle Ambiental 108

6.1.2. Grupo gestão e operação municipal 111

6.1.3. UTC 114

6.1.4. Localização 118

6.1.5. Cenário tendencial em uma análise detalhada nos municípios 119

6.2. Ações de reestruturação dos sistemas e cenário alternativo 1 132

6.3. Ações consolidadas e cenário alternativo 2 140

7. CENÁRIO QUANTO À COBERTURA FLORESTAL 147

7.1. Cenário Desejado 148

7.2. Cenário paliativo 149

7.3. Análise dos cenários por município e por macrounidade ambiental 151
7.3.1. Análise dos cenários por município 151
7.3.2. Análise dos cenários dentro das macrounidades 157

8. CENÁRIO QUANTO À EXPANSÃO URBANA 165

9. ZONEAMENTO DAS UNIDADES AMBIENTAIS 186

10. DIRETRIZES GERAIS E ESPECÍFICAS 191

10.1. Diretrizes Gerais 192
10.1.1. Com relação ao uso dos recursos hídricos 192
10.1.2. Com relação ao controle dos processos erosivos 193
10.1.3. Com relação ao controle de inundações 194
10.1.4. Com relação ao crescimento urbano 195
10.1.5. Com relação à preservação de áreas florestadas e campo cerrado 196
10.1.6. Com relação às atividades modificadoras (indústrias, obras de infraestrutura, minerações, aterro de resíduos, etc) 197
10.1.7. Com relação às atividades agropecuárias 198

10.2. Diretrizes específicas 198

11. REFERÊNCIAS 206

APÊNDICE 208

Fichas sínteses das unidades ambientais 208

(em CD anexo) 208

LISTA DE FIGURAS

Capítulo 1

Figura 1. 1 - Percentual de cada classe de suscetibilidade à erosão em relação à área de estudo. 28
Figura 1. 2 - Carta de Suscetibilidade à Erosão da Bacia do Médio Rio Grande. 30

1.1. Suscetibilidade à erosão x Inventário de feições erosivas

Figura 1.1. 1 - Tipos de processos erosivos que ocorrem na área. 31

1.2. Suscetibilidade à erosão x Uso e Ocupação

Figura 1.2. 1 - Distribuição das classes de alta e muito alta suscetibilidade à erosão nos diferentes tipos de uso e ocupação do solo. 33

1.3. Análise por macrounidade

Figura 1.3. 1 - Mapa de Criticidade das macrounidades em relação à área de processos erosivos. 37
Figura 1.3. 2 - (A e B) Concentração de sulcos em estágio incipiente. 38
Figura 1.3. 3 - (A e B) Ravinas ativas em estágio de evolução médio. 39
Figura 1.3. 4 - (A e B) Ravinas com sinais de estabilização em estágio de evolução médio. 40
Figura 1.3. 5 - (A) Ravina evoluindo para voçoroca; (B) Voçoroca com maior área; e (C) Voçoroca com maior profundidade. 42
Figura 1.3. 6 - Feição erosiva intensamente vegetada. 43
Figura 1.3. 7 - Concentração de sulcos. 44
Figura 1.3. 8 - Ravina com indícios de estabilização. 44
Figura 1.3. 9 - Voçoroca ativa (A e B). 45
Figura 1.3. 10 - Voçoroca com surgência de água. 46
Figura 1.3. 11 - Sedimentos e vegetação de voçoroca. 46
Figura 1.3. 12 - Voçoroca. 47
Figura 1.3. 13 - Ravina em estado ativo. 48
Figura 1.3. 14 - Voçoroca com vegetação rasteira. 49

Capítulo 2

2.1. Carta de suscetibilidade morfométrica e hidrológica das unidades ambientais ao desenvolvimento de inundações

Figura 2.1. 1 - Carta de Classificação das Unidades Ambientais quanto a Vazão de Cheia com Período de Retorno de 50 anos. 53
Figura 2.1. 2 - Carta de Classificação das Unidades Ambientais quanto ao Fator Topográfico. 54

Figura 2.1. 3 - Carta Intermediária resultante do cruzamento da Carta de Classificação das Unidades Ambientais quanto a Vazão de Cheia com Período de Retorno de 50 e da Carta de Classificação das Unidades Ambientais quanto ao Fator Topográfico. 55
Figura 2.1. 4 - Carta de Classificação das unidades ambientais quanto a Chuvas Intensas com Período de retorno de 50 anos. 57
Figura 2.1. 5 - Carta de Suscetibilidade morfométrica e hidrológica das Unidades Ambientais ao desenvolvimento de Inundações. 58

2.2. Mapeamento de áreas críticas quanto à ocorrência de inundações

Figura 2.2. 1 - Mapeamento de Áreas Críticas quanto à ocorrência de inundações. 59

2.3. Classificação das unidades ambientais quanto à ocorrência de planícies de inundação

Figura 2.3. 1 - Carta de Classificação das Unidades Ambientais quanto ao percentual de área ocupada por Planícies de Inundação. 60
Figura 2.3. 2 - Carta de Classificação das Unidades Ambientais quanto a área (km²) de Planícies de Inundação. 61
Figura 2.3. 3 - Carta de Classificação das Unidades Ambientais quanto à ocorrência de Planícies de Inundação. 62

2.4. Classificação das unidades ambientais susceptíveis à inundação

Figura 2.4. 1 - Carta de Classificação das Unidades Ambientais susceptíveis a inundação. 63

Capítulo 3

Figura 3. 1 - Carta de Fragilidade Natural do Terreno da Bacia do Médio Rio Grande. 65
Figura 3. 2 - Classificação das unidades ambientais quanto à fragilidade natural do terreno. 67

Capítulo 4

4.1. Áreas inaptas

Figura 4.1. 1 - Percentual de área por Áreas de Preservação Permanente (APP) na Bacia do Médio Rio Grande. 69
Figura 4.1. 2 - Mapa de áreas inaptas da Bacia do Médio Rio Grande. 71

4.3. Carta de potencialidade natural

Figura 4.3. 1 - Mapa da média anual referente ao Índice de Umidade da Bacia do Médio Rio Grande. 73
Figura 4.3. 2 - Carta de Potencialidade Natural da Bacia do Médio Rio Grande. 74

4.4. Carta de adequalidade do meio físico à produção rural

Figura 4.4. 1 - Carta de Adequabilidade do Meio Físico à Produção Rural da área da Bacia do Médio Rio Grande. 76
Figura 4.4. 2 - Quantificação das classes de adequabilidade do meio físico à produção rural (km²) da Bacia do Médio Rio Grande. 77
Figura 4.4. 3 - Percentual das classes de adequabilidade do meio físico à produção rural (km²) da Bacia do Médio Rio Grande. 77

4.5. Carta de potencial à produção rural

Figura 4.5. 1 - Carta de Potencial à Produção Rural da Bacia do Médio Rio Grande. 78

4.6. Classificação das unidades ambientais quanto ao potencial à produção rural

Figura 4.6. 1 - Classificação do Potencial à Produção Rural por unidades ambientais da Bacia do Médio Rio Grande. 80

Capítulo 5

Figura 5. 1 - Carta de Potencial à Expansão Urbana. 83
Figura 5. 2 - Potencial à Expansão Urbana no município de Alpinópolis. 84
Figura 5. 3 - Potencial à Expansão Urbana no município de Bom Jesus da Penha. 84
Figura 5. 4 - Potencial à Expansão Urbana no município de Capetinga. 85
Figura 5. 5 - Potencial à Expansão Urbana no município de Cássia. 85
Figura 5. 6 - Potencial à Expansão Urbana no município de Claraval. 86
Figura 5. 7 - Potencial à Expansão Urbana no município de Delfinópolis. 86
Figura 5. 8 - Potencial à Expansão Urbana no município de Delfinópolis - Distrito Olhos d´água da Canastra. 87
Figura 5. 9 - Potencial à Expansão Urbana no município de Delfinópolis - Distrito Ponte Alta. 87
Figura 5. 10 - Potencial à Expansão Urbana no município de Fortaleza de Minas. 88
Figura 5. 11 - Potencial à Expansão Urbana no município de Ibiraci. 88
Figura 5. 12 - Potencial à Expansão Urbana no município de Ibiraci - Bairro Laje. 89
Figura 5. 13 - Potencial à Expansão Urbana no município de Itamogi. 89
Figura 5. 14 - Potencial à Expansão Urbana no município de Itaú de Minas. 90
Figura 5. 15 - Potencial à Expansão Urbana no município de Jacuí. 90
Figura 5. 16 - Potencial à Expansão Urbana no município de Nova Resende. 91
Figura 5. 17 - Potencial à Expansão Urbana no município de Nova Resende - Distrito Petúnia. 91
Figura 5. 18 - Potencial à Expansão Urbana no município de Passos. 92
Figura 5. 19 - Potencial à Expansão Urbana no município de Pratápolis. 92
Figura 5. 20 - Potencial à Expansão Urbana no município de São João Batista do Glória. 93
Figura 5. 21 - Potencial à Expansão Urbana no município de São José da Barra. 93
Figura 5. 22 - Potencial à Expansão Urbana no município de São Pedro da União. 94
Figura 5. 23 - Potencial à Expansão Urbana no município de São Sebastião do Paraíso. 94
Figura 5. 24 - Potencial à Expansão Urbana no município de São Sebastião do Paraíso - Distrito Guardinha. 95
Figura 5. 25 - Potencial à Expansão Urbana no município de São Tomás de Aquino. 95

Figura 5. 26 - Potencial à Expansão Urbana em cada município (%). 96
Figura 5. 27 - Classificação das unidades ambientais quanto à Expansão Urbana. 97

Capítulo 6

Figura 6. 1 - Classificação dos grupos controle ambiental, gestão e operação municipal, UTC e localização avaliados nos municípios do Médio Rio Grande. 99

Capítulo 7

7.1. Cenário Desejado

Figura 7.1. 1 - Corredores ecológicos definidos no Cenário Desejado da Bacia do Médio Rio Grande (em vermelho). 148
Figura 7.1. 2 - Comparação entre a área do cenário atual e a área do cenário desejado. 149

7.2. Cenário Paliativo

Figura 7.2. 1 - Comparação entre a área do cenário atual e a área do cenário paliativo. 149
Figura 7.2. 2 - Corredores florestais do Cenário Paliativo da Bacia do Médio Rio Grande (em azul). 150

7.3. Análise dos cenários por município e por macrounidade ambiental

Figura 7.3. 1 - Área de fragmentos florestais nos municípios separados por cenário. 153
Figura 7.3. 2 - Percentual de área ocupada por fragmentos florestais nos municípios separados por cenário. 154
Figura 7.3. 3 - Classificação dos municípios quanto ao incremento de cobertura florestal, considerando o cenário desejado. 156
Figura 7.3. 4 - Classificação dos municípios quanto ao incremento de cobertura florestal, considerando o cenário paliativo. 156
Figura 7.3. 5 - Área de fragmentos florestais nas macrounidades ambientais separados por cenário. 160
Figura 7.3. 6 - Área de fragmentos florestais na macrounidade MB[13] separados por cenário. 160
Figura 7.3. 7 - Percentual de área ocupada por fragmentos florestais nas macrounidades separados por cenário. 161
Figura 7.3. 8 - Percentual de área ocupada por fragmentos florestais na macrounidade MM[32] separados por cenário. 161
Figura 7.3. 9 - Classificação das macrounidades quanto ao incremento de cobertura florestal, considerando o cenário desejado. 163
Figura 7.3. 10 - Classificação das macrounidades quanto ao incremento de cobertura florestal, considerando o cenário paliativo. 164

Capítulo 8

Figura 8. 1 - Mapa de Cenário Tendencial quanto ao avanço das ocupações urbanas. 167
Figura 8. 2 - Cenário Tendencial nos municípios de Alpinópolis, Bom Jesus da Penha, Capetinga, Cássia, Claraval e Delfinópolis. 168

Figura 8. 3- Cenário Tendencial nos municípios de Delfinópolis - Distrito Olhos d'Água e Delfinópolis - Distrito Ponte Alta, Fortaleza de Minas, Ibiraci, Ibiraci - Bairro Laje, Itamogi. 169
Figura 8. 4 - Cenário Tendencial nos municípios de Itaú de Minas, Jacuí, Nova Resende e Nova Resende - Distrito Petúnia, Passos e Pratápolis. 170
Figura 8. 5 - Cenário Tendencial nos municípios de São João Batista do Glória, São José da Barra, São Pedro da União, São Sebastião do Paraíso e São Sebastião do Paraíso - Distrito Guardinha e São Tomás de Aquino. 171
Figura 8. 6 - Mapa de Cenário Desejável quanto ao avanço das ocupações urbanas. 172
Figura 8. 7 - Cenário Desejável no município de Alpinópolis. 173
Figura 8. 8 - Cenário Desejável no município de Bom Jesus da Penha. 173
Figura 8. 9 - Cenário Desejável no município de Capetinga. 174
Figura 8. 10 - Cenário Desejável no município de Cássia. 174
Figura 8. 11 - Cenário Desejável no município de Claraval. 175
Figura 8. 12 - Cenário Desejável no município de Delfinópolis. 175
Figura 8. 13 - Cenário Desejável no município de Delfinópolis - Distrito Olhos d'Água da Canastra. 176
Figura 8. 14 - Cenário Desejável no município de Delfinópolis - Distrito Ponte Alta. 176
Figura 8. 15 - Cenário Desejável no município de Fortaleza de Minas. 177
Figura 8. 16 - Cenário Desejável no município de Ibiraci. 177
Figura 8. 17 - Cenário Desejável no município de Ibiraci - Bairro Laje. 178
Figura 8. 18 - Cenário Desejável no município de Itamogi. 178
Figura 8. 19 - Cenário Desejável no município de Itaú de Minas. 179
Figura 8. 20 - Cenário Desejável no município de Jacuí. 179
Figura 8. 21 - Cenário Desejável nos municípios de Nova Resende. 180
Figura 8. 22 - Cenário Desejável no município de Nova Resende - Distrito Petúnia. 180
Figura 8. 23 - Cenário Desejável no município de Passos. 181
Figura 8. 24 - Cenário Desejável no município de Pratápolis. 181
Figura 8. 25 - Cenário Desejável no município de São João Batista do Glória. 182
Figura 8. 26 - Cenário Desejável no município de São José da Barra. 182
Figura 8. 27 - Cenário Desejável no município de São Pedro da União. 183
Figura 8. 28 - Cenário Desejável no município de São Sebastião do Paraíso. 183
Figura 8. 29 - Cenário Desejável no município de São Sebastião do Paraíso - Distrito Guardinha. 184
Figura 8. 30 - Cenário Desejável no município de São Tomás de Aquino. 184

Capítulo 9

Figura 9. 1 - Carta de Zoneamento Geral das Unidades Ambientais. 188
Figura 9. 2 - Número e o percentual de unidades ambientais por classe de prioridade. 189
Figura 9. 3 - Número de unidades ambientais por classe de prioridade na macrounidade MB[13] 189

LISTA DE TABELAS

Capítulo 1

Tabela 1. 1 - Intervalos de valores dos pixels e suas respectivas classes de suscetibilidade à erosão. 28
Tabela 1. 2 - Distribuição das classes de suscetibilidade à erosão na Bacia do Médio Rio Grande. 31

1.1. Suscetibilidade à erosão x Inventário de feições erosivas

Tabela 1.1. 1 - Ocorrência de processos erosivos nas classes de suscetibilidade à erosão. 32

1.2. Suscetibilidade à erosão x Uso e Ocupação

Tabela 1.2. 1 - Tabulação cruzada entre a Carta de Suscetibilidade à Erosão e o Mapa de Uso e Ocupação. 32
Tabela 1.2. 2 - Distribuição percentual das classes de suscetibilidade à erosão em relação à área total de cada tipo de uso e ocupação do terreno. 34

1.3. Análise por macrounidade

Tabela 1.3. 1 - Distribuição percentual das classes de suscetibilidade à erosão nas macrounidades. 35
Tabela 1.3. 2 - Dados referentes aos processos erosivos ocorrentes nas macrounidades. 36
Tabela 1.3. 3 - Intervalos de valores e suas respectivas classes de criticidade. 36
Tabela 1.3. 4 - Macrounidades que se destacam em relação à suscetibilidade e à ocorrência de processos erosivos. 37

Capítulo 3

Tabela 3. 1 - Área abrangida, em km², pelas classes de fragilidade natural do terreno na Bacia do Médio Rio Grande. 66
Tabela 3. 2 - Número de unidades ambientais por classe de fragilidade natural. 66

Capítulo 4

4.1. Áreas inaptas

Tabela 4.1. 1- Quantificação,em km², da área total da Bacia ocupada com APP. 69
Tabela 4.1. 2 - Quantificação, em km², de áreas preservadas na região do Médio Rio Grande. 70
Tabela 4.1. 3 - Quantificação, em km², de áreas consideradas inaptas, com exceção das áreas de APP e áreas preservadas na Bacia do Médio Rio Grande. 70

4.2. Suscetibilidade à erosão

Tabela 4.2. 1 - Classes, quantificação e percentual das áreas classificadas quanto à suscetibilidade à erosão na Bacia do Médio Rio Grande..... 72

4.3. Carta de potencialidade natural

Tabela 4.3. 1 - Quantificação e percentual das classes de potencialidade natural apresentadas na Bacia do Médio Rio Grande. 75

4.5. Carta de potencial à produção rural

Tabela 4.5. 1 - Dados quantitativos e percentuais das classes de potencial à produção rural da Bacia do Médio Rio Grande. 79

4.6. Classficação das unidades ambientais quanto ao potencial à produção rural

Tabela 4.6. 1 - Quantidade de unidades ambientais por classe de potencial à produção rural. 79

Capítulo 5

Tabela 5. 1 - Classes de potencial à expansão urbana. 82
Tabela 5. 2 - Potencial à Expansão Urbana em cada município (km²). 96

Capítulo 6

Tabela 6. 1 - Cenário atual em uma análise mais detalhada nos municípios do Médio Rio Grande. 101

6.1. Cenário Tendencial

Tabela 6.1. 1 - Cenário Tendencial nos municípios do Médio Rio Grande..... 119

6.2. Ações de reestruturação dos sistemas e cenário alternativo 1

Tabela 6.2. 1 - Cenário Alternativo 1, referente aos municípios do Médio Rio Grande. 134

6.3. Ações consolidadas e cenário alternativo 2

Tabela 6.3. 1 - Cenário Alternativo 2 referente aos municípios do Médio Rio Grande. 141

Capítulo 7

7.3. Análise dos cenários por município e por macrounidade ambiental

Tabela 7.3. 1 - Dados, por município, referentes à cobertura florestal no Cenário Atual. 151
Tabela 7.3. 2 - Dados, por município, referentes à cobertura florestal no Cenário Desejado. 152
Tabela 7.3. 3 - Dados, por município, referentes à cobertura florestal no Cenário Paliativo. 152
Tabela 7.3. 4 - Incremento de áreas florestadas nos municípios considerando os cenários desejado e paliativo. 154
Tabela 7.3. 5 - Classes utilizadas quanto ao incremento de florestas. 155
Tabela 7.3. 6 - Dados, por macrounidade, referentes à cobertura florestal no Cenário Atual. 157
Tabela 7.3. 7 - Dados, por macrounidade, referentes à cobertura florestal no Cenário Desejado. 158
Tabela 7.3. 8 - Dados, por macrounidade, referentes à cobertura florestal no Cenário Paliativo. 159
Tabela 7.3. 9 - Incremento de florestas nas macrounidades. 162

Capítulo 8

Tabela 8. 1 - Área das ocupações urbanas nos anos de 1984, 2009 e área projetada para o ano de 2034. 166
Tabela 8. 2 - Tabela referente ao percentual de área de Potencial para a Expansão Urbana ocupada no Cenário Tendencial e Cenário Desejável. 185

Capítulo 9

Tabela 9. 1 - Número e o percentual de unidades ambientais por classe de prioridade. 190

Capítulo 10

10.2. Diretrizes Específicas

Tabela 10.2. 1 - Relação de aspectos ambientais considerados Altamente Relevantes e diretrizes específicas a eles relacionadas. 199
Tabela 10.2. 2 - Relação de aspectos ambientais considerados Relevantes e diretrizes específicas a eles relacionadas. 201

1. SUSCETIBILIDADE À EROSÃO

Rômulo Amaral Faustino Magri
Osní José Pejon
Amanda Francieli de Almeida
Eduardo Goulart Collares



A avaliação do terreno quanto à suscetibilidade à erosão envolveu um conjunto de aspectos do meio físico da área de estudo e foi realizada com base em um extenso levantamento de campo e uso de técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento, conforme descrito no Capítulo 23 do Volume 1 desta publicação. Optou-se pela utilização de três classes de suscetibilidades: Baixa, Média e Alta. O arquivo matricial de saída, resultante das técnicas de geoprocessamento utilizadas (descritas no Capítulo 23 do Vol. 1), apresentou pixels com valores de 238,36 a 3065,60. Estes valores foram classificados de acordo com o método de Quebras Naturais (*Natural Breaks*), e resultou nas três classes de suscetibilidade à erosão, conforme mostra a Tabela 1.1.

Tabela 1. 1 - Intervalos de valores dos pixels e suas respectivas classes de suscetibilidade à erosão.

Intervalos de Valores dos Pixels	*Classes de Suscetibilidade à Erosão*
< 854,70	Baixa
854,70 – 1.540,84	Média
> 1.540,84	Alta

A Figura 1.1 apresenta a distribuição percentual de cada classe de suscetibilidade à erosão na área de estudo. Nota-se que há o predomínio de áreas com média suscetibilidade à erosão, pois 53,48% da área total mapeada é ocupada por esta classe, o que representa 5078,60 km² (Tabela 1.2), ao passo que as áreas com alta suscetibilidade à erosão correspondem apenas a 14,14% da área total. A Carta de Suscetibilidade à Erosão obtida é apresentada na Figura 1.2.

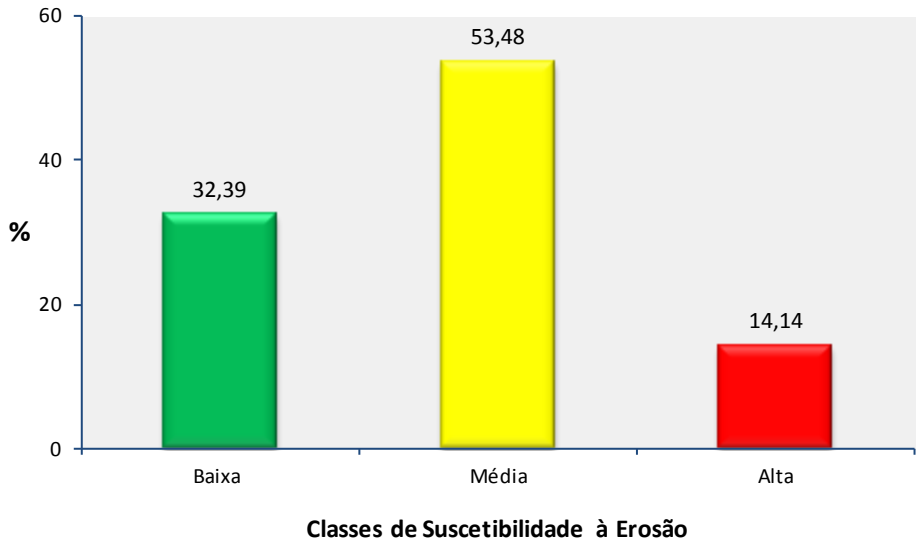


Figura 1. 1 - Percentual de cada classe de suscetibilidade à erosão em relação à área de estudo.

As áreas com baixa suscetibilidade à erosão ocupam 3075,84 km² (32,39% da área total mapeada), concentram-se principalmente nas porções sudoeste e noroeste da área de estudo, e estão associadas, principalmente, a materiais inconsolidados bem evoluídos, com notável presença da fração argila. Nestas áreas o substrato rochoso é constituído por basaltos e diabásios da Formação Serra Geral.

As áreas compostas por relevos de serras, localizadas na porção norte da área de estudo, apesar de possuírem altas declividades, o que favorece o escoamento superficial, apresentam baixa suscetibilidade à erosão, pois os materiais geológicos que as constituem não favorecem o desenvolvimento de processos erosivos de grande porte.

As áreas com alta suscetibilidade à erosão concentram-se, principalmente, nas regiões onde os materiais inconsolidados são espessos e bastante arenosos e, estão sobrepostos aos arenitos das Formações Aquidauana e Botucatu. Nestas regiões o relevo é composto por colinas e morros com encostas suavizadas que fazem parte dos relevos com declividades mais suaves, no entanto, o que favorece a suscetibilidade à erosão destas áreas são os materiais geológicos que as constituem.

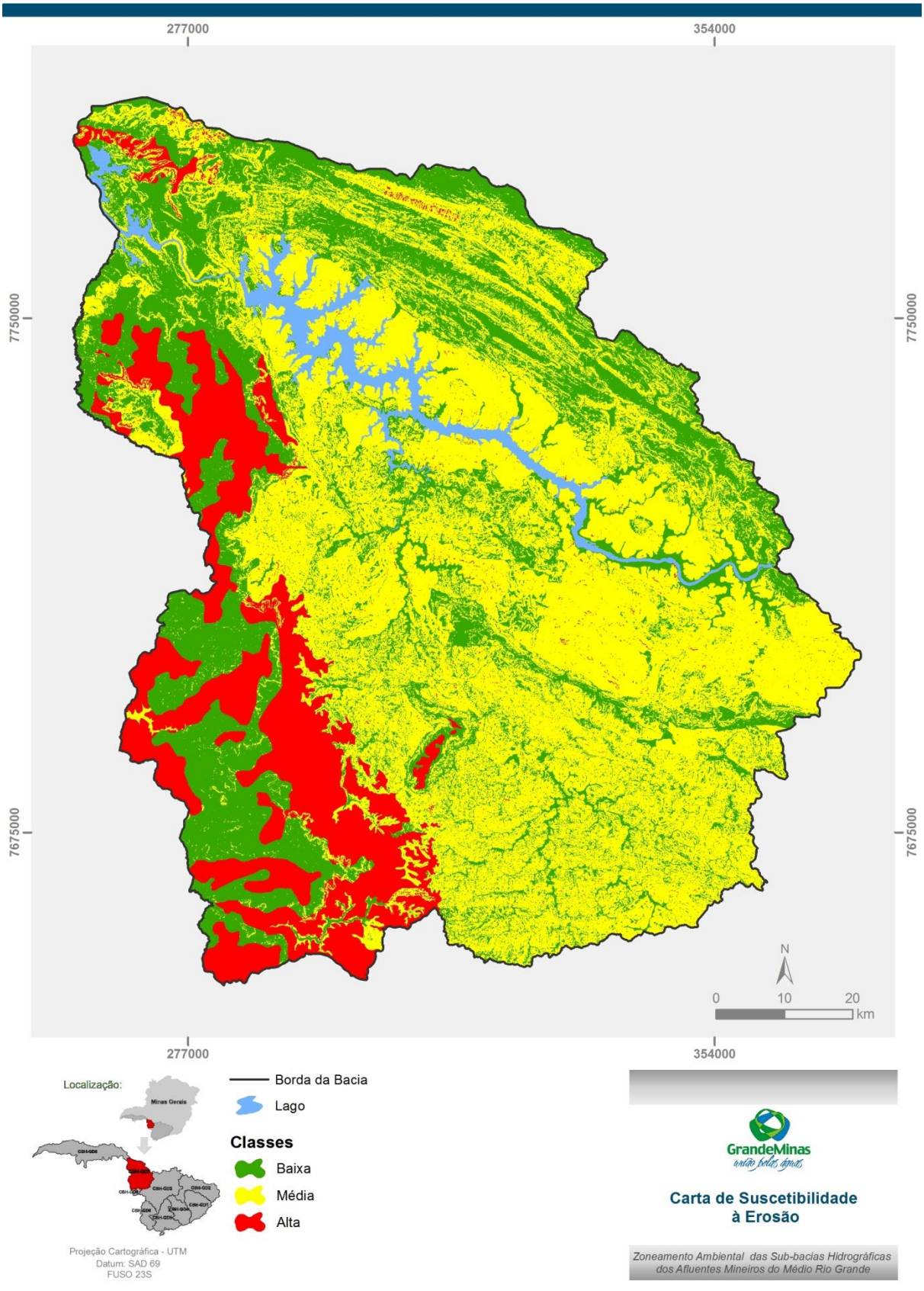


Figura 1. 2 - Carta de Suscetibilidade à Erosão da Bacia do Médio Rio Grande.

Tabela 1. 2 - Distribuição das classes de suscetibilidade à erosão na Bacia do Médio Rio Grande.

Classe	Área (km²)	%
Baixa	3075,74	32,4
Média	5078,6	53,5
Alta	1342,64	14,1
Total	**9496,98**	**100**

1.1. Suscetibilidade à erosão x Inventário de feições erosivas

Por meio da interpretação de imagens de satélite Alos, foram identificados os possíveis focos de processos erosivos e estes foram avaliados *in loco*. Foram encontrados 136 processos erosivos, que juntos perfazem uma área de 2,38 km². Na Figura 1.1.1 é possível observar os tipos de processos que ocorrem na área.

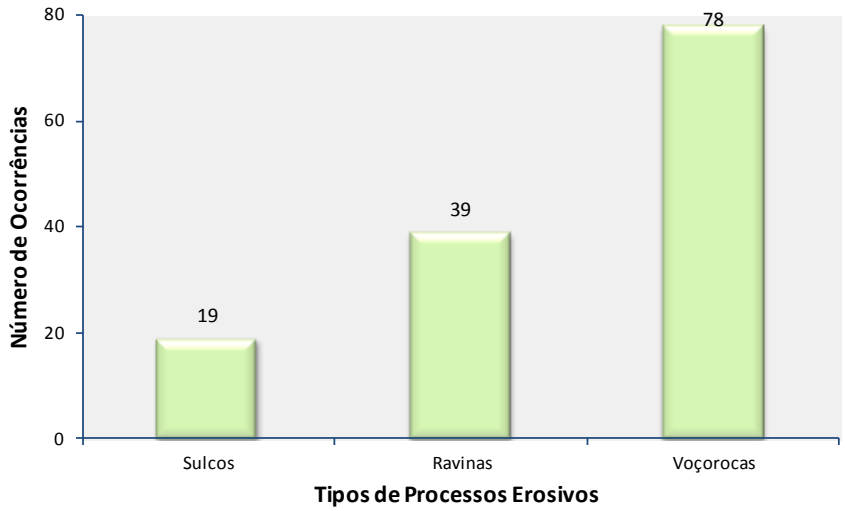


Figura 1.1. 1 - Tipos de processos erosivos que ocorrem na área.

Os dados de inventário foram plotados sobre a Carta de Suscetibilidade à Erosão obtida, o que permite a verificação de que esta carta retrata bem o comportamento do meio físico frente à potencialidade de desencadeamento de processos erosivos lineares de grande porte. Verifica-se, na Tabela 1.1.1, que das 77 voçorocas existentes na área, 62 (80% aproximadamente) ocorrem em áreas com alta suscetibilidade à erosão.

Tabela 1.1. 1 - Ocorrência de processos erosivos nas classes de suscetibilidade à erosão.

Número de ocorrências	Baixa	Média	Alta
Sulcos	9	7	3
Ravinas	3	24	12
Voçorocas	2	14	62
Total	**14**	**45**	**77**

1.2. Suscetibilidade à erosão x Uso e ocupação

A Carta de Suscetibilidade à Erosão produzida levou em conta somente atributos do meio físico, assim a mesma não reflete a influência antrópica na ocorrência dos processos erosivos e, sim, a suscetibilidade natural da área.

Este produto cartográfico, de uma forma simplificada, indica quais são as áreas em que se deve ter um controle mais rígido do uso e ocupação do solo para prevenir o desencadeamento de processos erosivos de grande porte, ou seja, auxilia no planejamento ambiental e na definição de medidas a serem tomadas.

Para observar a distribuição da ocorrência das classes de suscetibilidade à erosão nos diferentes tipos de uso e ocupação da área, foi realizada uma tabulação cruzada entre a Carta de Suscetibilidade à Erosão e o Mapa de Uso e Ocupação, conforme apresenta a Tabela 1.2.1.

Tabela 1.2. 1 - Tabulação cruzada entre a Carta de Suscetibilidade à Erosão e o Mapa de Uso e Ocupação.

Tipos de Uso e Ocupação	Área (km²) Ocupada pelas Classes de Suscetibilidade à Erosão			
	Baixa	Média	Alta	Total
Área Agrícola	1019,52	1684,92	647,47	3351,91
Vegetação Natural	1226,3	1698,96	285,63	3210,88
Área Urbana	15,41	35,95	18,49	69,85
Atividade Pontual(1)	5,9	8,04	3,87	17,82
Pastagem	799,65	1637,64	381,19	2818,48
Solo Exposto	8,97	13,09	5,99	28,05
Total	**3075,74**	**5078,6**	**1342,64**	**9496,98**

(1) Aeroporto, Subestação de energia, Indústria, Hidroelétrica e PCH (Pequena Central Hidroelétrica).

A classe de alta suscetibilidade à erosão ocorre principalmente nas áreas com atividades agrícolas (48,22% do total da classe), em seguida nas áreas de pastagem

(28,39% do total da classe) e 21,27% do total da classe ocorre em áreas com vegetação natural, conforme mostra a Figura 1.2.1. Nas áreas agrícolas e de pastagens devem ser utilizadas técnicas de manejo visando à proteção dos solos, pois se forem deflagrados processos erosivos nestas áreas, estes serão de grandes proporções, pois os fatores naturais aliados às práticas inadequadas de manejo favorecem a evolução destes processos. As áreas de vegetação natural devem ser preservadas, para prevenir a ocorrência de processos erosivos, pois a supressão da vegetação aumenta a velocidade do escoamento superficial das águas e potencializa os efeitos da erosão.

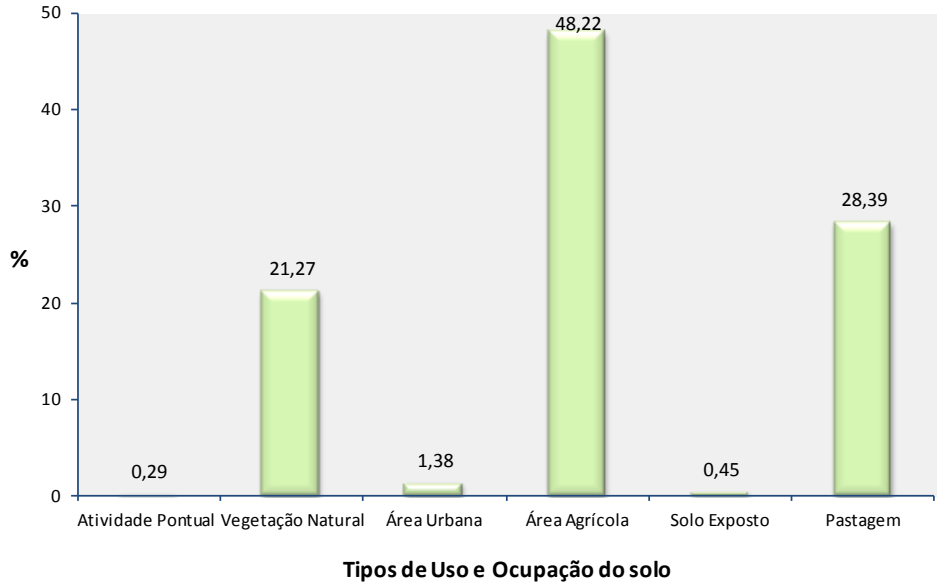


Figura 1.2. 1 - Distribuição das classes de alta e muito alta suscetibilidade à erosão nos diferentes tipos de uso e ocupação do solo.

A Tabela 1.2.2 mostra a distribuição percentual das classes de suscetibilidade à erosão em relação à área total de cada tipo de uso e ocupação do terreno. Nota-se que as áreas urbanas ou de expansão urbana representam o tipo de uso e ocupação que apresenta o maior percentual da classe de alta suscetibilidade à erosão, são 26,48% de sua área total ocupada por esta classe. Portanto, a instalação de equipamentos urbanos e implantação de loteamentos, nestes locais, deve ser feita de forma adequada, pois a falta de projetos de drenagem pode favorecer o escoamento superficial e desencadear processos erosivos.

Tabela 1.2. 2 - Distribuição percentual das classes de suscetibilidade à erosão em relação à área total de cada tipo de uso e ocupação do terreno.

Classes de Suscetibilidade à Erosão (%)	Tipos de Uso e Ocupação					
	Área Agrícola	Vegetação Natural	Área Urbana	Atividade Pontual	Pastagem	Solo Exposto
Baixa	30,42	38,19	22,06	33,14	28,37	31,97
Média	50,27	52,91	51,46	45,12	58,10	46,69
Alta	19,32	8,90	26,48	21,74	13,52	21,34

Dos 2818,48 km² de pastagens na área de estudo, 58,10% estão na classe de média suscetibilidade à erosão, ao passo que 13,52% apresentam alta suscetibilidade à erosão. As áreas de alta suscetibilidade requerem maior atenção, pois muitas vezes os processos erosivos se iniciam nestas áreas. A baixa proteção que as pastagens oferecem aos solos e a criação de trilhas (caminhos preferenciais) que o gado promove devido à sua locomoção conduzem a concentração das águas de escoamento superficial, favorecendo assim a geração de processos erosivos.

1.3. Análise por macrounidade

As macrounidades foram analisadas quanto à suscetibilidade à erosão e também em relação à ocorrência de processos erosivos. Para analisar quanto à suscetibilidade, fez-se uma tabulação cruzada entre a Carta de Suscetibilidade à Erosão e a delimitação das macrounidades, assim foi possível obter a distribuição percentual das classes de suscetibilidade à erosão nas macrounidades, conforme apresenta a Tabela 1.3.1.

Para analisar quais são as macrounidades mais críticas em relação à ocorrência de processos erosivos, calculou-se em taxas percentuais a área correspondente a estes processos em cada macrounidade (Tabela 1.3.2). Com o percentual de área ocupada por erosão, as macrounidades foram classificadas quanto a sua criticidade, por meio do procedimento estatístico Quebras Naturais (*Natural Breaks*), e resultou em três classes, conforme mostra a Tabela 1.3.3.

Tabela 1.3. 1 - Distribuição percentual das classes de suscetibilidade à erosão nas macrounidades.

Macrounidade	Classes de Suscetibilidade à Erosão (%)		
	Baixa	Média	Alta
MB[01]	49,59	50,19	0,22
MB[02]	27,67	72,02	0,32
MB[03]	57,89	41,98	0,13
MB[04]	50,87	48,49	0,64
MB[05]	61,48	38,52	0,00
MB[06]	64,31	35,66	0,03
MB[07]	46,56	53,08	0,36
MB[08]	55,44	35,16	9,40
MB[09]	64,82	19,64	15,53
MB[10]	46,34	10,49	43,17
MB[11]	19,38	74,18	6,44
MB[12]	19,77	58,67	21,56
MB[13]	21,91	63,15	14,94
MB[14]	18,09	81,02	0,89
MB[15]	20,22	79,35	0,43
MB[16]	16,57	82,76	0,67
MB[17]	49,79	3,76	46,45
MB[18]	23,62	11,83	64,56
ML[19]	33,63	66,11	0,26
ML[20]	18,39	81,07	0,54
ML[21]	17,09	82,12	0,78
ML[22]	59,52	40,31	0,16
MM[23]	67,96	31,99	0,05
MM[24]	21,41	78,07	0,52
MM[25]	29,13	70,49	0,38
MM[26]	45,02	37,43	17,55
MM[27]	15,96	82,51	1,52
MM[28]	29,05	70,59	0,36
MM[29]	37,18	49,23	13,59
MM[30]	45,91	20,20	33,89
MM[31]	75,60	1,85	22,54
MM[32]	0,00	0,00	100,00
MM[33]	71,17	1,75	27,08
MM[34]	21,42	0,20	78,38

Tabela 1.3. 2 - Dados referentes aos processos erosivos ocorrentes nas macrounidades.

Macrounidade	Área Total (km²)	Nº de Processos Erosivos	Área Total (km²) de Erosão	% de Área Ocupada por Erosão
MB[02]	72,56	1	0,0051	0,0071
MB[04]	611,45	1	0,0054	0,0009
MB[05]	81,08	5	0,0766	0,0944
MB[06]	135,51	3	0,0254	0,0188
MB[08]	108,23	1	0,0096	0,0089
MB[10]	262,92	10	0,4194	0,1595
MB[11]	79,54	1	0,0015	0,0018
MB[12]	453,01	13	0,0982	0,0217
MB[13]	2417,75	55	0,7485	0,0310
MB[16]	310,97	1	0,0015	0,0005
MB[17]	429,90	2	0,0316	0,0073
MB[18]	358,14	16	0,3476	0,0970
ML[20]	316,79	1	0,0013	0,0004
ML[21]	175,49	1	0,0455	0,0260
MM[23]	49,90	1	0,0254	0,0509
MM[26]	188,30	7	0,1123	0,0596
MM[28]	210,40	2	0,0358	0,0170
MM[29]	306,51	4	0,0167	0,0055
MM[30]	303,22	11	0,3724	0,1228

Tabela 1.3. 3 - Intervalos de valores e suas respectivas classes de criticidade.

Intervalos de Valores	Criticidade
< 0,018770	Baixa
0,018770 - 0,059616	Média
> 0,059617	Alta

Quanto à ocorrência de altos percentuais de áreas com alta suscetibilidade à erosão, as macrounidades MM[32], MM[34], MB[18], MB[17], MB[10] e MM[30 se destacam, pois apresentam mais de 33% de suas áreas ocupadas por esta classe.

Com relação às macrounidades mais críticas quanto à ocorrência de processos erosivos, quatro apresentam alta criticidade, cinco apresentam média criticidade e o restante apresenta baixa criticidade, conforme apresenta a Figura 1.3.1.

A Tabela 1.3.4 sumariza as macrounidades que se destacam tanto com relação à suscetibilidade à erosão, como em relação à ocorrência de processos erosivos. Estas macrounidades que se destacam são analisadas na sequência.

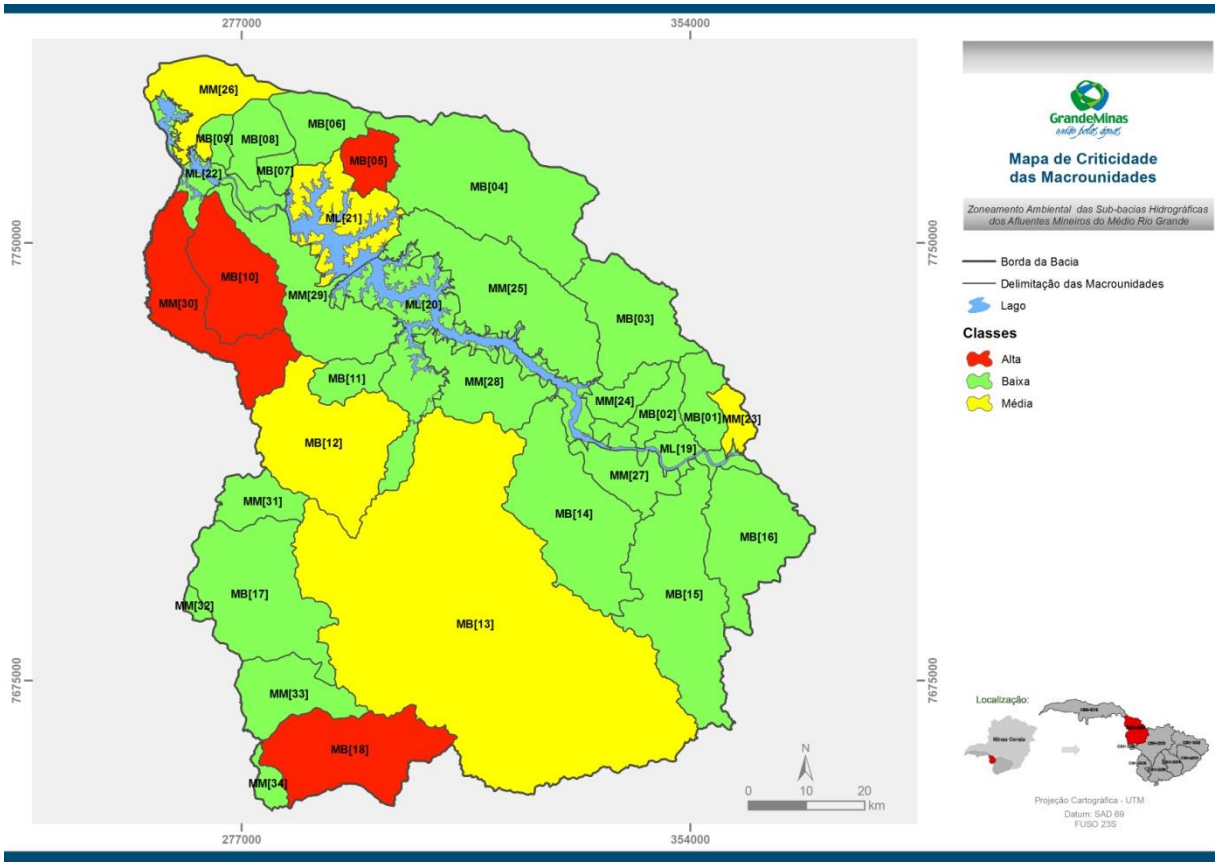


Figura 1.3. 1 - Mapa de Criticidade das macrounidades em relação à área de processos erosivos.

Tabela 1.3. 4 - Macrounidades que se destacam em relação à suscetibilidade e à ocorrência de processos erosivos.

Macrounidade	*Alta Suscetibilidade à Erosão*	*Criticidade Quanto à Ocorrência de Erosões*
MB 05		x
MB 10	x	x
MB 17	x	
MB 18	x	x
MM 30	x	x
MM 32	x	
MM 34	x	

MB 05 - Ribeirão Bom Jesus

Os municípios de Delfinópolis e São Roque de Minas encontram-se parcialmente inseridos nesta macrounidade que possui 5 processos erosivos que juntos perfazem uma área de 76.574,86 m². Dois destes processos foram classificados como sulcos e estão em estágio incipiente, um encontra-se ativo (Figura 1.3.2) e o outro não apresenta indícios de mobilização de materiais. Os outros três processos erosivos foram classificados como

ravinas, duas estão ativas (Figura 1.3.3) e uma apresenta sinais de estabilização (Figura 1.3.4).

Nota-se que não há ocorrência de voçorocas nesta macrounidade, o que é importante, pois também não há ocorrência da classe de alta suscetibilidade à erosão. De um modo geral nota-se que os processos erosivos desta macrounidade estão associados a áreas de pastagem e há evidências da contribuição do gado para formação de caminhos preferenciais das águas superficiais, resultando no desencadeamento de incisões no terreno, pois os solos apresentam textura variando entre silte a silte argiloso.

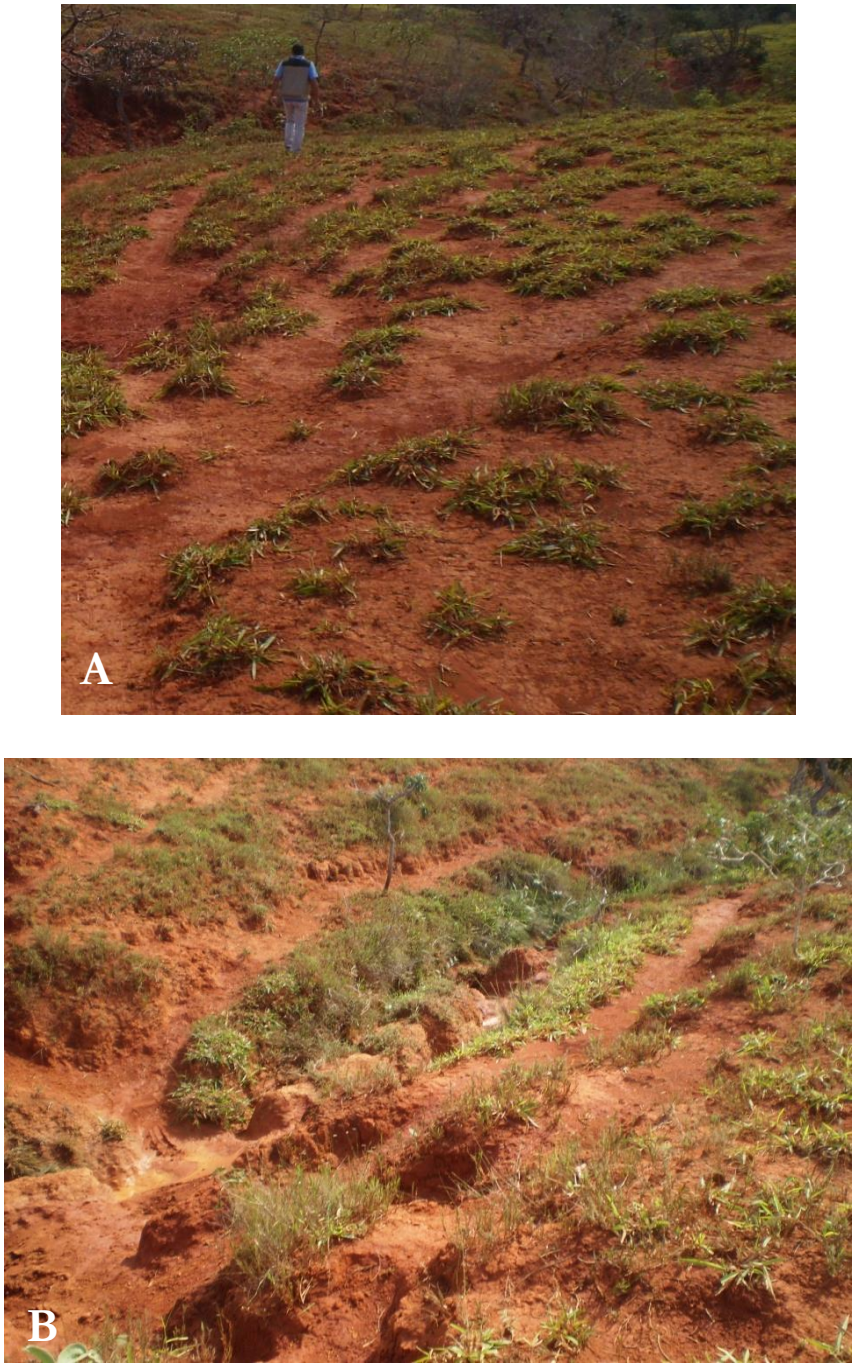


Figura 1.3. 2 - (A e B) Concentração de sulcos em estágio incipiente.

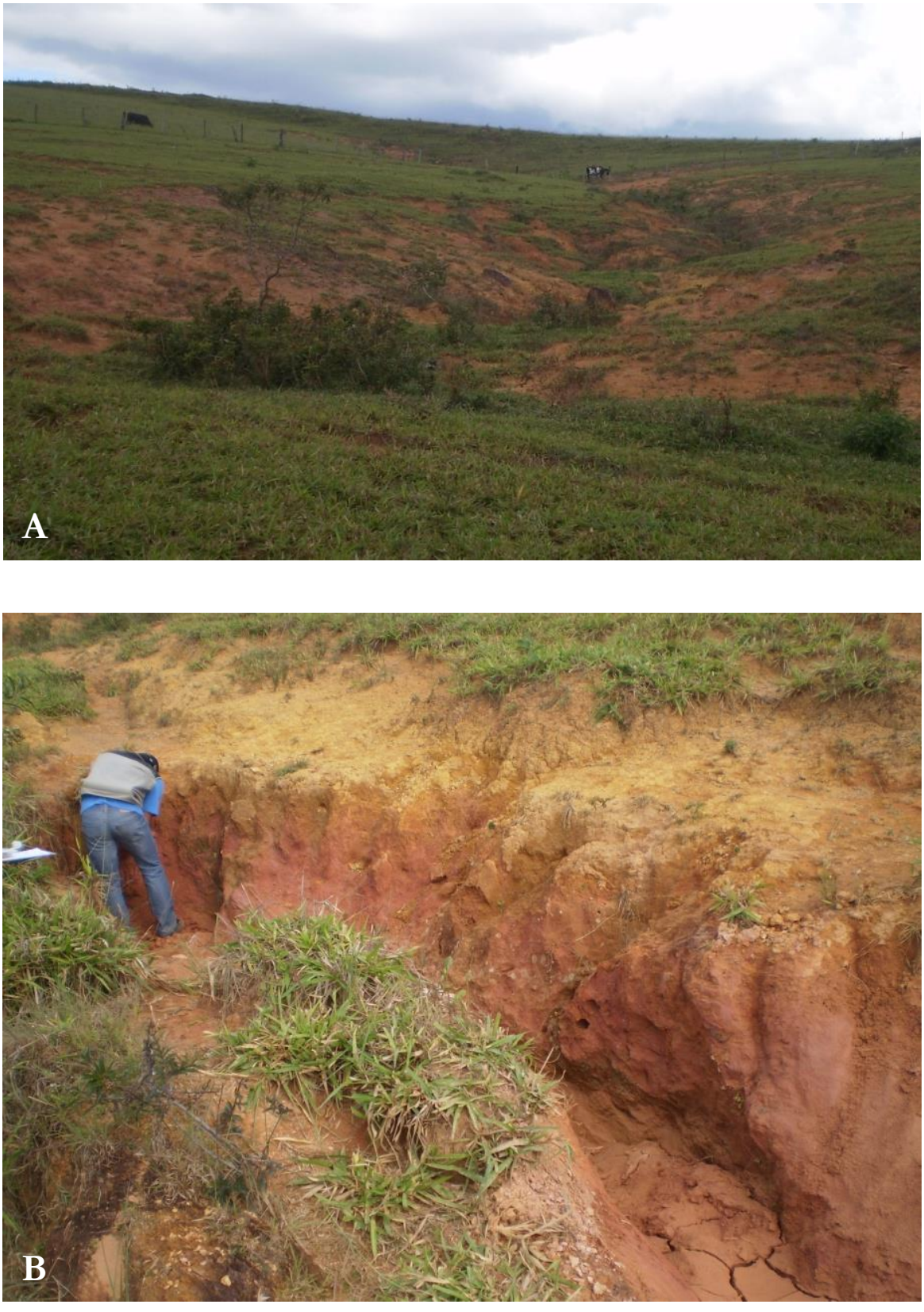


Figura 1.3. 3 - (A e B) Ravinas ativas em estágio de evolução médio.



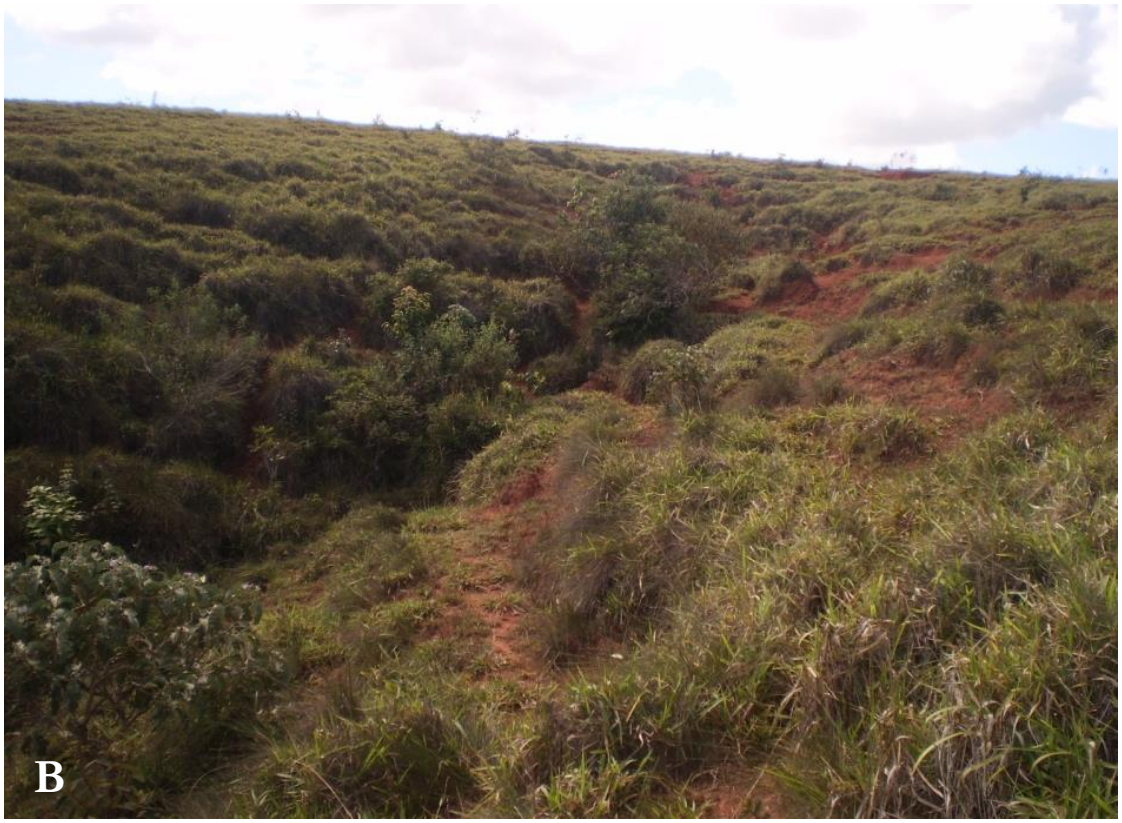


Figura 1.3. 4 - (A e B) Ravinas com sinais de estabilização em estágio de evolução médio.

MB 10 - Ribeirão do Ouro

Esta macrounidade envolve parte dos municípios de Claraval e Ibiraci e destaca-se em relação à presença de áreas com alta suscetibilidade à erosão, pois 43,17% de sua área total se enquadra nesta classe. Destaca-se também quanto à ocorrência de processos erosivos, pois é a macrounidade que possui o maior percentual de áreas erodidas em relação à sua área total, são 419.449,62 m² que se encontram degradados por 10 processos erosivos lineares, sendo uma ravina e oito voçorocas localizadas na classe de alta suscetibilidade à erosão e uma voçoroca na classe baixa. Estes processos estão associados aos materiais inconsolidados constituídos por espessos pacotes de solo arenoso (Unidades 1 e 2).

Na Figura 1.3.5 (A) observa-se uma ravina que apresenta uma área de aproximadamente 9.600 m² e um comprimento de 250 metros, sendo caracterizada como uma erosão de encosta ativa, ou seja, está evoluindo para uma voçoroca.

A feição erosiva apresentada na Figura 1.3.5 (B) é o maior processo erosivo, tanto da macrounidade, como da área de estudo. Ocupa uma área de 100.409,20 m², comprimento de aproximadamente 500 m e profundidade superior a 15 metros. Apresenta várias ramificações, algumas com vegetação arbustiva e outras evidenciando que a mesma está ativa.

Na Figura 1.3.5 (C) é apresentada a voçoroca com maior profundidade (50 m) que ocorre nesta macrounidade. Com uma área de 2.379,73 m², caracteriza-se como uma erosão de encosta, ativa e em estágio avançado.

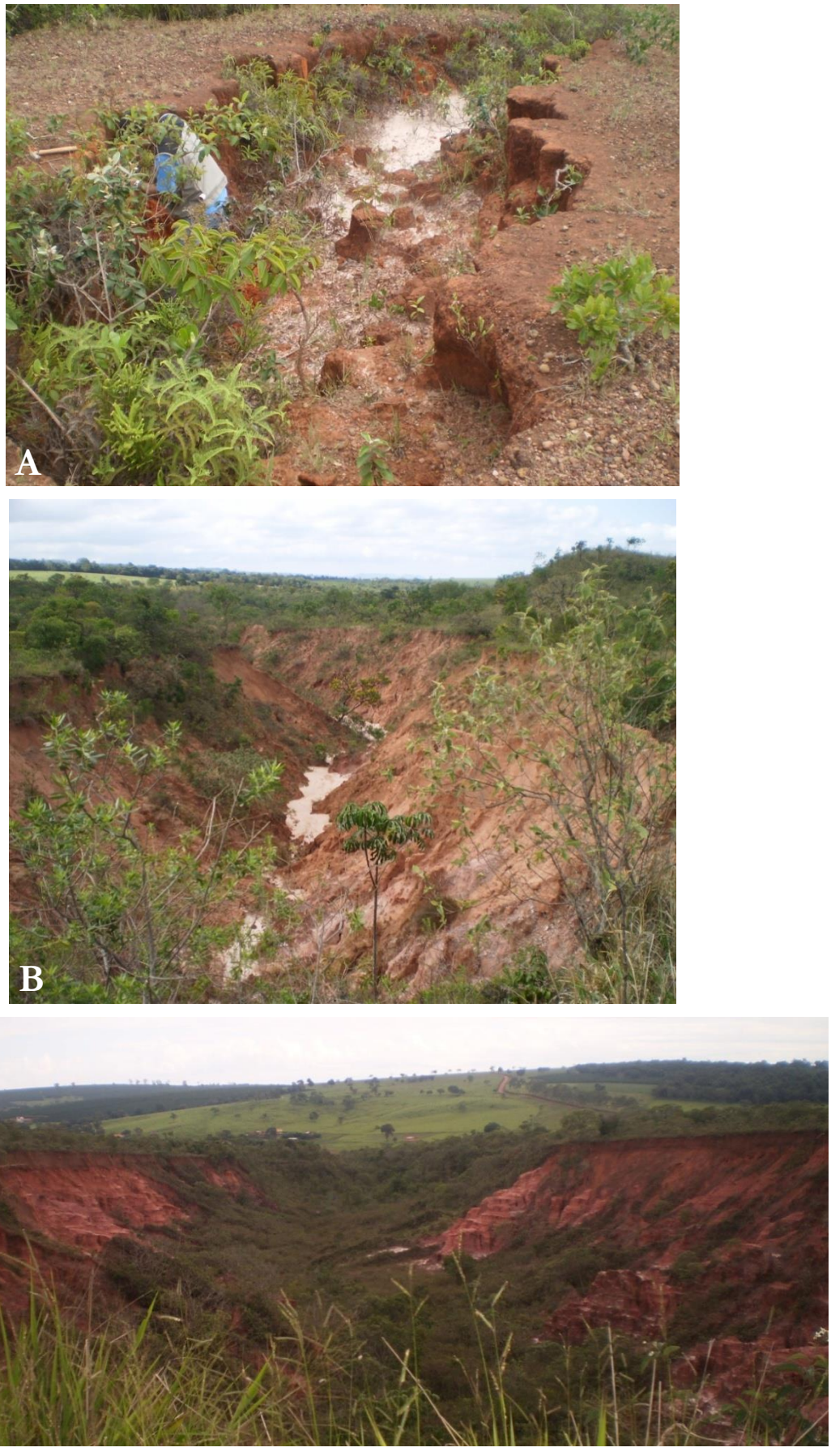


Figura 1.3. 5 - (A) Ravina evoluindo para voçoroca; (B) Voçoroca com maior área; e (C) Voçoroca com maior profundidade.

MB 17 - Rio do Esmeril

Esta macrounidade envolve parte dos municípios de São Sebastião do Paraíso e São Tomás de Aquino. Em 46,45% de sua área ocorre a classe de alta suscetibilidade à erosão. Em relação aos processos erosivos, observa-se a ocorrência de uma voçoroca e uma concentração e sulcos que juntos perfazem uma área de 35.797,39 m² e estão localizados em áreas com alta suscetibilidade. A voçoroca corresponde a uma feição erosiva em estágio avançado e intensamente vegetada, o que evidencia o seu estado dormente, conforme apresenta a Figura 1.3.6.



Figura 1.3. 6 - Feição erosiva intensamente vegetada.

MB 18 - Ribeirão do Pinheirinho

Esta macrounidade abrange parte dos municípios de Itamogi e Monte Santo de Minas. Destaca-se das demais por apresentar 42,22% de sua área na classe de alta suscetibilidade à erosão e 22,50% na classe muito alta, e também por possuir 347.553,66 m² de áreas degradadas por 16 processos erosivos lineares. Estes processos estão localizados em locais com alta suscetibilidade à erosão e correspondem a uma concentração de sulcos, uma ravina e quatorze voçorocas.

A Figura 1.3.7 mostra a concentração de sulcos em estágio incipiente e em plena atividade (evoluindo para ravinas). A cobertura vegetal no entorno deste processo é composta por pastagens.

A feição erosiva apresentada na Figura 1.3.8 caracteriza-se como uma ravina com comprimento de 180 metros e área de 3.329 m² e intensamente vegetada, o que indica um estado de estabilização.



Figura 1.3. 7 - Concentração de sulcos.

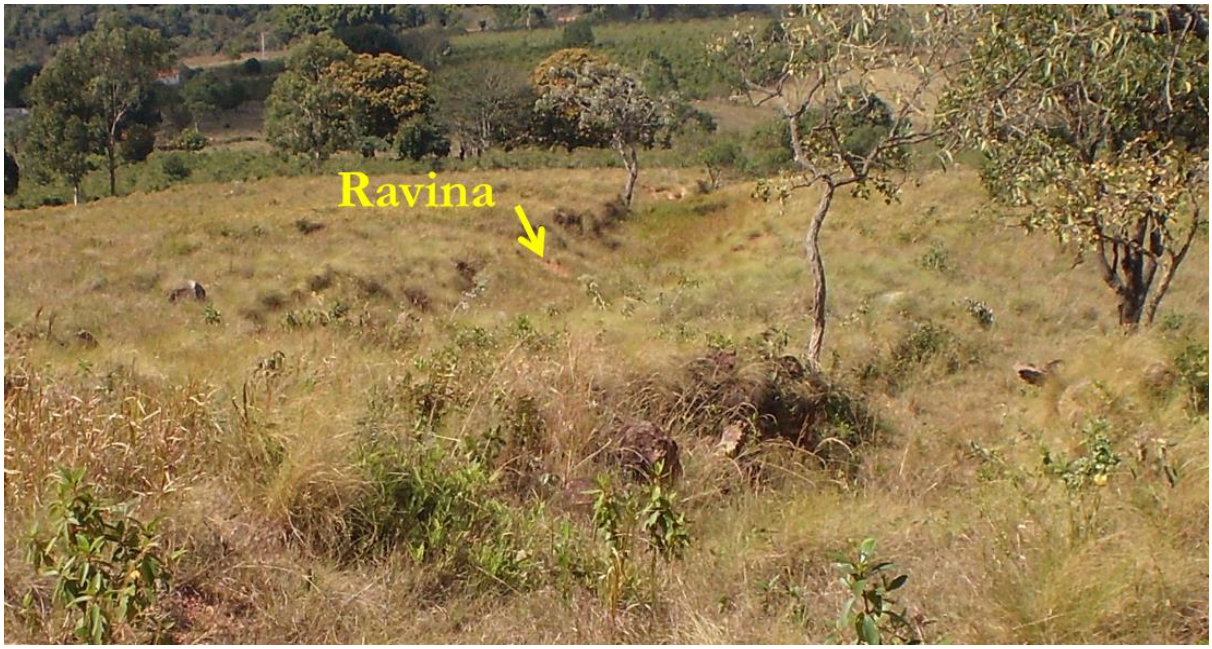


Figura 1.3. 8 - Ravina com indícios de estabilização.

Das quatorze voçorocas, apenas duas estão ativas, o restante apresenta indícios de estabilização. A voçoroca apresentada na Figura 1.3.9 é uma feição erosiva de encosta, com aproximadamente 100 m de comprimento, 5445,58 m² de área e profundidade de 10

metros. Encontra-se ativa, não apresenta vegetação em seu interior e possui várias ramificações.





Figura 1.3. 9 - Voçoroca ativa (A e B).

A Figura 1.3.10 apresenta uma voçoroca ativa com comprimento de 460 metros, profundidade de 35 metros e uma área de 53.066,97 m^2. Ela presenta 4 ramificação principais, sendo que uma delas é alimentada pelas águas de escoamento superficial que vem da estrada que passa ao lado. O lençol freático é aflorante gerando fenômenos de erosão interna (piping) e há uma grande produção de sedimentos (Figura 1.3.11). Em alguns pontos observa-se uma vegetação intensa formada por espécies arbustivas (Figura 1.3.11).



Figura 1.3. 10 - Voçoroca com surgência de água.



Figura 1.3. 11 - Sedimentos e vegetação de voçoroca.

A voçoroca apontada na Figura 1.3.12 caracteriza-se como erosão de encosta que apresenta uma área de 40.910,51 m², comprimento de 410 metros e profundidade de 25 metros. Apesar do lençol freático ser aflorante, esta feição apresenta vegetação de grande porte em algumas de suas ramificações, o que evidencia uma possível estabilização.



Figura 1.3. 12 - Voçoroca.

MM 30 - Ribeirão São Tomé

Os municípios de Capetinga, Claraval e Ibiraci fazem parte desta macrounidade, que apresenta 33,89% de sua área total com alta suscetibilidade à erosão. Em relação aos processos erosivos, a macrounidade possui 11, sendo que são sete voçorocas e quatros ravinas, que juntas degradam uma área de 372.438,71 m². As ravinas apresentam estágio de evolução médio e estão localizadas em áreas de alta suscetibilidade à erosão, conforme apresentado na Figura 1.3.13.



Figura 1.3. 13 - Ravina em estado ativo.

Todas as voçorocas apresentam estágio de evolução avançado, em relação às classes de suscetibilidade à erosão. Na classe média ocorrem duas feições, sendo que uma delas apresenta sinais de estabilização. O restante (5 feições) está na classe de alta suscetibilidade à erosão. Com uma área de 77.679,20 m², comprimento de 300 m e profundidade de 10 metros, a feição erosiva de encosta apresentada na Figura 1.3.14, caracteriza-se com uma voçoroca em estado ativo, apresenta uma vegetação rasteira e possui várias ramificações.



Figura 1.3. 14 - Voçoroca com vegetação rasteira.

MM 32 – Rio Jaborandi

Localizada no município de São Sebastião do Paraíso, toda a área de abrangência desta macrounidade apresenta alta suscetibilidade à erosão. No entanto, não foi observado nenhum processo erosivo, uma possível explicação para isso, é que mais de 70% de sua área é coberta por vegetação natural, composta por matas, o que favorece a dispersão das águas do escoamento superficial e protege os solos, logo, as atividades nesta área devem ser realizadas visando à preservação destas matas, assim previne-se o desencadeamento de processos erosivos lineares.

MM34 – Ribeirão do Baú

Os municípios de Itamogi e Monte Santo de Minas encontram-se parcialmente inseridos nesta macrounidade que possui 78,38% de seus terrenos pertencentes à classe de alta suscetibilidade à erosão. Apesar disto, não foi observada nenhuma ocorrência de processos erosivos, provavelmente por ocupação do terreno de forma menos impactante e adoção de técnicas de manejo do solo adequadas.

2. SUSCETIBILIDADE À INUNDAÇÃO

Bruna Marques dos Santos

Ana Carina Zanollo Biazotti Collares

Eduardo Goulart Collares



No mapeamento das áreas suscetíveis a inundações da bacia do Médio Rio Grande consideraram-se os seguintes aspectos, cujos procedimentos metodológicos estão descritos no Capítulo 24 do Vol.1 desta publicação: parâmetros morfométricos das microbacias hidrográficas; vazões de cheia; chuvas intensas; além do mapeamento das planícies de inundação (Figura 2.1). As principais cartas produzidas foram: Carta de suscetibilidade morfométrica e hidrológica das unidades ambientais ao desenvolvimento de inundações; Carta de áreas críticas quanto à ocorrência de inundações; Carta de Classificação das unidades ambientais quanto à suscetibilidade à inundação.

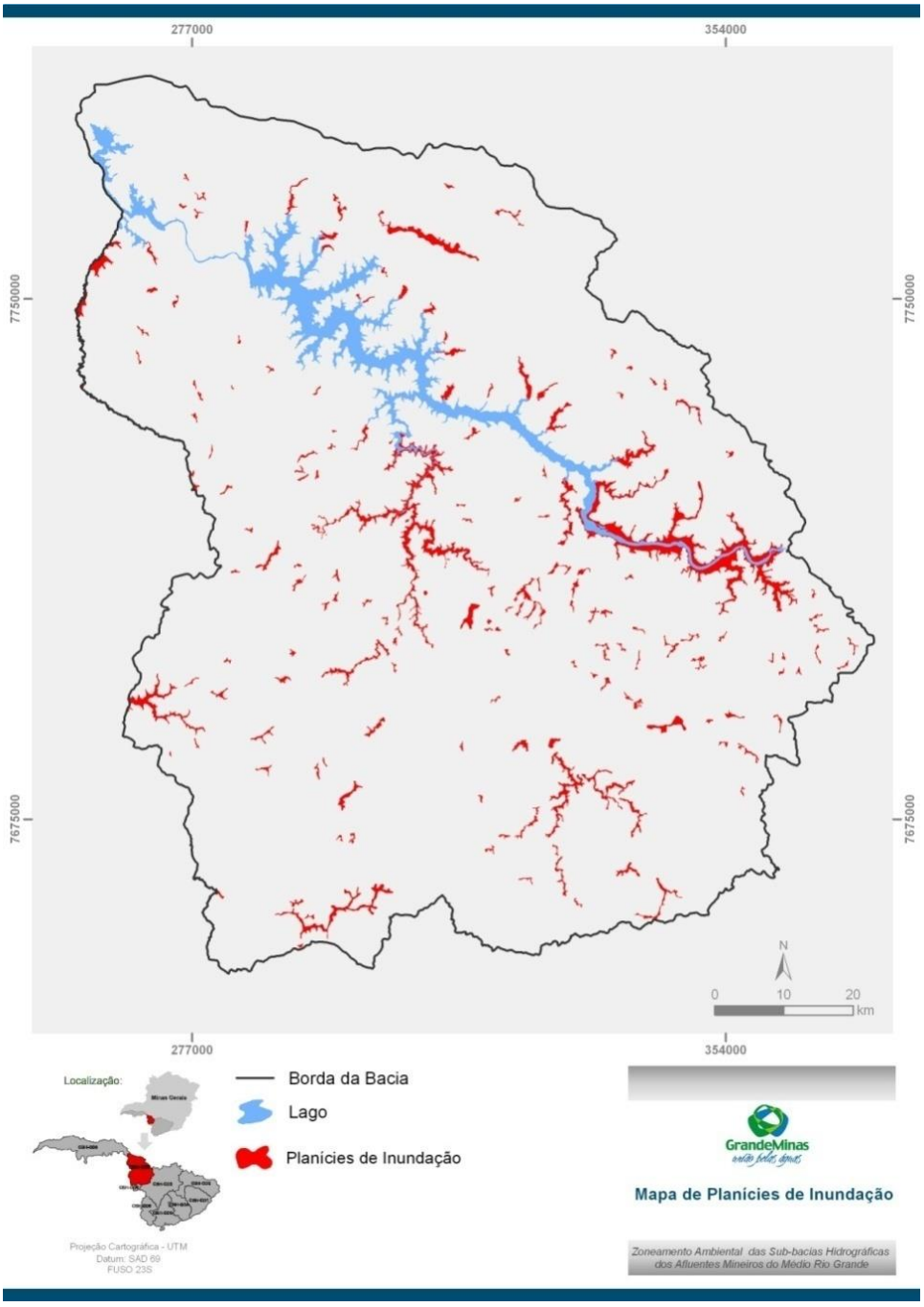


Figura 2. 1 - Planícies de Inundação da área do Médio Rio Grande.

2.1. Carta de suscetibilidade morfométrica e hidrológica das unidades ambientais ao desenvolvimento de inundações

A Figura 2.1.1 mostra a Carta de Classificação das Unidades Ambientais quanto a Vazão de Cheia com Período de Retorno de 50 anos e a Figura 2.1.2 a Carta de Classificação das Unidades Ambientais quanto ao Fator Topográfico. A Figura 2.1.3 apresenta a carta Intermediária resultante do cruzamento das duas primeiras. A Carta Intermediária indica 94 unidades ambientais classificadas na classe **Baixa**, 820 unidades ambientais classificadas na classe **Média** e 121 unidades ambientais classificadas na classe **Alta**. As macrounidades que se destacam com grande número de unidades ambientais classificadas como **Alta** são as Macrounidades MB[01], MB[03], MB[04], MB[06], MB[13], MB[14], MB[15], MB[18], MM[25], MM[26] e MM[29].

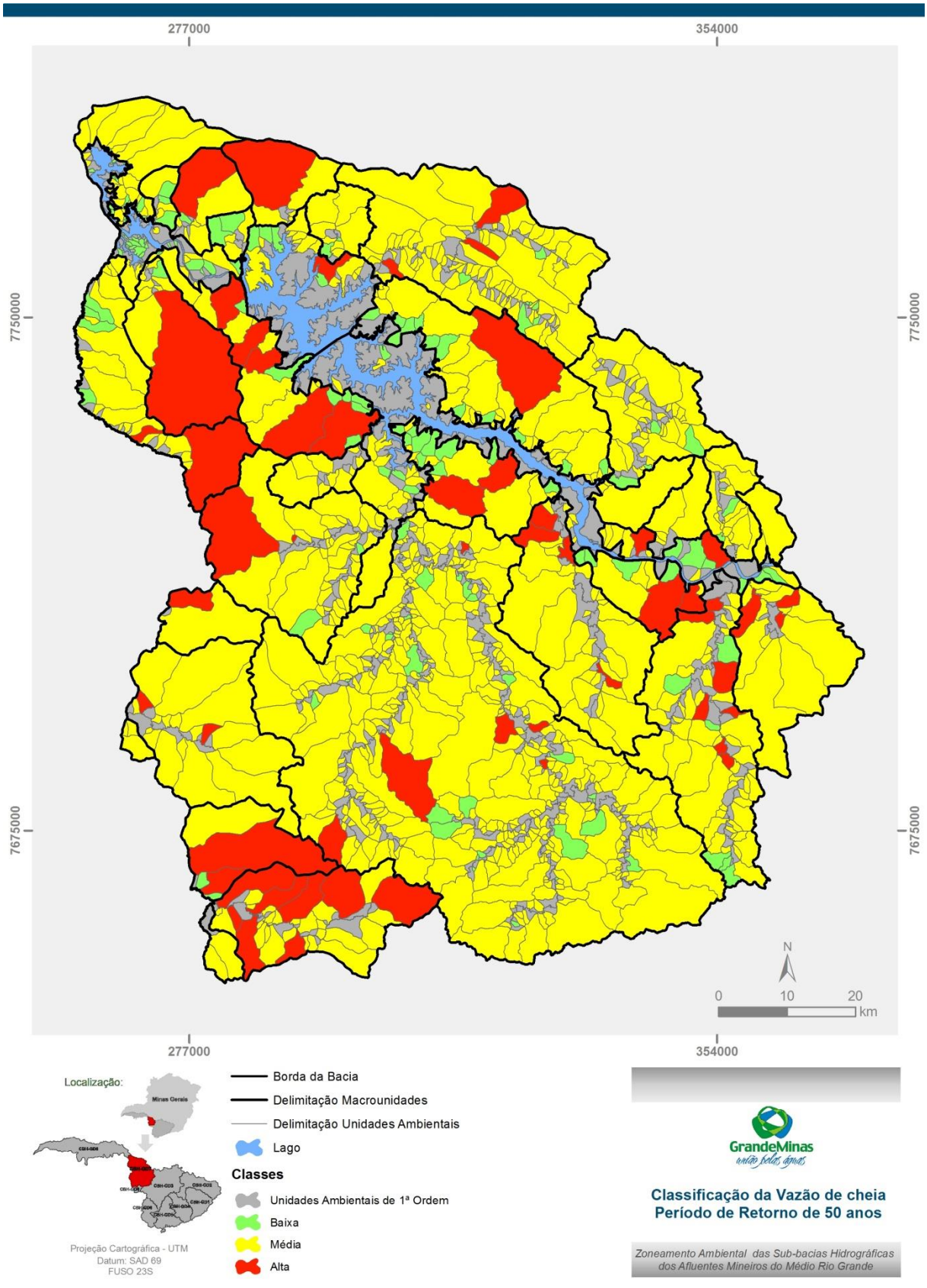


Figura 2.1. 1 - Carta de Classificação das Unidades Ambientais quanto a Vazão de Cheia com Período de Retorno de 50 anos.

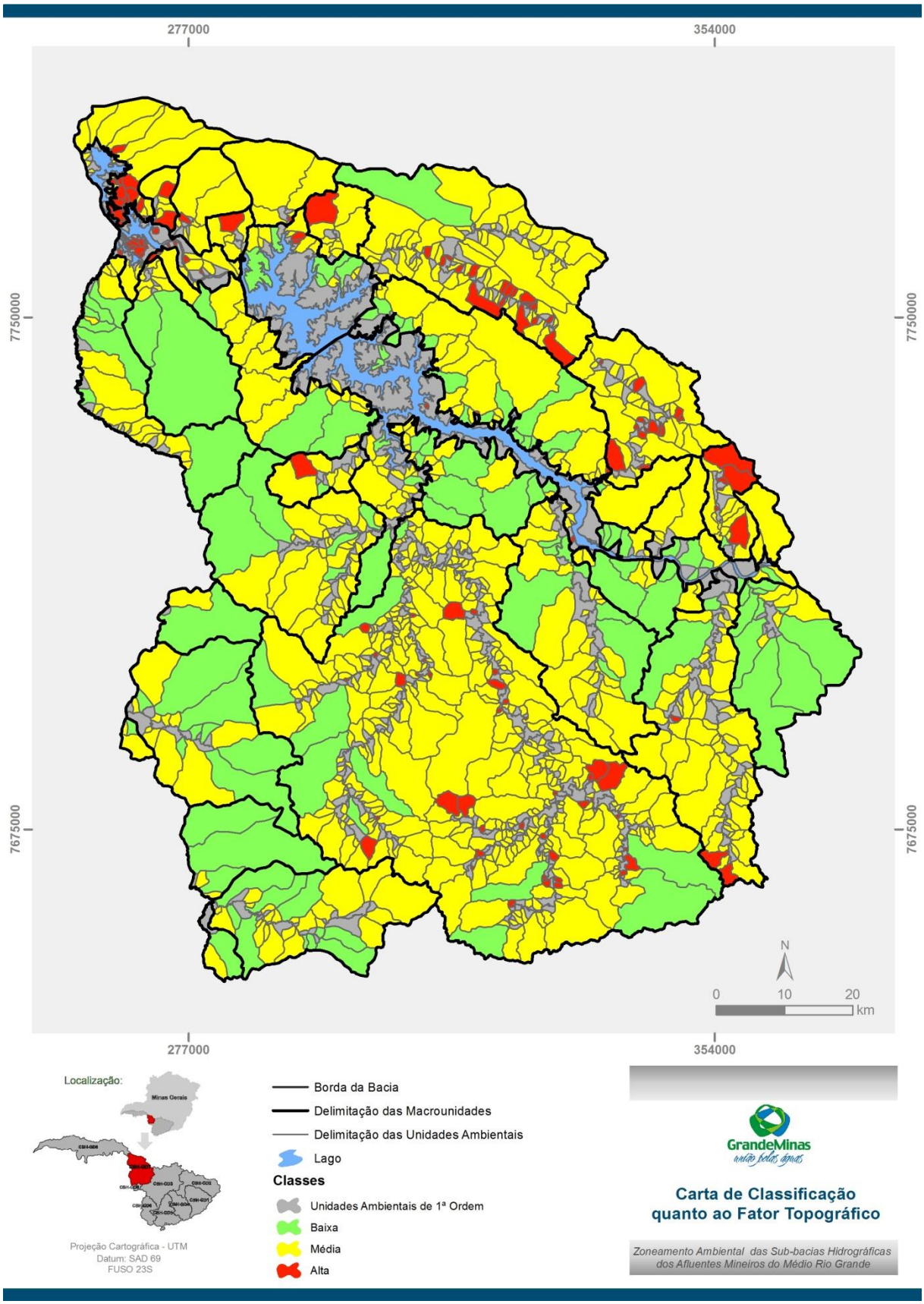


Figura 2.1. 2 - Carta de Classificação das Unidades Ambientais quanto ao Fator Topográfico.

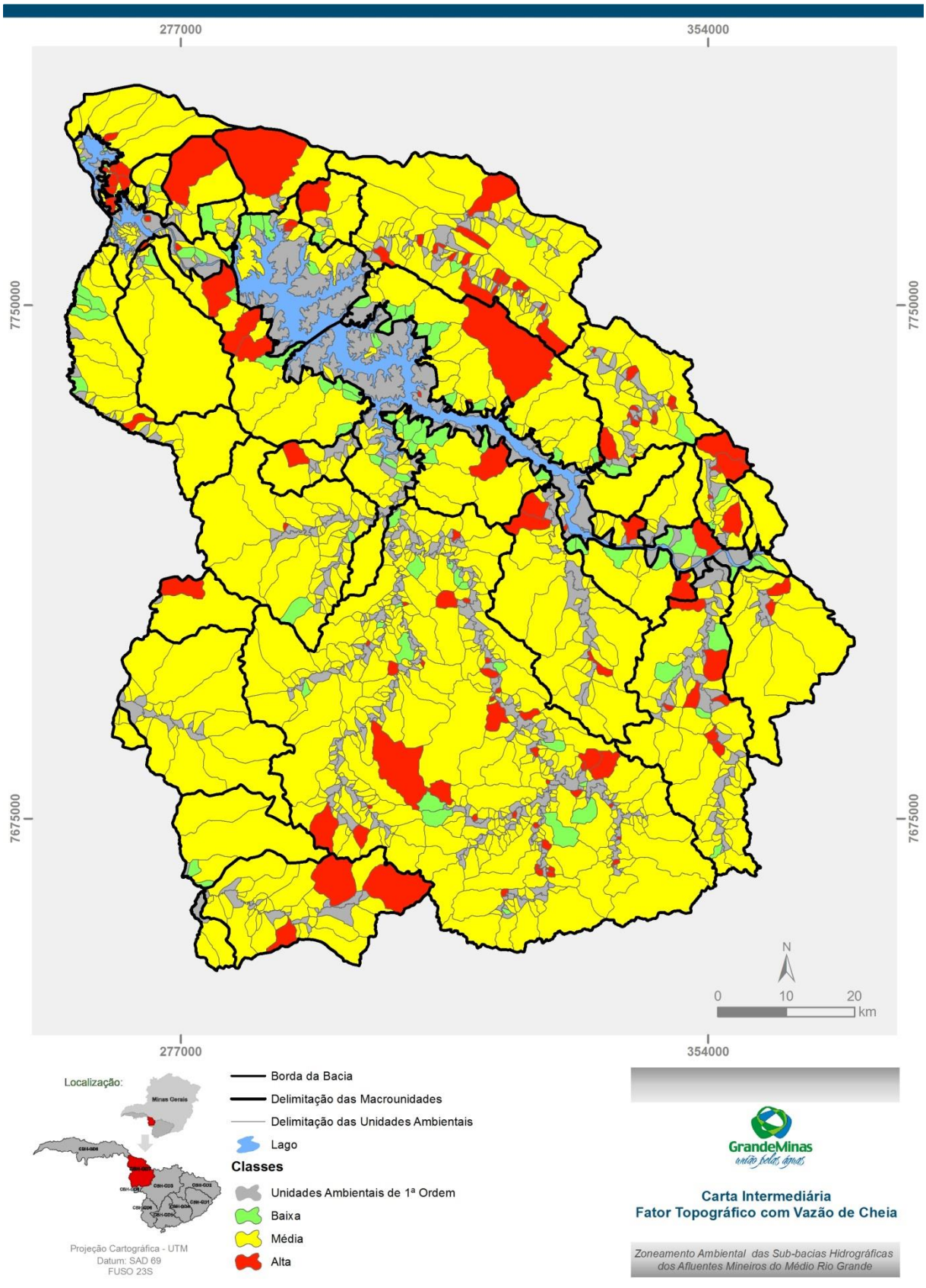


Figura 2.1. 3 - Carta Intermediária resultante do cruzamento da Carta de Classificação das Unidades Ambientais quanto a Vazão de Cheia com Período de Retorno de 50 e da Carta de Classificação das Unidades Ambientais quanto ao Fator Topográfico.

A Figura 2.1.4 ilustra a Carta de Classificação das unidades ambientais quanto a Chuvas Intensas com Período de 50 anos associada com a Carta Intermediária (Figura 2.1.3) e a Figura 2.1.5 resultante deste cruzamento, denominada Carta de Suscetibilidade Morfométrica e Hidrológica das Unidades Ambientais ao desenvolvimento de Inundações.

Nesta carta 87 unidades ambientais foram classificadas na classe **Baixa**, 760 unidades ambientais classificadas na classe **Média** e 188 unidades ambientais classificadas na classe **Alta**. As macrounidades que se destacam com grande número de unidades ambientais classificadas como **Alta** são as Macrounidades MB[01], MB[03], MB[04], MB[06], MB[10], MB[13], MB[14], MB[15], MB[16], MB[17], MB[18], ML[22], MM[25], MM[26] e MM[29] e MM[30].

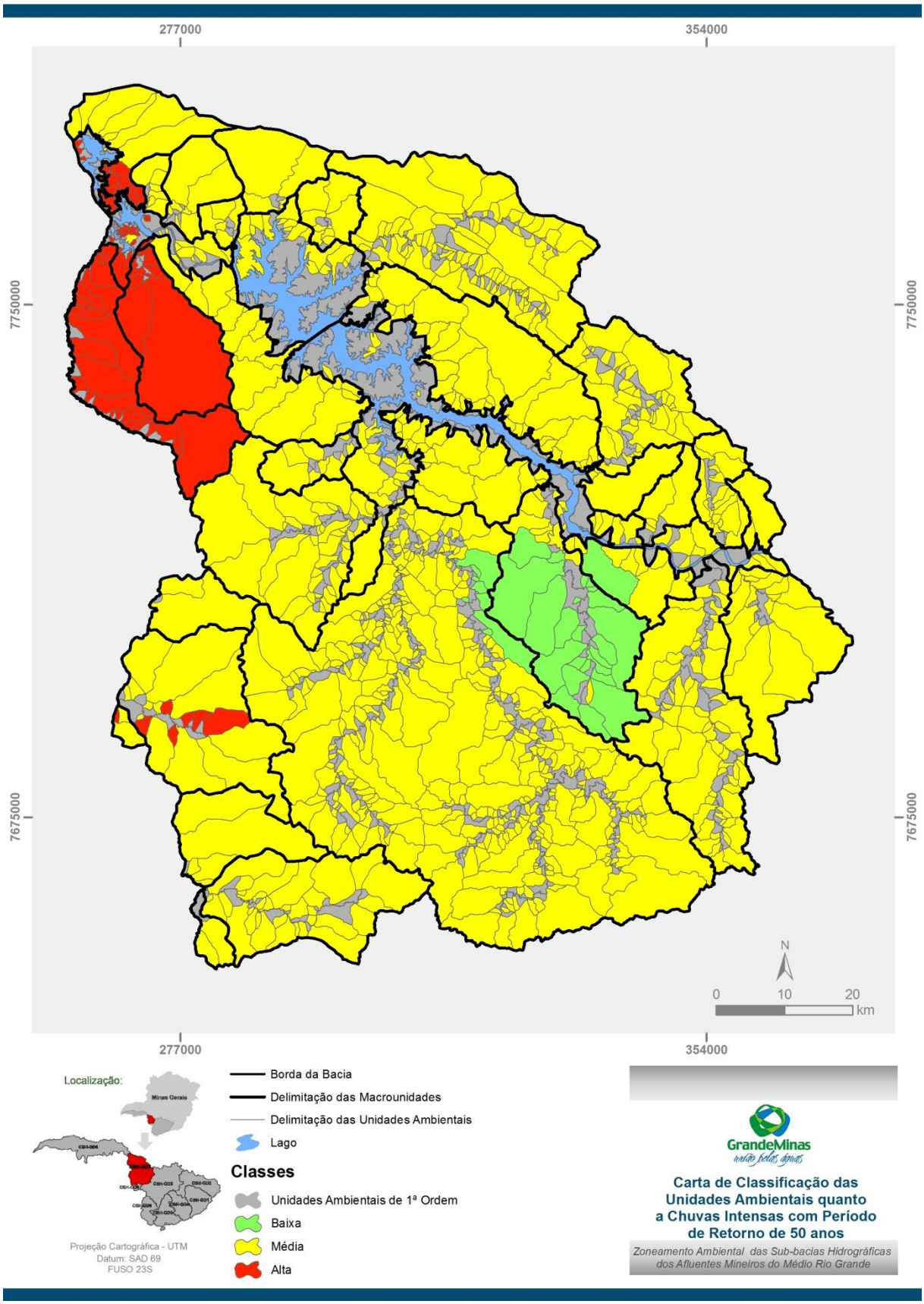


Figura 2.1. 4 - Carta de Classificação das unidades ambientais quanto a Chuvas Intensas com Período de retorno de 50 anos.

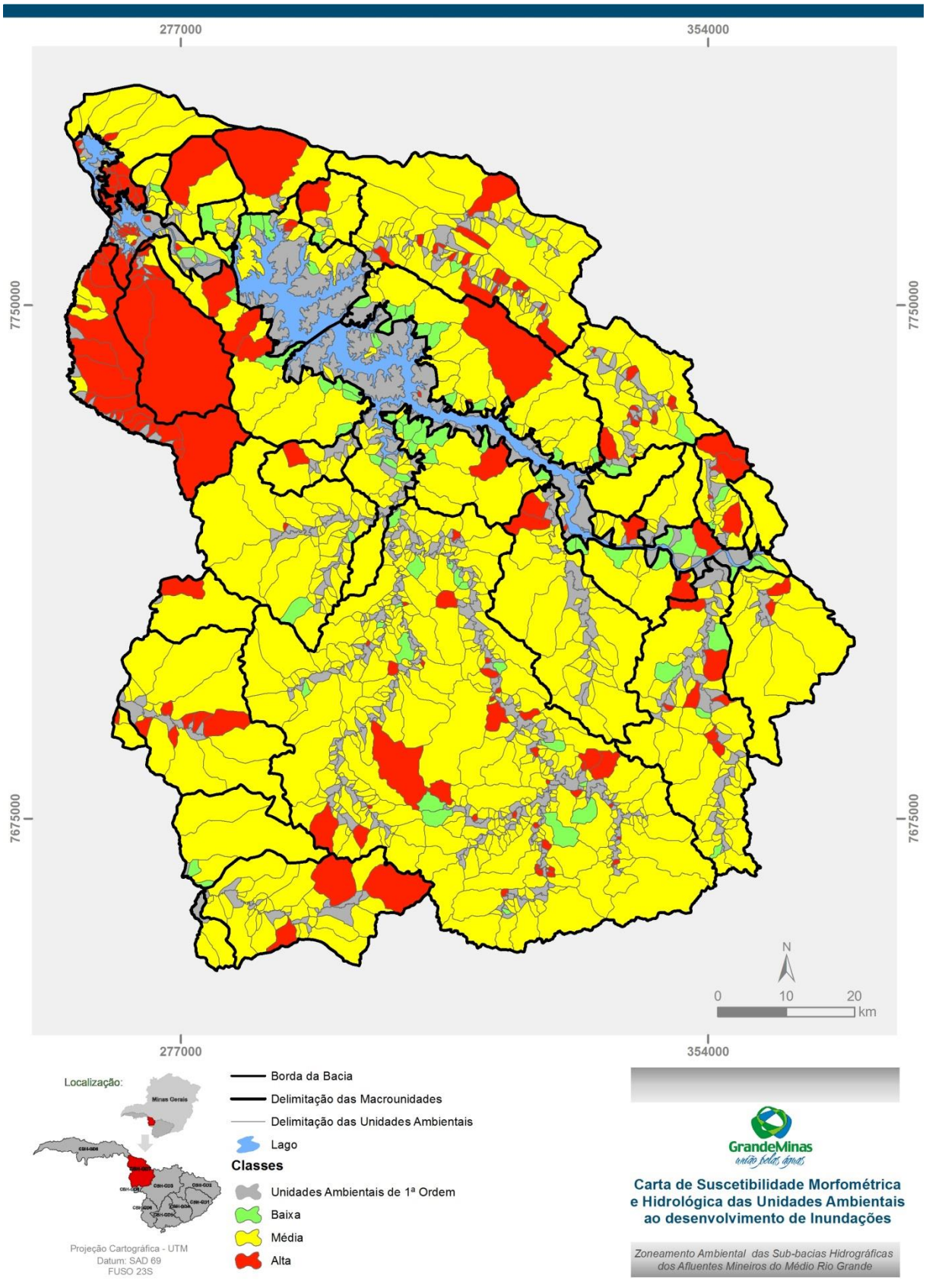


Figura 2.1. 5 - Carta de Suscetibilidade morfométrica e hidrológica das Unidades Ambientais ao desenvolvimento de Inundações.

2.2. Mapeamento de áreas críticas quanto à ocorrência de inundações

A Figura 2.2.1 ilustra o mapa com as áreas críticas quanto à ocorrência de inundações. Foram classificadas 188 unidades ambientais, equivalentes a 11,6% do total de unidades ambientais contidas na bacia, com Alta Suscetibilidade Morfométrica e Hidrológica ao desenvolvimento de inundações. As planícies de inundação representam 3,2% da área total da bacia. As macrounidades que se destacam com grande número de áreas críticas são as Macrounidades MB[04], MB[06], MB[08], MB[10], MB[13], MB[15], MB[17], MB[18], MM[25], MM[26] e MM[30].

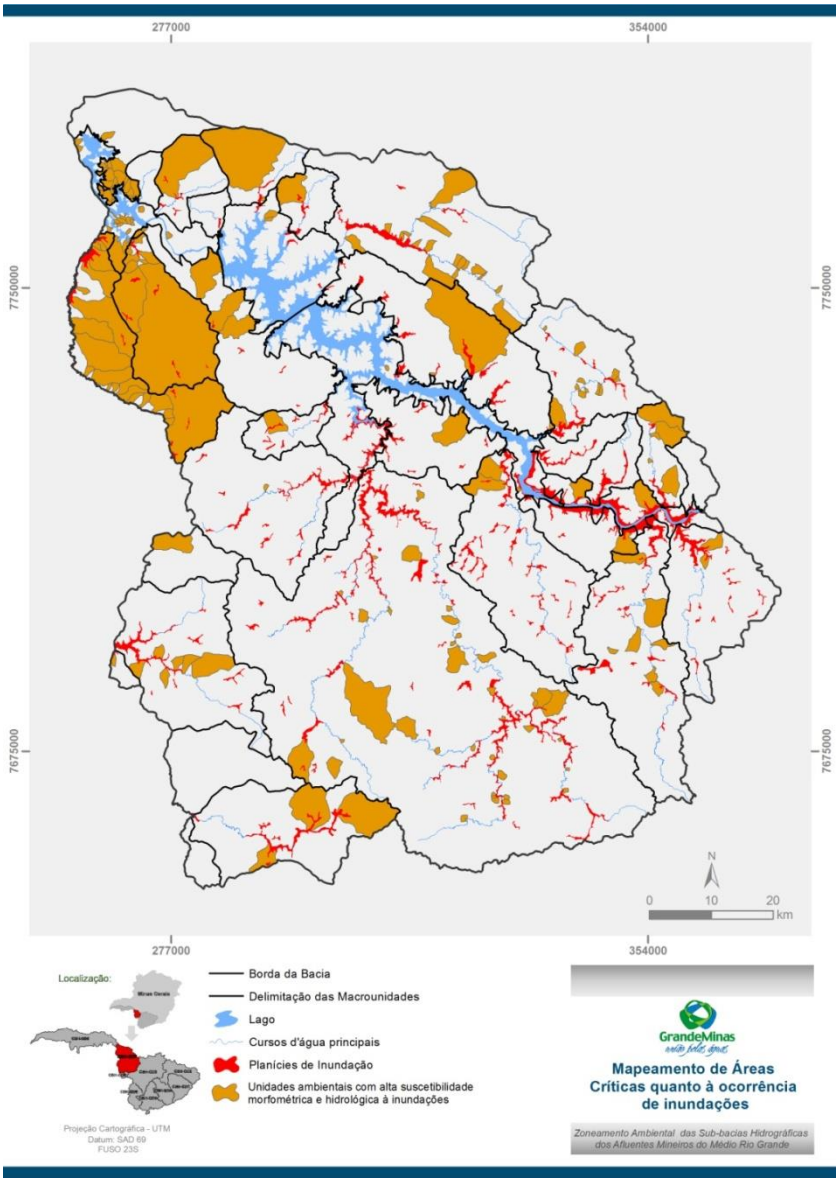
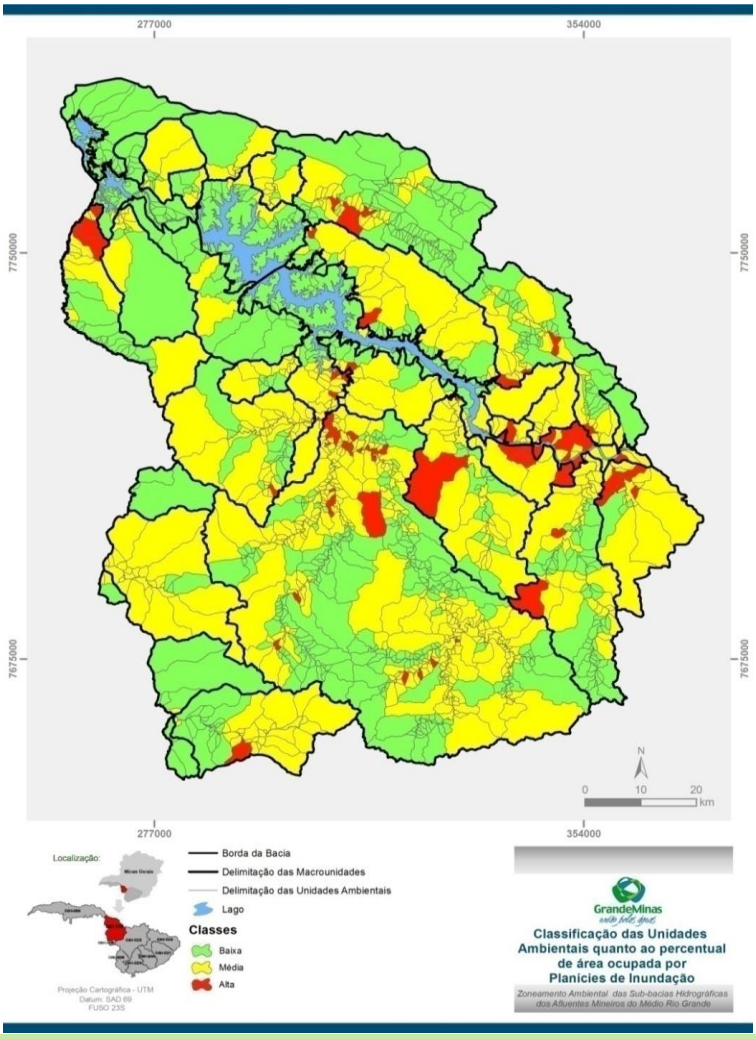


Figura 2.2. 1 - Mapeamento de Áreas Críticas quanto à ocorrência de inundações.

2.3. Classificação das unidades ambientais quanto à ocorrência de planícies de inundação

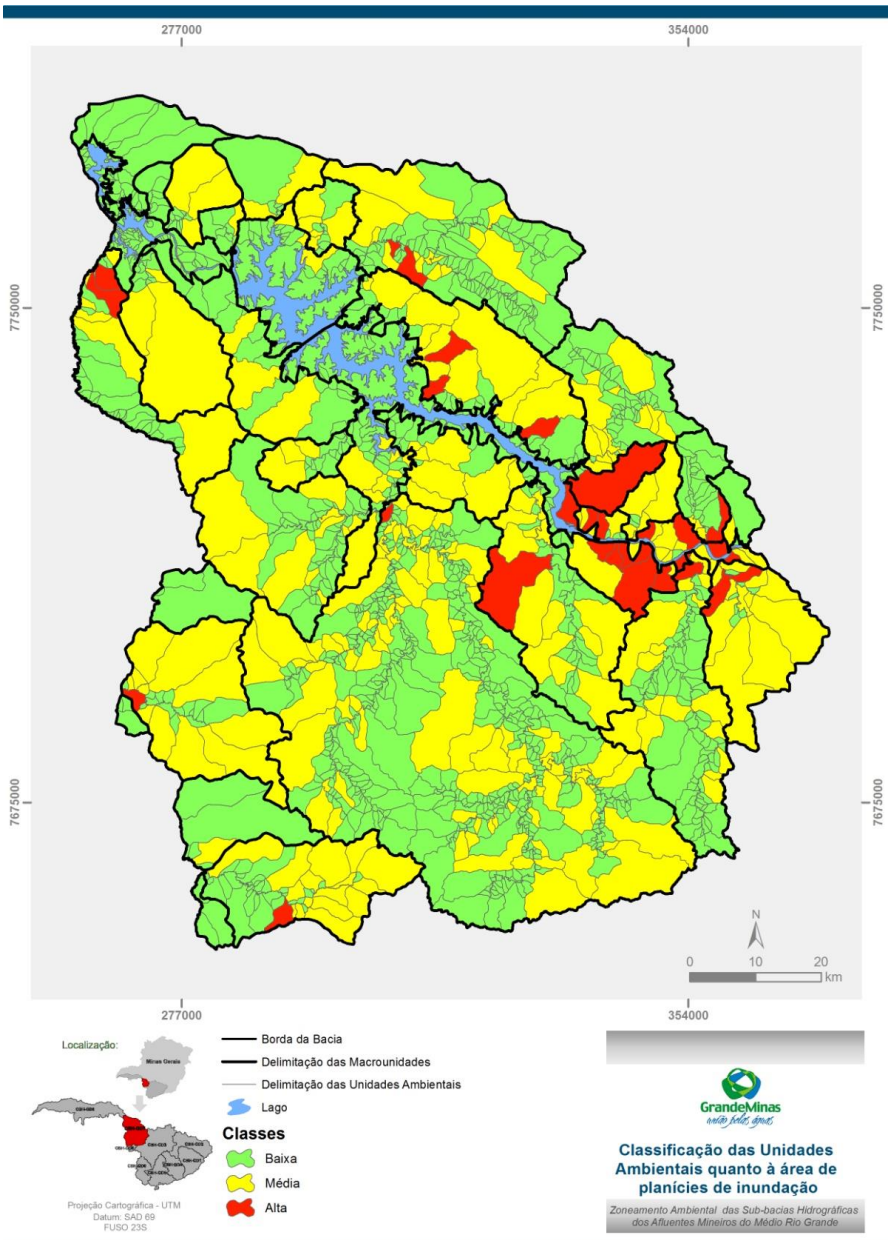
A Figura 2.3.1 apresenta a Carta de Classificação das Unidades Ambientais quanto ao percentual de área ocupada por Planícies de Inundação (%). A carta classifica 841 unidades ambientais como **Baixo**, 690 unidades ambientais como **Médio** e 76 unidades ambientais como **Alto**.



UNIDADES AMBIENTAIS	CLASSES	VALORES (%) 1° Ordem	VALORES (%) 2° Ordem	VALORES (%) 3° Ordem	VALORES (%) 4° Ordem
		Classificação quanto a planícies de inundação			
	Baixa	0 - 2,35	0 - 1,35	0 - 0,59	0 - 0,63
	Média	2,36 - 47,53	1,36 - 29,81	0,60 - 9,0	0,64 - 6,96
	Alta	47,54 - 98,06	29,82 - 49,90	9,1 - 24,75	6,97 - 22,44

Figura 2.3. 1 - Carta de Classificação das Unidades Ambientais quanto ao percentual de área ocupada por Planícies de Inundação.

A Figura 2.3.2 apresenta a Carta de Classificação das Unidades Ambientais quanto à área ocupada pelas planícies de inundação (km^2). A carta classifica 1303 unidades ambientais como **Baixa**, 274 unidades ambientais como **Média** e 30 unidades ambientais como **Alta**.



Classificação quanto a planícies de inundação

UNIDADES AMBIENTAIS	CLASSES	VALORES (km²) 1° Ordem	VALORES (km²) 2° Ordem	VALORES (km²) 3° Ordem	VALORES (km²) 4° Ordem
	Baixa	0 - 0,66	0 - 0,37	0 - 0,05	0 - 0,26
	Média	0,67 - 2,07	0,38 - 1,15	0,06 - 0,88	0,27 - 3,71
	Alta	2,08 - 4,53	1,16 - 2,83	0,89 - 2,00	3,72 - 6,59

Figura 2.3. 2 - Carta de Classificação das Unidades Ambientais quanto a área (km²) de Planícies de Inundação.

A Figura 2.3.3 mostra a Carta de Classificação das Unidades Ambientais quanto à ocorrência de Planícies de Inundação, que envolve a conjunção das duas cartas anteriores. A carta classifica 833 unidades ambientais como **Baixa**, 687 unidades ambientais como **Média** e 87 unidades ambientais como **Alta**. As macrounidades que se destacam com grande número de unidades ambientais classificadas como **Alta** são as Macrounidades MB[01], MB[03], MB[04], MB[13], MB[15], MB[16], ML[19], ML[20], MM[25], MM[27] e MM[30].

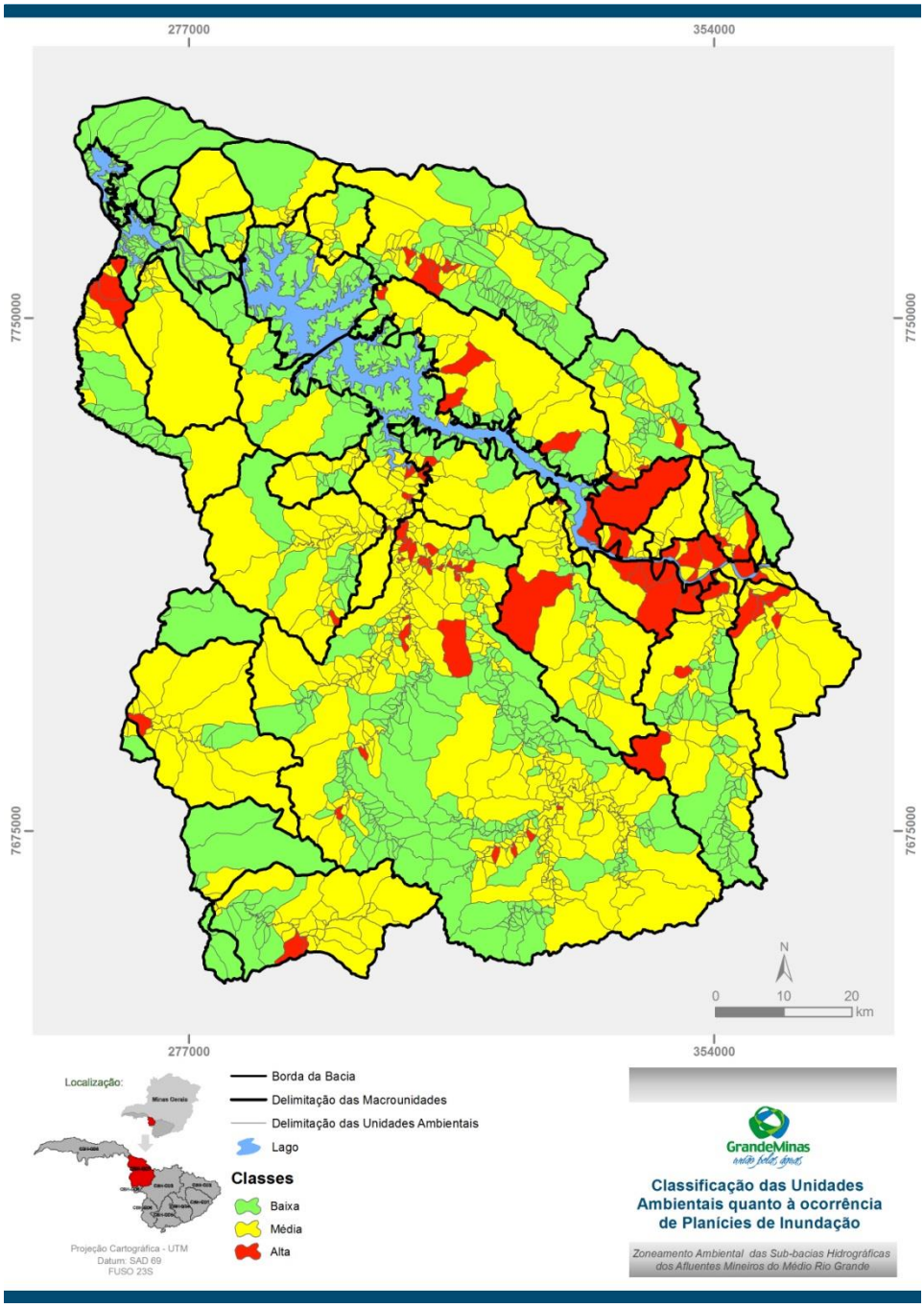


Figura 2.3. 3 - Carta de Classificação das Unidades Ambientais quanto à ocorrência de Planícies de Inundação.

2.4. Classificação das unidades ambientais susceptíveis à inundação

A Figura 2.4.1 apresenta a Carta de Classificação das unidades ambientais susceptíveis à inundação. A carta classifica 350 unidades ambientais como de **Baixa Suscetibilidade**, 990 unidades ambientais como de **Média Suscetibilidade** e 267 unidades ambientais como de **Alta Suscetibilidade**. As macrounidades que se destacam com grande número de unidades ambientais classificadas como **Alta Suscetibilidade** são as Macrounidades MB[01], MB[03], MB[04], MB[10], MB[13], MB[15], ML[19], ML[20], ML22], MM[26], MM[30].

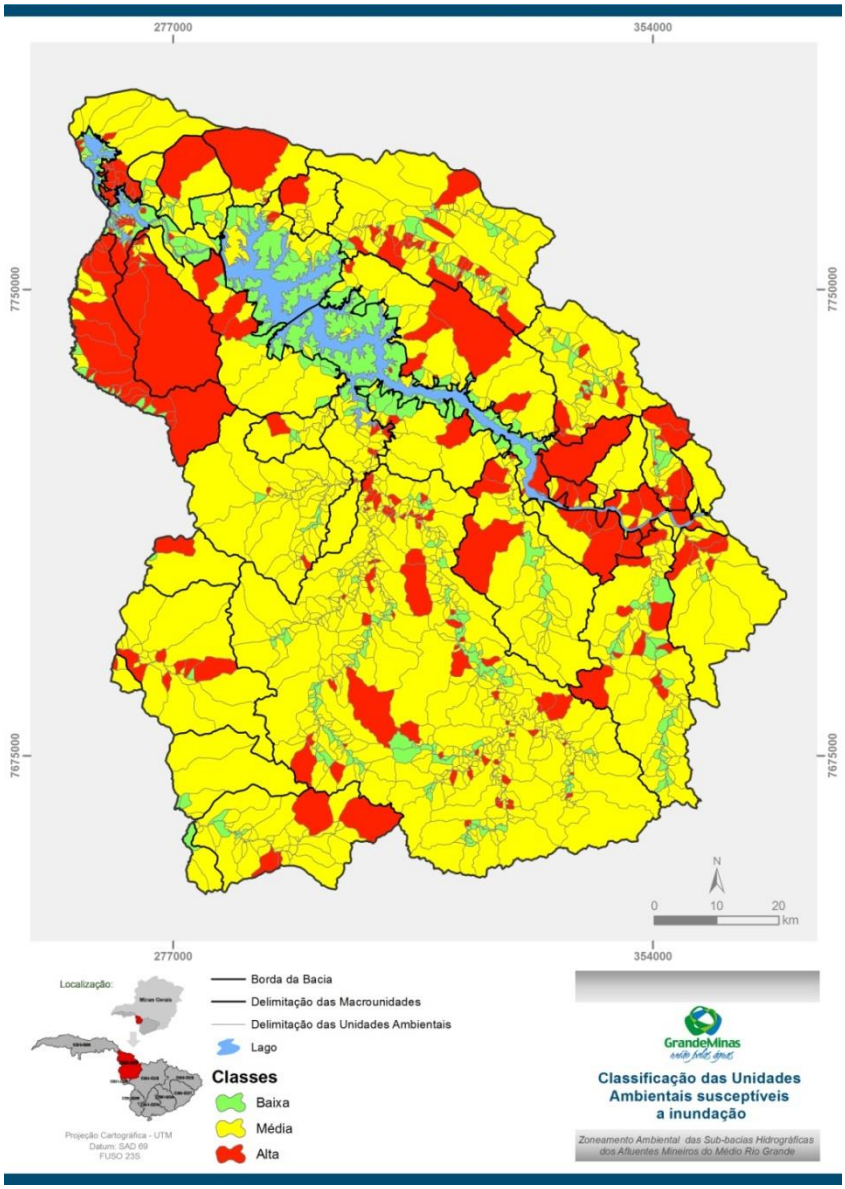


Figura 2.4. 1 - Carta de Classificação das Unidades Ambientais susceptíveis a inundação.

3. FRAGILIDADE NATURAL DO TERRENO

Bruna Marques dos Santos

Leonardo Dias Fonseca

Eduardo Goulart Collares



Na elaboração da Carta de Fragilidade Natural do Terreno, utilizou-se como base os planos de informações referentes à suscetibilidade à erosão, em associação com as planícies de inundação, utilizando-se dos critérios descritos no Capítulo 25 do Vol.1 desta publicação. A Figura 3.1 apresenta a Carta de Fragilidade Natural do Terreno e os dados quantitativos são apresentados na Tabela 3.1.

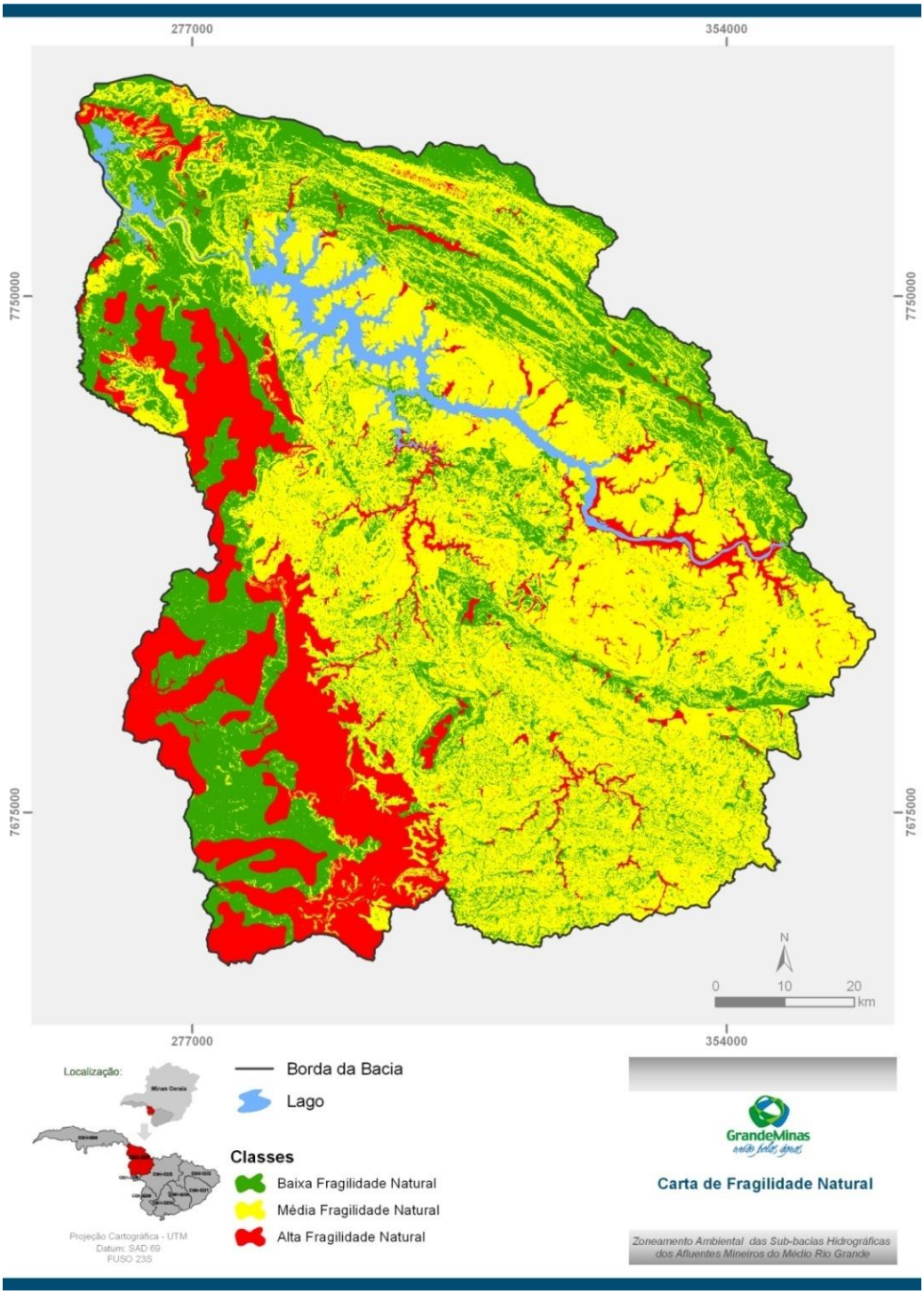


Figura 3. 1 - Carta de Fragilidade Natural do Terreno da Bacia do Médio Rio Grande.

Tabela 3. 1 - Área abrangida, em km², pelas classes de fragilidade natural do terreno na Bacia do Médio Rio Grande.

Classes de Fragilidade Natural	Área (km²)
Baixa Fragilidade Natural	2805,56
Média Fragilidade Natural	5039,11
Alta Fragilidade Natural	1639,29

A Tabela 3.2 mostra o número de unidades ambientais por classe. A Figura 3.2 apresenta a classificação das unidades ambientais quanto à fragilidade natural.

Tabela 3. 2 - Número de unidades ambientais por classe de fragilidade natural.

Classes	Número de unidades ambientais
Baixa	45
Média	1187
Alta	375

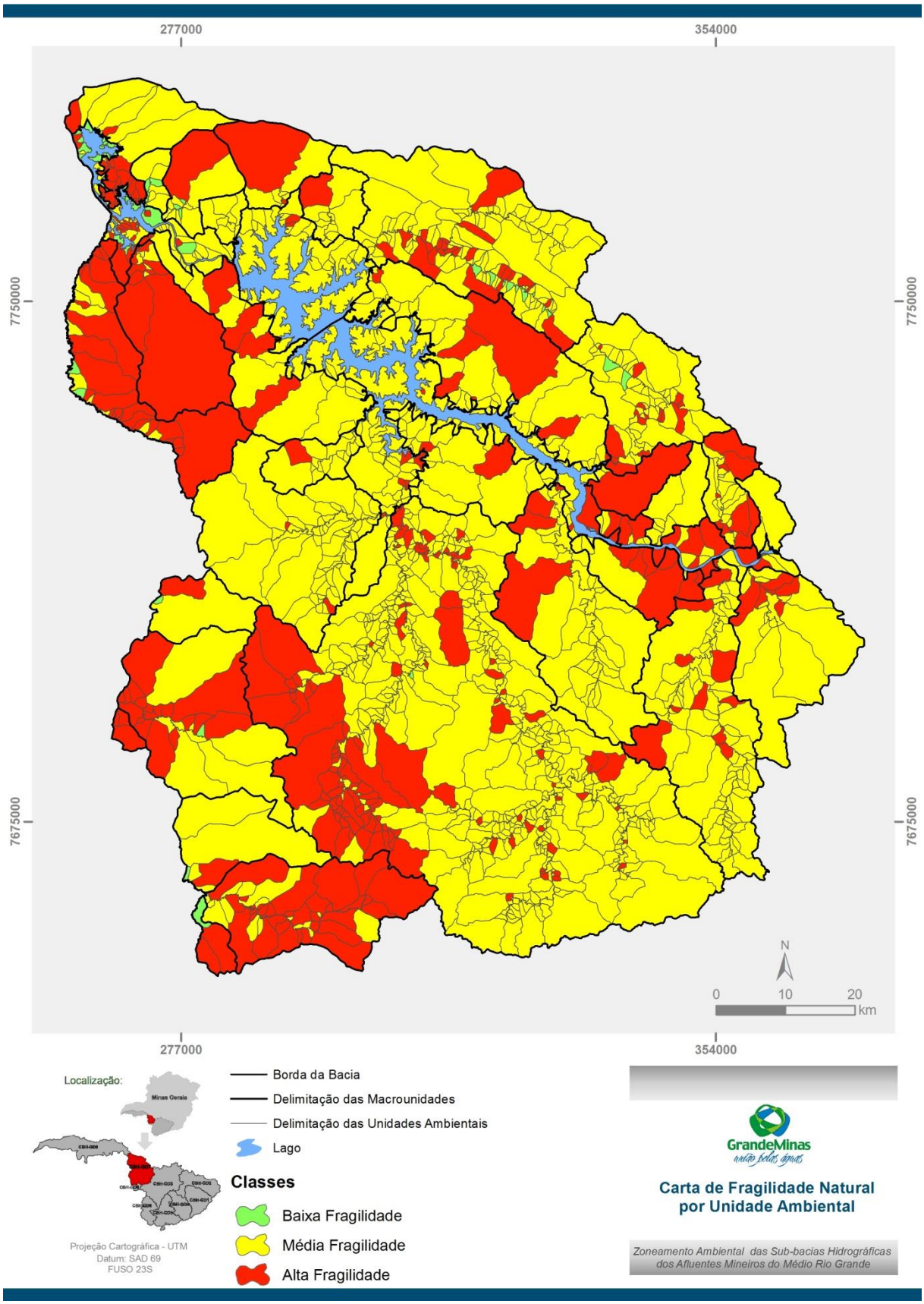


Figura 3. 2 - Classificação das unidades ambientais quanto à fragilidade natural do terreno.

4. POTENCIAL À PRODUÇÃO RURAL

Bruna Marques dos Santos

Leonardo Dias Fonseca

Ana Cláudia Pereira Carvalho

Eduardo Goulart Collares



O potencial à produção rural foi avaliado considerando áreas inaptas, seja por já se apresentarem ocupadas ou por impedimentos legais; potencial natural do solo à produção agropecuária; vulnerabilidade dos terrenos à ocorrência de processos erosivos. Os critérios adotados para a obtenção dos produtos aqui expostos encontram-se no Capítulo 26 do Volume 1 desta publicação.

4.1. Áreas inaptas

As áreas consideradas inaptas são áreas de preservação permanente; áreas com altas declividades; áreas florestadas; áreas urbanas; infraestrutura instalada e áreas adjacentes a estradas asfaltadas. Verificou-se que 12,24% da área total da bacia do Médio Rio Grande compreendem áreas de preservação permanente (APP), sendo 11,58% APPs de rios ou do entorno do lago e os outros 0,66% APPs de nascente (Figura 4.1.1). A Tabela 4.1.1 apresenta a quantificação, em km^2.

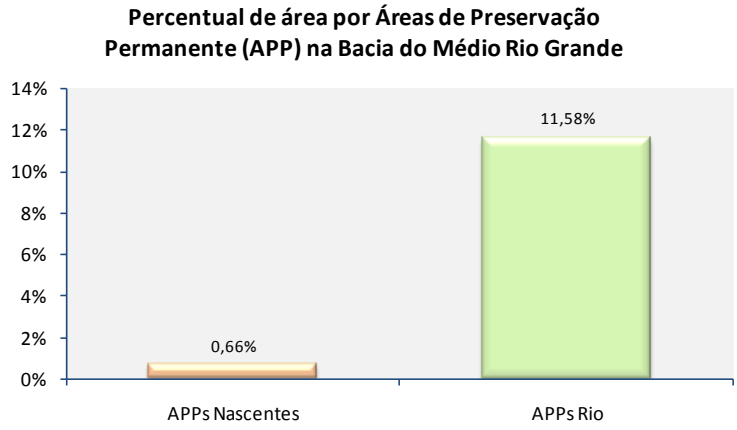


Figura 4.1. 1 - Percentual de área por Áreas de Preservação Permanente (APP) na Bacia do Médio Rio Grande.

Tabela 4.1. 1- Quantificação,em km², da área total da Bacia ocupada com APP.

APP	*km²*
Nascentes	62,43
Drenagem	1100,44
TOTAL	**1162,87**

Com relação às áreas preservadas, a área do Médio Rio Grande apresentou a distribuição exposta na Tabela 4.1.2. O restante das áreas consideradas como áreas inaptas estão apresentadas na Tabela 4.1.3.

Tabela 4.1. 2 - Quantificação, em km², de áreas preservadas na região do Médio Rio Grande.

Área florestada	*km²*
Mata	1777,27
Campo Arbustivo	19,31
Campo	1421,48
TOTAL	**3218,06**

Tabela 4.1. 3 - Quantificação, em km², de áreas consideradas inaptas, com exceção das áreas de APP e áreas preservadas na Bacia do Médio Rio Grande.

Áreas restritivas	*km²*
Altas declividades	293,39
Áreas urbanas	60,13
Estradas asfaltadas	57,1
Infraestruturas instaladas	6,86
TOTAL	**417,48**

Verificou-se que 3928,37 km^2, o que corresponde a 41,36% da área da bacia do Médio Rio Grande, devem ser considerados como áreas inaptas. Ressalta-se que a quantificação, é referente à área total, uma vez que há áreas que podem ser classificadas como inaptas com base em dois ou mais atributos. A Figura 4.1.2 apresenta o mapa com todas as áreas inaptas.

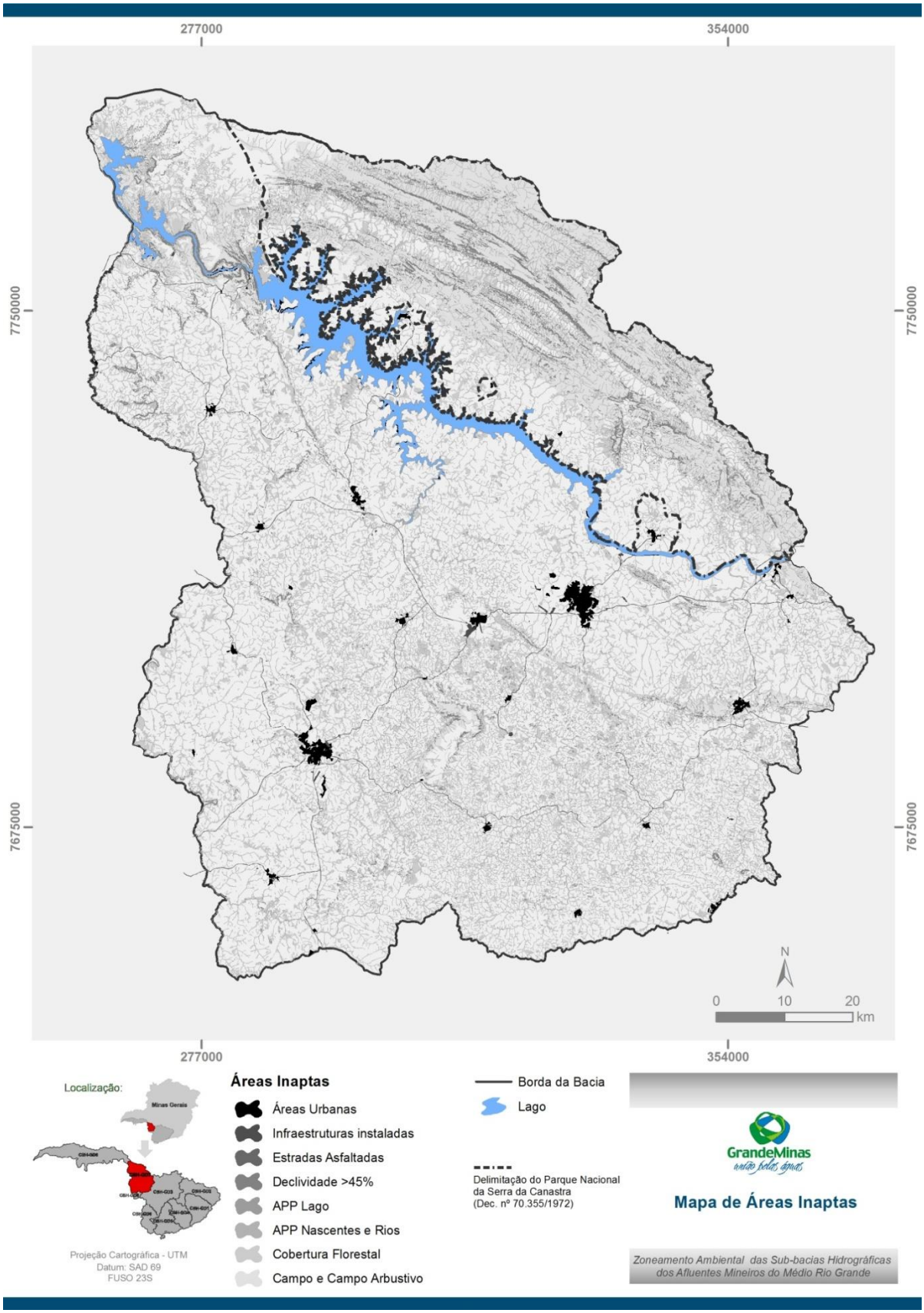


Figura 4.1. 2 - Mapa de áreas inaptas da Bacia do Médio Rio Grande.

4.2. Suscetibilidade à erosão

As áreas avaliadas de acordo com a Carta de Suscetibilidade à Erosão, foram classificadas e quantificadas conforme exposto na Tabela 4.2.1.

Tabela 4.2. 1 - Classes, quantificação e percentual das áreas classificadas quanto à suscetibilidade à erosão na Bacia do Médio Rio Grande.

Classes	Área (km²)	Percentual (%)
Alta	1341,49	14,13
Média	5081,97	53,51
Baixa	3074,61	32,36

4.3. Carta de potencialidade natural

Com base na Carta de Aptidão agrícola (no item 7.1 do Volume 3 desta publicação) e na Carta de Índice de Umidade (Figura 4.3.1), produziu-se a Carta de Potencialidade Natural (Figura 4.3.2), os procedimentos estão descritos no item 26.3 do Volume 1 desta publicação. A Tabela 4.3.1 apresenta dos dados quantitativos e percentuais das classes de potencialidade natural da área da bacia do Médio Rio Grande.

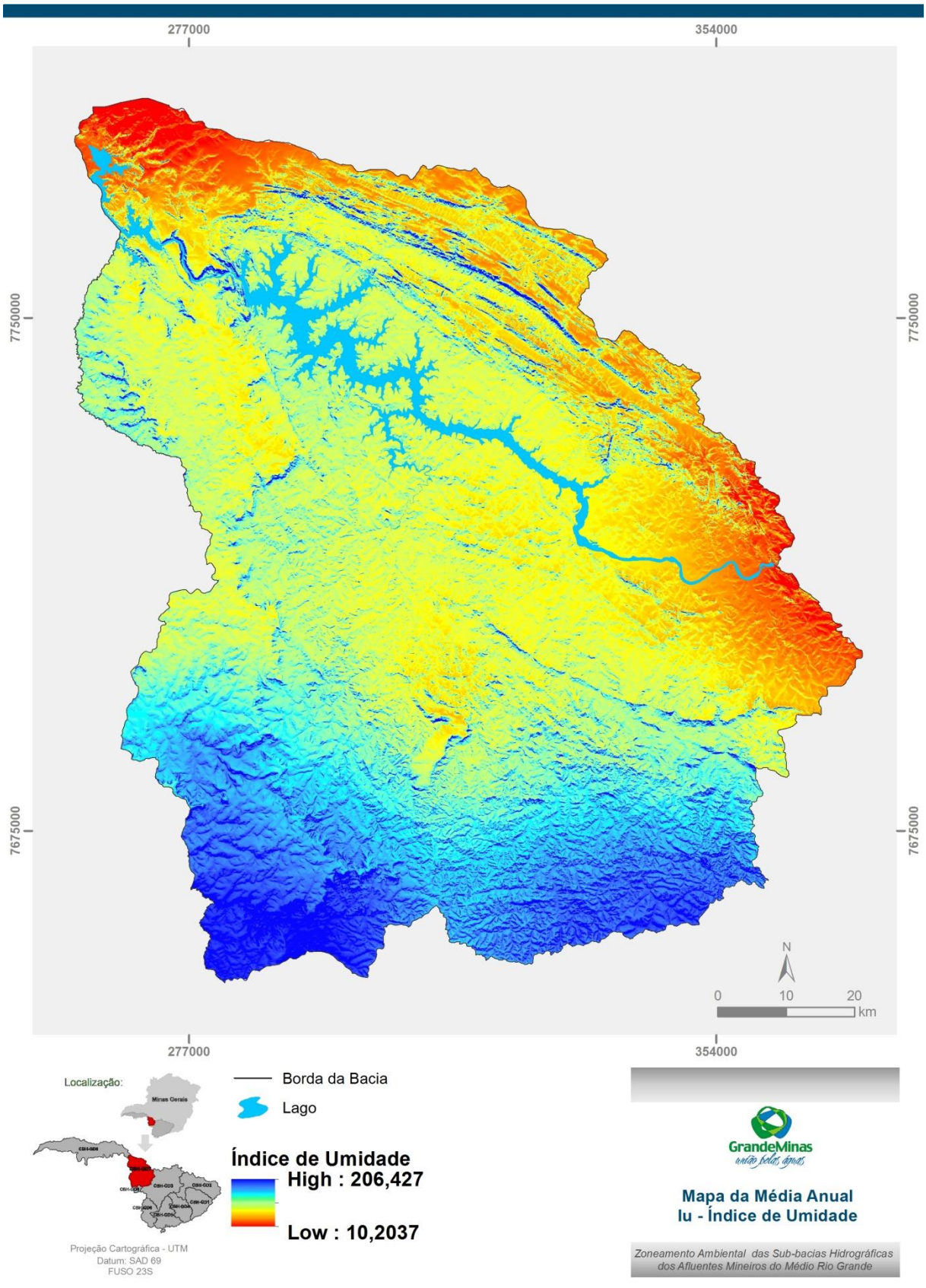


Figura 4.3. 1 - Mapa da média anual referente ao Índice de Umidade da Bacia do Médio Rio Grande.

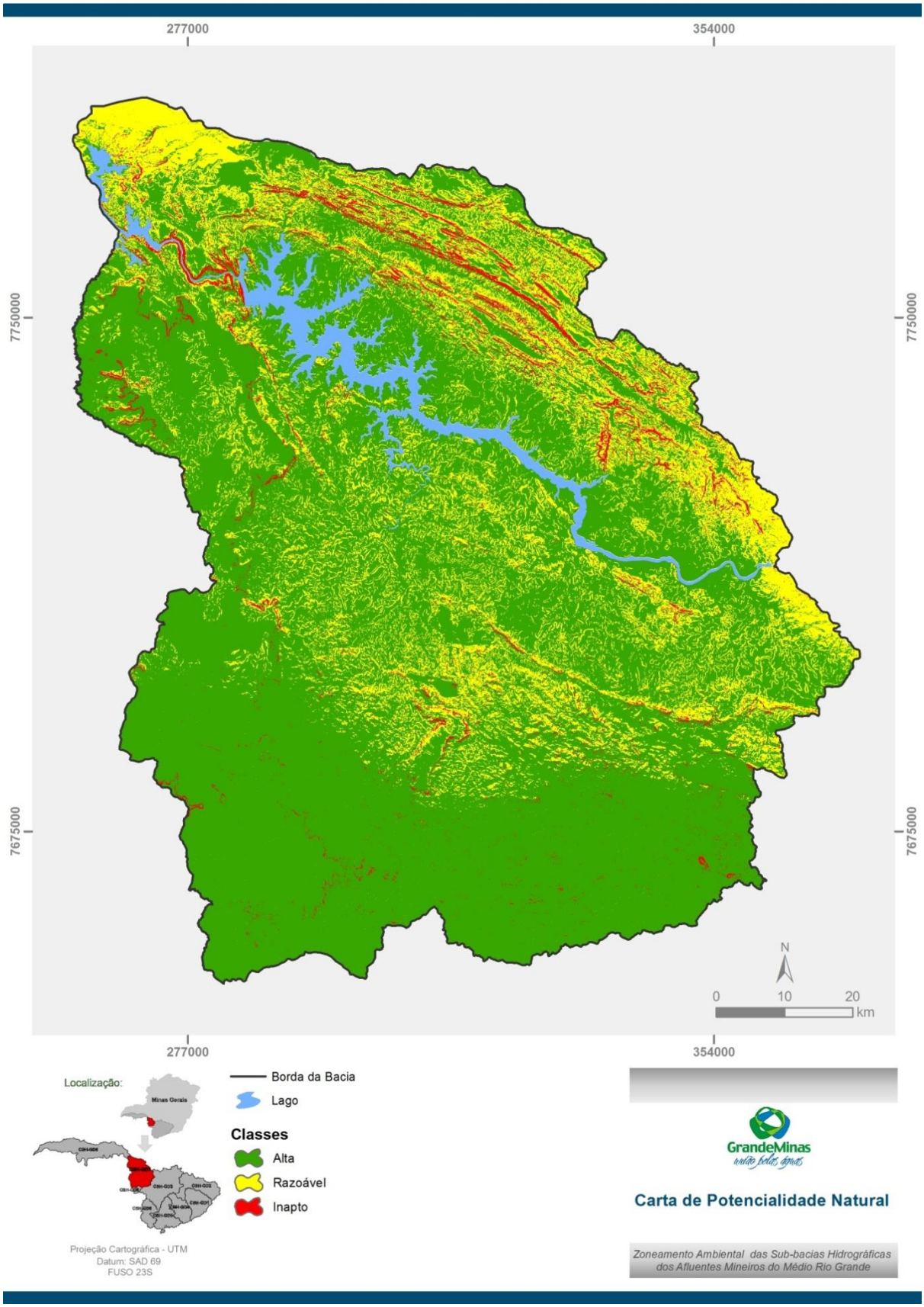


Figura 4.3. 2 - Carta de Potencialidade Natural da Bacia do Médio Rio Grande.

Tabela 4.3. 1 - Quantificação e percentual das classes de potencialidade natural apresentadas na Bacia do Médio Rio Grande.

Classe de Potencialidade Natural	Área (km²)	Percentual (%)
Inapto	293,57	3,09
Razoável	2010,65	21,17
Alta	7192,75	75,74

4.4. Carta de adequabilidade do meio físico à produção rural

A Carta de Adequabilidade do Meio Físico à Produção Rural é apresentada na Figura 4.4.1 e nas Figuras 4.4.2 e 4.4.3 são apresentadas as áreas ocupadas por cada classe e seus respectivos percentuais.

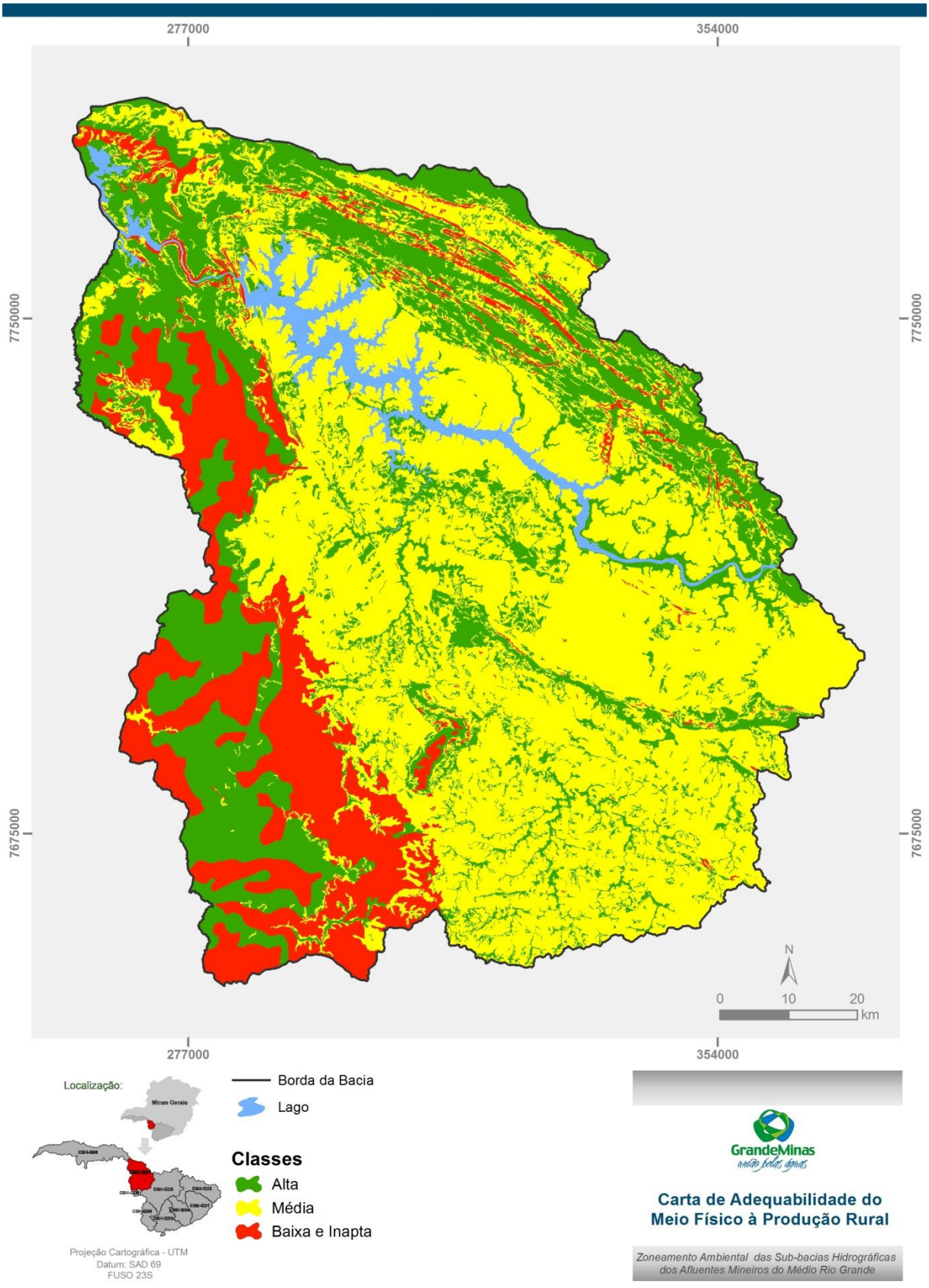


Figura 4.4. 1 - Carta de Adequabilidade do Meio Físico à Produção Rural da área da Bacia do Médio Rio Grande.

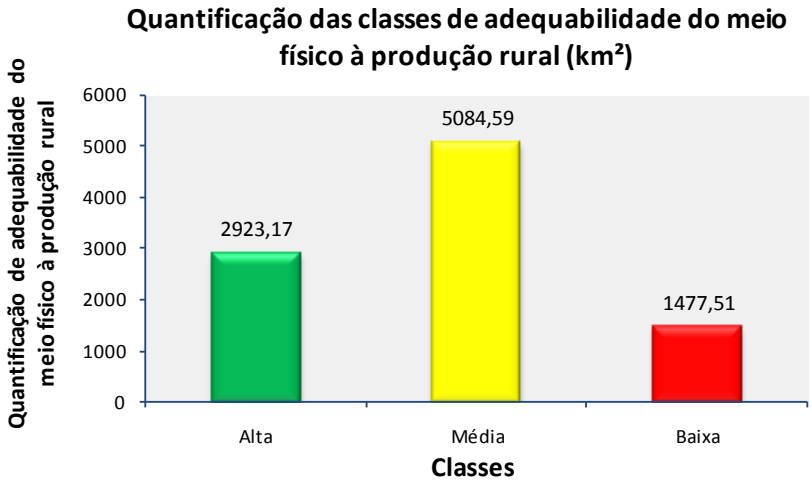


Figura 4.4. 2 - Quantificação das classes de adequabilidade do meio físico à produção rural (km²) da Bacia do Médio Rio Grande.

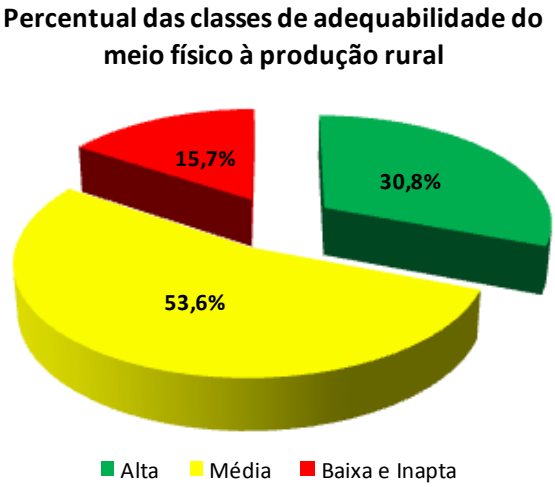


Figura 4.4. 3 - Percentual das classes de adequabilidade do meio físico à produção rural (km²) da Bacia do Médio Rio Grande.

4.5. Carta de potencial à produção rural

A Carta de Potencial à Produção Rural (Figura 4.5.1) é resultante da combinação entre o Mapa de áreas Inaptas e a Carta de Adequabilidade do Meio Físico à Produção Rural. As áreas ocupadas por cada classe e os respectivos percentuais são apresentados na Tabela 4.5.1.

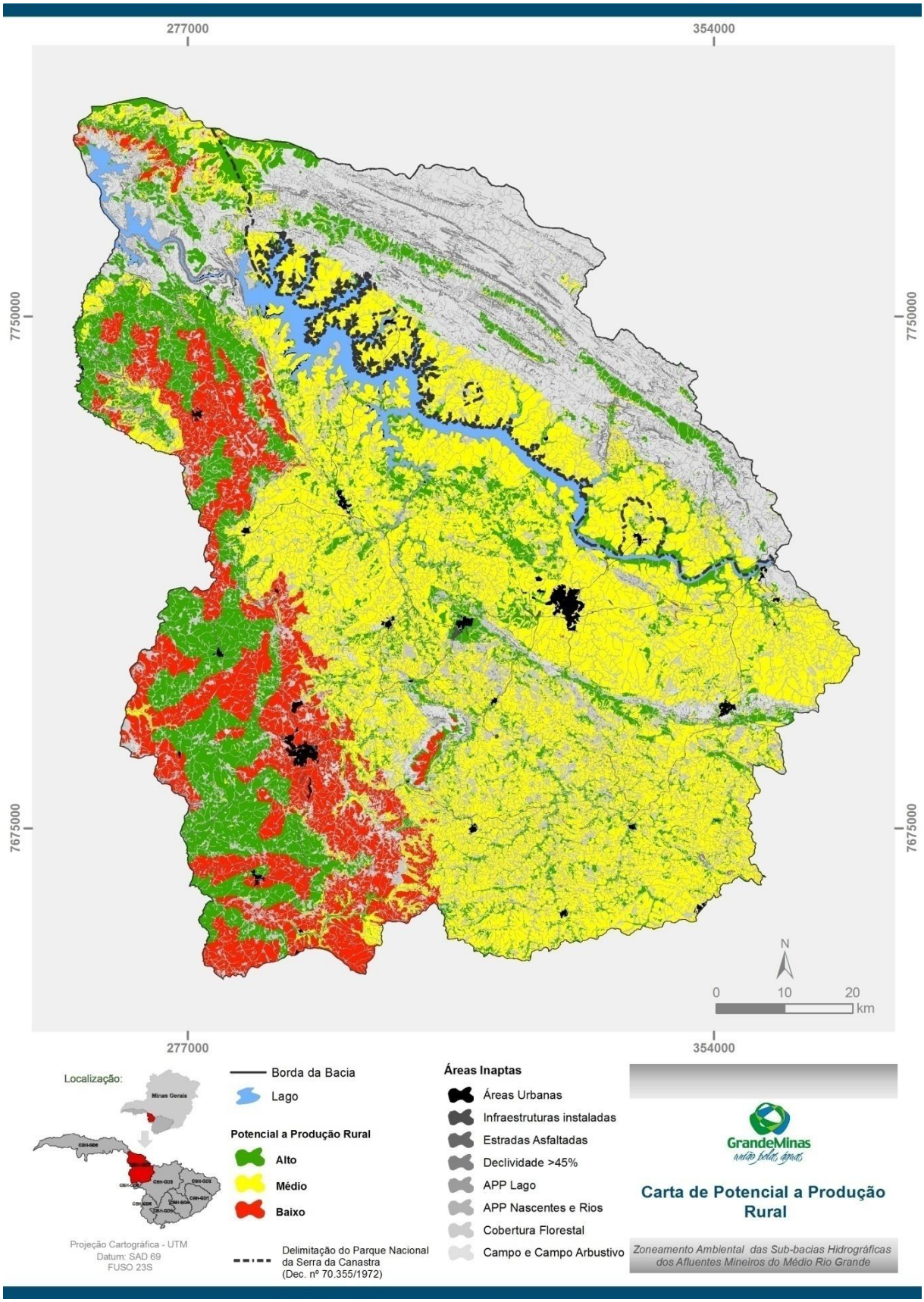


Figura 4.5. 1 - Carta de Potencial à Produção Rural da Bacia do Médio Rio Grande.

Tabela 4.5. 1 - Dados quantitativos e percentuais das classes de potencial à produção rural da Bacia do Médio Rio Grande.

Classe de potencial à produção rural	Área (km²)	Percentual(%)
Alto	1522,92	16,04
Médio	3108,32	32,73
Baixo e Inapto	933,35	9,83
Áreas Inaptas	3928,37	41,36

4.6. Classificação das unidades ambientais quanto ao potencial à produção rural

A classificação das unidades ambientais quanto ao potencial à produção rural é apresentada na Figura 4.6.1. Foram consideradas as seguintes classes: Alto Potencial à Produção Rural; Médio Potencial à Produção Rural; Baixo Potencial à Produção Rural; Áreas inaptas; Predomínio de Alto Potencial à Produção Rural; Predomínio de Médio Potencial à Produção Rural; Predomínio de Baixo Potencial à Produção Rural; Predomínio de Áreas Inaptas; Mistas. Na Tabela 4.6.1 apresenta-se o número de unidades ambientais por classe de potencial à produção rural.

Tabela 4.6. 1 - Quantidade de unidades ambientais por classe de potencial à produção rural.

Classes	Números de unidades ambientais por classe
Alto Potencial à Produção Rural	8
Médio Potencial à Produção Rural	21
Baixo Potencial à Produção Rural	3
Áreas Inaptas	313
Mistas	303
Predomínio de Alto Potencial à Produção Rural	63
Predomínio de Médio Potencial à Produção Rural	612
Predomínio de Baixo Potencial à Produção Rural	64
Predomínio de Áreas Inaptas	220

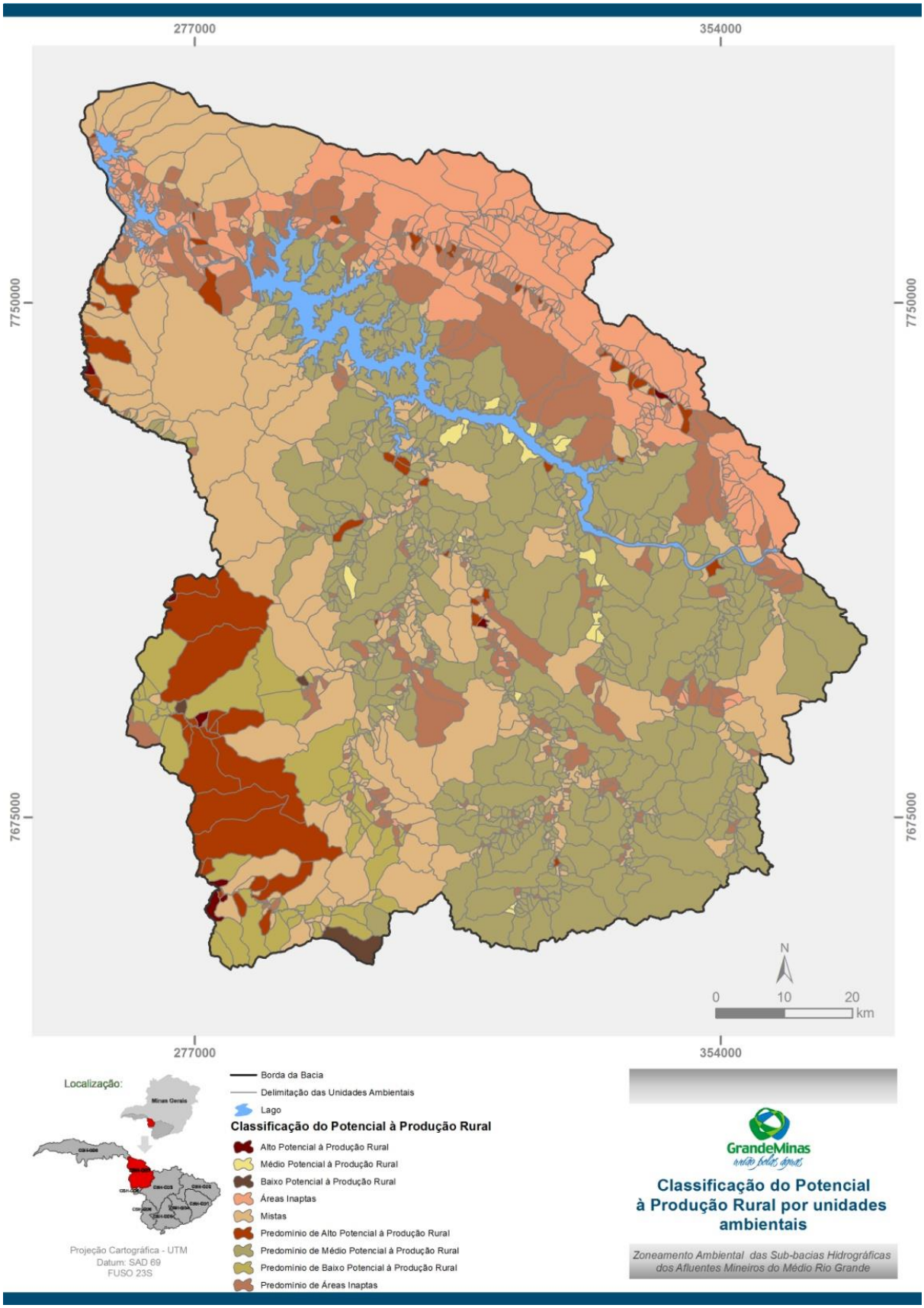


Figura 4.6. 1 - Classificação do Potencial à Produção Rural por unidades ambientais da Bacia do Médio Rio Grande.

5. POTENCIAL À EXPANSÃO URBANA

Bruna Marques dos Santos

Ana Paula Pereira Carvalho

Eduardo Goulart Collares



A Figura 5.1 apresenta a Carta de Potencial à expansão urbana nos municípios do Médio Rio Grande, considerando as classes Alto Potencial, Médio Potencial e Baixo Potencial ou Inapta (Tabela 5.1), conforme os procedimentos descritos no Capítulo 27 do Volume 1 desta publicação. Os municípios de Sacramento, Monte Santo de Minas e São Roque de Minas, apresentam suas áreas urbanas fora da área de delimitação da Bacia do Médio Rio Grande e, portanto, não foram avaliados em relação a este aspecto.

Tabela 5. 1 - Classes de potencial à expansão urbana.

Classe de potencial à expansão urbana	*Descrição*
Baixo Potencial ou Inapta	Áreas Inaptas e planícies de inundação
Médio Potencial	Áreas aptas com alta suscetibilidade à erosão
Alto Potencial	Áreas aptas com média e baixa suscetibilidade à erosão

As Figuras 5.2 a 5.25 apresentam, em escala de detalhe, as áreas demarcadas quanto ao potencial de Expansão Urbana em cada município. Ressalta-se que as áreas urbanas dos municípios de Claraval e Nova Resende coincidem com o limite da Bacia do Médio Rio Grande.

Considerando as áreas demarcadas para o mapeamento da expansão urbana nos 19 municípios (circunscritas nas circunferências), a Classe de Alto Potencial representa 46,18% (163,0 km^2); Baixo Potencial representa 32,13% (113,4 km^2) e com Médio Potencial 21,67% (76,5 km^2). A Figura 5.26 e a Tabela 5.2 apresentam dados referentes ao Potencial à Expansão Urbana em cada município. As áreas urbanas de São Sebastião do Paraíso, Passos, São José da Barra e Itaú de Minas apresentaram a maior quantidade de áreas com Baixo Potencial ou Inapta. As áreas urbanas de Ibiraci, Itamogi e São Sebastião do Paraíso apresentaram a maior quantidade de áreas com Médio Potencial. As áreas urbanas de Passos, Itaú de Minas, Nova Resende e Cássia se destacaram com as maiores áreas de Alto Potencial.

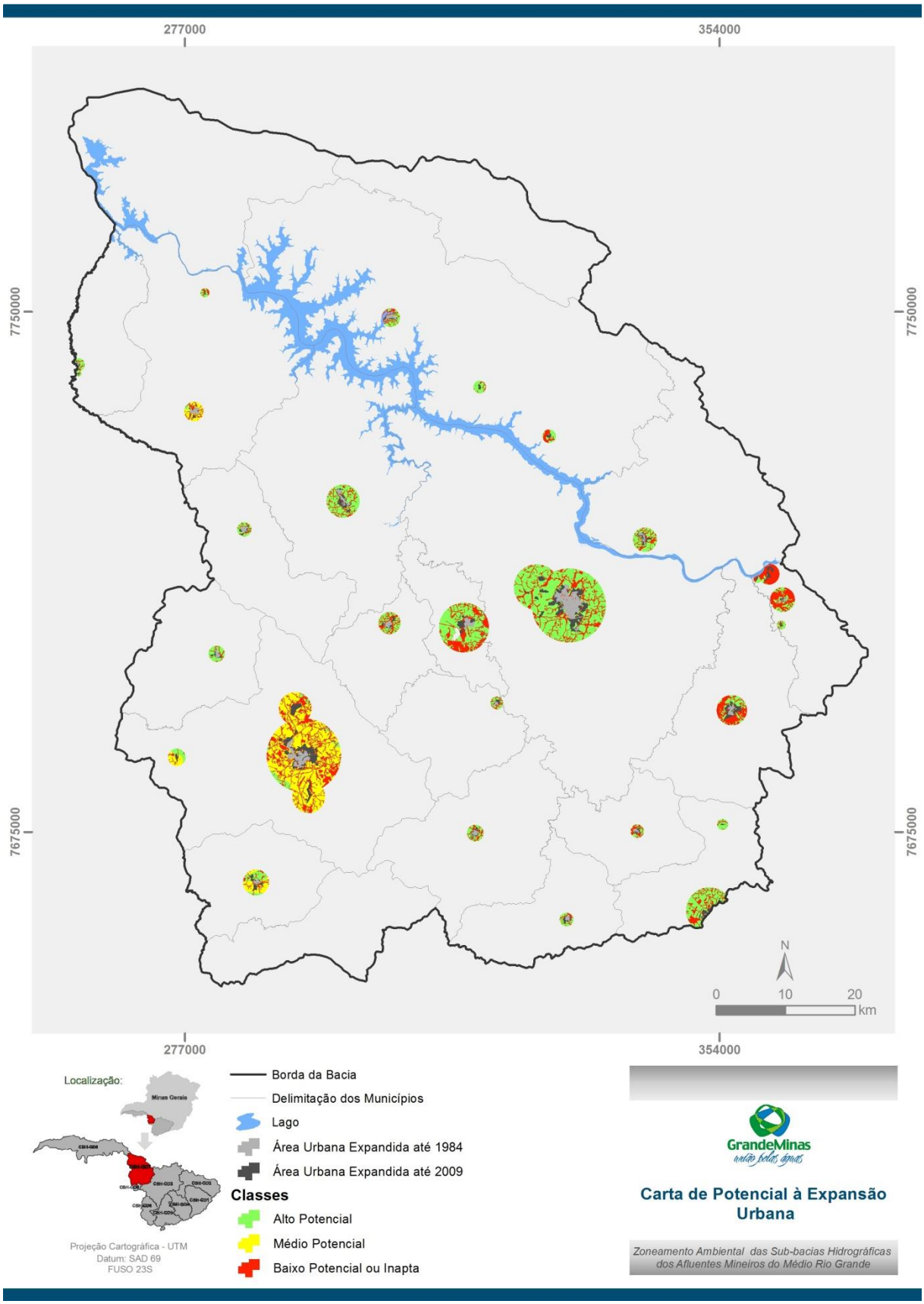


Figura 5. 1 - Carta de Potencial à Expansão Urbana.

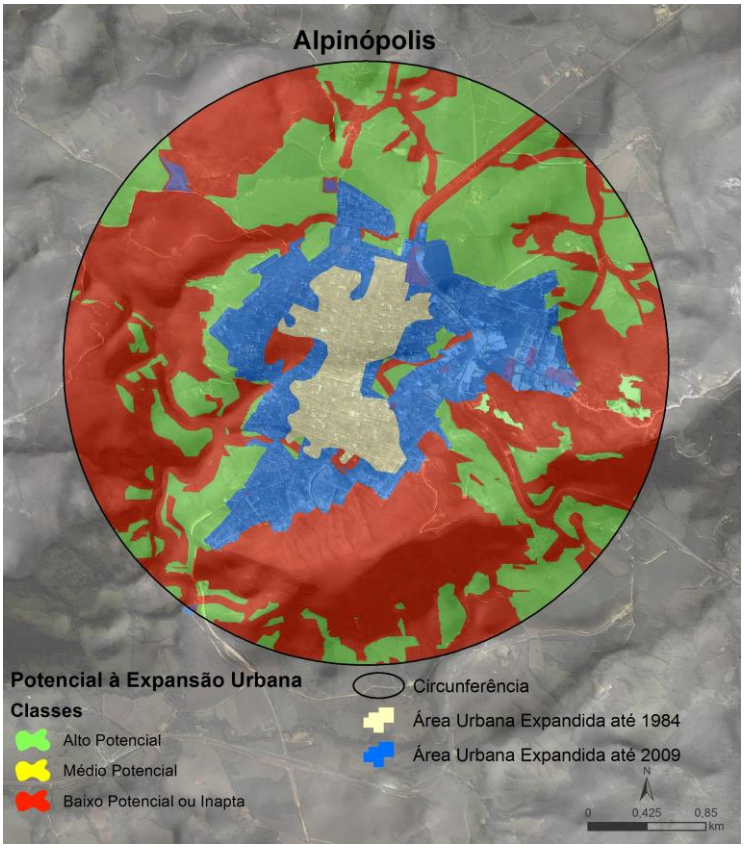


Figura 5. 2 - Potencial à Expansão Urbana no município de Alpinópolis.

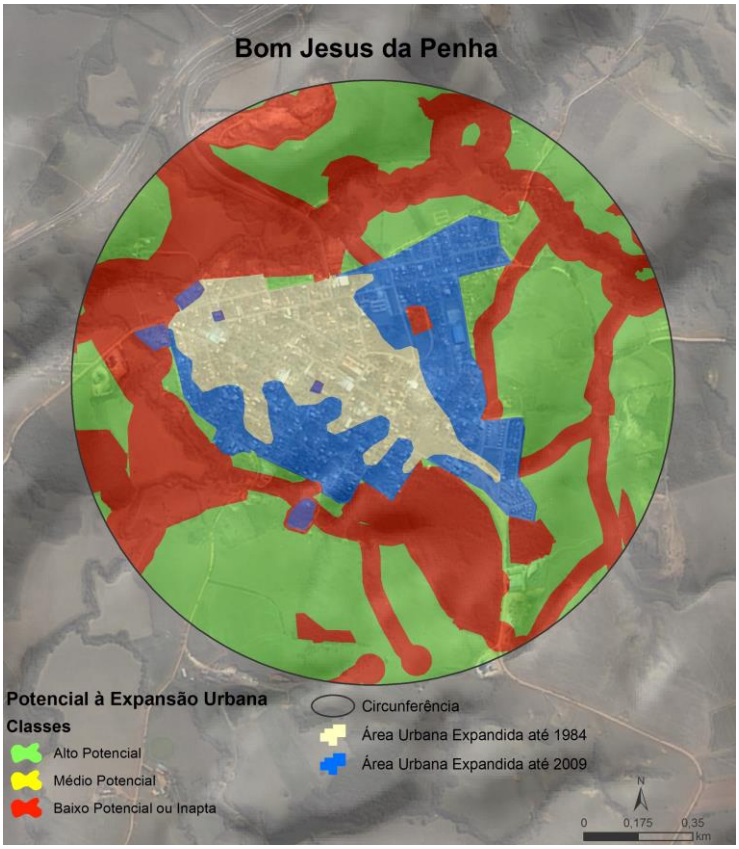


Figura 5. 3 - Potencial à Expansão Urbana no município de Bom Jesus da Penha.

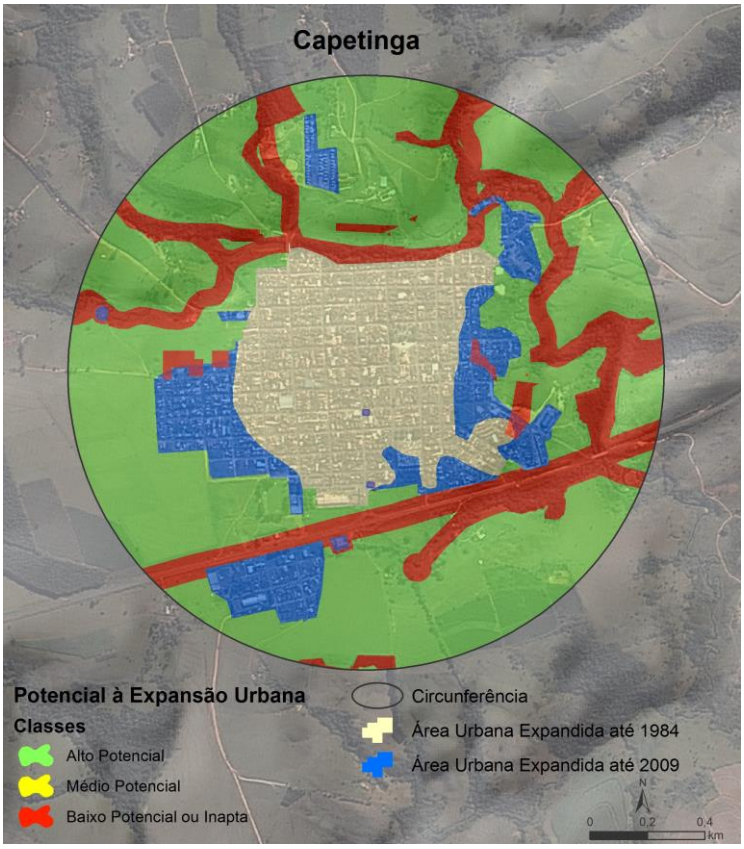


Figura 5. 4 - Potencial à Expansão Urbana no município de Capetinga.

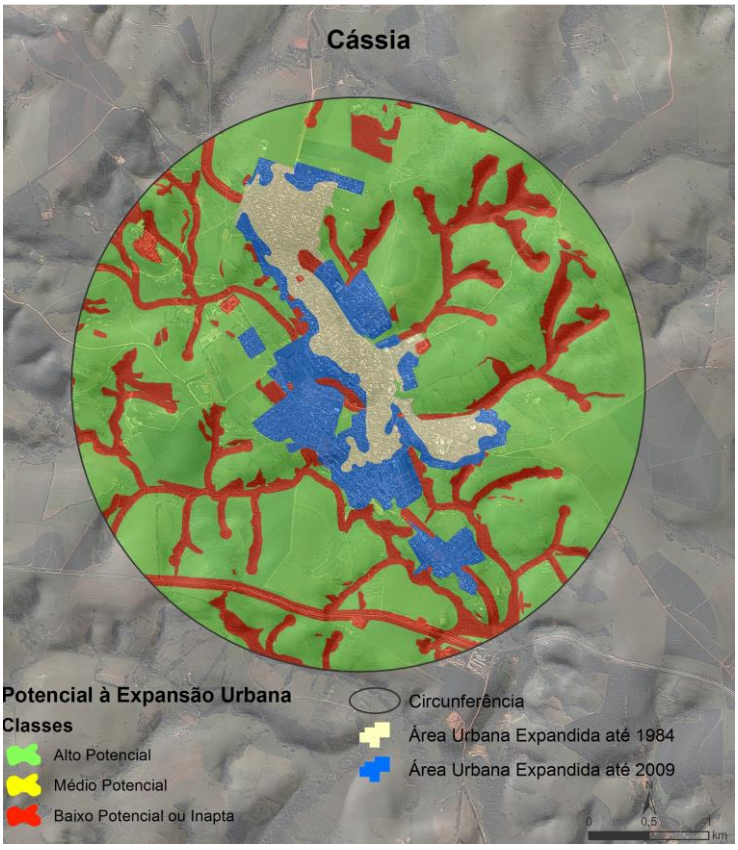


Figura 5. 5 - Potencial à Expansão Urbana no município de Cássia.

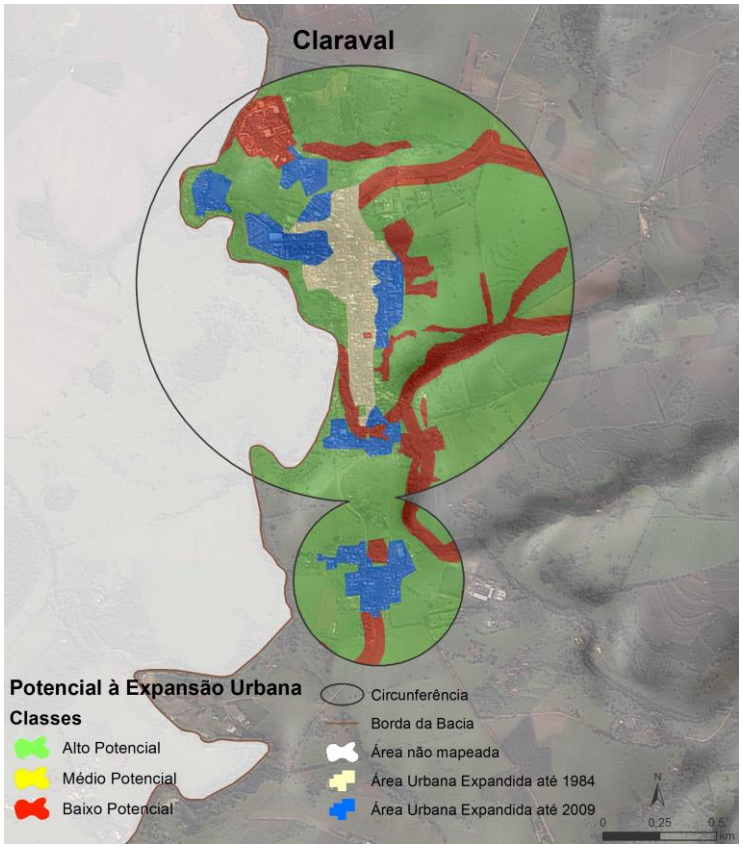


Figura 5. 6 - Potencial à Expansão Urbana no município de Claraval.

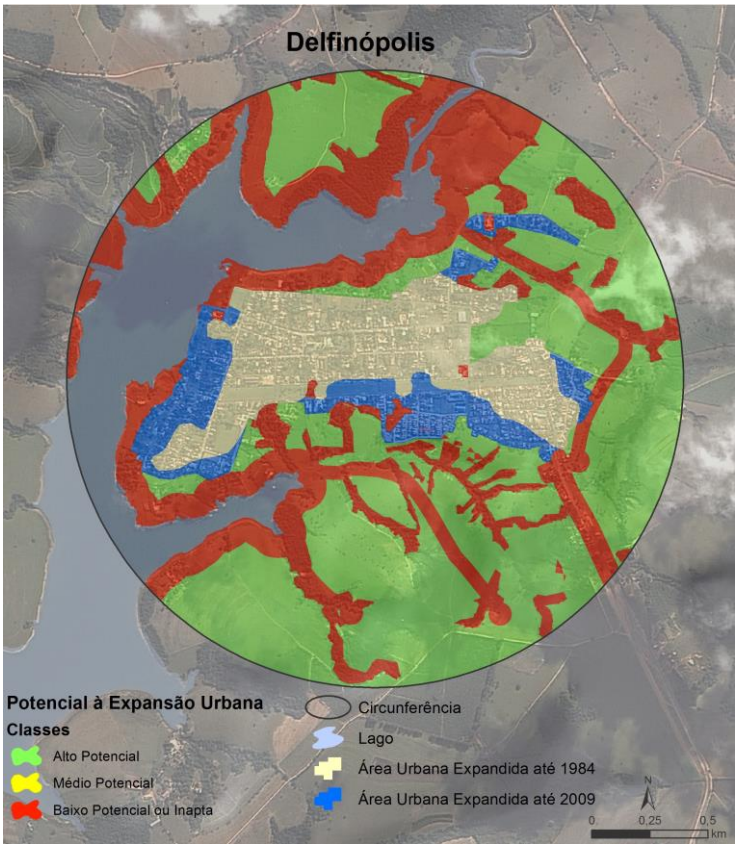


Figura 5. 7 - Potencial à Expansão Urbana no município de Delfinópolis.

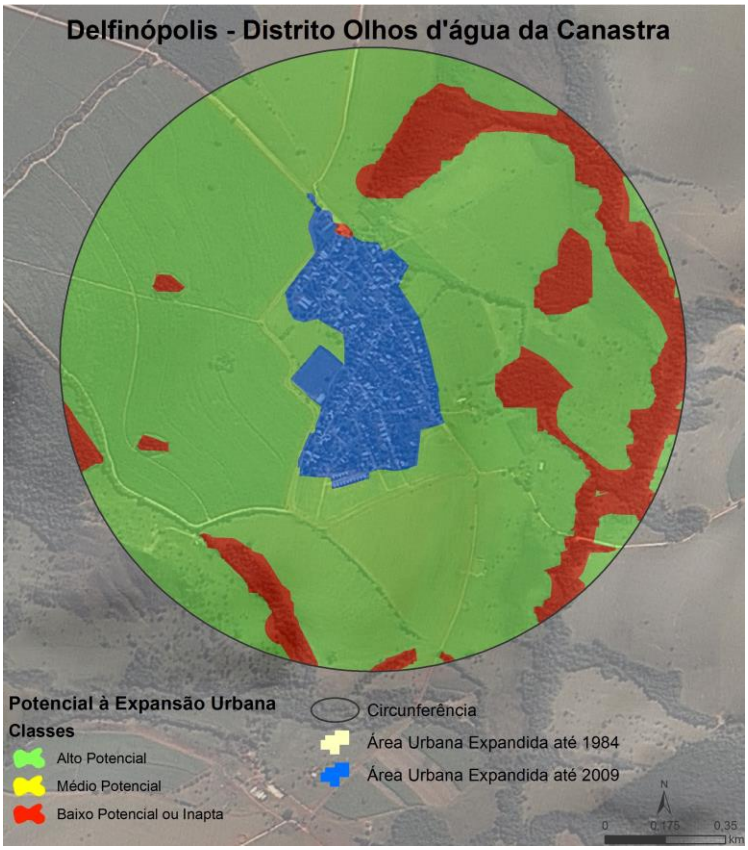


Figura 5. 8 - Potencial à Expansão Urbana no município de Delfinópolis - Distrito Olhos d´água da Canastra.

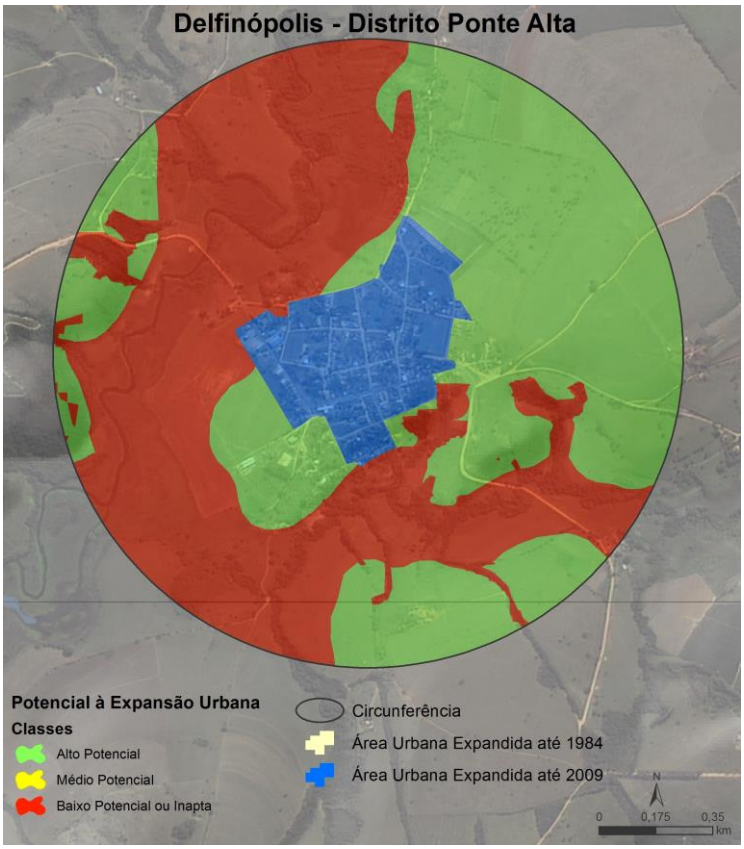


Figura 5. 9 - Potencial à Expansão Urbana no município de Delfinópolis - Distrito Ponte Alta.

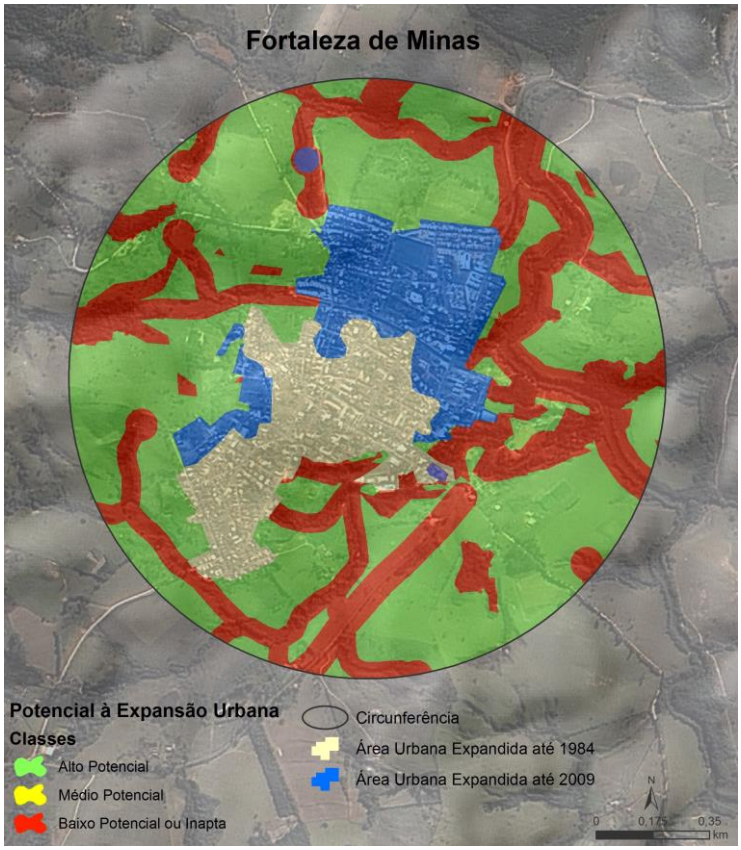


Figura 5. 10 - Potencial à Expansão Urbana no município de Fortaleza de Minas.

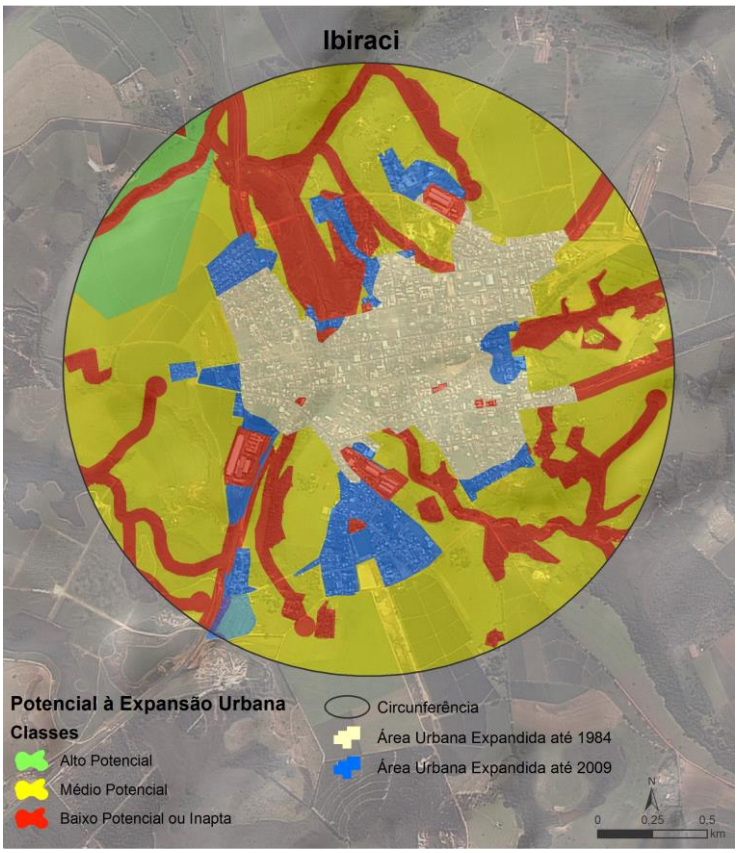


Figura 5. 11 - Potencial à Expansão Urbana no município de Ibiraci.

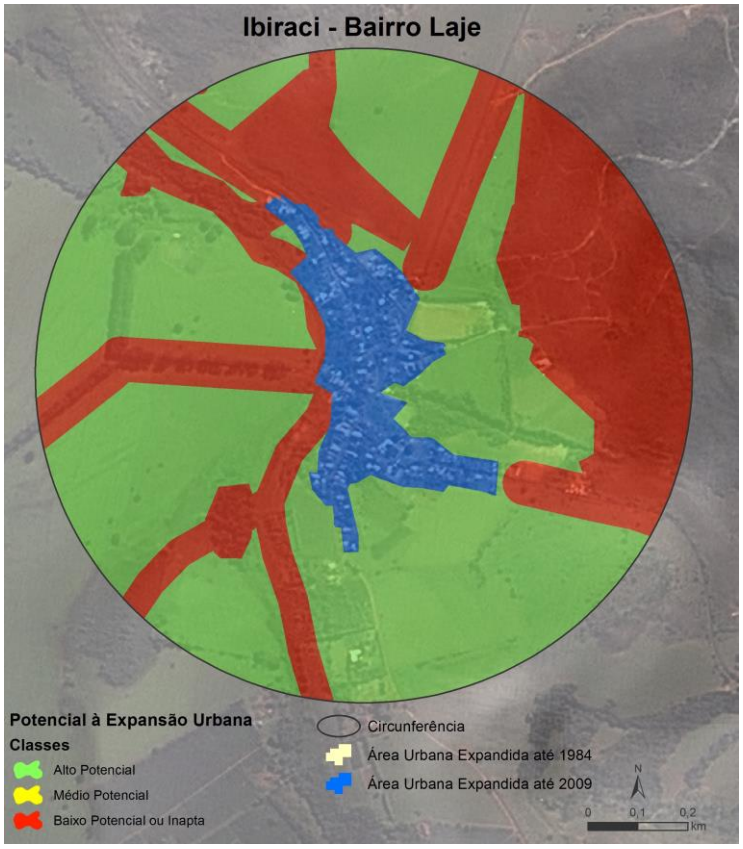


Figura 5. 12 - Potencial à Expansão Urbana no município de Ibiraci - Bairro Laje.

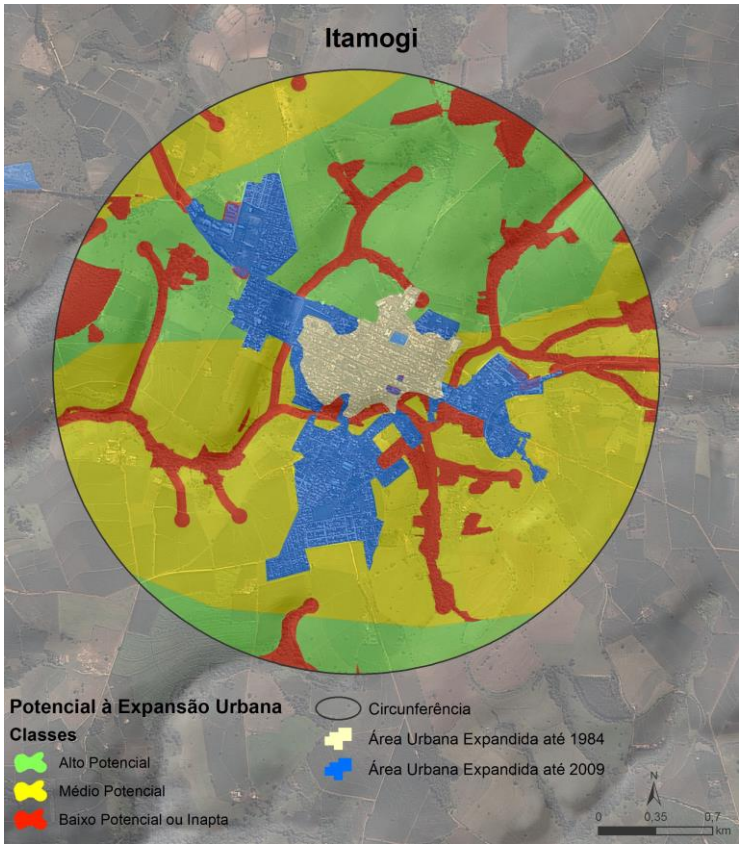


Figura 5. 13 - Potencial à Expansão Urbana no município de Itamogi.

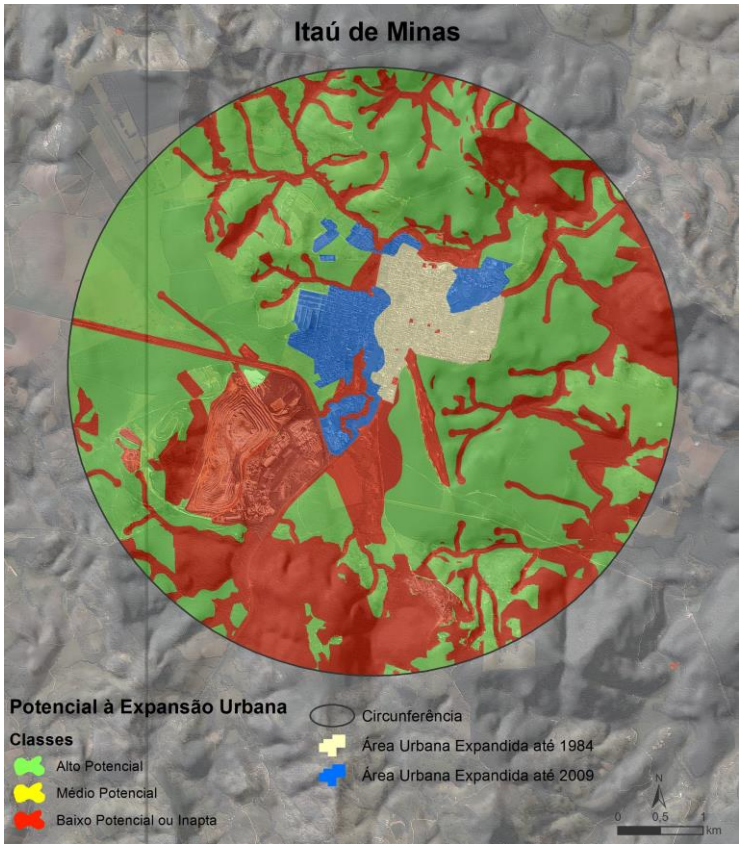


Figura 5. 14 - Potencial à Expansão Urbana no município de Itaú de Minas.

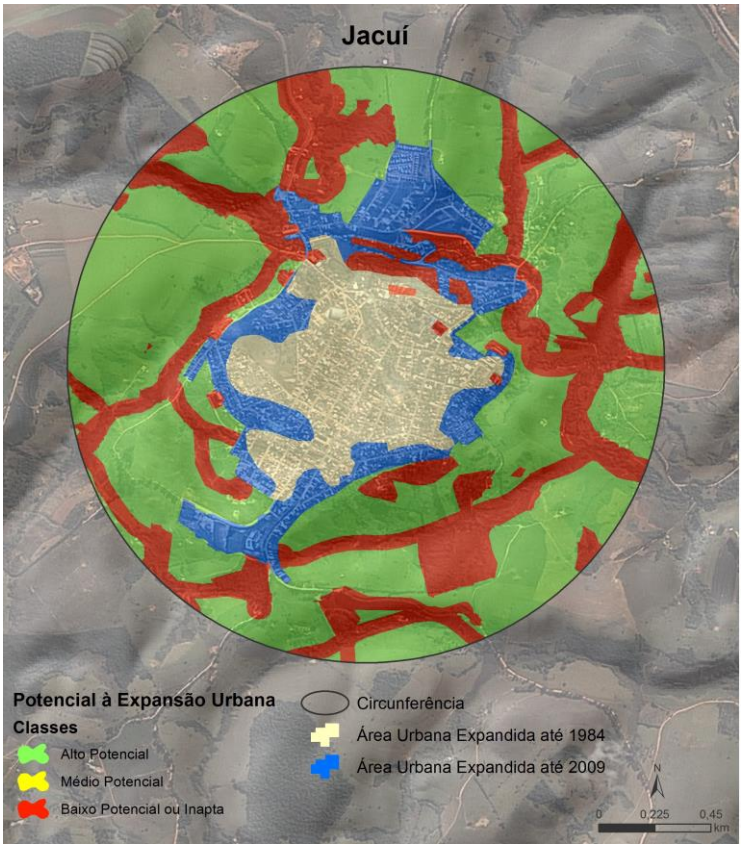


Figura 5. 15 - Potencial à Expansão Urbana no município de Jacuí.

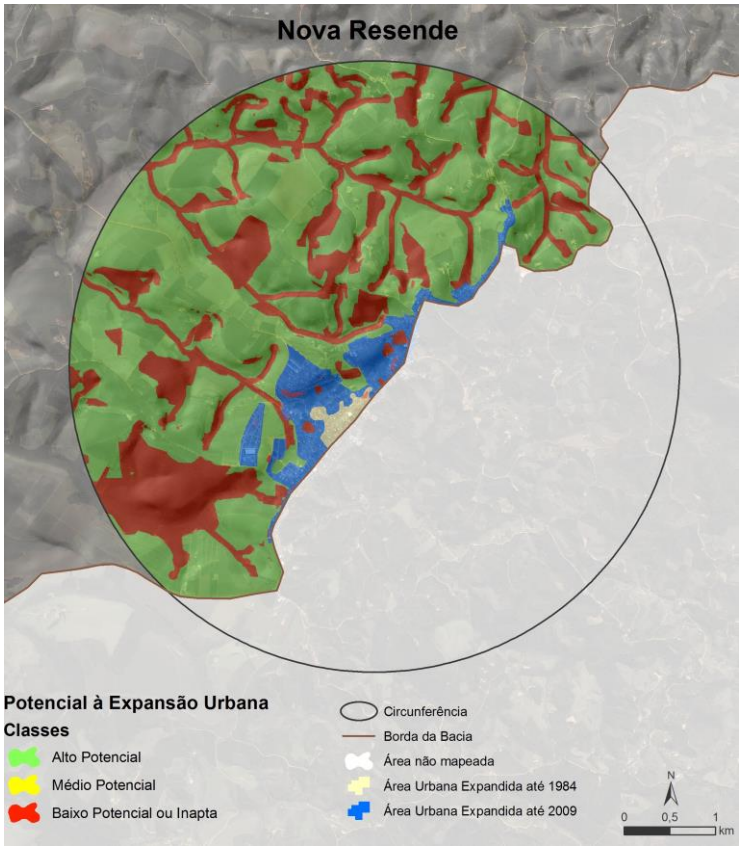


Figura 5. 16 - Potencial à Expansão Urbana no município de Nova Resende.

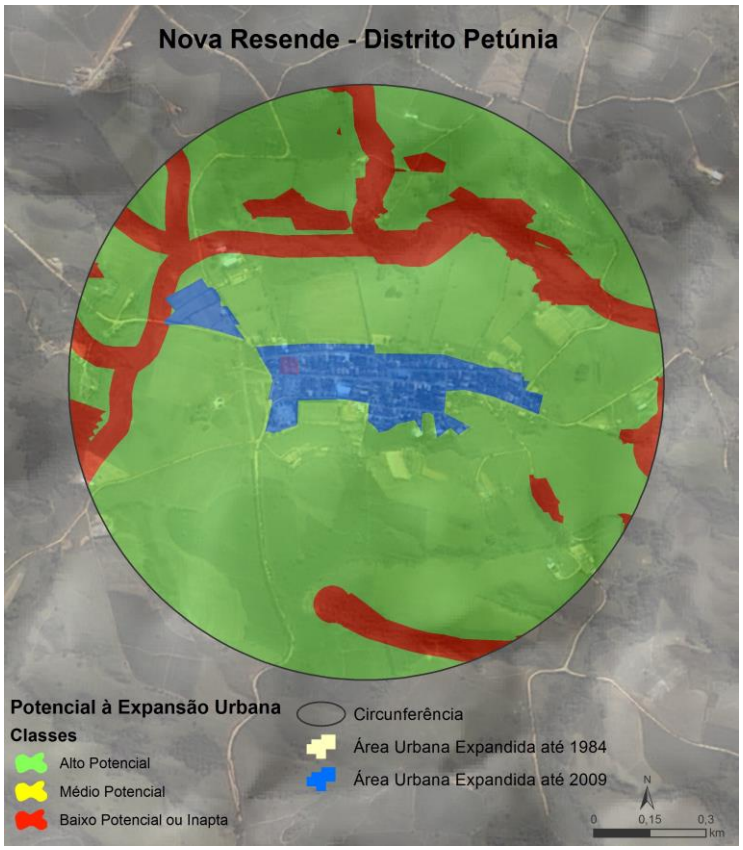


Figura 5. 17 - Potencial à Expansão Urbana no município de Nova Resende - Distrito Petúnia.

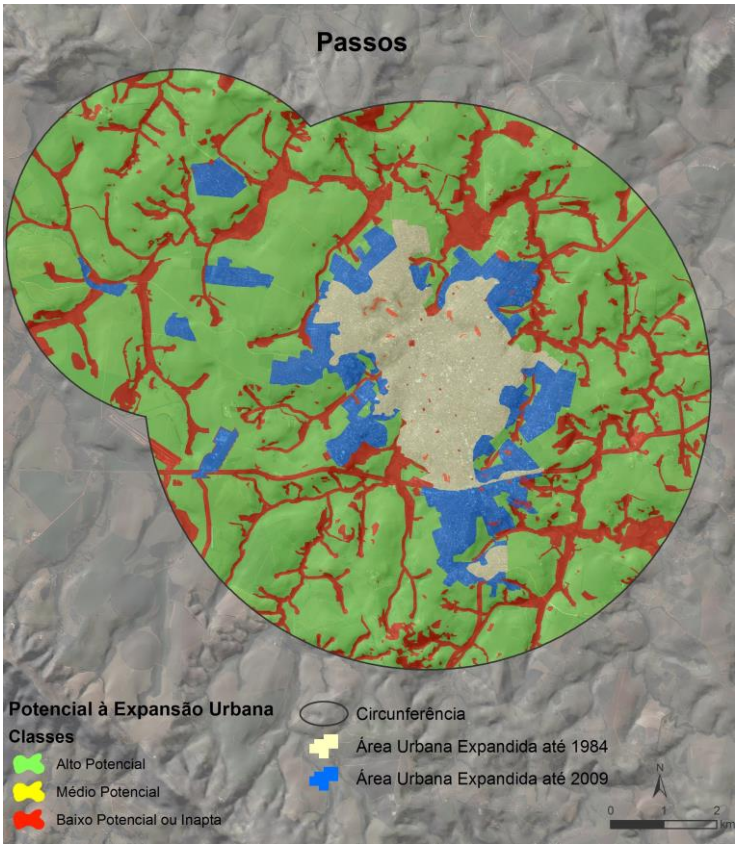


Figura 5. 18 - Potencial à Expansão Urbana no município de Passos.

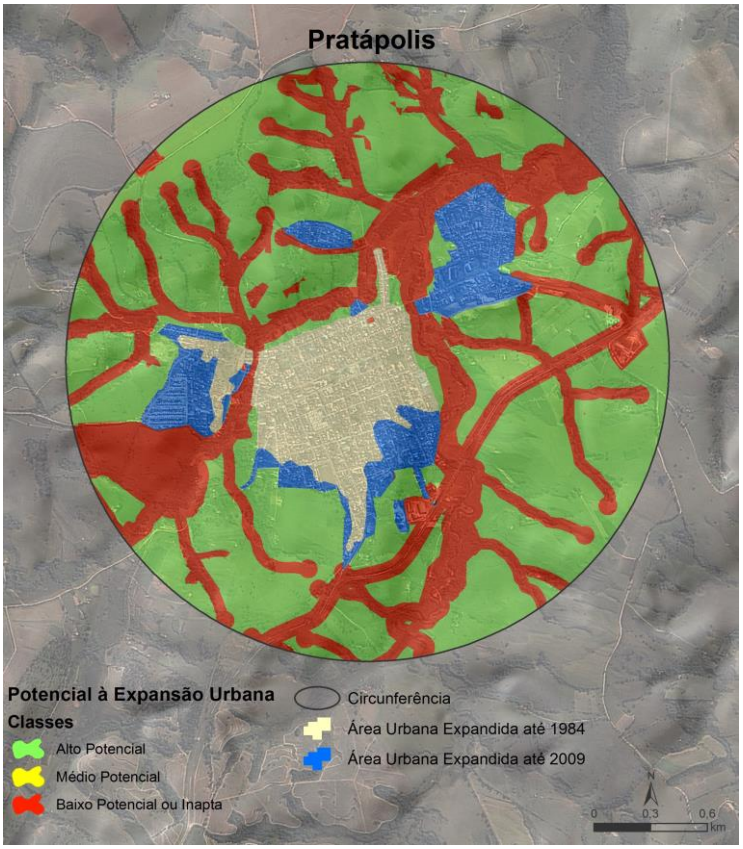


Figura 5. 19 - Potencial à Expansão Urbana no município de Pratápolis.

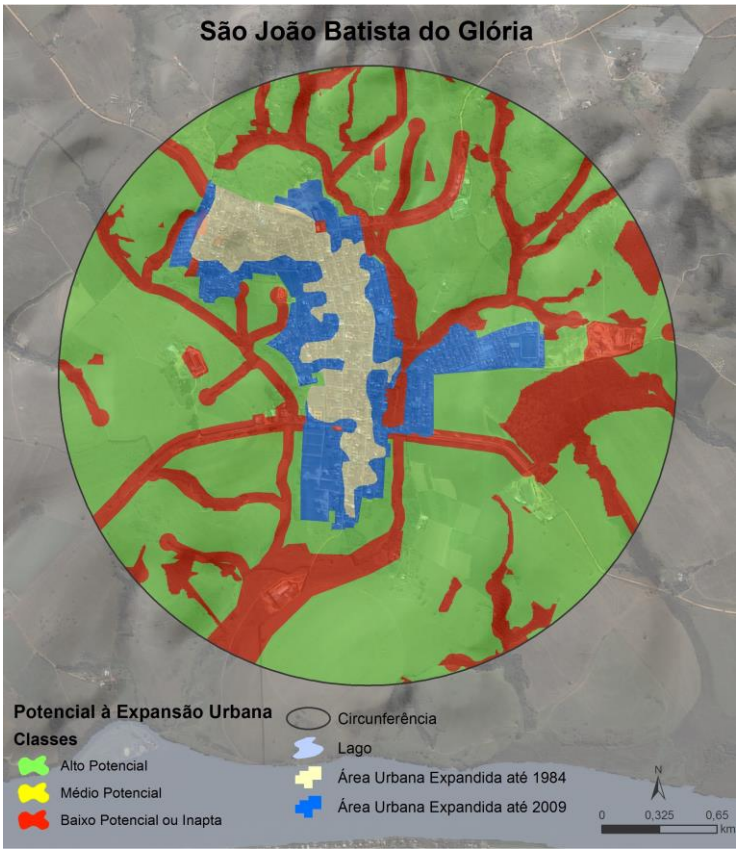


Figura 5. 20 - Potencial à Expansão Urbana no município de São João Batista do Glória.

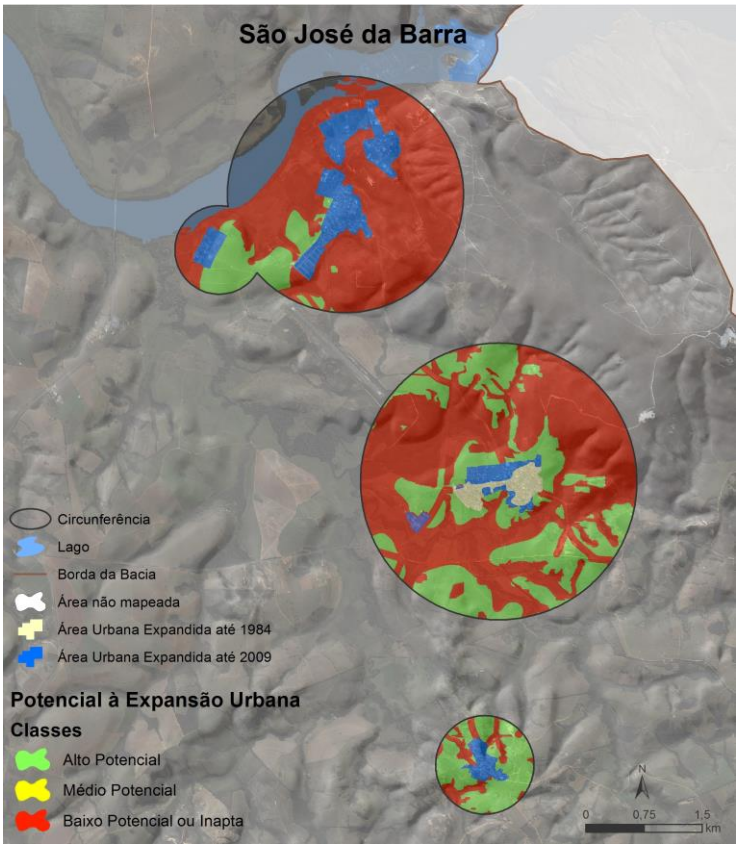


Figura 5. 21 - Potencial à Expansão Urbana no município de São José da Barra.

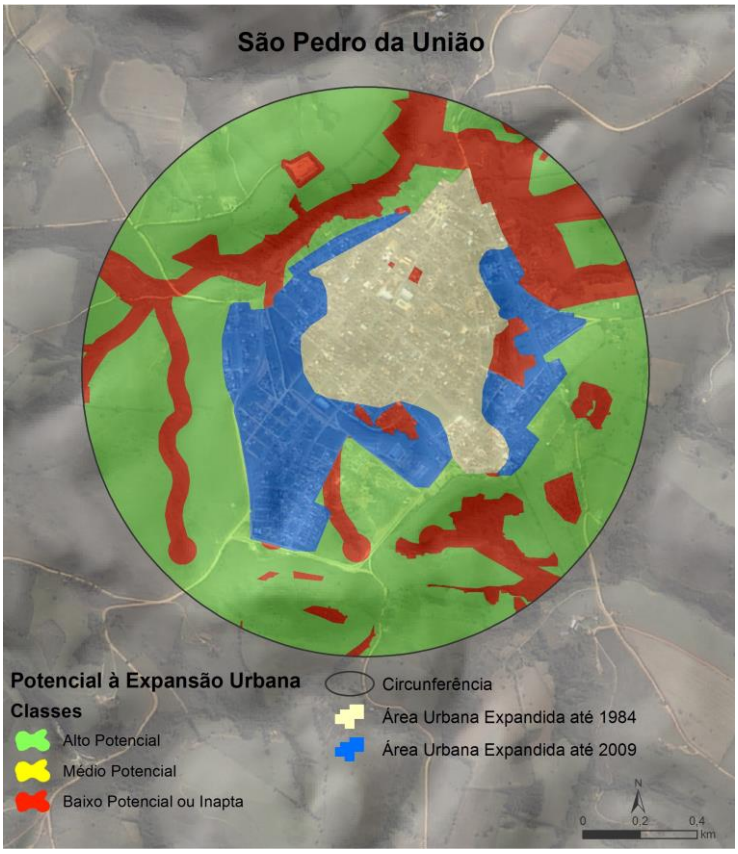


Figura 5. 22 - Potencial à Expansão Urbana no município de São Pedro da União.

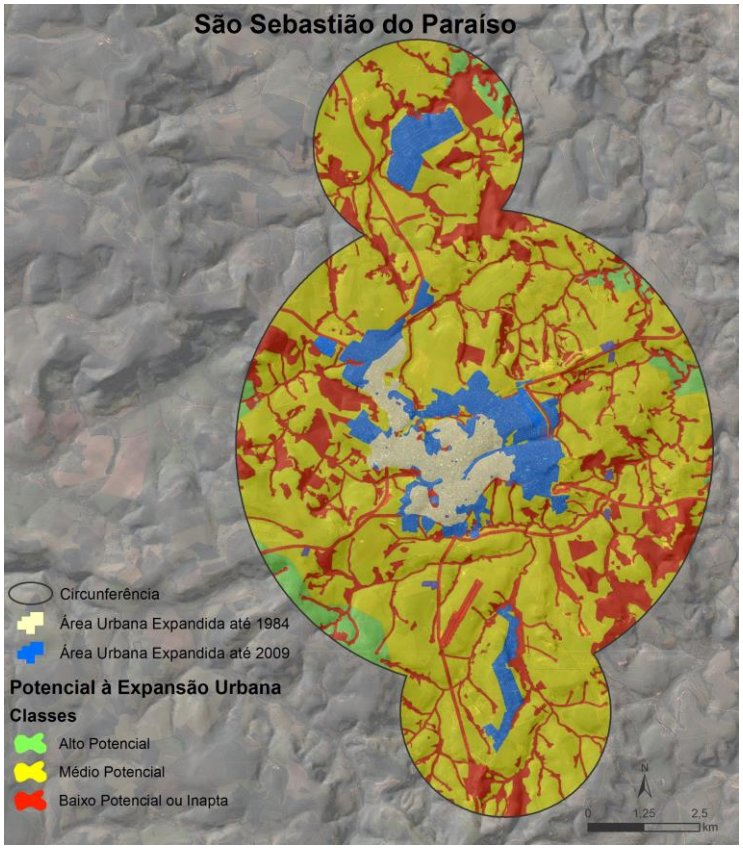


Figura 5. 23 - Potencial à Expansão Urbana no município de São Sebastião do Paraíso.

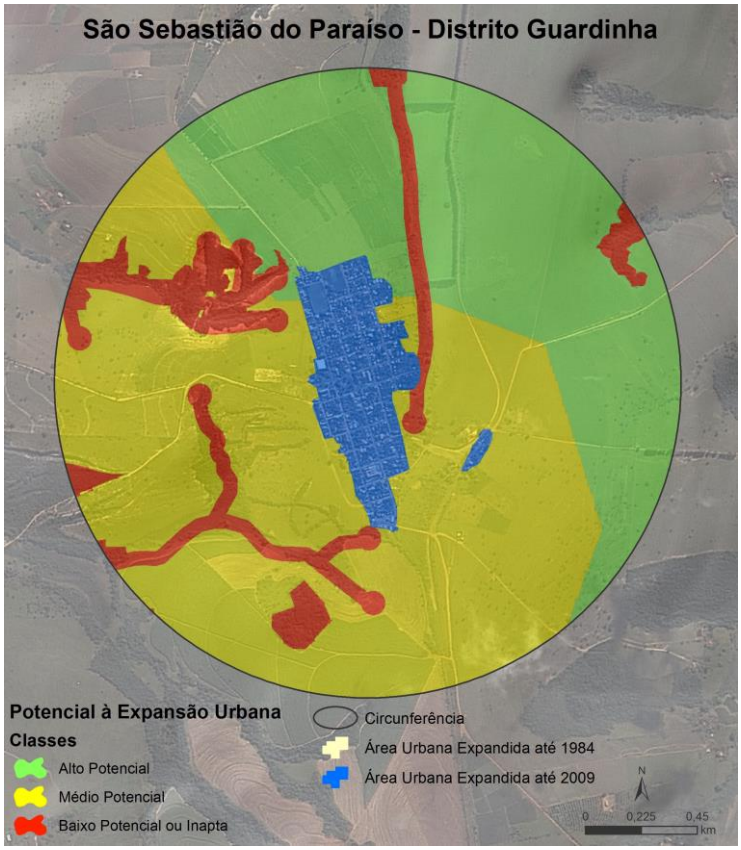


Figura 5. 24 - Potencial à Expansão Urbana no município de São Sebastião do Paraíso - Distrito Guardinha.

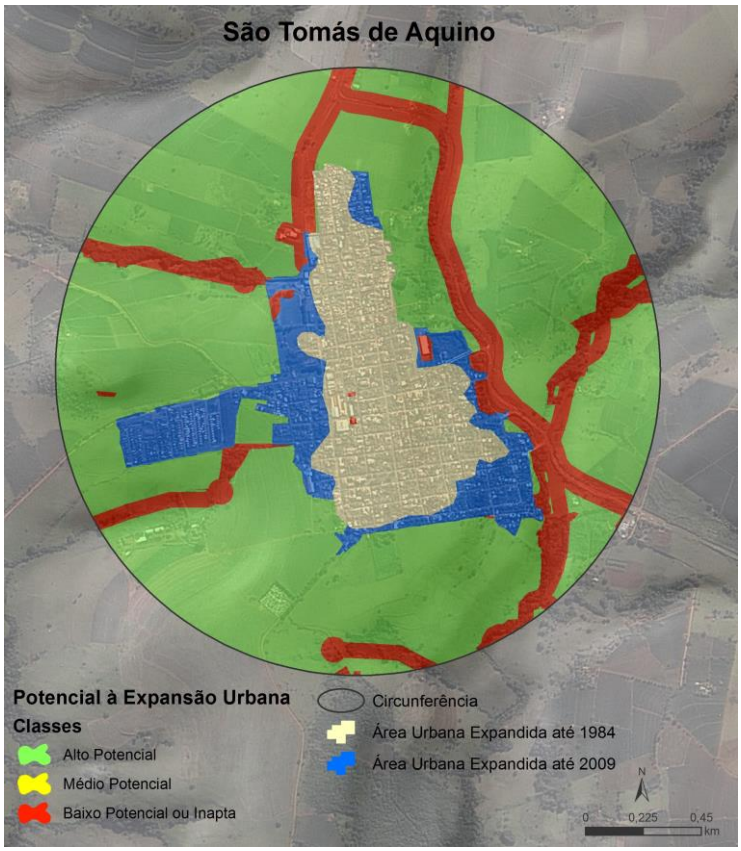


Figura 5. 25 - Potencial à Expansão Urbana no município de São Tomás de Aquino.

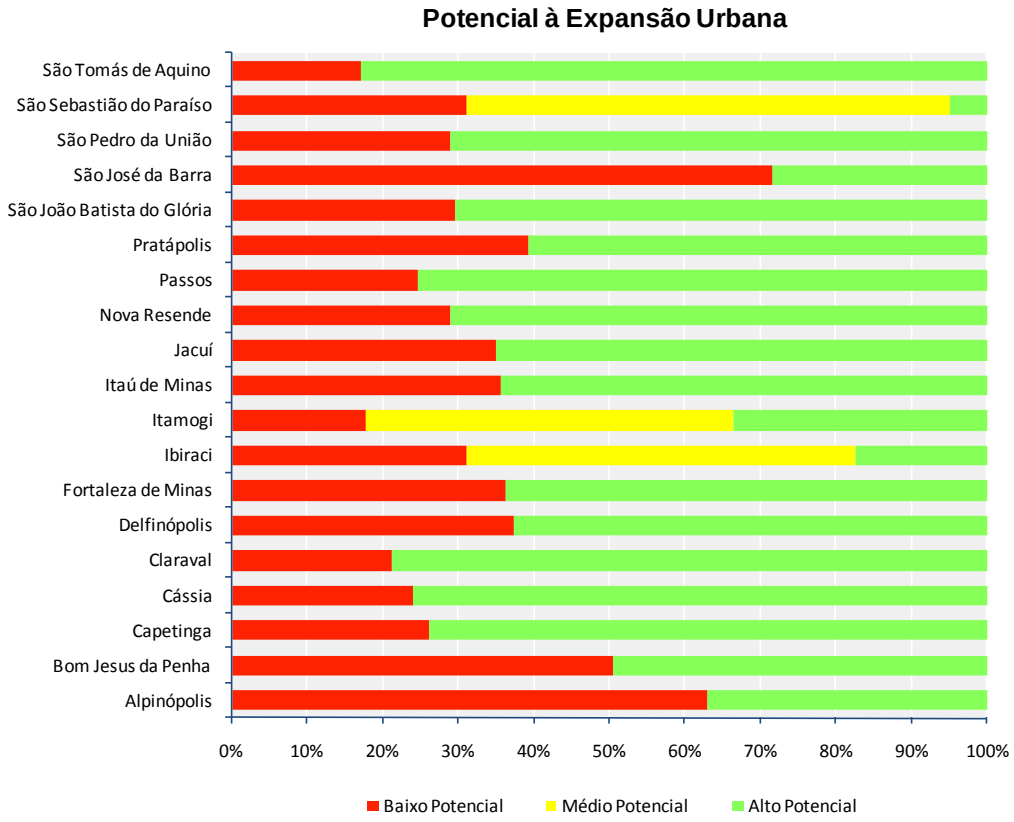


Figura 5. 26 - Potencial à Expansão Urbana em cada município (%).

Tabela 5. 2 - Potencial à Expansão Urbana em cada município (km²).

Municípios	*Área (km²)*		
	Baixo Potencial	*Médio Potencial*	*Alto Potencial*
Alpinópolis	7,43	0	4,37
Bom Jesus da Penha	1,15	0	1,14
Capetinga	0,63	0	1,77
Cássia	3,62	0	11,46
Claraval	0,46	0	1,71
Delfinópolis	3,22	0	5,44
Fortaleza de Minas	0,65	0	1,15
Ibiraci	1,82	3,02	1,02
Itamogi	1,64	4,51	3,12
Itaú de Minas	11,35	0	20,65
Jacuí	1,19	0	2,21
Nova Resende	5,90	0	14,57
Passos	22,81	0	70,14
Pratápolis	2,62	0	4,04
São João Batista do Glória	2,39	0	5,72
São José da Barra	11,74	0	4,67
São Pedro da União	0,62	0	1,54
São Sebastião do Paraíso	33,59	68,97	5,42
São Tomás de Aquino	0,58	0	2,81

A Figura 5.27 ilustra as unidades ambientais próximas aos centros urbanos quanto ao Potencial à Expansão Urbana. Oitenta e uma unidades ambientais classificam-se em **Alto Potencial**, 13 unidades ambientais em **Médio Potencial**, 33 unidades ambientais em

Baixo Potencial; 1480 unidades ambientais não foram classificadas por estarem distantes dos centros urbanos. As macrounidades que se destacam com grande número de unidades ambientais classificadas como **Alto Potencial** são as Macrounidades MB[02], MB[11], MB[12], MB[13], MB[14], MB[15], MB[16], MB[17], MB[18], ML[19], ML[20], MM[25], MM[29] e MM[30].

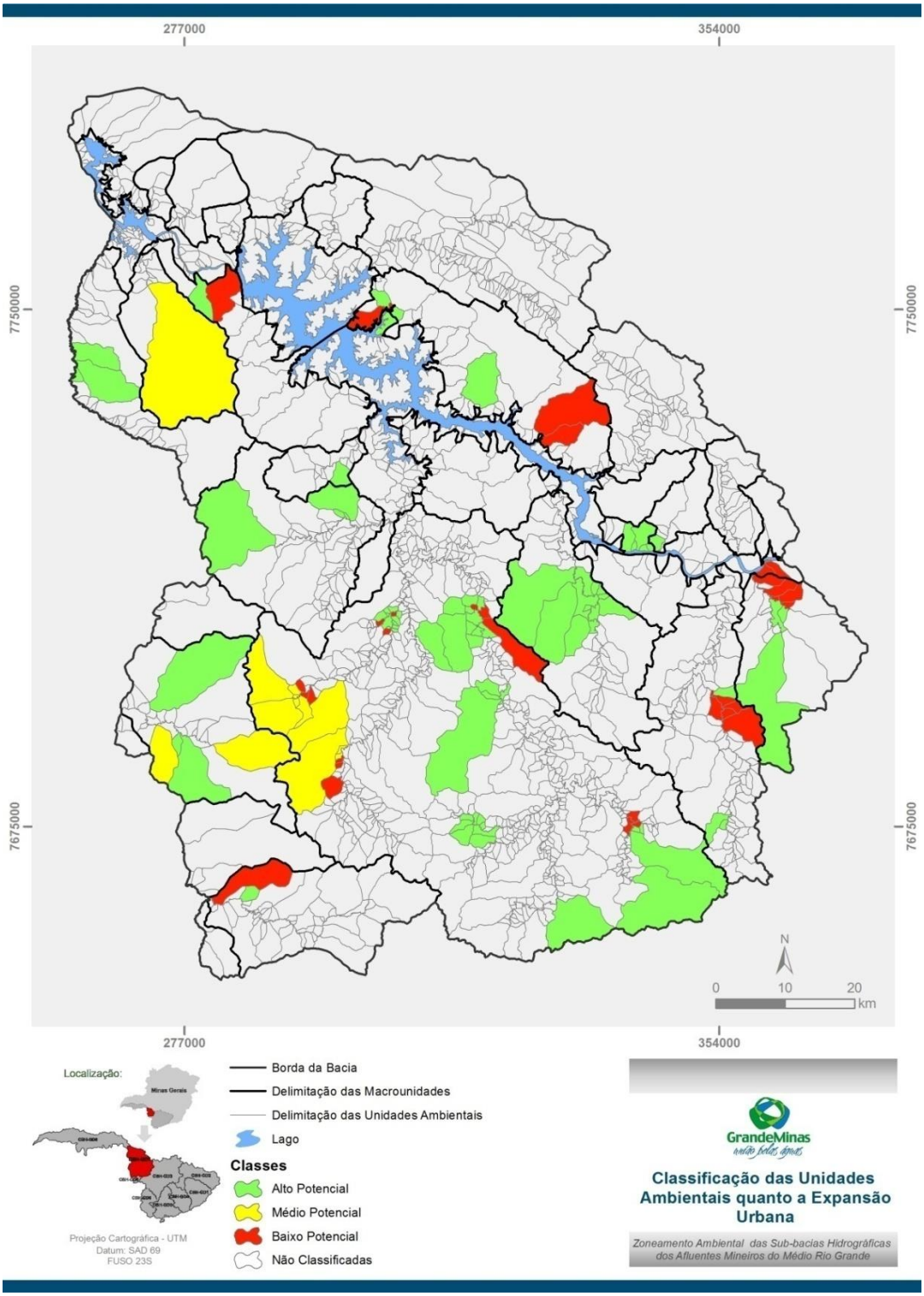


Figura 5. 27 - Classificação das unidades ambientais quanto à Expansão Urbana.

6. CENÁRIOS QUANTO AOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Fernanda Resende Vilela

Eduardo Goulart Collares



O levantamento e análise dos dados, apresentados no capítulo 28 do Volume 1 desta publicação, possibilitou a classificação, para todos os municípios, dos grupos Controle Ambiental, Gestão e Operação, UTC e Localização, conforme mostra as Figuras 6.1.

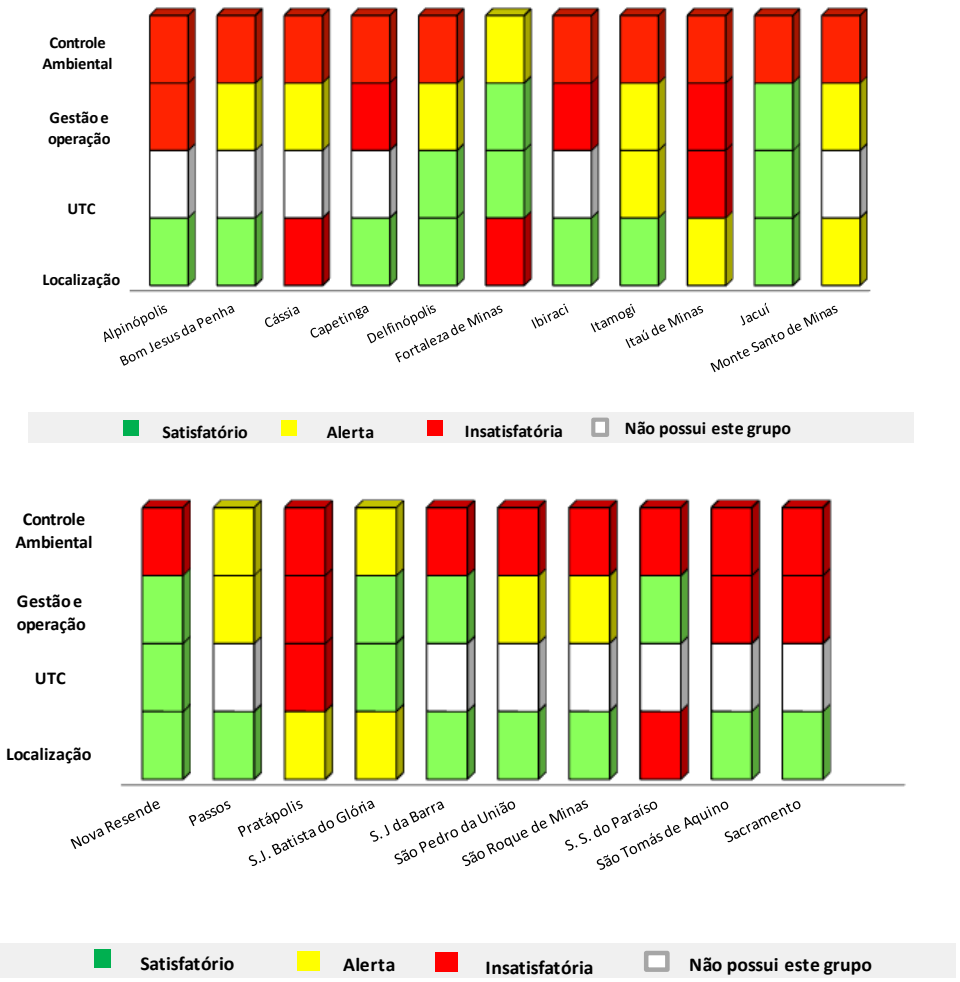


Figura 6. 1 - Classificação dos grupos controle ambiental, gestão e operação municipal, UTC e localização avaliados nos municípios do Médio Rio Grande.

No Grupo Controle Ambiental, a maior pontuação foi atribuída a elementos que auxiliam na prevenção da contaminação ao meio ambiente, além de uma melhor proteção dos locais de disposição e do lixo coletado pelo município. Os atributos avaliados neste grupo apresentam um grau de importância considerável, pois através de algum deles é possível avaliar a maior ou menor tendência para contaminação do solo e do lençol freático.

No Grupo Gestão e Operação Municipal, a maior pontuação foi atribuída à existência de elementos que contribuem para o gerenciamento, e inclui atributos referentes à política de resíduos sólidos no município.

No Grupo Localização, a maior pontuação foi atribuída aos componentes do meio físico local, que devem ser levados em consideração na escolha da área para execução do projeto.

O Grupo Gestão e Operação nas UTC's incluem indicadores que agregam importantes fatores da gestão, incluindo alguns referentes à infraestrutura e alguns fatores referentes ao processo de compostagem.

A maioria dos municípios obteve classificação insatisfatória ou alerta nos grupos avaliados. Considerando o Grupo Controle Ambiental, a classificação alerta/insatisfatória ocorreu pela ausência de componentes como sistemas de drenagem pluvial; vala para animais mortos; sistemas de drenagem/tratamento de gases; sistemas para drenagem de gases e camada impermeabilizante para proteger o solo dos contaminantes.

No Grupo Gestão e Operação Municipal as ocorrências que levaram os município a obterem uma classificação alerta/insatisfatória foram: presença de animais no local de disposição; vestígio de queima de resíduos; presença de catadores; ausência de coleta seletiva; ausência de desenvolvimento de programas de educação ambiental.

No grupo UTC, os componentes que levaram à uma classificação alerta/insatisfatória foram: frequência da triagem diária; % do município atendido pela coleta seletiva; operação no pátio de compostagem; frequência da caracterização quantitativa e gravimétrica do lixo; estado de conservação do pátio de compostagem.

Como pode-se observar na Figura 6.2, no Grupo Localização a maioria dos municípios recebeu classificação satisfatória. Porém, os municípios de Cássia, Fortaleza de Minas e São Sebastião do Paraíso classificaram-se como insatisfatórios, pois apresentaram nota zero no componente distância dos corpos d'água, que é inferior a 200 metros nesses locais.

A segunda etapa da análise dos dados envolveu uma avaliação mais detalhada, no qual foram avaliados os atributos destacados na Tabela 6.1.

Tabela 6. 1 - Cenário atual em uma análise mais detalhada nos municípios do Médio Rio Grande.

Alpinópolis			
Controle Ambiental	**Gestão e operação municipal**	**UTC**	**Localização**
O município obteve uma classificação *insatisfatória*. As principais ocorrências foram: - ausência de vigia no local; - ausência de vala para animais mortos. - os gases produzidos no aterro não são drenados. - os efluentes não são drenados do aterro e, consequentemente não são tratados. - o solo do aterro não é protegido por uma camada impermeabilizante.	O município recebeu uma classificação *insatisfatória*. As principais ocorrências foram: - presença de animais no local. - vestígio de queima de resíduos. - o recobrimento e compactação do lixo ocorrem somente uma vez por semana. - presença de catadores no local de disposição que não utilizam equipamentos de proteção individual. - o município não implantou coleta seletiva e nem desenvolve programas de educação ambiental. - não há nenhuma associação de catadores de materiais recicláveis na cidade, que possui somente catadores informais.	O município opera seu sistema de tratamento/ destinação de resíduos em Aterro Controlado. Portanto, o grupo UTC não é avaliado.	Nesse grupo o município obteve classificação *satisfatória*, porém apresentou as seguintes ocorrências: - ausência de água e energia como instrumentos de infraestrutura necessários.
Bom Jesus da Penha			
Controle Ambiental	**Gestão e operação municipal**	**UTC**	**Localização**
O município obteve uma classificação *insatisfatória*. As principais ocorrências foram: - ausência de drenagem pluvial no local. - ausência de vigia. - os gases produzidos no aterro não são drenados. - os efluentes não são drenados do aterro e, consequentemente não são tratados; o solo do aterro não é protegido por uma camada impermeabilizante; o chorume.	O município recebeu uma classificação *alerta*. As principais ocorrências foram: - presença de animais no local. - o recobrimento e compactação do lixo ocorre somente uma vez por semana. - o município não realiza coleta seletiva e nem programas de educação ambiental. - não há nenhuma associação de materiais recicláveis na cidade, possuindo somente catadores informais.	O município opera seu sistema de tratamento/ destinação de resíduos em Aterro Controlado. Portanto, o grupo UTC não é avaliado.	Nesse grupo o município obteve classificação *satisfatória,* não possuindo nenhum componente insatisfatório.
Cássia			
Controle Ambiental	**Gestão e operação municipal**	**UTC**	**Localização**
O município obteve uma classificação *insatisfatória*. As principais ocorrências foram: - ausência de drenagem pluvial no local. -inexistência de vala para destinação das carcaças de animais mortos. - ausência de vigia. - os gases produzidos no aterro não são drenados. - os efluentes não são drenados do aterro e, consequentemente não são tratados; o solo do aterro não é protegido por uma camada impermeabilizante; o chorume.	O município recebeu uma classificação alerta. As principais ocorrências observadas foram: - presença de animais e catadores no local de disposição de resíduos. - o recobrimento do lixo não é diário. - vestígio de queima de resíduos no local.	O município opera seu sistema de tratamento/ destinação de resíduos em Lixão. Portanto, o grupo UTC não é avaliado.	Nesse grupo o município obteve classificação *insatisfatória,* pois obteve uma nota zero no componente distância dos cursos d'água, que está à menos de 200 metros do local. Além disso, apresentou a seguinte ocorrência: - somente o item telefone como componente de infraestrutura necessário.

Tabela 6.1. - Cenário atual em uma análise mais detalhada nos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

Capetinga			
Controle Ambiental	**Gestão e operação municipal**	**UTC**	**Localização**
O município obteve uma classificação *insatisfatória*. As principais ocorrências observadas foram: - ausência de drenagem pluvial no local. - ausência de vigia. - inexistência de vala para animais mortos. - os gases produzidos no aterro não são drenados. os efluentes não são drenados do aterro e, consequentemente não são tratados. - o solo do aterro não é protegido por uma camada impermeabilizante.	O município recebeu uma classificação *insatisfatória*. As principais ocorrências observadas foram: - presença de catadores no local. - o recobrimento e compactação do lixo ocorrem somente uma vez por semana. - vestígio de queima de resíduos no local. - o município não realiza coleta seletiva e nem programas de educação ambiental. - não há nenhuma associação de materiais recicláveis na cidade, que possui apenas catadores informais.	O município opera seu sistema de tratamento/ destinação de resíduos em Lixão. Portanto, o grupo UTC não é avaliado.	Nesse grupo o município obteve classificação *satisfatória,* porém com algumas restrições: - o principal uso das águas à jusante do depósito é para dessedentação de animais. -foi verificado somente o item telefone como componente de infraestrutura.
Delfinópolis			
Controle Ambiental	**Gestão e operação municipal**	**UTC**	**Localização**
O município obteve uma classificação *insatisfatória*. As principais ocorrências observadas foram: - ausência de drenagem pluvial no local. - ausência de vigia. - os gases produzidos no aterro não são drenados. - os efluentes não são drenados do aterro e, consequentemente não são tratados. - o solo do aterro não é protegido por uma camada impermeabilizante.	O município recebeu uma classificação *alerta*. As principais ocorrências observadas foram: - os EPI's eram usados de forma parcial. - o recobrimento dos resíduos ocorre ocasionalmente. - há presença de animais no local. - o município não desenvolve programas de educação ambiental. - não há nenhuma associação de materiais recicláveis na cidade, tendo somente catadores informais.	Quanto a este grupo, o município obteve classificação satisfatória, porém com algumas restrições: -a freqüência da caracterização quantitativa e gravimétrica do lixo é esporádica. - a operação no pátio de compostagem é precária.	Nesse grupo o município obteve classificação *satisfatória,* não possuindo restrições.
Fortaleza de Minas			
Controle Ambiental	**Gestão e operação municipal**	**UTC**	**Localização**
O município obteve uma classificação *alerta*. As principais ocorrências observadas foram: - ausência de drenagem pluvial no local. - os gases produzidos no aterro não são drenados. - os efluentes não são drenados do aterro e, consequentemente não são tratados. - o solo do aterro não é protegido por uma camada impermeabilizante.	O município recebeu uma classificação *satisfatória*, porém com algumas restrições: - o recobrimento do lixo ocorre à cada três dias. - há presença de animais no local.	Quanto a este grupo, o município obteve classificação *satisfatória*, porém com algumas restrições: - a freqüência da triagem é diária. -a caracterização quantitativa e gravimétrica do lixo ocorre uma vez ao ano. - o pátio de compostagem apresenta rachaduras eventuais.	Nesse grupo o município obteve classificação *insatisfatória,* pois recebeu uma nota zero no componente distância dos corpos d'água, que está à menos de 200 metros do local.

Tabela 6.1 - Cenário atual em uma análise mais detalhada nos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

Ibiraci			
Controle Ambiental	**Gestão e operação municipal**	**UTC**	**Localização**
Este grupo foi classificado como *insatisfatória*. As principais ocorrências observadas foram: - ausência de drenagem pluvial no local. - ausência de vigia. - inexistência de vala para a destinação das carcaças de animais mortos. - os gases produzidos no aterro não são drenados. - os efluentes não são drenados do aterro e, consequentemente não são tratados. - o solo do aterro não é protegido por uma camada impermeabilizante	O grupo obteve uma classificação *insatisfatória*. As principais ocorrências observadas foram: - presença de catadores no local. - os EPI's não são totalmente utilizados. - o recobrimento e compactação do lixo ocorrem ocasionalmente. - vestígio de queima de resíduos. - presença de animais. - o município não realiza coleta seletiva e nem programas de educação ambiental. - não há nenhuma associação de materiais recicláveis na cidade, que possui apenas catadores informais.	O sistema de tratamento/ destinação de resíduos sólidos do município está em processo de verificação pela FEAM. O grupo UTC não é avaliado porque esse não é o sistema de disposição no município.	Nesse grupo o município obteve classificação *satisfatória,* sem nenhuma restrição.
Itamogi			
Controle Ambiental	**Gestão e operação municipal**	**UTC**	**Localização**
O grupo obteve uma classificação *insatisfatória.* As principais ocorrências observadas foram: - ausência de drenagem pluvial no local. - ausência de vigia. - inexistência de vala para a destinação das carcaças de animais mortos. - os gases produzidos no aterro não são drenados. -os efluentes não são drenados do aterro e, consequentemente não são tratados. - o solo do aterro não é protegido por uma camada impermeabilizante.	O grupo recebeu uma classificação *alerta.* As principais ocorrências observadas foram: -não há nenhuma associação de catadores de materiais recicláveis na cidade. - o município não realiza coleta seletiva. - vestígio de queima de resíduos. - o município não desenvolve programas de educação ambiental.	Quanto a este grupo, o município obteve classificação *alerta*. As principais ocorrências observadas foram: - a coleta de orgânicos não é realizada separadamente dos secos e rejeitos, uma vez que não há coleta seletiva implantada. - a freqüência da triagem é diária. - a caracterização quantitativa e gravimétrica do lixo nunca foi feita. - o pátio de compostagem apresenta rachaduras eventuais.	Nesse grupo o município obteve classificação *satisfatória,* porém com as seguintes restrições: - o principal uso das águas à jusante do depósito de lixo é para dessedentação de animais. - a litologia do local é composta por uma rocha branda, de alta permeabilidade e alto grau de fraturamento, com maior tendência a contaminação. -a textura do solo apresenta muito silte ou areia, que são materiais permeáveis.

Tabela 6.1 - Cenário atual em uma análise mais detalhada nos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

Itaú de Minas			
Controle Ambiental	**Gestão e operação municipal**	**UTC**	**Localização**
O grupo obteve uma classificação *insatisfatória*. As principais ocorrências observadas foram: - ausência de drenagem pluvial no local. - ausência de vigia. - inexistência de vala para a destinação das carcaças de animais mortos. - os gases produzidos no aterro não são drenados. -os efluentes não são drenados do aterro e, consequentemente não são tratados. - o solo do aterro não é protegido por uma camada impermeabilizante.	O grupo recebeu uma classificação in*satisfatória.* As principais ocorrências observadas foram: - os EPI's são usados de forma parcial. - o recobrimento do lixo ocorre á cada três dias. - não há nenhuma associação de catadores de materiais recicláveis na cidade. - o município não realiza coleta seletiva. - foi observado vestígio de queima. - presença de animais. - o município não desenvolve programas de educação ambiental.	Quanto a este grupo, o município obteve classificação *insatisfatória*. As principais ocorrências observadas foram: - ausência de licença ambiental de operação. - os orgânicos são coletados junto com os rejeitos na coleta seletiva. - a freqüência da triagem é diária. - a caracterização quantitativa e gravimétrica do lixo nunca foi feita. - a compostagem não está sendo realizada e, por isso, não há operação no pátio de compostagem. - não há tratamento dos efluentes e não há compostos para serem doados.	Nesse grupo o município obteve classificação *alerta,* pois obteve uma nota zero no componente distância da área urbana, que é inferior à 1 km. Além disso, as seguintes ocorrências foram observadas: - o principal uso das águas à jusante do depósito é para dessedentação de animais.
Jacuí			
Controle Ambiental	**Gestão e operação municipal**	**UTC**	**Localização**
O município obteve uma classificação *insatisfatória*. As principais ocorrências observadas foram: - ausência de drenagem pluvial no local. - ausência de vigia. - os gases produzidos no aterro não são drenados. - os efluentes não são drenados do aterro e, consequentemente não são tratados. o solo do aterro não é protegido por uma camada impermeabilizante.	O município recebeu uma classificação *satisfatória*, porém com algumas restrições: - o recobrimento do lixo ocorre à cada três dias e há presença de animais no local.	Quanto a este grupo, o município obteve classificação *satisfatória*, porém com algumas restrições: -a freqüência da triagem é diária; os orgânicos são coletados juntamente com rejeitos na coleta seletiva. - a caracterização quantitativa e gravimétrica do lixo ocorre uma vez ao ano. - o pátio de compostagem apresenta rachaduras eventuais. - o composto orgânico não é totalmente destinado/utilizado.	Nesse grupo o município obteve classificação *satisfatória* porém com algumas restrições: - foi observado ausência de água como um dos itens de infraestrutura necessários. - a estrada de acesso é de terra e não pavimentada.
Monte Santo de Minas			
Controle Ambiental	**Gestão e operação municipal**	**UTC**	**Localização**
O município obteve uma classificação *insatisfatória*. As principais ocorrências são: - ausência de drenagem pluvial no local. - ausência de vala para destinar as carcaças de animais mortos. - os gases produzidos não são drenados. -os efluentes não são drenados do aterro e, consequentemente não são tratados. -o solo do aterro não é protegido por uma camada impermeabilizante;	O município recebeu uma classificação *alerta.* As principais ocorrências observadas foram: - o recobrimento do lixo ocorre à cada três dias. - há vestígio de queima de resíduos no local. - o município não desenvolve programas de educação ambiental. - não há coleta seletiva implantada e nenhuma associação de catadores de materiais recicláveis.	O município opera seu sistema de tratamento/ destinação de resíduos em Aterro Controlado. Portanto, o grupo UTC não foi avaliado.	Nesse grupo o município obteve classificação *satisfatória* porém com algumas restrições: - foi observado ausência de água como um item de infraestrutura necessário. - a estrada de acesso é de terra e não pavimentada.

Tabela 6.1 - Cenário atual em uma análise mais detalhada nos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

Nova Resende			
Controle Ambiental	**Gestão e operação municipal**	**UTC**	**Localização**
O município obteve uma classificação *insatisfatória*. As principais ocorrências observadas soram: - placa de identificação precária. - ausência de drenagem pluvial no local. - os gases produzidos não são drenados. -os efluentes não são drenados do aterro e, consequentemente não são tratados. - o solo do aterro não é protegido por uma camada impermeabilizante.	O município obteve uma classificação *satisfatória,* porém apresentou algumas restrições: - o recobrimento do lixo ocorre somente uma vez na semana. - há presença de animais no local.	Quanto a este grupo, o município obteve classificação *satisfatória*, porém com algumas restrições: - a caracterização quantitativa e gravimétrica do lixo não é adequada. - a drenagem dos efluentes no pátio de compostagem é precária. - o pátio de compostagem apresenta rachaduras eventuais. - o composto orgânico não é totalmente destinado/utilizado.	Nesse grupo o município obteve classificação *satisfatória,* porém com algumas restrições: -a rocha do local é branda, de alta permeabilidade e com alto grau de fraturamento.
Passos			
Controle Ambiental	**Gestão e operação municipal**	**UTC**	**Localização**
O município obteve uma classificação *alerta.* As principais ocorrências observadas foram: - ausência de drenagem pluvial no local. - os gases produzidos não são drenados. -os efluentes não são drenados do aterro e, consequentemente não são tratados. - o solo do aterro não é protegido por uma camada impermeabilizante;	O município recebeu uma classificação *alerta*, devido as seguintes restrições: -há presença de animais no local. - o município não desenvolve programas de educação ambiental. - não há coleta seletiva implantada.	O município opera seu sistema de tratamento/ destinação de resíduos em Aterro Controlado. Portanto, o grupo UTC não foi avaliado.	Nesse grupo o município obteve classificação *satisfatória* porém com algumas restrições: - o substrato rochoso está à menos de três metros do subsolo. - foi observado ausência de água e energia como itens de infraestrutura necessários. - a textura do solo é composta por areia e seu perfil de alteração é com rocha à menos de três metros. -a zona urbana está à uma distância superior à 8km.
Pratápolis			
Controle Ambiental	**Gestão e operação municipal**	**UTC**	**Localização**
O município obteve uma classificação *insatisfatória*. As principais ocorrências foram: - - ausência de drenagem pluvial em todo o terreno. - inexistência de vala para animais mortos. -ausência de vigia. - os gases produzidos não são drenados. - os efluentes não são drenados do aterro e, consequentemente não são tratados. - o solo do aterro não é protegido por uma camada impermeabilizante.	O município obteve uma classificação in*satisfatória.* As principais ocorrências observadas foram: - o recobrimento do lixo ocorre ocasionalmente. - há vestígio de queima no local. - o município não desenvolve programas de educação ambiental. - não há coleta seletiva implantada e nenhuma associação de catadores de materiais recicláveis.	Quanto a este grupo, o município obteve classificação *insatisfatória*. As principais ocorrências observadas foram: - a caracterização quantitativa e gravimétrica do lixo não é adequada. - não há drenagem dos efluentes no pátio de compostagem. - não há tratamento dos efluentes da compostagem. - a operação no pátio de compostagem é precária. -o pátio de compostagem está em péssimas condições. - o composto orgânico não é totalmente destinado/utilizado.	Nesse grupo o município obteve classificação *alerta,* devido as seguintes ocorrências: - o principal uso das águas à jusante do depósito é para consumo humano. - a distância da zona urbana é inferior á 1km.

Tabela 6.1 - Cenário atual em uma análise mais detalhada nos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

São João Batista do Glória			
Controle Ambiental	**Gestão e operação municipal**	**UTC**	**Localização**
O município obteve uma classificação *alerta*. As principais ocorrências observadas foram: - ausência de vigia no local. - os gases produzidos não são drenados. - os efluentes não são drenados do aterro e, consequentemente não são tratados. - o solo do aterro não é protegido por uma camada impermeabilizante.	O município obteve uma classificação *satisfatória,* porém apresentou algumas restrições: - o recobrimento do lixo ocorre ocasionalmente. - não há nenhuma associação consolidada de catadores de materiais recicláveis.	Quanto a este grupo, o município obteve classificação *satisfatória*, porém com algumas restrições: -o composto orgânico não é totalmente destinado/ utilizado.	Nesse grupo o município obteve classificação *alerta,* pois recebeu uma nota zero no componente distância das zonas urbanas, que é inferior à 1 km. Além disso, apresentou as seguintes restrições: - ocorrências incipientes de erosão no local. - o perfil de alteração do solo é saprólito. - a distância da zona urbana é inferior à 1 km.
São José da Barra			
Controle Ambiental	**Gestão e operação municipal**	**UTC**	**Localização**
O município obteve uma classificação *insatisfatória*. As principais ocorrências observadas foram: - ausência de drenagem pluvial no local. - ausência de vigia. - os gases produzidos não são drenados. - efluentes não são drenados do aterro e, consequentemente não são tratados. - o solo do aterro não é protegido por uma camada impermeabilizante.	O município recebeu uma classificação *satisfatória*, porém apresenta a seguinte restrição: - não há coleta seletiva implantada no município.	O município opera seu sistema de tratamento/ destinação de resíduos em Aterro Controlado. Portanto, o grupo UTC não foi avaliado.	Nesse grupo o município obteve classificação *satisfatória* porém com a seguinte resatrição: - foi observado ausência de água e energia como itens de infraestrutura necessários.
São Pedro da União			
Controle Ambiental	**Gestão e operação municipal**	**UTC**	**Localização**
O município obteve uma classificação *insatisfatória*. As principais ocorrências observadas foram: - ausência de drenagem pluvial no local. - ausência de vigia. - os gases produzidos não são drenados. - efluentes não são drenados do aterro e, consequentemente não são tratados. - o solo do aterro não é protegido por uma camada impermeabilizante.	O município recebeu uma classificação *alerta*. As principais ocorrências observadas foram: - o recobrimento do lixo ocorre somente uma vez por semana;. - há animais no local de disposição. - o município não desenvolve programas de educação ambiental. - não há coleta seletiva implantada e nenhuma associação de catadores de materiais recicláveis.	O município opera seu sistema de tratamento/ destinação de resíduos em Aterro Controlado. Portanto, o grupo UTC não foi avaliado.	Nesse grupo o município obteve classificação *insatisfatória,* pois recebeu uma nota zero no componente restritivo distância dos corpos d'água, que está à menos de 200 metros do local. Além disso, apresentou as seguintes restrições: - a declividade é superior à 20% - foi observado ausência de água e energia como itens de infraestrutura necessários.

Tabela 6.1 - Cenário atual em uma análise mais detalhada nos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

São Roque de Minas			
Controle Ambiental	**Gestão e operação municipal**	**UTC**	**Localização**
O município obteve uma classificação *insatisfatória*. As principais ocorrências observadas foram: - ausência de drenagem pluvial no local. -inexistência de vala para a destinação das carcaças de animais mortos. - ausência de vigia. - os gases produzidos não são drenados. -os efluentes não são drenados do aterro e, consequentemente não são tratados. - o solo do aterro não é protegido por uma camada impermeabilizante.	O município recebeu uma classificação *alerta*. As principais ocorrências foram: - o recobrimento dos resíduos ocorre ocasionalmente. - há animais no local. - há vestígio de queima der resíduos. -não há coleta seletiva implantada.	O município opera seu sistema de tratamento/ destinação de resíduos em Lixão. Portanto, o grupo UTC não foi avaliado.	Nesse grupo o município obteve classificação *satisfatória* porém com a seguinte restrição: - o principal uso das águas à jusante do depósito é para dessedentação de animais.
São Sebastião do Paraíso			
Controle Ambiental	**Gestão e operação municipal**	**UTC**	**Localização**
O município obteve uma classificação *insatisfatória*. As principais ocorrências observadas foram: - ausência de drenagem pluvial no local. -inexistência de vala para a destinação de carcaças de animais mortos. - ausência de vigia. - os gases produzidos não são drenados. -os efluentes não são drenados do aterro e, consequentemente não são tratados. - o solo do aterro não é protegido por uma camada impermeabilizante.	O município recebeu uma classificação *satisfatória*, porém com algumas restrições: - há possibilidade do lixo ser carregado para o curso d'água. - há animais no local de disposição.	O município opera seu sistema de tratamento/ destinação de resíduos em Lixão. Portanto, o grupo UTC não foi avaliado.	Nesse grupo o município obteve classificação *insatisfatória,* pois recebeu uma nota zero no componente distância até os cursos d'água, que é menor que 200 m. Além disso, apresentou as seguintes restrições: - foi observado ausência de água e energia como itens de infraestrutura necessários.
São Tomás de Aquino			
Controle Ambiental	**Gestão e operação municipal**	**UTC**	**Localização**
O município obteve uma classificação *insatisfatória*. As principais ocorrências observadas foram: - ausência de drenagem pluvial no local. - ausência de vigia. -os gases produzidos não são drenados. - efluentes não são drenados do aterro e, consequentemente não são tratados. -o solo do aterro não é protegido por uma camada impermeabilizante.	O município recebeu uma classificação *insatisfatória*. As principais ocorrências observadas foram: - o recobrimento do lixo ocorre somente uma vez por semana. - há animais no local de disposição. - o município não desenvolve programas de educação ambiental. -não há coleta seletiva implantada e nenhuma associação de catadores de materiais recicláveis.	O sistema de tratamento/ destinação de resíduos sólidos do município está em processo de verificação pela FEAM. O grupo UTC não é avaliado porque esse não é o sistema de disposição no município.	Nesse grupo o município obteve classificação *satisfatória,* não sendo observada nenhuma ocorrência relevante.

Tabela 6.1 - Cenário atual em uma análise mais detalhada nos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

Sacramento			
Controle Ambiental	**Gestão e operação municipal**	**UTC**	**Localização**
O município obteve uma classificação *insatisfatória*. As principais ocorrências observadas foram: - ausência de placa de alerta e identificação. - ausência de drenagem pluvial no local. - os gases produzidos não são drenados. -os efluentes não são drenados do aterro e, consequentemente não são tratados. - o solo do aterro não é protegido por uma camada impermeabilizante.	O município recebeu uma classificação *insatisfatória*, pois apresentou as seguintes ocorrências: -presença de catadores no local. - o recobrimento do lixo ocorre ocasionalmente. - há animais no local de disposição. - há queima de resíduos. - não há coleta seletiva implantada.	O município opera seu sistema de tratamento/ destinação de resíduos em Lixão. Portanto, o grupo UTC não foi avaliado.	Nesse grupo o município obteve classificação *satisfatória,* não sendo observada nenhuma ocorrência relevante.

6.1. Cenário Tendencial

O cenário tendencial foi elaborado com base na avaliação específica de cada componente insatisfatório analisado nos grupos controle ambiental, gestão e operação municipal, UTC e localização dos locais de disposição nos 21 municípios em estudo.

6.1.1. Grupo Controle Ambiental

O grupo controle ambiental envolve os seguintes componentes: placa de alerta e identificação; isolamento da área; drenagem pluvial; vala para animais mortos; vigia no local; portão de acesso; tratamento de efluentes; drenagem de gases; drenagem de chorume; camada impermeabilizante para proteger o solo dos contaminantes.

A **placa de alerta** e identificação constitui um dos componentes de sinalização que compõe a infraestrutura básica dos locais de disposição, indicando a localização e possíveis advertências nos locais de risco.

Em relação a este componente, dezessete municípios classificam-se como *adequados*, três como *adequação parcial* e, um município como não *adequado*.

Observando os locais de disposição que não possuem placa de alerta e identificação ou com ocorrência insatisfatória, a tendência é a dificuldade na operação, uma vez que caminhões que transportam o lixo e pessoas autorizadas terão dificuldade em encontrar o

local, além de aumentar a probabilidade de ocorrência de acidentes, uma vez que os locais de riscos não estão sinalizados.

O **isolamento da área** é um componente de segurança essencial, uma vez que inibe a entrada de pessoas não autorizadas ao local de disposição de resíduos e contribui no combate à catação. O isolamento consiste no fechamento com cerca que circunda completamente a área em operação, construída de forma a impedir o acesso de pessoas estranhas e animais. A falta de isolamento facilita a entrada de pessoas não autorizadas e animais, além de aumentar o impacto visual onde a cerca não é complementada com arbustos. Com relação a este item, todos os municípios classificaram-se como *adequados*, porém a maioria não possui arbustos em complemento à cerca, que normalmente é de arame farpado.

O **portão de acesso** é, na verdade, um dos elementos de isolamento do local, juntamente com o cercamento. Com relação a esta especificidade, todos os municípios classificaram-se como *adequados*.

A **presença de vigias nos locais de disposição de resíduos** inibe a catação e a entrada de pessoas não autorizadas. Com relação a este item, cinco municípios classificaram-se como *adequados* e dezesseis como *inadequados*. Nestes últimos a tendência é propiciar a catação e entrada de pessoas não autorizadas.

A **drenagem pluvial** é um dos elementos de proteção ambiental que promove a retirada de grande parte da água da chuva que cai sobre o terreno, devendo ser drenada diretamente para os cursos d'água ou bacias de infiltração localizadas dentro da área do aterro. Além dos dispositivos de drenagens pluviais definitivos instalados nas plataformas (bermas, taludes e vias de acesso) devem ser escavadas canaletas de drenagem provisórias no terreno a montante das frentes de operação, como forma de minimizar a infiltração das águas de chuva na massa de lixo aterrado. Com relação a este componente, um município classificou-se como *adequado*, três como *adequação parcial* e, dezessete municípios como *não adequados*.

Nos locais de disposição em que não foi observado sistema de drenagem pluvial ou aqueles que o possuem de forma insatisfatória, a tendência é aumentar a quantidade de chorume produzido, uma vez que a água da chuva vai ingressar na massa do lixo aterrada, aumentando o risco de contaminação das águas superficiais e subterrâneas e causando maior instabilidade do maciço.

De acordo com a Deliberação Normativa COPAM n° 52/2001 e a Deliberação Normativa COPAM n° 118/2008, a drenagem pluvial é um dos requisitos mínimos a serem implementados e mantidos pelo município para a implantação e operação do local de disposição de resíduos, inclusive para municípios com população inferior a 30 mil habitantes.

A **vala para animais mortos** é um componente essencial para facilitar a operação no local, além de impedir uma potencialização dos efluentes gerados no aterro. Com relação a este componente, onze municípios classificaram-se como *adequados* e dez classificaram-se como *inadequados*. Nos municípios onde há ausência de vala para animais mortos, a tendência é que os animais sejam dispostos junto com os resíduos domésticos, o que dificulta o processo de aterramento e compactação, além de potencializar a toxidade dos efluentes.

A **drenagem de chorume** é responsável por drenar o percolado produzido no processo de decomposição dos resíduos no aterro, sendo essencial para o transporte até o local de tratamento. A drenagem de percolados deve estar inserida entre os resíduos, podendo ser interligada ao sistema de drenagem de gases. O bom funcionamento do sistema de drenagem interna de percolados é, também, fundamental para a estabilidade do aterro sanitário. O **tratamento de efluentes** é um sistema interligado com a drenagem de chorume, responsável por reduzir o potencial de toxidade do efluente**.** Esse sistema deve atender aos padrões de lançamento de efluentes em cursos d'água e sua capacidade de autodepuração. Na operação do sistema de tratamento é preciso efetuar de modo sistemático a medição da vazão de percolado e determinar a sua composição antes e depois do tratamento.

Nenhum município classificou-se como *adequado* quanto ao sistema de drenagem de chorume/tratamento do chorume. Com a ausência de drenagem/tratamento de chorume em todos os municípios, a tendência é ocorrer acúmulo do chorume no maciço do aterro e, posteriormente, percolação pelo solo insaturado, até atingir as águas subterrâneas.

A **drenagem de gases** é um dos componentes de proteção ambiental necessários para o transporte dos gases do interior do aterro, conduzindo-os até a superfície. Os gases devem ser queimados imediatamente após o início de sua produção, de forma a evitar que a sua dispersão pelo aterro contamine a atmosfera e cause danos à saúde. Com relação a este item, nenhum município classificou-se como *adequado*, uma vez que inexistem sistemas de drenagem de gases nos locais de disposição. Em um município há drenos de gases, porém apenas nas valas mais antigas.

A ausência de drenagem de gases tende é aumentar o volume do aterro, criando vazios intensos e risco de explosão. Potencializa também o risco de deslocamentos e movimentação de massas de resíduos, provocando recalques.

A **camada impermeabilizante (liner)** deve preceder ao início da operação, uma vez que é responsável por proteger o solo dos contaminantes gerados durante a decomposição do lixo. A camada de impermeabilização pode ser composta por solo argiloso de baixa permeabilidade ou geomembrana sintética com espessuras adequadas. Com relação a este componente, nenhum município classificou-se como *adequado*. Com a ausência de camada

impermeabilizante para proteger o solo dos contaminantes, a tendência é um risco maior de infiltração dos percolados no solo, favorecendo a contaminação das águas superficiais e subterrâneas.

6.1.2. Grupo gestão e operação municipal

O grupo gestão e operação municipal avaliou os seguintes componentes: EPI's; possibilidade de o lixo ser carregado para o curso d'água; possibilidade do depósito atingir APP; catadores no local de disposição; frequência de recobrimento e compactação dos resíduos; animais no local; vestígio de queima; realização de coleta seletiva; desenvolvimento de programas de educação ambiental; catadores de materiais recicláveis.

Os **equipamentos de proteção individual (EPI's)** são instrumentos essenciais para asseverar a segurança e o bem-estar dos operários do depósito de resíduos. Para o bom funcionamento do aterro sanitário é imprescindível a permanência do encarregado, devidamente treinado e capacitado para o controle operacional da unidade; a designação de um técnico de segurança do trabalho; o uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs como máscaras, luvas, botas e uniformes adequados às suas atividades. Esse procedimento é regulamentado pelo Ministério do Trabalho.

Considerando a adequação dos locais de disposição quanto a este componente, treze municípios classificaram-se como *adequados,* seis municípios classificaram-se como *adequação parcial* e dois municípios classificaram-se como *inadequados*. Nos locais em que o uso de EPI's ocorre de forma parcial ou insatisfatória, a tendência é a facilidade de acidentes do trabalho, podendo ocorrer lesões graves. De acordo com a NR- 06 (1978), é obrigatoriedade da empresa o fornecimento, treinamento e reposição dos EPIs para os trabalhadores.

A **possibilidade de o lixo ser conduzido para o curso d'água** e, também, do **depósito atingir APP** devem ser evitadas com a escolha adequada do terreno para a projeção do aterro, levando-se principalmente em consideração a declividade e a distância dos corpos d'água. Quanto a este componente, todos os municípios classificaram-se como *adequados*, não sendo identificada nenhuma das possibilidades descritas acima nos vinte e um municípios avaliados .

A **presença de catadores nos locais de disposição** é uma forma inadequada de participação dos catadores na reciclagem, pois eles manipulam o lixo sem nenhuma proteção e segurança. Na avaliação nos locais de disposição foi constatado que em quinze municípios não havia a presença de catadores, classificando-se como *adequados*. Porém, seis classificaram-se como *inadequados* por permitirem a catação em seus locais de disposição. Com relação a esses municípios onde foi verificada a presença de catadores, a

tendência é aumentar o risco/danos à saúde dessas pessoas, por estarem em condições extremamente precárias, sujeitas a todo tipo de contaminação e doenças, uma vez que manipulam substâncias consideradas perigosas sem nenhuma proteção, além de ingerir restos de alimentos encontrados.

Conforme a Lei 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e seu decreto regulamentador – Decreto no. 7.404/2010, a Deliberação Normativa COPAM nº 52/2001 e a Deliberação Normativa COPAM nº 118/2008, é proibido a catação em qualquer hipótese.

A **frequência de recobrimento e compactação dos resíduos sólidos** no aterro deve ocorrer se possível, diariamente, evitando a presença de animais, odores indesejáveis e a catação. Quanto a este item, cinco municípios classificaram-se como *adequados*, pois realizam o recobrimento diariamente; três classificaram-se como *adequação parcial*, realizando o recobrimento de 2 a 3 vezes na semana e, treze classificaram-se como *inadequados*, pois o recobrimento ocorre ocasionalmente. Com relação a esses municípios onde foi verificada a frequência de recobrimento *inadequada* ou *parcialmente adequada*, a tendência é a catação no lixo, a presença de animais, a possível condução de alguns resíduos para os cursos d'água e APP's próximas e odor indesejável.

A Deliberação Normativa COPAM nº. 52/2001 exige a compactação e recobrimento do lixo no mínimo três vezes por semana para municípios com população urbana inferior a 50.000 habitantes. Já a Deliberação Normativa COPAM n°. 118/2008, exige a realização do recobrimento do lixo com terra, devendo seguir a frequência abaixo:

- mínimo de uma vez por semana: municípios com população urbana inferior a 5000 habitantes;
- mínimo de duas vezes por semana: municípios com população urbana entre 10.000 e 30.000 habitantes;
- recobrimento diário: município com população urbana superior a 30.000 habitantes.

A **presença de animais** nos locais de disposição é proibida, devendo ser monitorada diariamente. Com relação a este componente, sete municípios classificaram-se como *adequados*, não sendo observada a presença de animais nos locais de destinação de seus resíduos sólidos; o restante dos municípios apresentaram a presença de animais, e classificaram-se como *inadequados*. Com a presença de animais nesses locais, a tendência é o contato com substâncias perigosas, provocando doenças que podem ser transmitidas para outras pessoas e/ou esses animais podem morrer. Além disso, o excreto de animais pode contaminar o composto orgânico nas usinas de triagem e compostagem.

De acordo com a Lei 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e seu decreto regulamentador – Decreto no. 7.404/2010 é proibido a criação de animais e a instalação de moradias nessas áreas.

A **queima do lixo** é uma prática preocupante nos locais de disposição final, uma vez que esta ação pode acarretar a geração de gases tóxicos ao meio ambiente. Considerando o vestígio de queima, nove municípios classificaram-se como *inadequados* e doze classificaram-se como *adequados,* uma vez que não foram identificados focos de queima de resíduos. Nos locais onde foram verificados vestígios de queima, a tendência é a maior contaminação do ar, uma vez que a queima do lixo libera substâncias tóxicas ao meio ambiente.

De acordo com a Lei 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e seu decreto regulamentador – Decreto no. 7.404/2010 e a Deliberação Normativa COPAM n° 118/2008, é proibida a queima do lixo a céu aberto.

A **coleta seletiva** favorece a gestão e operação nos depósitos de resíduos, principalmente naqueles que contam com sistemas de unidade de triagem e compostagem, pois os triadores não necessitarão realizar uma pré-triagem dos resíduos e a vala de rejeitos terá uma vida útil mais longa, uma vez que os compostos orgânicos, que constituem a maior fração do lixo, não serão enviados para lá. A coleta seletiva pressupõe que os materiais sejam separados nos lugares onde o lixo é gerado - residências, escritórios, escolas, associações, indústrias e igrejas, devendo preferencialmente, ser enfardados e transportados aos destinatários para comercialização.

Nos vinte e dois municípios analisados, somente seis municípios realizavam a coleta seletiva e classificaram-se como *adequados*. O restante classificaram-se como *inadequados* quanto a este componente. Com a ausência da coleta seletiva, a tendência é o esgotamento mais rápido da vala de resíduos rapidamente e a perda econômica, pois os recicláveis podem gerar renda para o município.

De acordo com a lei 12.305/2010 – que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e seu decreto regulamentador – Decreto no. 7.404/2010, as prefeituras devem implantar a coleta seletiva de lixo reciclável nas residências, além de sistemas de compostagem para resíduos orgânicos, como restos de alimentos – o que reduz a quantidade destinadas aos aterros, com benefícios ambientais e econômicos.

O **desenvolvimento de programas de educação ambiental** é um item considerável, pois favorece a sensibilização da população quanto aos assuntos relacionados ao meio ambiente, inclusive com a gestão de resíduos sólidos. Considerando este componente, somente sete municípios desenvolvem programas de educação ambiental na comunidade e, por isso, classificaram-se como *adequados*; três desenvolvem esses programas de forma isolada e foram classificados como *parcialmente adequados* e o restante não desenvolvem nenhum programa, sendo classificados como *inadequados*. A tendência para esses municípios que não desenvolvem nenhum tipo de educação ambiental

é uma maior dificuldade na implantação de projetos e ações ambientais, uma vez que a comunidade ainda não desenvolveu uma consciência ambiental.

Com relação ao componente **catadores de materiais recicláveis**, é necessário que os municípios criem e auxiliem associações ou cooperativas de catadores, favorecendo a formalidade desse pessoal, que, além de passar a trabalhar em condições melhores e mais seguras, vão dar suporte ao processo de implantação da coleta seletiva no município. Considerando este componente, apenas quatro municípios classificaram-se como *adequados*, três classificaram-se como *adequação parcial*, pois há catadores organizados e atuantes em parte da área urbana e, dez, classificaram-se como *inadequados*, possuindo somente catadores informais. Nos municípios onde foi verificada adequação parcial ou inadequada, ou seja, nos locais onde foi verificada a ausência de cooperativa de catadores, a tendência é a dificuldade na implantação da coleta seletiva, uma vez que os catadores auxiliam nesse papel, além de uma tendência à informalidade, existindo apenas catadores informais.

A Lei 12.305/2010 – que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e seu decreto regulamentador – Decreto no. 7.404/2010, reforçam o viés social da reciclagem com a participação dos catadores organizados em cooperativas ou associações.

6.1.3. UTC

Dos vinte e dois municípios analisados, somente oito destinam os seus resíduos sólidos para o tratamento em Usinas de Triagem e Compostagem. Porém, somente sete operavam adequadamente com licença ambiental de operação, sendo: Delfinópolis; Jacuí; Nova Resende; Pratápolis; São João Batista do Glória; Itamogi; Fortaleza de Minas. A UTC de Itaú de Minas não estava regular devido à ausência de licença de operação.

No grupo UTC, avaliaram-se os seguintes componentes: licença ambiental de operação; frequência da triagem; % do município atendido pela coleta seletiva; coleta de orgânicos; frequência da caracterização quantitativa e gravimétrica do lixo; drenagens dos efluentes do pátio de compostagem; tratamento dos efluentes do pátio de compostagem; infraestrutura (prensa, peneira, moega, esteira); operação do pátio de compostagem; destinação do composto orgânico; estado de conservação do pátio de compostagem.

A **licença ambiental de operação** autoriza o município iniciar o tratamento/destinação dos resíduos sólidos no local licenciado, seguindo todas as condicionantes exigidas. Somente a Unidade de Itaú de Minas classificou-se como *inadequada* quanto a este item, uma vez que a licença de operação da Unidade de triagem e compostagem não foi renovada. Para esse município, que não possui licença ambiental

para operar a UTC, a tendência é a irregularidade do sistema de disposição de resíduos, resultando em multas e proibições para realizar financiamentos e consórcios.

A **frequência da triagem** nas unidades deve obedecer aos dias de coleta seletiva, facilitando o trabalho dos triadores e garantindo maior eficiência na separação dos recicláveis e rejeitos que vão para o aterro. Considerando a frequência da triagem, somente a UTC de Nova Resende realiza a triagem apenas nos dias de coleta seletiva e, por isso, classificou-se como *adequada*. As seis unidades restantes realizavam essa triagem diariamente e classificaram-se como *inadequadas*. A triagem realizada de forma inadequada causa uma tendência maior em não separar adequadamente os resíduos, podendo ocorrer o envio de material reciclável para o aterro de rejeitos.

Em relação à **porcentagem (%) do município atendido pela coleta seletiva**, é necessário garantir que toda a área urbana seja contemplada com a coleta. Nos municípios onde há coleta seletiva, que diferencia o lixo seco do lixo úmido, o processo de triagem é mais simples, pois consiste em separar no lixo seco, os resíduos recicláveis e inertes de natureza diferente - para posterior comercialização - e extrair do lixo úmido a matéria orgânica destinada à compostagem. De acordo com a análise, somente o município de Itaú de Minas não realiza a coleta seletiva em toda a área urbana, classificando-se como *inadequado* quanto a este item. Nos locais onde a coleta seletiva não é realizada em todo o município, ocorrerá dificuldade na triagem dos resíduos, demanda maior de área para sua destinação, pois alguns materiais que são recicláveis e poderiam ser vendidos, serão encaminhados para o aterro.

A **coleta de orgânicos** deve ser realizada de preferência separadamente dos demais materiais. Assim, não haverá comprometimento da qualidade tanto dos materiais orgânicos, quanto dos inorgânicos. É necessário alternar os dias para o recebimento dos resíduos procedentes da coleta seletiva: um dia para resíduos secos e outro para úmidos. Não deixá-los de um dia para o outro sem o manejo. Nas UTC's de São João Batista do Glória, Fortaleza de Minas e Nova Resende, esta coleta é realizada separadamente dos outros materiais e, com isso, classificaram-se como *adequadas*. Nas demais unidades, o orgânico é coletado junto com secos e rejeitos, sendo classificadas como *inadequadas* quanto a este item.

Quando a coleta é realizada juntamente com secos e rejeitos, há uma tendência em dificultar o processo de triagem na UTC, favorecendo o envio de materiais recicláveis para o aterro de rejeitos.

A **frequência da caracterização quantitativa e gravimétrica do lixo** é um procedimento no qual os tipos de resíduos são separados e contabilizados. Assim, é possível saber quais os tipos de resíduos enviados ao aterro, juntamente com a média de seu percentual. Recomenda-se realizar esse procedimento pelo menos duas vezes ao ano.

Considerando este item, somente a UTC de São João Batista do Glória classificou-se como *adequada*. As usinas de Fortaleza de Minas e Jacuí fazem esse procedimento anualmente, sendo classificadas como *parcialmente adequadas* e, as demais, não realizam ou nunca realizaram este procedimento e, por isso, classificam-se como *inadequadas*. Quando a caracterização quantitativa e gravimétrica do lixo não é realizada, a tendência é não quantificar o percentual de cada tipo de resíduo enviado ao local de disposição e, com isso, gerar dificuldade na implantação de ações para a gestão desses resíduos.

A **drenagem dos efluentes do pátio de compostagem** é um sistema que auxilia no transporte do chorume produzido pela decomposição da matéria orgânica no pátio ao devido tratamento. Somente as unidades de Pratápolis e Nova Resende classificaram-se como *inadequadas*, pois não realizavam a drenagem dos efluentes gerados no pátio de compostagem ou a drenagem era precária. O restante das unidades classificou-se como *adequada* quanto a este item.

Nesses locais onde não foram verificados sistemas de drenagem de efluentes no pátio de compostagem há uma tendência maior de contaminação do solo e corpos d'água, uma vez que o chorume não será direcionado ao tratamento, podendo se infiltrar no solo.

O **tratamento dos efluentes** gerados no pátio de compostagem é essencial para garantir a proteção do meio ambiente, uma vez que o chorume possui alta carga poluidora. O tratamento consiste no uso de dispositivos que promovem o tratamento biológico dos despejos líquidos provenientes das instalações sanitárias, do pátio de compostagem e da lavagem da área de recepção e triagem do lixo, das valas de resíduos de serviço de saúde e das valas de aterramento de rejeitos quando da codisposição.

Os municípios que produzem uma quantidade superior a 5,0t/dia de lixo, obrigatoriamente deverão implantar sistemas de coleta de lixiviado (do pátio de compostagem mais água de chuva), por meio de drenos nas valas de rejeitos, e tratá-los adequadamente em fossa séptica e sumidouro (mais utilizada). O órgão ambiental ainda recomenda os procedimentos semestrais ou anuais a serem realizados na fossa: inspecionar a fossa a cada 6 meses; limpar a fossa anualmente; verificar se a área no entorno do Sumidouro encontra-se saturada (quando não ocorre mais infiltração no solo); abrir novo sumidouro quando constatada a saturação do utilizado.

Todas as unidades de triagem e compostagem realizavam o tratamento dos efluentes, que é comumente realizado por fossa, fossa-sumidouro ou fossa-filtro-sumidouro. Somente a Unidade de Itaú de Minas não realizava tratamento dos efluentes, pois o pátio de compostagem estava desativado devido à ausência de compostagem. Em caso de não tratamento dos seus efluentes nas unidades de triagem e compostagem, a tendência é a contaminação do solo e da água, já que ao se acumular, o efluente se potencializa, devido à grande quantidade de compostos altamente tóxicos.

A **infraestrutura** presente nas UTC's (moega, esteira, prensas e peneira) garantem o seu bom funcionamento, uma vez que são essenciais para as diversas atividades. A moega é o local onde os resíduos são despejados antes de passarem para a esteira. A esteira é o local onde os resíduos são segregados, propiciando a separação dos mesmos em recicláveis, orgânicos e rejeitos. Os rejeitos devem ser encaminhados ao aterro, os recicláveis armazenados nas baias para posterior comercialização e os orgânicos devem ser encaminhados para a compostagem.

Com relação à presença dos componentes de infraestrutura, todas as unidades classificaram-se como *adequadas*. Em caso de não adequação quanto à infraestrutura presente, há uma tendência em gerar dificuldades na operação da unidade, com limitação de algumas atividades.

A **operação no pátio de compostagem** deve contar com atividades que garantam a produção de um composto orgânico com condições físicas e químicas adequadas. A garantia das condições físicas e químicas adequadas à compostagem consiste no controle dos seguintes aspectos: do local, disposição e configuração da matéria orgânica destinada à compostagem; da umidade, temperatura, aeração, nutrientes, tamanho das partículas e pH.

Apenas três unidades classificaram-se como *adequadas* quanto à operação no pátio de compostagem. Uma estava *parcialmente adequada* e o restante classificou-se como *inadequado* quanto à operação adequada do composto orgânico no pátio. Onde foi verificado que o composto não é operado corretamente, a tendência é não ocorrer a maturação ou, produzir compostos orgânicos de má qualidade, que não poderão ser utilizados posteriormente.

A operação do pátio de compostagem deve seguir procedimentos diários, tais como: fazer uso rigoroso de EPIs; verificar a umidade das leiras; identificar as leiras até os 120 dias de compostagem com placas numeradas; ler e anotar a temperatura diária das leiras durante a fase de degradação ativa (90 dias) e durante a fase de maturação (30 dias) até completar o ciclo de 120 dias de compostagem; promover a aeração a cada reviramento, na frequência de 3 em 3 dias; retirar durante os reviramentos os inertes presentes nas leiras; atentar para a presença dos nutrientes essenciais ao processo; garantir o tamanho de até 5cm das partículas a compostar; eliminar as moscas, cobrindo as leiras novas com uma camada de composto maturado e dedetizando as canaletas; impedir o armazenamento de resíduos e sucatas no pátio; retirar qualquer vegetação produzida nas leiras.

A **destinação do composto orgânico** deve ser realizada pela prefeitura do município. Recomenda-se a utilização do composto maturado em paisagismo, na produção de mudas de plantas ornamentais, bem como em recuperação e recomposição de áreas degradadas. É importante lembrar que o lixo pode conter metais pesados, tóxicos para as

plantas e para quem delas se alimentar. Os metais pesados, por fazerem parte da composição de muitos pigmentos (corantes), são encontrados com frequência em materiais coloridos presentes no lixo urbano, tais como revistas, etiquetas, borrachas, plásticos, tecidos, além das pilhas e dos equipamentos eletrônicos (brinquedos, eletrodomésticos), entre outros.

Caso a Prefeitura tenha interesse em comercializar e/ou utilizar o composto na agricultura, por cautela e segurança deverá ser apresentado projeto agronômico específico, acompanhada da ART do responsável técnico.

Com relação a este componente, cinco usinas classificaram-se como *adequadas,* pois o composto orgânico é regularmente doado/utilizado pela prefeitura e quatro usinas classificaram-se como *inadequadas,* pois o composto orgânico é eventualmente doado, comercializado ou utilizado pela prefeitura.

O **estado de conservação** do pátio de compostagem reflete a possibilidade de contaminação, porque ao apresentar rachaduras eventuais e aberturas, o efluente poderá se infiltrar facilmente e atingir o solo. O pátio de compostagem deve ter o piso pavimentado (concreto ou massa asfáltica), preferencialmente impermeabilizado, possuir sistema de drenagem pluvial e permitir a incidência solar em toda a área. As juntas de dilatação desse pátio necessitam de rejunte em tempo integral.

Com relação a este item, somente um pátio estava em bom estado de conservação, seis estavam parcialmente *adequados*, por apresentarem rachaduras eventuais. Com relação a esta usina, onde foi verificada uma conservação mediana no pátio de compostagem, a tendência é aumentar a possibilidade de infiltração do chorume no solo e propiciar a sua contaminação.

6.1.4. Localização

A localização dos lugares de disposição de resíduos sólidos é um processo de decisão no qual são considerados diversos atributos para avaliação e seleção de áreas aptas, entre várias alternativas possíveis, com base em alguns aspectos. Neste grupo foram avaliados aspectos referentes ao meio físico e socioeconômico que, juntos, somam oito subgrupos de classificação. Cada subgrupo avaliou diversos componentes, que estão apresentados no Volume 1 (Tabela 8.3).

A maioria dos municípios classificou-se como *adequado* com relação à localização dos locais de disposição de resíduos, com exceção daqueles municípios que apresentaram uma ou mais notas zero na qualificação (pontuação) deste grupo.

Para os locais de disposição inadequados com relação aos seus aspectos do meio físico, a tendência é: contaminação das águas; dificuldades em ter materiais para

recobrimento; dificuldade na construção de sistemas, a exemplo, sistemas de drenagem pluvial, onde é necessária uma declividade baixa para facilitar o processo.

Com relação à inadequabilidade quanto aos aspectos socioeconômicos, a tendência é gerar incômodo às populações vizinhas com o mau cheiro; dispersão de resíduos para fora do aterro; impacto visual; catação; entre outros.

6.1.5. Cenário tendencial em uma análise detalhada nos municípios

Na descrição do cenário tendencial foi possível perceber a problemática da disposição dos resíduos sólidos urbanos em um contexto geral. Na Tabela 6.1.1 está descrita a tendência em cada município, com base nos componentes inadequados identificados em todos os grupos avaliados.

Tabela 6.1. 1 - Cenário Tendencial nos municípios do Médio Rio Grande.

Municípios	*Tendência*
Alpinópolis	Considerando o grupo controle ambiental, a tendência é: -Ter um aumento na quantidade de chorume produzido, aumentando o risco de contaminação das águas superficiais e subterrâneas e do solo pela ausência de **drenagem pluvial**; -Que os animais sejam dispostos junto com os resíduos domésticos, o que dificulta o processo de aterramento e compactação, além de potencializar a toxidade dos efluentes pela ausência de **vala de animais mortos.** **-** Facilitar a catação e entrada de pessoas não autorizadas, pela ausência de **vigia** no local. -Aumentar o risco de contaminação das águas superficiais/subterrâneas e do solo, uma vez que a acumulação e retenção do percolado é mais intensa por causa da ausência de **drenagem/tratamento de chorume.** -Aumentar o volume do aterro, criando vazios intensos e risco de explosão, além de potencializa também o risco de deslocamentos e movimentação às massas de resíduos, provocando recalques pela ausência de **drenagem de gases**. - Risco maior de infiltração dos percolados no solo, favorecendo a contaminação das águas superficiais e subterrâneas por causa da ausência de **camada impermeabilizante para proteger o solo dos contaminantes.** Considerando o grupo gestão e operação municipal, a tendência é: - Maior facilidade de acidentes com os trabalhadores, podendo ocorrer lesões e/ou acidentes graves pela ausência de uso de EPI's. - Aumentar o risco/danos à saúde dos catadores, por estarem em condições extremamente precárias, sujeitas a todo tipo de contaminação e doenças, uma vez que manipulam substâncias consideradas perigosas sem nenhuma proteção e ingestão de restos de comida encontrados por apresentar **catadores nos locais de disposição**. - Catação no lixo, presença de animais, o possível carregamento de alguns resíduos para os cursos d'água e APP, o mau cheiro etc., pela frequência baixa de **recobrimento dos resíduos sólidos**. - Probabilidade de doenças em animais, que podem transmiti-las para seus donos e/ou morrendo pela **presença de animais** nos locais de disposição. - Aumento da poluição atmosférica, com a liberação de substâncias tóxicas por causa da **queima do lixo.**

Tabela 6.1.1 - Cenário Tendencial nos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

Alpinópolis	**-** Maior produção de chorume e facilidade de contaminação das áreas de disposição de resíduos com a disposição de compostos orgânicos; esgotamento da área de disposição de resíduos sólidos rapidamente e desvalorização econômica, uma vez que os recicláveis poderiam estar gerando renda para o município por causa da ausência de **coleta seletiva**. **-** Dificuldade na implantação de projetos e ações ambientais pela ausência no **desenvolvimento de programas de educação ambiental**. - Dificuldade na implantação da coleta seletiva, informalidade e desvalorização econômica pela ausência de **cooperativas de catadores de materiais recicláveis**. Considerando o grupo localização, a tendência é: - Dificuldade na operação do aterro, pela ausência **infraestrutura (água e eletricidade).** - Dificuldade na locomoção de caminhões para o local, pois a **estrada de acesso** é de terra.
Bom Jesus da Penha	Considerando o grupo controle ambiental, a tendência é: -Ter um aumento na quantidade de chorume produzido, aumentando o risco de contaminação das águas superficiais e subterrâneas e do solo pela ausência de **drenagem pluvial**; **-** Facilitar a catação e entrada de pessoas não autorizadas, pela ausência de **vigia** no local. -Aumentar a o risco de contaminação das águas superficiais/subterrâneas e do solo, uma vez que a acumulação e retenção do percolado é mais intensa por causa da ausência de **drenagem/tratamento de chorume.** -Aumentar o volume do aterro, criando vazios intensos e risco de explosão, além de potencializa também o risco de deslocamentos e movimentação às massas de resíduos, provocando recalques pela ausência de **drenagem de gases**. - Risco maior de infiltração dos percolados no solo, favorecendo a contaminação das águas superficiais e subterrâneas por causa da ausência de **camada impermeabilizante para proteger o solo dos contaminantes.** Considerando o grupo gestão e operação municipal, a tendência é: - Catação no lixo, presença de animais, o possível carregamento de alguns resíduos para os cursos d'água e APP, o mal cheiro etc, pela frequência baixa de **recobrimento dos resíduos sólidos**. - Probabilidade de doenças em animais, que podem transmiti-las para seus donos e/ou morrendo pela **presença de animais** nos locais de disposição. **-** Maior produção de chorume e facilidade de contaminação das áreas de disposição de resíduos com a disposição de compostos orgânicos; esgotamento da área de disposição de resíduos sólidos rapidamente e desvalorização econômica, uma vez que os recicláveis poderiam estar gerando renda para o município por causa da ausência de **coleta seletiva**. **-** Dificuldade na implantação de projetos e ações ambientais pela ausência no **desenvolvimento de programas de educação ambiental**. - Dificuldade na implantação da coleta seletiva, informalidade e desvalorização econômica pela ausência de **cooperativas de catadores de materiais recicláveis**. Considerando o grupo localização, a tendência é: - Dificuldade na operação do aterro, pela ausência **infraestrutura (eletricidade).**
Cássia	Considerando o grupo controle ambiental, a tendência é: -Ter um aumento na quantidade de chorume produzido, aumentando o risco de contaminação das águas superficiais e subterrâneas e do solo pela ausência de **drenagem pluvial**; -Que os animais sejam dispostos junto com os resíduos domésticos, o que dificulta o processo de aterramento e compactação, além de potencializar a toxidade dos efluentes pela ausência de vala de animais mortos. - Facilitar a catação e entrada de pessoas não autorizadas, pela ausência de vigia no local. -Aumentar a o risco de contaminação das águas superficiais/subterrâneas e do solo, uma vez que a acumulação e retenção do percolado é mais intensa por causa da ausência de **drenagem/tratamento de chorume.** -Aumentar o volume do aterro, criando vazios intensos e risco de explosão, além de potencializa também o risco de deslocamentos e movimentação às massas de resíduos, provocando recalques pela ausência de **drenagem de gases**. - Risco maior de infiltração dos percolados no solo, favorecendo a contaminação das águas superficiais e subterrâneas por causa da ausência de **camada impermeabilizante para proteger o solo dos contaminantes.** Considerando o grupo gestão e operação municipal, a tendência é: - Aumentar o risco/danos à saúde dos catadores, por estarem em condições extremamente precárias, sujeitas a todo tipo de contaminação e doenças, uma vez que manipulam substâncias consideradas perigosas sem nenhuma proteção e ingestão de restos de comida encontrados por apresentar **catadores nos locais de disposição**.

Tabela 6.1.1 - Cenário Tendencial nos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

Cássia	- Probabilidade de doenças em animais, que podem transmiti-las para seus donos e/ou morrendo pela **presença de animais** nos locais de disposição. - Aumento da poluição atmosférica, com a liberação de substâncias tóxicas por causa da **queima do lixo.** **-** Maior produção de chorume e facilidade de contaminação das áreas de disposição de resíduos com a disposição de compostos orgânicos; esgotamento da área de disposição de resíduos sólidos rapidamente e desvalorização econômica, uma vez que os recicláveis poderiam estar gerando renda para o município por causa da ausência de **coleta seletiva** em todos os bairros do município. **-** Dificuldade na implantação de projetos e ações ambientais pelo **desenvolvimento de programas de educação ambiental** de forma parcial. Considerando o grupo localização, a tendência é: - Dificuldade na operação do aterro, pela ausência **infraestrutura (água e eletricidade).** - Dificuldade na locomoção de caminhões para o local, pois a **estrada de acesso** é de terra - Carregamento de lixo para o curso d'água e APP devido a **distância dos corpos d'água** ser inferior à 200 m.
Capetinga	Considerando o grupo controle ambiental, a tendência é: -Ter um aumento na quantidade de chorume produzido, aumentando o risco de contaminação das águas superficiais e subterrâneas e do solo pela ausência de **drenagem pluvial**; -Que os animais sejam dispostos junto com os resíduos domésticos, o que dificulta o processo de aterramento e compactação, além de potencializar a toxidade dos efluentes pela ausência de **vala de animais mortos.** **-** Facilitar a catação e entrada de pessoas não autorizadas, pela ausência de **vigia** no local. -Aumentar a o risco de contaminação das águas superficiais/subterrâneas e do solo, uma vez que a acumulação e retenção do percolado é mais intensa por causa da ausência de **drenagem/tratamento de chorume.** -Aumentar o volume do aterro, criando vazios intensos e risco de explosão, além de potencializa também o risco de deslocamentos e movimentação ás massas de resíduos, provocando recalques pela ausência de **drenagem de gases**. - Risco maior de infiltração dos percolados no solo, favorecendo a contaminação das águas superficiais e subterrâneas por causa da ausência de **camada impermeabilizante para proteger o solo dos contaminantes.** Considerando o grupo gestão e operação municipal, a tendência é: - Aumentar o risco/danos à saúde dos catadores, por estarem em condições extremamente precárias, sujeitas a todo tipo de contaminação e doenças, uma vez que manipulam substâncias consideradas perigosas sem nenhuma proteção e ingestão de restos de comida encontrados por apresentar **catadores nos locais de disposição**. - Catação no lixo, presença de animais, o possível carregamento de alguns resíduos para os cursos d'água e APP, o mau cheiro etc., pela frequência baixa de **recobrimento dos resíduos sólidos**. - Aumento da poluição atmosférica, com a liberação de substâncias tóxicas por causa da **queima do lixo.** **-** Maior produção de chorume e facilidade de contaminação das áreas de disposição de resíduos com a disposição de compostos orgânicos; esgotamento da área de disposição de resíduos sólidos rapidamente e desvalorização econômica, uma vez que os recicláveis poderiam estar gerando renda para o município por causa da ausência de **coleta seletiva**. **-** Dificuldade na implantação de projetos e ações ambientais pela ausência no **desenvolvimento de programas de educação ambiental**. Considerando o grupo localização, a tendência é: - Dificuldade na operação do aterro, pela ausência **infraestrutura (água e eletricidade).**
Delfinópolis	Considerando o grupo controle ambiental, a tendência é: -Ter um aumento na quantidade de chorume produzido, aumentando o risco de contaminação das águas superficiais e subterrâneas e do solo pela ausência de **drenagem pluvial**; **-** Facilitar a catação e entrada de pessoas não autorizadas, pela ausência de **vigia** no local. -Aumentar a o risco de contaminação das águas superficiais/subterrâneas e do solo, uma vez que a acumulação e retenção do percolado é mais intensa por causa da ausência de **drenagem/tratamento de chorume.** -Aumentar o volume do aterro, criando vazios intensos e risco de explosão, além de potencializa também o risco de deslocamentos e movimentação às massas de resíduos, provocando recalques pela ausência de **drenagem de gases**. - Risco maior de infiltração dos percolados no solo, favorecendo a contaminação das águas superficiais e subterrâneas por causa da ausência de **camada impermeabilizante para proteger o solo dos contaminantes.**

Tabela 6.1.1 - Cenário Tendencial nos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

Delfinópolis	Considerando o grupo gestão e operação municipal, a tendência é: - Maior facilidade de acidentes com os trabalhadores, podendo ocorrer lesões e/ou acidentes graves pelo uso de **EPI's** de forma parcial. - Catação no lixo, presença de animais, o possível carregamento de alguns resíduos para os cursos d'água e APP, o mau cheiro etc., pela frequência baixa de **recobrimento dos resíduos sólidos**. - Probabilidade de doenças em animais, que podem transmiti-las para seus donos e/ou morrendo pela **presença de animais** nos locais de disposição. **-** Dificuldade na implantação de projetos e ações ambientais pela ausência no **desenvolvimento de programas de educação ambiental**. - Dificuldade na implantação da coleta seletiva, informalidade e desvalorização econômica pela ausência de **cooperativas de catadores de materiais recicláveis**. Considerando o grupo UTC, a tendência é: - Não separar adequadamente os resíduos, podendo ir material reciclável para o aterro de rejeitos devido a **frequência da triagem** ser diariamente. - Dificultar o processo de triagem na UTC, favorecendo a possível ida de materiais recicláveis para o aterro de rejeitos pois a **coleta de orgânicos** não é realizada separadamente. - Falta de informação sobre os tipos e porcentagens de cada material que vai para o aterro, pela ausência da **caracterização quantitativa e gravimétrica do lixo.** **-** Geração de compostos orgânicos de má qualidade, que não poderão ser utilizados posteriormente devido à uma **operação no pátio de compostagem** de forma precária. - Infiltração do chorume no solo, facilitando a contaminação do solo e corpos d'água devido ao **estado de conservação do pátio de compostagem**, que apresenta rachaduras eventuais. O município não possui classificações inadequadas no grupo Localização.
Fortaleza de Minas	Considerando o grupo controle ambiental, a tendência é: -Ter um aumento na quantidade de chorume produzido, aumentando o risco de contaminação das águas superficiais e subterrâneas e do solo pela ausência de **drenagem pluvial**; -Aumentar a o risco de contaminação das águas superficiais/subterrâneas e do solo, uma vez que a acumulação e retenção do percolado é mais intensa por causa da ausência de **drenagem/tratamento de chorume.** -Aumentar o volume do aterro, criando vazios intensos e risco de explosão, além de potencializa também o risco de deslocamentos e movimentação às massas de resíduos, provocando recalques pela ausência de **drenagem de gases**. - Risco maior de infiltração dos percolados no solo, favorecendo a contaminação das águas superficiais e subterrâneas por causa da ausência de **camada impermeabilizante para proteger o solo dos contaminantes.** Considerando o grupo gestão e operação municipal, a tendência é: - Catação no lixo, presença de animais, o possível carregamento de alguns resíduos para os cursos d'água e APP, o mau cheiro etc., pela frequência baixa de **recobrimento dos resíduos sólidos**. - Dificuldade na implantação da coleta seletiva, informalidade e desvalorização econômica pela ausência de **cooperativas de catadores de materiais recicláveis**. Considerando o grupo UTC, a tendência é: - Não separar adequadamente os resíduos, podendo ir material reciclável para o aterro de rejeitos devido a **frequência da triagem** ser diariamente. - Falta de informação sobre os tipos e porcentagens de cada material que vai para o aterro, pela ocorrência da **caracterização quantitativa e gravimétrica do lixo** apenas uma vez ao ano. - Infiltração do chorume no solo, facilitando a contaminação do solo e corpos d'água devido ao **estado de conservação do pátio de compostagem**, que apresenta rachaduras eventuais. Considerando o grupo localização, a tendência é: - Dificuldade na locomoção de caminhões para o local, pois a **estrada de acesso** é de terra - Carregamento de lixo para o curso d'água e APP devido a **distância dos corpos d'água** ser inferior a 200 m.
Ibiraci	Considerando o grupo controle ambiental, a tendência é: -Ter um aumento na quantidade de chorume produzido, aumentando o risco de contaminação das águas superficiais e subterrâneas e do solo pela ausência de **drenagem pluvial**; -Que os animais sejam dispostos junto com os resíduos domésticos, o que dificulta o processo de aterramento e compactação, além de potencializar a toxidade dos efluentes pela ausência de **vala de animais mortos.** -Aumentar a o risco de contaminação das águas superficiais/subterrâneas e do solo, uma vez que a acumulação e retenção do percolado é mais intensa por causa da ausência de **drenagem/tratamento de chorume.**

Tabela 6.1.1 - Cenário Tendencial nos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

Ibiraci	-Aumentar o volume do aterro, criando vazios intensos e risco de explosão, além de potencializa também o risco de deslocamentos e movimentação às massas de resíduos, provocando recalques pela ausência de **drenagem de gases**. - Risco maior de infiltração dos percolados no solo, favorecendo a contaminação das águas superficiais e subterrâneas por causa da ausência de **camada impermeabilizante para proteger o solo dos contaminantes.** Considerando o grupo gestão e operação municipal, a tendência é: - Maior facilidade de acidentes com os trabalhadores, podendo ocorrer lesões e/ou acidentes graves pela ausência de uso de EPI's. - Aumentar o risco/danos à saúde dos catadores, por estarem em condições extremamente precárias, sujeitas a todo tipo de contaminação e doenças, uma vez que manipulam substâncias consideradas perigosas sem nenhuma proteção e ingestão de restos de comida encontrados por apresentar **catadores nos locais de disposição**. - Catação no lixo, presença de animais, o possível carregamento de alguns resíduos para os cursos d'água e APP, o mau cheiro etc., pela frequência baixa de **recobrimento dos resíduos sólidos**. - Probabilidade de doenças em animais, que podem transmiti-las para seus donos e/ou morrendo pela **presença de animais** nos locais de disposição. **-** Maior produção de chorume e facilidade de contaminação das áreas de disposição de resíduos com a disposição de compostos orgânicos; esgotamento da área de disposição de resíduos sólidos rapidamente e desvalorização econômica, uma vez que os recicláveis poderiam estar gerando renda para o município por causa da ausência de **coleta seletiva**. **-** Dificuldade na implantação de projetos e ações ambientais pela ausência no **desenvolvimento de programas de educação ambiental**. - Dificuldade na implantação da coleta seletiva, informalidade e desvalorização econômica pela ausência de **cooperativas de catadores de materiais recicláveis**. Considerando o grupo localização, a tendência é: - Dificuldade na operação do aterro, pela ausência **infraestrutura (água e eletricidade).**
Itamogi	Considerando o grupo controle ambiental, a tendência é: -Ter um aumento na quantidade de chorume produzido, aumentando o risco de contaminação das águas superficiais e subterrâneas e do solo pela ausência de **drenagem pluvial**; **-** Facilitar a catação e entrada de pessoas não autorizadas, pela ausência de **vigia** no local. -Aumentar a o risco de contaminação das águas superficiais/subterrâneas e do solo, uma vez que a acumulação e retenção do percolado é mais intensa por causa da ausência de **drenagem/tratamento de chorume.** -Aumentar o volume do aterro, criando vazios intensos e risco de explosão, além de potencializa também o risco de deslocamentos e movimentação às massas de resíduos, provocando recalques pela ausência de **drenagem de gases**. - Risco maior de infiltração dos percolados no solo, favorecendo a contaminação das águas superficiais e subterrâneas por causa da ausência de **camada impermeabilizante para proteger o solo dos contaminantes.** Considerando o grupo gestão e operação municipal, a tendência é: **-** Aumento da poluição atmosférica, com a liberação de substâncias tóxicas por causa da **queima do lixo.** **-** Maior produção de chorume e facilidade de contaminação das áreas de disposição de resíduos com a disposição de compostos orgânicos; esgotamento da área de disposição de resíduos sólidos rapidamente e desvalorização econômica, uma vez que os recicláveis poderiam estar gerando renda para o município por causa da ausência de **coleta seletiva**. **-** Dificuldade na implantação de projetos e ações ambientais pela ausência no **desenvolvimento de programas de educação ambiental**. - Dificuldade na implantação da coleta seletiva, informalidade e desvalorização econômica pela ausência de **cooperativas de catadores de materiais recicláveis**. Considerando o grupo UTC, a tendência é: - Não separar adequadamente os resíduos, podendo ir material reciclável para o aterro de rejeitos devido a **freqüência da triagem** ser diariamente. - Dificultar o processo de triagem na UTC, favorecendo a possível ida de materiais recicláveis para o aterro de rejeitos pois a **coleta de orgânicos** não é realizada separadamente. - Falta de informação sobre os tipos e porcentagens de cada material que vai para o aterro, pela ausência da **caracterização quantitativa e gravimétrica do lixo.** - Infiltração do chorume no solo, facilitando a contaminação do solo e corpos d'água devido ao **estado de conservação do pátio de compostagem**, que apresenta rachaduras eventuais. Considerando o grupo localização, a tendência é: - Dificuldade na locomoção de caminhões para o local, pois a **estrada de acesso** é de terra.

Tabela 6.1.1 - Cenário Tendencial nos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

Itaú de Minas	Considerando o grupo controle ambiental, a tendência é: -Ter um aumento na quantidade de chorume produzido, aumentando o risco de contaminação das águas superficiais e subterrâneas e do solo pela ausência de **drenagem pluvial**; -Que os animais sejam dispostos junto com os resíduos domésticos, o que dificulta o processo de aterramento e compactação, além de potencializar a toxidade dos efluentes pela ausência de **vala de animais mortos.** **-** Facilitar a catação e entrada de pessoas não autorizadas, pela ausência de **vigia** no local. -Aumentar a o risco de contaminação das águas superficiais/subterrâneas e do solo, uma vez que a acumulação e retenção do percolado é mais intensa por causa da ausência de **drenagem/tratamento de chorume.** -Aumentar o volume do aterro, criando vazios intensos e risco de explosão, além de potencializa também o risco de deslocamentos e movimentação às massas de resíduos, provocando recalques pela ausência de **drenagem de gases**. - Risco maior de infiltração dos percolados no solo, favorecendo a contaminação das águas superficiais e subterrâneas por causa da ausência de **camada impermeabilizante para proteger o solo dos contaminantes.** Considerando o grupo gestão e operação municipal, a tendência é: - Maior facilidade de acidentes com os trabalhadores, podendo ocorrer lesões e/ou acidentes graves pela ausência de uso de **EPI's.** - Catação no lixo, presença de animais, o possível carregamento de alguns resíduos para os cursos d'água e APP, o mal cheiro etc, pela frequência baixa de **recobrimento dos resíduos sólidos**. - Probabilidade de doenças em animais, que podem transmiti-las para seus donos e/ou morrendo pela **presença de animais** nos locais de disposição. - Aumento da poluição atmosférica, com a liberação de substâncias tóxicas por causa da **queima do lixo.** **-** Maior produção de chorume e facilidade de contaminação das áreas de disposição de resíduos com a disposição de compostos orgânicos; esgotamento da área de disposição de resíduos sólidos rapidamente e desvalorização econômica, uma vez que os recicláveis poderiam estar gerando renda para o município por causa da ausência de **coleta seletiva**. **-** Dificuldade na implantação de projetos e ações ambientais pela baixa frequência no **desenvolvimento de programas de educação ambiental**. - Dificuldade na implantação da coleta seletiva, informalidade e desvalorização econômica pela ausência de **cooperativas de catadores de materiais recicláveis**. Considerando o grupo UTC, a tendência é: - Inadequação do sistema perante os órgãos ambientais; dificuldade na obtenção de recursos e financiamentos para a adequação do sistema de disposição de resíduos devido a ausência de **licença ambiental de operação.** - Não separar adequadamente os resíduos, podendo ir material reciclável para o aterro de rejeitos devido a **freqüência da triagem** ser diariamente.
Itaú de Minas	- Dificuldade na triagem dos resíduos e uma demanda maior de área para a sua destinação, uma vez que alguns materiais que são recicláveis e poderiam ser vendidos, estarão sendo encaminhados para o aterro, devido a ausência de coleta seletiva e/ou **% do município atendido pela coleta seletiva.** - Dificultar o processo de triagem na UTC, favorecendo a possível ida de materiais recicláveis para o aterro de rejeitos pois a **coleta de orgânicos** não é realizada separadamente. - Falta de informação sobre os tipos e porcentagens de cada material que vai para o aterro, pela ausência da **caracterização quantitativa e gravimétrica do lixo.** **-** Acúmulo de orgânicos e desperdício de mão de obra por causa da não **destinação do composto orgânico.** Considerando o grupo localização, a tendência é: - Dificuldade na locomoção de caminhões para o local, pois a **estrada de acesso** é de terra. - Causar um impacto visual, mau cheiro, desvalorização de alguns imóveis pela **distância da zona urbana**, que é inferior a 1 km.
Jacuí	Considerando o grupo controle ambiental, a tendência é: -Ter um aumento na quantidade de chorume produzido, aumentando o risco de contaminação das águas superficiais e subterrâneas e do solo pela **drenagem pluvial** ocorrer parcialmente; -Aumentar a o risco de contaminação das águas superficiais/subterrâneas e do solo, uma vez que a acumulação e retenção do percolado é mais intensa por causa da ausência de **drenagem/tratamento de chorume.** -Aumentar o volume do aterro, criando vazios intensos e risco de explosão, além de potencializa também o risco de deslocamentos e movimentação às massas de resíduos, provocando recalques pela ausência de **drenagem de gases**.

Tabela 6.1.1 - Cenário Tendencial nos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

Jacuí	- Risco maior de infiltração dos percolados no solo, favorecendo a contaminação das águas superficiais e subterrâneas por causa da ausência de **camada impermeabilizante para proteger o solo dos contaminantes.** Considerando o grupo gestão e operação municipal, a tendência é: - Catação no lixo, presença de animais, o possível carregamento de alguns resíduos para os cursos d'água e APP, o mau cheiro etc., pela baixa **frequência de recobrimento dos resíduos sólidos**. - Probabilidade de doenças em animais, que podem transmiti-las para seus donos e/ou morrendo pela **presença de animais** nos locais de disposição. - Dificuldade na implantação da coleta seletiva, informalidade e desvalorização econômica pela ausência de **cooperativas de catadores de materiais recicláveis**. Considerando o grupo UTC, a tendência é: - Não separar adequadamente os resíduos, podendo ir material reciclável para o aterro de rejeitos devido a **frequência da triagem** ser diariamente. - Dificultar o processo de triagem na UTC, favorecendo a possível ida de materiais recicláveis para o aterro de rejeitos, pois a **coleta de orgânicos** não é realizada separadamente. - Falta de informação sobre os tipos e porcentagens de cada material que vai para o aterro, pela ocorrência da **caracterização quantitativa e gravimétrica do lixo** apenas uma vez ao ano. - Infiltração do chorume no solo, facilitando a contaminação do solo e corpos d'água devido ao **estado de conservação do pátio de compostagem**, que apresenta rachaduras eventuais. Considerando o grupo localização, a tendência é: - Dificuldade na locomoção de caminhões para o local, pois a **estrada de acesso** é de terra.
Monte Santo de Minas	Considerando o grupo controle ambiental, a tendência é: -Ter um aumento na quantidade de chorume produzido, aumentando o risco de contaminação das águas superficiais e subterrâneas e do solo pela ausência de **drenagem pluvial**; -Que os animais sejam dispostos junto com os resíduos domésticos, o que dificulta o processo de aterramento e compactação, além de potencializar a toxidade dos efluentes pela ausência de **vala de animais mortos.** -Aumentar a o risco de contaminação das águas superficiais/subterrâneas e do solo, uma vez que a acumulação e retenção do percolado é mais intensa por causa da ausência de **drenagem/tratamento de chorume.** -Aumentar o volume do aterro, criando vazios intensos e risco de explosão, além de potencializa também o risco de deslocamentos e movimentação às massas de resíduos, provocando recalques pela ausência de **drenagem de gases**. - Risco maior de infiltração dos percolados no solo, favorecendo a contaminação das águas superficiais e subterrâneas por causa da ausência de **camada impermeabilizante para proteger o solo dos contaminantes.** Considerando o grupo gestão e operação municipal, a tendência é: - Catação no lixo, presença de animais, o possível carregamento de alguns resíduos para os cursos d'água e APP, o mau cheiro etc., pela frequência baixa de **recobrimento dos resíduos sólidos**. - Aumento da poluição atmosférica, com a liberação de substâncias tóxicas por causa da **queima do lixo.** **-** Maior produção de chorume e facilidade de contaminação das áreas de disposição de resíduos com a disposição de compostos orgânicos; esgotamento da área de disposição de resíduos sólidos rapidamente e desvalorização econômica, uma vez que os recicláveis poderiam estar gerando renda para o município por causa da ausência de **coleta seletiva**. **-** Dificuldade na implantação de projetos e ações ambientais pela ausência no **desenvolvimento de programas de educação ambiental**. - Dificuldade na implantação da coleta seletiva, informalidade e desvalorização econômica pela ausência de **cooperativas de catadores de materiais recicláveis**. Considerando o grupo localização, a tendência é: - Dificuldade na operação do aterro, pela ausência **infraestrutura (água).** - Dificuldade na locomoção de caminhões para o local, pois a **estrada de acesso** é de terra. - Causar um impacto visual, mal cheiro, desvalorização de alguns imóveis pela **distância da zona urbana**, que é inferior à 1 km.

Tabela 6.1.1 - Cenário Tendencial nos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

Nova Resende	Considerando o grupo controle ambiental, a tendência é: - Dificuldade na operação, pois caminhões que transportam o lixo e pessoas autorizadas terão dificuldade em encontrar o local, além de aumentar a probabilidade de ocorrência de acidentes, uma vez que os locais de riscos não serão sinalizados pela **placa de alerta e identificação** precária. -Ter um aumento na quantidade de chorume produzido, aumentando o risco de contaminação das águas superficiais e subterrâneas e do solo pela **drenagem pluvial** ocorrer parcialmente; -Aumentar a o risco de contaminação das águas superficiais/subterrâneas e do solo, uma vez que a acumulação e retenção do percolado é mais intensa por causa da ausência de **drenagem/tratamento de chorume.** -Aumentar o volume do aterro, criando vazios intensos e risco de explosão, além de potencializa também o risco de deslocamentos e movimentação ás massas de resíduos, provocando recalques pela ausência de **drenagem de gases**. - Risco maior de infiltração dos percolados no solo, favorecendo a contaminação das águas superficiais e subterrâneas por causa da ausência de **camada impermeabilizante para proteger o solo dos contaminantes.** Considerando o grupo gestão e operação municipal, a tendência é: - Catação no lixo, presença de animais, o possível carregamento de alguns resíduos para os cursos d'água e APP, o mau cheiro etc., pela baixa **freqüência de recobrimento dos resíduos sólidos**. - Probabilidade de doenças em animais, que podem transmiti-las para seus donos e/ou morrendo pela **presença de animais** nos locais de disposição. Considerando o grupo UTC, a tendência é: - Falta de informação sobre os tipos e porcentagens de cada material que vai para o aterro, pela ocorrência da **caracterização quantitativa e gravimétrica do lixo** apenas uma vez ao ano. - Ocorrer acúmulo do chorume no pátio de compostagem e, posterior percolação pelo solo insaturado, podendo atingir as águas subterrâneas por causa da ausência de **drenagem de efluentes no pátio de compostagem**. - Geração de compostos orgânicos de má qualidade, que não poderão ser utilizados posteriormente devido à uma **operação no pátio de compostagem** de forma parcialmente adequada. - Infiltração do chorume no solo, facilitando a contaminação do solo e corpos d'água devido ao **estado de conservação do pátio de compostagem**, que apresenta rachaduras eventuais. Considerando o grupo localização, a tendência é: - Dificuldade na locomoção de caminhões para o local, pois a **estrada de acesso** é de terra.
Passos	Considerando o grupo controle ambiental, a tendência é: -Ter um aumento na quantidade de chorume produzido, aumentando o risco de contaminação das águas superficiais e subterrâneas e do solo pela ausência de **drenagem pluvial**; -Aumentar a o risco de contaminação das águas superficiais/subterrâneas e do solo, uma vez que a acumulação e retenção do percolado é mais intensa por causa da ausência de **drenagem/tratamento de chorume.** -Aumentar o volume do aterro, criando vazios intensos e risco de explosão, além de potencializa também o risco de deslocamentos e movimentação às massas de resíduos, provocando recalques pela ausência de **drenagem de gases** nas valas atuais de disposição de resíduos. - Risco maior de infiltração dos percolados no solo, favorecendo a contaminação das águas superficiais e subterrâneas por causa da ausência de **camada impermeabilizante para proteger o solo dos contaminantes** Considerando o grupo gestão e operação municipal, a tendência é: - Maior facilidade de acidentes com os trabalhadores, podendo ocorrer lesões e/ou acidentes graves pelo uso parcial de **EPI's.** **-** Probabilidade de doenças em animais, que podem transmiti-las para seus donos e/ou morrendo pela **presença de animais** nos locais de disposição. **-** Maior produção de chorume e facilidade de contaminação das áreas de disposição de resíduos com a disposição de compostos orgânicos; esgotamento da área de disposição de resíduos sólidos rapidamente e desvalorização econômica, uma vez que os recicláveis poderiam estar gerando renda para o município por causa da ausência de **coleta seletiva**. **-** Dificuldade na implantação de projetos e ações ambientais pela ausência no **desenvolvimento de programas de educação ambiental**. Considerando o grupo localização, a tendência é: - Dificuldade na operação do aterro, pela ausência **infraestrutura (água e energia).** - Causar um impacto visual, mau cheiro, desvalorização de alguns imóveis pela **distância da zona urbana**, que é inferior a 1 km.

Tabela 6.1.1 - Cenário Tendencial nos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

Pratápolis	Considerando o grupo controle ambiental, a tendência é: -Ter um aumento na quantidade de chorume produzido, aumentando o risco de contaminação das águas superficiais e subterrâneas e do solo pela **drenagem pluvial** ocorrer parcialmente; - Facilitar a catação e entrada de pessoas não autorizadas, pela ausência de **vigia** no local. -Aumentar a o risco de contaminação das águas superficiais/subterrâneas e do solo, uma vez que a acumulação e retenção do percolado é mais intensa por causa da ausência de **drenagem/tratamento de chorume.** -Aumentar o volume do aterro, criando vazios intensos e risco de explosão, além de potencializa também o risco de deslocamentos e movimentação às massas de resíduos, provocando recalques pela ausência de **drenagem de gases**. - Risco maior de infiltração dos percolados no solo, favorecendo a contaminação das águas superficiais e subterrâneas por causa da ausência de **camada impermeabilizante para proteger o solo dos contaminantes.** Considerando o grupo gestão e operação municipal, a tendência é: - Maior facilidade de acidentes com os trabalhadores, podendo ocorrer lesões e/ou acidentes graves pela ausência de uso de **EPI's.** - Catação no lixo, presença de animais, o possível carregamento de alguns resíduos para os cursos d'água e APP, o mau cheiro etc., pela baixa **freqüência de recobrimento dos resíduos sólidos**. - Probabilidade de doenças em animais, que podem transmiti-las para seus donos e/ou morrendo pela **presença de animais** nos locais de disposição. - Aumento da poluição atmosférica, com a liberação de substâncias tóxicas por causa da **queima do lixo.** - Maior produção de chorume e facilidade de contaminação das áreas de disposição de resíduos com a disposição de compostos orgânicos; esgotamento da área de disposição de resíduos sólidos rapidamente e desvalorização econômica, uma vez que os recicláveis poderiam estar gerando renda para o município por causa da ausência de **coleta seletiva**. **-**Dificuldade na implantação de projetos e ações ambientais pela ausência no **desenvolvimento de programas de educação ambiental** - Dificuldade na implantação da coleta seletiva, informalidade e desvalorização econômica pela ausência de **cooperativas de catadores de materiais recicláveis**. Considerando o grupo UTC, a tendência é: - Não separar adequadamente os resíduos, podendo ir material reciclável para o aterro de rejeitos devido a **freqüência da triagem** ser diariamente. - Dificultar o processo de triagem na UTC, favorecendo a possível ida de materiais recicláveis para o aterro de rejeitos, pois a **coleta de orgânicos** não é realizada separadamente. - Falta de informação sobre os tipos e porcentagens de cada material que vai para o aterro, pela ocorrência da **caracterização quantitativa e gravimétrica do lixo** apenas uma vez ao ano. -Ocorrer acúmulo do chorume no pátio de compostagem e, posterior percolação pelo solo insaturado, podendo atingir as águas subterrâneas por causa da ausência de **drenagem/tratamento dos efluentes no pátio de compostagem**. - Geração de compostos orgânicos de má qualidade, que não poderão ser utilizados posteriormente devido a uma **operação no pátio de compostagem** de forma parcialmente adequada. **-** Acúmulo de orgânicos e desperdício de mão de obra por causa da não **destinação do composto orgânico.** - Infiltração do chorume no solo, facilitando a contaminação do solo e corpos d'água devido ao **estado de conservação do pátio de compostagem**, que apresenta rachaduras eventuais. Considerando o grupo localização, a tendência é: - Causar um impacto visual, mal cheiro, desvalorização de alguns imóveis pela **distância da zona urbana**, que é inferior a 1 km.
São João Batista do Glória	Considerando o grupo controle ambiental, a tendência é: - Facilitar a catação e entrada de pessoas não autorizadas, pela ausência de **vigia** no local. -Aumentar a o risco de contaminação das águas superficiais/subterrâneas e do solo, uma vez que a acumulação e retenção do percolado é mais intensa por causa da ausência de **drenagem/tratamento de chorume.** -Aumentar o volume do aterro, criando vazios intensos e risco de explosão, além de potencializa também o risco de deslocamentos e movimentação às massas de resíduos, provocando recalques pela ausência de **drenagem de gases**. - Risco maior de infiltração dos percolados no solo, favorecendo a contaminação das águas superficiais e subterrâneas por causa da ausência de **camada impermeabilizante para proteger o solo dos contaminantes**

Tabela 6.1.1 - Cenário Tendencial nos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

São João Batista do Glória	. Considerando o grupo gestão e operação municipal, a tendência é: - Catação no lixo, presença de animais, o possível carregamento de alguns resíduos para os cursos d'água e APP, o mau cheiro etc., pela baixa **freqüência de recobrimento dos resíduos sólidos**. **-**Dificuldade na implantação de projetos e ações ambientais pelo **desenvolvimento de programas de educação ambiental** de forma parcial. - Dificuldade na implantação da coleta seletiva, informalidade e desvalorização econômica pela ausência de **cooperativas de catadores de materiais recicláveis**. Considerando o grupo UTC, a tendência é: - Não separar adequadamente os resíduos, podendo ir material reciclável para o aterro de rejeitos devido a **frequência da triagem** ser diariamente. - Geração de compostos orgânicos de má qualidade, que não poderão ser utilizados posteriormente devido à uma **operação no pátio de compostagem** de forma inadequada. **-** Acúmulo de orgânicos e desperdício de mão de obra por causa da não **destinação do composto orgânico.** - Infiltração do chorume no solo, facilitando a contaminação do solo e corpos d'água devido ao **estado de conservação do pátio de compostagem**, que apresenta rachaduras eventuais. Considerando o grupo localização, o município não obteve nenhuma classificação inadequada.
São José da Barra	Considerando o grupo controle ambiental, a tendência é: -Ter um aumento na quantidade de chorume produzido, aumentando o risco de contaminação das águas superficiais e subterrâneas e do solo pela ausência de **drenagem pluvial**; **-** Facilitar a catação e entrada de pessoas não autorizadas, pela ausência de **vigia** no local. -Aumentar a o risco de contaminação das águas superficiais/subterrâneas e do solo, uma vez que a acumulação e retenção do percolado é mais intensa por causa da ausência de **drenagem/tratamento de chorume.** -Aumentar o volume do aterro, criando vazios intensos e risco de explosão, além de potencializa também o risco de deslocamentos e movimentação às massas de resíduos, provocando recalques pela ausência de **drenagem de gases**. - Risco maior de infiltração dos percolados no solo, favorecendo a contaminação das águas superficiais e subterrâneas por causa da ausência de **camada impermeabilizante para proteger o solo dos contaminantes.** Considerando o grupo gestão e operação municipal, a tendência é: **-** Maior produção de chorume e facilidade de contaminação das áreas de disposição de resíduos com a disposição de compostos orgânicos; esgotamento da área de disposição de resíduos sólidos rapidamente e desvalorização econômica, uma vez que os recicláveis poderiam estar gerando renda para o município por causa da ausência de **coleta seletiva**. - Dificuldade na implantação da coleta seletiva, informalidade e desvalorização econômica pela ausência de **cooperativas de catadores de materiais recicláveis**. Considerando o grupo localização, a tendência é: - Dificuldade na operação do aterro, pela ausência **infraestrutura (água e eletricidade).**
São Pedro da União	Considerando o grupo controle ambiental, a tendência é: -Ter um aumento na quantidade de chorume produzido, aumentando o risco de contaminação das águas superficiais e subterrâneas e do solo pela ausência de **drenagem pluvial**; **-** Facilitar a catação e entrada de pessoas não autorizadas, pela ausência de **vigia** no local. -Aumentar a o risco de contaminação das águas superficiais/subterrâneas e do solo, uma vez que a acumulação e retenção do percolado é mais intensa por causa da ausência de **drenagem/tratamento de chorume.** -Aumentar o volume do aterro, criando vazios intensos e risco de explosão, além de potencializa também o risco de deslocamentos e movimentação às massas de resíduos, provocando recalques pela ausência de **drenagem de gases**. - Risco maior de infiltração dos percolados no solo, favorecendo a contaminação das águas superficiais e subterrâneas por causa da ausência de **camada impermeabilizante para proteger o solo dos contaminantes.** Considerando o grupo gestão e operação municipal, a tendência é: - Catação no lixo, presença de animais, o possível carregamento de alguns resíduos para os cursos d'água e APP, o mau cheiro etc., pela frequência baixa de **recobrimento dos resíduos sólidos**. - Probabilidade de doenças em animais, que podem transmiti-las para seus donos e/ou morrendo pela **presença de animais** nos locais de disposição.

Tabela 6.1.1 - Cenário Tendencial nos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

São Pedro da União	**-** Maior produção de chorume e facilidade de contaminação das áreas de disposição de resíduos com a disposição de compostos orgânicos; esgotamento da área de disposição de resíduos sólidos rapidamente e desvalorização econômica, uma vez que os recicláveis poderiam estar gerando renda para o município por causa da ausência de **coleta seletiva**. **-** Dificuldade na implantação de projetos e ações ambientais pela ausência no **desenvolvimento de programas de educação ambiental**. - Dificuldade na implantação da coleta seletiva, informalidade e desvalorização econômica pela ausência de **cooperativas de catadores de materiais recicláveis**. Considerando o grupo localização, a tendência é: - Dificuldade na operação do aterro, pela ausência **infraestrutura (água e eletricidade).** - Dificuldade na locomoção de caminhões para o local, pois a **estrada de acesso** é de terra.
São Roque de Minas	Considerando o grupo controle ambiental, a tendência é: - Dificuldade na operação, pois caminhões que transportam o lixo e pessoas autorizadas terão dificuldade em encontrar o local, além de aumentar a probabilidade de ocorrência de acidentes, uma vez que os locais de riscos não serão sinalizados pela **placa de alerta e identificação** precária. -Ter um aumento na quantidade de chorume produzido, aumentando o risco de contaminação das águas superficiais e subterrâneas e do solo pela ausência de **drenagem pluvial**; -Que os animais sejam dispostos junto com os resíduos domésticos, o que dificulta o processo de aterramento e compactação, além de potencializar a toxidade dos efluentes pela ausência de **vala de animais mortos.** **-** Facilitar a catação e entrada de pessoas não autorizadas, pela ausência de **vigia** no local. -Aumentar a o risco de contaminação das águas superficiais/subterrâneas e do solo, uma vez que a acumulação e retenção do percolado é mais intensa por causa da ausência de **drenagem/tratamento de chorume.** -Aumentar o volume do aterro, criando vazios intensos e risco de explosão, além de potencializa também o risco de deslocamentos e movimentação às massas de resíduos, provocando recalques pela ausência de **drenagem de gases**. - Risco maior de infiltração dos percolados no solo, favorecendo a contaminação das águas superficiais e subterrâneas por causa da ausência de **camada impermeabilizante para proteger o solo dos contaminantes.** Considerando o grupo gestão e operação municipal, a tendência é: - Maior facilidade de acidentes com os trabalhadores, podendo ocorrer lesões e/ou acidentes graves pelo uso parcial de **EPI's.** - Catação no lixo, presença de animais, o possível carregamento de alguns resíduos para os cursos d'água e APP, o mau cheiro etc., pela frequência baixa de **recobrimento dos resíduos sólidos**. - Probabilidade de doenças em animais, que podem transmiti-las para seus donos e/ou morrendo pela **presença de animais** nos locais de disposição. - Aumento da poluição atmosférica, com a liberação de substâncias tóxicas por causa da **queima do lixo.** **-** Maior produção de chorume e facilidade de contaminação das áreas de disposição de resíduos com a disposição de compostos orgânicos; esgotamento da área de disposição de resíduos sólidos rapidamente e desvalorização econômica, uma vez que os recicláveis poderiam estar gerando renda para o município por causa da ausência de **coleta seletiva**. **-** Dificuldade na implantação de projetos e ações ambientais pela ausência no **desenvolvimento de programas de educação ambiental**. Considerando o grupo localização, a tendência é: - Dificuldade na locomoção de caminhões para o local, pois a **estrada de acesso** é de terra.
São Sebastião do Paraíso	Considerando o grupo controle ambiental, a tendência é: - Dificuldade na operação, pois caminhões que transportam o lixo e pessoas autorizadas terão dificuldade em encontrar o local, além de aumentar a probabilidade de ocorrência de acidentes, uma vez que os locais de riscos não serão sinalizados pela **placa de alerta e identificação** precária. -Ter um aumento na quantidade de chorume produzido, aumentando o risco de contaminação das águas superficiais e subterrâneas e do solo pela ausência de **drenagem pluvial**; -Que os animais sejam dispostos junto com os resíduos domésticos, o que dificulta o processo de aterramento e compactação, além de potencializar a toxidade dos efluentes pela ausência de **vala de animais mortos.** **-** Facilitar a catação e entrada de pessoas não autorizadas, pela ausência de **vigia** no local.

Tabela 6.1.1 - Cenário Tendencial nos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

São Sebastião do Paraíso	-Aumentar a o risco de contaminação das águas superficiais/subterrâneas e do solo, uma vez que a acumulação e retenção do percolado é mais intensa por causa da ausência de **drenagem/tratamento de chorume.** -Aumentar o volume do aterro, criando vazios intensos e risco de explosão, além de potencializa também o risco de deslocamentos e movimentação às massas de resíduos, provocando recalques pela ausência de **drenagem de gases**. - Risco maior de infiltração dos percolados no solo, favorecendo a contaminação das águas superficiais e subterrâneas por causa da ausência de **camada impermeabilizante para proteger o solo dos contaminantes.** Considerando o grupo gestão e operação municipal, a tendência é: - Probabilidade de doenças em animais, que podem transmiti-las para seus donos e/ou morrendo pela **presença de animais** nos locais de disposição. Considerando o grupo localização, a tendência é: - Dificuldade na operação do aterro, pela ausência **infraestrutura (água e eletricidade).** **-** Carregamento de lixo para o curso d'água e APP devido a **distância dos corpos d'água** ser inferior à 200 m.
São Tomás de Aquino	Considerando o grupo controle ambiental, a tendência é: -Ter um aumento na quantidade de chorume produzido, aumentando o risco de contaminação das águas superficiais e subterrâneas e do solo pela ausência de **drenagem pluvial**; **-** Facilitar a catação e entrada de pessoas não autorizadas, pela ausência de **vigia** no local. -Aumentar a o risco de contaminação das águas superficiais/subterrâneas e do solo, uma vez que a acumulação e retenção do percolado é mais intensa por causa da ausência de **drenagem/tratamento de chorume.** -Aumentar o volume do aterro, criando vazios intensos e risco de explosão, além de potencializa também o risco de deslocamentos e movimentação às massas de resíduos, provocando recalques pela ausência de **drenagem de gases**. - Risco maior de infiltração dos percolados no solo, favorecendo a contaminação das águas superficiais e subterrâneas por causa da ausência de **camada impermeabilizante para proteger o solo dos contaminantes.** Considerando o grupo gestão e operação municipal, a tendência é: - Aumentar o risco/danos à saúde dos catadores, por estarem em condições extremamente precárias, sujeitas a todo tipo de contaminação e doenças, uma vez que manipulam substâncias consideradas perigosas sem nenhuma proteção e ingestão de restos de comida encontrados por apresentar **catadores nos locais de disposição**. - Catação no lixo, presença de animais, o possível carregamento de alguns resíduos para os cursos d'água e APP, o mau cheiro etc., pela frequência baixa de **recobrimento dos resíduos sólidos**. - Probabilidade de doenças em animais, que podem transmiti-las para seus donos e/ou morrendo pela **presença de animais** nos locais de disposição. **-** Maior produção de chorume e facilidade de contaminação das áreas de disposição de resíduos com a disposição de compostos orgânicos; esgotamento da área de disposição de resíduos sólidos rapidamente e desvalorização econômica, uma vez que os recicláveis poderiam estar gerando renda para o município por causa da ausência de **coleta seletiva**. **-** Dificuldade na implantação de projetos e ações ambientais pela ausência no **desenvolvimento de programas de educação ambiental**. - Dificuldade na implantação da coleta seletiva, informalidade e desvalorização econômica pela ausência de **cooperativas de catadores de materiais recicláveis**. Considerando o grupo localização, a tendência é: - Dificuldade na operação do aterro, pela ausência **infraestrutura (eletricidade).**
Sacramento	Considerando o grupo controle ambiental, a tendência é: - Dificuldade na operação, pois caminhões que transportam o lixo e pessoas autorizadas terão dificuldade em encontrar o local, além de aumentar a probabilidade de ocorrência de acidentes, uma vez que os locais de riscos não serão sinalizados pela **placa de alerta e identificação.** -Ter um aumento na quantidade de chorume produzido, aumentando o risco de contaminação das águas superficiais e subterrâneas e do solo pela ausência de **drenagem pluvial**; **-** Facilitar a catação e entrada de pessoas não autorizadas, pela ausência de **vigia** no local. -Aumentar a o risco de contaminação das águas superficiais/subterrâneas e do solo, uma vez que a acumulação e retenção do percolado é mais intensa por causa da ausência de **drenagem/tratamento de chorume.** -Aumentar o volume do aterro, criando vazios intensos e risco de explosão, além de potencializa também o risco de deslocamentos e movimentação às massas de resíduos, provocando recalques pela ausência de **drenagem de gases**.

Tabela 6.1.1 - Cenário Tendencial nos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

Sacramento	- Risco maior de infiltração dos percolados no solo, favorecendo a contaminação das águas superficiais e subterrâneas por causa da ausência de **camada impermeabilizante para proteger o solo dos contaminantes.** Considerando o grupo gestão e operação municipal, a tendência é: - Maior facilidade de acidentes com os trabalhadores, podendo ocorrer lesões e/ou acidentes graves pela ausência de uso de **EPI's.** - Aumentar o risco/danos à saúde dos catadores, por estarem em condições extremamente precárias, sujeitas a todo tipo de contaminação e doenças, uma vez que manipulam substâncias consideradas perigosas sem nenhuma proteção e ingestão de restos de comida encontrados por apresentar **catadores nos locais de disposição**. - Catação no lixo, presença de animais, o possível carregamento de alguns resíduos para os cursos d'água e APP, o mau cheiro etc., pela frequência baixa de **recobrimento dos resíduos sólidos**. - Probabilidade de doenças em animais, que podem transmiti-las para seus donos e/ou morrendo pela **presença de animais** nos locais de disposição. - Aumento da poluição atmosférica, com a liberação de substâncias tóxicas por causa da **queima do lixo.** **-** Maior produção de chorume e facilidade de contaminação das áreas de disposição de resíduos com a disposição de compostos orgânicos; esgotamento da área de disposição de resíduos sólidos rapidamente e desvalorização econômica, uma vez que os recicláveis poderiam estar gerando renda para o município por causa da ausência de **coleta seletiva**. Considerando o grupo localização, o município não apresentou classificações inadequadas.

De acordo com a Lei 12.305/2010, os municípios ficam convocados a uma destinação final adequada de seus resíduos sólidos urbanos. Uma vez que os municípios não são capazes de cumprir as exigências e realizar medidas de ajustes nos locais de destinação final do lixo, tende-se a gerar um colapso, pois todos os fatores somados vão contribuir para uma piora na situação atual, favorecendo também o descumprimento da lei e, com isso, multas, dificuldades em financiamentos e auxílios do governo para a adequação de seus sistemas.

Sobre a disposição dos resíduos sólidos municipais, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos prevê como diretriz inicial a eliminação dos *lixões* e *aterros controlados* até 2014 e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, conforme estabelecido na lei e seu decreto regulamentador. A segunda diretriz que considera uma destinação ambientalmente adequada prevê a recuperação dos lixões, compreendendo as ações de queima pontual de gases, coleta de chorume, drenagem pluvial, compactação da massa e cobertura vegetal.

Para a redução da geração de resíduos sólidos urbanos, a terceira diretriz propõe manter os atuais patamares de geração de resíduos sólidos urbanos, tomando-se por referência o ano de 2008 (equivale a uma taxa média de 1,1 kg/habitante/dia) com posterior redução. Quanto a esta última, os municípios brasileiros já estão adequados.

Para a redução dos resíduos sólidos urbanos secos dispostos em aterros sanitários e inclusão de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, a primeira diretriz prevê a redução de 70% dos resíduos recicláveis secos dispostos em aterros sanitários, com base na caracterização nacional em 2012. A segunda considera a inclusão e fortalecimento da organização dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Para a redução de resíduos sólidos urbanos úmidos dispostos em aterros sanitários, tratamento e recuperação de gases em aterros sanitários, o Plano propõe a compostagem da parcela orgânica dos RSU e a geração de energia por meio do aproveitamento dos gases provenientes da biodigestão de composto orgânico e dos gases gerados em aterros sanitários (biogás).

Para a qualificação da gestão de resíduos sólidos urbanos, a diretriz propõe fortalecer a gestão dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos, por meio dos seguintes instrumentos: (a) Planos Estaduais, Intermunicipais e Municipais; (b) Estudos de Regionalização e Constituição de Consórcios Públicos, (c) Institucionalização de instrumento apropriado de cobrança específica para os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos (sem vinculação ao IPTU).

6.2. Ações de reestruturação dos sistemas e cenário alternativo 1

A projeção desse cenário baseou-se na identificação das medidas necessárias em cada grupo de avaliação, que devem ser implantadas pelos municípios em curto prazo, ou seja, constituindo ajustes e ações emergenciais para a reestruturação dos seus sistemas de disposição de resíduos.

Com relação ao grupo controle ambiental, nota-se a necessidade de realizar algumas ações para minimizar o risco de contaminação do meio ambiente, como: manutenção nas placas de alerta e identificação, trocando se necessário; complementação da cerca de arame farpado com arbustos, diminuindo o impacto visual da área; instalação de sistemas de drenagem de águas pluviais; projetar valas específicas para a destinação de carcaças de animais mortos; contratar vigias que permaneçam no aterro em período integral, controlando a entrada de pessoas não autorizadas; realizar manutenções periódicas nos portões de acesso, visando reparos quando necessário.

Considerando o grupo gestão e operação municipal, mostram-se necessárias ações que permitam o bom funcionamento do sistema de destinação/tratamento dos resíduos sólidos nos municípios, como: providenciar os EPI's necessários para a proteção dos trabalhadores dos locais de disposição de resíduos; realizar o recobrimento adequado do lixo, pelo menos duas vezes na semana; proibir a queima do lixo no aterro por todos os funcionários; proibir a entrada de catadores e animais nos locais de disposição, com o auxílio de um vigia e cercamento eficiente; implantar projetos e programas de educação ambiental em reuniões mensais, fóruns, escolas e com toda a comunidade.

Com relação ao grupo localização, foram identificados apenas dois componentes possíveis de modificação: infraestrutura e estradas de acesso. O item infraestrutura envolve a disponibilização de recursos como água, energia e telefone. Evidenciou-se a necessidade de obtenção de água e energia na maioria dos locais visitados.

Os demais componentes referem-se às características do meio físico e socioeconômico e, portanto, sem possibilidade de modificação, uma vez que o sistema já está instalado no local. Ressalta-se daí a importância de escolha adequada da área antes da implantação do sistema de disposição final, levando em consideração características do meio físico e as exigências legais.

O grupo UTC envolve procedimentos e estruturas auxiliares necessários para o bom funcionamento da Unidade, como: adquirir a licença ambiental de operação junto ao órgão competente, cumprindo os ajustes necessários; realizar a triagem na Unidade apenas nos dias em que chegam resíduos oriundos de coleta seletiva; nos pátios onde foi identificada a ausência de drenagem, é necessária a implantação desses sistemas para drenar o chorume e evitar contaminação; tratar os efluentes drenados do pátio de compostagem; adquirir todos os componentes de infraestrutura necessários na operação dos resíduos, como moegas, prensas, peneiras e esteira; tapar os buracos e rachaduras no pátio de compostagem, propiciando o seu bom estado de conservação; passar a operar o pátio de compostagem seguindo as orientações indicadas pelos órgãos ambientais.

Com base nas medidas de ajustes identificadas em cada município, as suas pontuações foram modificadas e, com isso, estabeleceu-se novos cenários (Tabela 6.2.1), referente às alternativas de curto prazo a serem implantadas pelos municípios. Na representação destes novos cenários, tomou-se por base a classificação utilizada no cenário atual, apresentada no Volume 2 (Figuras 5.4 e 5.5) onde: a cor verde representa a classe “Satisfatório”, a cor amarela a classe “Alerta”, a cor vermelha a classe “Insatisfatório” e a cor branca a classe “Não Possui este Grupo”.

Tabela 6.2. 1 - Cenário Alternativo 1, referente aos municípios do Médio Rio Grande.

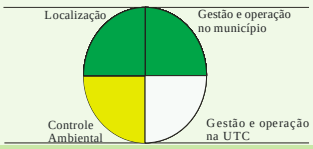
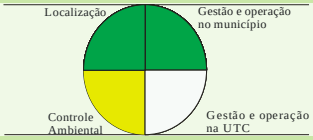
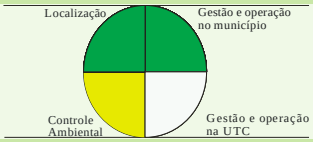
Município	Cenário Alternativo 1
LEGENDA:	
Satisfatório / Alerta / Não possui este grupo	
Alpinópolis	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de águas pluviais no entorno do terreno para impedir a infiltração da água da chuva na massa do aterro; - Projeção de uma vala separada para começar a destinar as carcaças de animais mortos separadas do lixo doméstico. - Contratar um vigia para aumentar a proteção nos locais de disposição. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Utilizar todos os EPI's necessários no depósito para operar os resíduos sólidos, evitando o contato dos operários com o resíduo perigoso. - Proibir a presença de catadores no local. - Realizar o recobrimento dos resíduos sólidos pelo menos a cada dois dias, evitando-se a presença de animais e de catadores. - Proibir a entrada de animais no local. - Proibir a queima dos resíduos pelos funcionários do local. - desenvolver programas de educação ambiental em todo o município, de forma a auxiliar no processo de adequação da gestão de resíduos sólidos. **Grupo Localização:** - Obter energia elétrica e captação de água como instrumentos de infraestrutura necessários.	
Bom Jesus da Penha	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de águas pluviais no entorno do terreno para impedir a infiltração da água da chuva na massa do aterro; - Contratar um vigia para aumentar a proteção nos locais de disposição. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Realizar o recobrimento dos resíduos sólidos pelo menos a cada dois dias, evitando-se a presença de animais e de catadores. - Proibir a entrada de animais no local. - desenvolver programas de educação ambiental em todo o município, de forma a auxiliar no processo de adequação da gestão de resíduos sólidos. **Grupo Localização:** - Obter energia elétrica como instrumento de infraestrutura necessário.	
Cássia	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de águas pluviais no entorno do terreno para impedir a infiltração da água da chuva na massa do aterro; - Projeção de uma vala separada para começar a destinar as carcaças de animais mortos separadas do lixo doméstico. - Contratar um vigia para aumentar a proteção nos locais de disposição. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Proibir a presença de catadores no local. - Realizar o recobrimento dos resíduos sólidos pelo menos a cada dois dias, evitando-se a presença de animais e de catadores. - Proibir a entrada de animais no local. - Proibir a queima dos resíduos pelos funcionários do local. - desenvolver programas de educação ambiental em todo o município, de forma a auxiliar no processo de adequação da gestão de resíduos sólidos. **Grupo Localização:** - Obter energia elétrica e captação de água como instrumentos de infraestrutura necessários.	

Tabela 6.2.1 - Cenário Alternativo 1, referente aos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

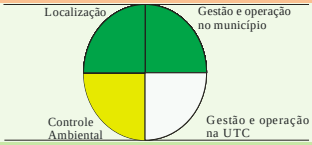
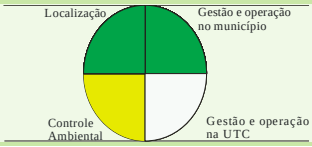
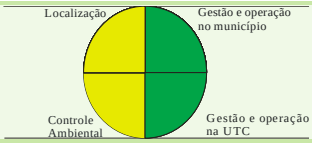
Capetinga	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de águas pluviais no entorno do terreno para impedir a infiltração da água da chuva na massa do aterro; - Projeção de uma vala separada para começar a destinar as carcaças de animais mortos separadas do lixo doméstico. - Contratar um vigia para aumentar a proteção nos locais de disposição. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Proibir a presença de catadores no local. - Realizar o recobrimento dos resíduos sólidos pelo menos a cada dois dias, evitando-se a presença de animais e de catadores. - Proibir a queima dos resíduos pelos funcionários do local. - Desenvolver programas de educação ambiental em todo o município, de forma a auxiliar no processo de adequação da gestão de resíduos sólidos. **Grupo Localização:** - Obter energia elétrica e captação de água como instrumentos de infraestrutura necessários.	
Delfinópolis	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de águas pluviais no entorno do terreno para impedir a infiltração da água da chuva na massa do aterro; - Contratar um vigia para aumentar a proteção nos locais de disposição. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Utilizar todos os EPI's necessários no depósito para operar os resíduos sólidos, evitando o contato dos operários com o resíduo perigoso. - Realizar o recobrimento dos resíduos sólidos pelo menos a cada dois dias, evitando-se a presença de animais e de catadores. - Proibir a entrada de animais no local. - Desenvolver programas de educação ambiental em todo o município, de forma a auxiliar no processo de adequação da gestão de resíduos sólidos. **Grupo UTC:** - Realizar a caracterização quantitativa e gravimétrica do lixo. - Operar adequadamente o composto orgânico no pátio de compostagem, seguindo regulamentos de órgãos ambientais. - Tapar buracos e eventuais rachaduras no pátio de compostagem, melhorando o estado de conservação do mesmo. **Grupo Localização:** -Não foram observadas ocorrências relevantes e, por consequência, não serão necessárias ações de adequação.	
Fortaleza de Minas	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de águas pluviais no entorno do terreno para impedir a infiltração da água da chuva na massa do aterro; **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Realizar o recobrimento dos resíduos sólidos pelo menos a cada dois dias, evitando-se a presença de animais e de catadores. - Proibir a entrada de animais no local. **Grupo UTC:** - Realizar a caracterização quantitativa e gravimétrica do lixo frequentemente. - Tapar buracos e eventuais rachaduras no pátio de compostagem, melhorando o estado de conservação do mesmo. **Grupo Localização:** -Não foram observadas ocorrências relevantes e, por consequência, não serão necessárias ações de adequação.	

Tabela 6.2.1 - Cenário Alternativo 1, referente aos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

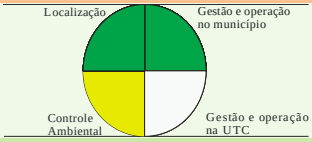
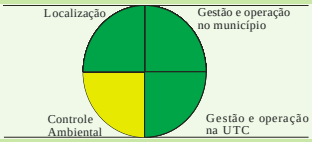
Ibiraci	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de águas pluviais no entorno do terreno para impedir a infiltração da água da chuva na massa do aterro; - Projeção de uma vala separada para começar a destinar as carcaças de animais mortos separadas do lixo doméstico. - Contratar um vigia para aumentar a proteção nos locais de disposição. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Utilizar todos os EPI's necessários no depósito para operar os resíduos sólidos, evitando o contato dos operários com o resíduo perigoso. - Proibir a presença de catadores no local. - Realizar o recobrimento dos resíduos sólidos pelo menos a cada dois dias, evitando-se a presença de animais e de catadores. - Proibir a entrada de animais no local. - Desenvolver programas de educação ambiental em todo o município, de forma a auxiliar no processo de adequação da gestão de resíduos sólidos. **Grupo Localização:** - Obter energia elétrica e captação de água como instrumentos de infraestrutura necessários.	
Itamogi	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de águas pluviais no entorno do terreno para impedir a infiltração da água da chuva na massa do aterro. - Projeção de uma vala separada para começar a destinar as carcaças de animais mortos separadas do lixo doméstico. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Proibir a queima dos resíduos sólidos pelos funcionários. - Desenvolver programas de educação ambiental em todo o município, de forma a auxiliar no processo de adequação da gestão de resíduos sólidos. **Grupo UTC:** - Realizar a caracterização quantitativa e gravimétrica do lixo. - Tapar buracos e eventuais rachaduras no pátio de compostagem, melhorando o estado de conservação do mesmo. **Grupo Localização:** -Não foram observadas ocorrências relevantes e, por consequência, não serão necessárias ações de adequação.	
Itaú de Minas	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de águas pluviais no entorno do terreno para impedir a infiltração da água da chuva na massa do aterro; - Projeção de uma vala separada para começar a destinar as carcaças de animais mortos separadas do lixo doméstico. - Contratar um vigia para aumentar a proteção nos locais de disposição. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Utilizar todos os EPI's necessários no depósito para operar os resíduos sólidos, evitando o contato dos operários com o resíduo perigoso. - Realizar o recobrimento dos resíduos sólidos pelo menos a cada dois dias, evitando-se a presença de animais e de catadores. - Proibir a entrada de animais no local. - Proibir a queima dos resíduos pelos funcionários do local. - desenvolver programas de educação ambiental em todo o município, de forma a auxiliar no processo de adequação da gestão de resíduos sólidos. **Grupo UTC:** **-** Renovar a licença ambiental de operação. - Realizar a caracterização quantitativa e gravimétrica do lixo. **Grupo Localização:** -Não foram observadas ocorrências relevantes e, por consequência, não serão necessárias ações de adequação.	

Tabela 6.2.1 - Cenário Alternativo 1, referente aos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

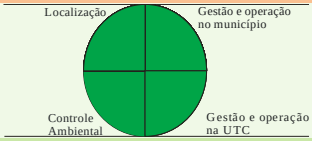
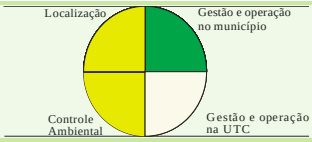
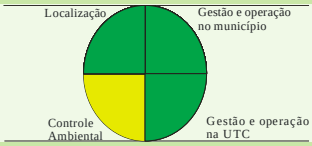
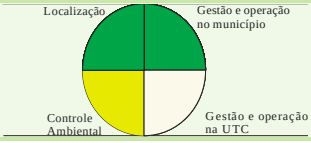
Jacuí	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de águas pluviais no entorno do terreno para impedir a infiltração da água da chuva na massa do aterro. - Contratar um vigia para aumentar a proteção nos locais de disposição. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Realizar o recobrimento dos resíduos sólidos pelo menos a cada dois dias, evitando-se a presença de animais e de catadores. - Proibir a entrada de animais no local. **Grupo UTC:** - Realizar a caracterização quantitativa e gravimétrica do lixo frequentemente. - Tapar buracos e eventuais rachaduras no pátio de compostagem, melhorando o estado de conservação do mesmo. **Grupo Localização:** -Não foram observadas ocorrências relevantes e, por consequência, não serão necessárias ações de adequação.	
Monte Santo de Minas	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de águas pluviais no entorno do terreno para impedir a infiltração da água da chuva na massa do aterro; - Projeção de uma vala separada para começar a destinar as carcaças de animais mortos separadas do lixo doméstico. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Realizar o recobrimento dos resíduos sólidos pelo menos a cada dois dias, evitando-se a presença de animais e de catadores. - Proibir a queima dos resíduos pelos funcionários do local. - Desenvolver programas de educação ambiental em todo o município, de forma a auxiliar no processo de adequação da gestão de resíduos sólidos. **Grupo Localização:** - Obter captação de água como instrumentos de infraestrutura necessários.	
Nova Resende	
Grupo Controle Ambiental: - Trocar a placa de identificação do local, que está precária. **-** Instalação de drenos de águas pluviais no entorno do terreno para impedir a infiltração da água da chuva na massa do aterro. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Realizar o recobrimento dos resíduos sólidos pelo menos a cada dois dias, evitando-se a presença de animais e de catadores. **Grupo UTC:** - Realizar a caracterização quantitativa e gravimétrica do lixo frequentemente. - Implantar uma drenagem eficiente para os efluentes no pátio de compostagem. - Operar adequadamente o composto orgânico no pátio de compostagem. - Tapar buracos e eventuais rachaduras no pátio de compostagem, melhorando o estado de conservação do mesmo. **Grupo Localização:** -Não foram observadas ocorrências relevantes e, por consequência, não serão necessárias ações de adequação.	
Passos	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de águas pluviais no entorno do terreno para impedir a infiltração da água da chuva na massa do aterro; **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Utilizar todos os EPI's necessários no depósito para operar os resíduos sólidos, evitando o contato dos operários com o resíduo perigoso. - Proibir a entrada de animais no local. - Desenvolver programas de educação ambiental em todo o município, de forma a auxiliar no processo de adequação da gestão de resíduos sólidos. **Grupo Localização:**- Obter energia elétrica e captação de água como instrumentos de infraestrutura necessários.	

Tabela 6.2.1 - Cenário Alternativo 1, referente aos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

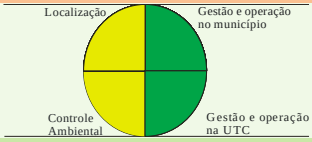
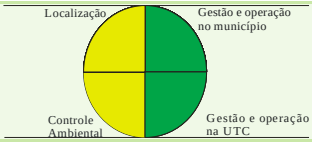
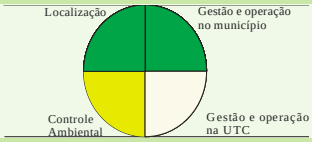
Pratápolis	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de águas pluviais em todo o entorno do terreno para impedir a infiltração da água da chuva na massa do aterro; - Projeção de uma vala para começar a destinar as carcaças de animais mortos separadas do lixo doméstico. - Contratar um vigia para aumentar a proteção nos locais de disposição. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Utilizar todos os EPI's necessários no depósito para operar os resíduos sólidos, evitando o contato dos operários com o resíduo perigoso. - Realizar o recobrimento dos resíduos sólidos pelo menos a cada dois dias, evitando-se a presença de animais e de catadores. - Proibir a queima dos resíduos pelos funcionários do local. - desenvolver programas de educação ambiental em todo o município, de forma a auxiliar no processo de adequação da gestão de resíduos sólidos. **Grupo UTC:** - Realizar a caracterização quantitativa e gravimétrica do lixo. - Drenar os efluentes do pátio de compostagem, encaminhando-os para o tratamento adequado. - Tapar buracos e rachaduras eventuais no pátio de compostagem. **Grupo Localização:** -Não foram observadas ocorrências relevantes e, por consequência, não serão necessárias ações de adequação.	
São João Batista do Glória	
Grupo Controle Ambiental: - Contratar um vigia para aumentar a proteção nos locais de disposição. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Realizar o recobrimento dos resíduos sólidos pelo menos a cada dois dias, evitando-se a presença de animais e de catadores. - Desenvolver programas de educação ambiental em todo o município, de forma a auxiliar no processo de adequação da gestão de resíduos sólidos. **Grupo UTC:** - Realizar a caracterização quantitativa e gravimétrica do lixo frequentemente. - Operar adequadamente o pátio de compostagem, seguindo as ações propostas pelos órgãos ambientais competentes. - Tapar buracos e eventuais rachaduras no pátio de compostagem, melhorando o estado de conservação do mesmo. **Grupo Localização:** -Não foram observadas ocorrências relevantes e, por consequência, não serão necessárias ações de adequação.	
São José da Barra	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de águas pluviais no entorno do terreno para impedir a infiltração da água da chuva na massa do aterro. - Contratar um vigia para aumentar a proteção nos locais de disposição. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** -Não foram observadas ocorrências relevantes e, por consequência, não serão necessárias ações de adequação. **Grupo Localização:** - Obter energia elétrica e captação de água como instrumentos de infraestrutura necessários.	

Tabela 6.2.1 - Cenário Alternativo 1, referente aos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

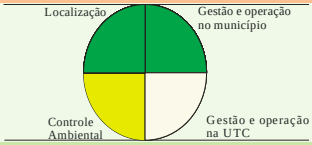
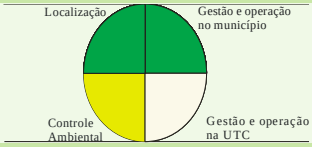
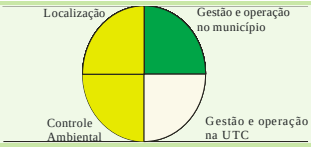
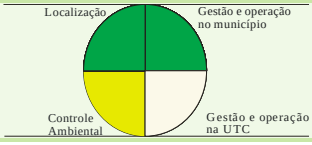
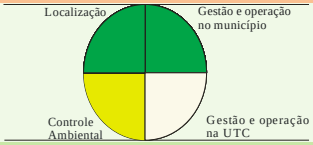
São Pedro da União	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de águas pluviais no entorno do terreno para impedir a infiltração da água da chuva na massa do aterro. - Contratar um vigia para aumentar a proteção nos locais de disposição. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Realizar o recobrimento dos resíduos sólidos pelo menos a cada dois dias, evitando-se a presença de animais e de catadores. - Proibir a entrada de animais no local. - Desenvolver programas de educação ambiental em todo o município, de forma a auxiliar no processo de adequação da gestão de resíduos sólidos. - **Grupo Localização:** - Obter energia elétrica e captação de água como instrumentos de infraestrutura necessários.	
São Roque de Minas	
Grupo Controle Ambiental: **-** Construir placas de alerta e identificação no local. **-** Instalação de drenos de águas pluviais no entorno do terreno para impedir a infiltração da água da chuva na massa do aterro. - Projeção de uma vala separada para começar a destinar as carcaças de animais mortos separadas do lixo doméstico. - Contratar um vigia para aumentar a proteção nos locais de disposição. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Utilizar todos os EPI's necessários no depósito para operar os resíduos sólidos, evitando o contato dos operários com o resíduo perigoso. - Realizar o recobrimento dos resíduos sólidos pelo menos a cada dois dias, evitando-se a presença de animais e de catadores. - Proibir a entrada de animais no local. - Proibir a queima dos resíduos pelos funcionários do local. - **Grupo Localização:** -Não foram observadas ocorrências relevantes e, por consequência, não serão necessárias ações de adequação.	
São Sebastião do Paraíso	
Grupo Controle Ambiental: **-** Construir placas de identificação no local. **-** Instalação de drenos de águas pluviais no entorno do terreno para impedir a infiltração da água da chuva na massa do aterro. - Projeção de uma vala separada para começar a destinar as carcaças de animais mortos separadas do lixo doméstico. - Contratar um vigia para aumentar a proteção nos locais de disposição. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Proibir a entrada de animais no local. - **Grupo Localização:** - Obter energia elétrica e captação de água como instrumentos de infraestrutura necessários.	
São Tomás de Aquino	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de águas pluviais no entorno do terreno para impedir a infiltração da água da chuva na massa do aterro. - Contratar um vigia para aumentar a proteção nos locais de disposição. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Proibir a entrada de catadores no local. - Realizar o recobrimento dos resíduos sólidos pelo menos a cada dois dias, evitando-se a presença de animais e de catadores. - Proibir a entrada de animais no local. - Desenvolver programas de educação ambiental em todo o município, de forma a auxiliar no processo de adequação da gestão de resíduos sólidos. - **Grupo Localização:** - Obter energia elétrica e captação de água como instrumentos de infraestrutura necessários.	

Tabela 6.2.1 - Cenário Alternativo 1, referente aos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

Sacramento	
Grupo Controle Ambiental: - Construir e instalar placas de alerta e identificação no local. **-** Instalação de drenos de águas pluviais no entorno do terreno para impedir a infiltração da água da chuva na massa do aterro. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Utilizar todos os EPI's necessários no depósito para operar os resíduos sólidos, evitando o contato dos operários com o resíduo perigoso. - Proibir a entrada de catadores no local. - Realizar o recobrimento dos resíduos sólidos pelo menos a cada dois dias, evitando-se a presença de animais e de catadores. - Proibir a entrada de animais no local. - **Grupo Localização:** - Obter energia elétrica como instrumento de infraestrutura necessário.	

6.3. Ações consolidadas e cenário alternativo 2

A projeção desse cenário baseou-se na identificação das medidas necessárias em cada grupo de avaliação a serem implantadas pelos municípios em médio e longo prazo, ou seja, constituindo ajustes e ações consolidadas para a adequação geral do sistema.

Com relação ao grupo controle ambiental, as ações necessárias em médio ou longo prazo envolvem: projeção de novos aterros de rejeitos que sejam projetados com drenos de chorume desde a base, conectados a um sistema de tratamento, drenos de gases e revestimento da base com camada impermeabilizante, revestidas de argila compactada e, se necessário, posterior aplicação de geomembrana.

Com relação ao grupo gestão e operação municipal, evidenciou-se a necessidade de ações que contemplem o bom funcionamento do sistema de destinação/tratamento dos resíduos sólidos: implantação do processo de coleta seletiva, mobilizando e sensibilizando a comunidade; criação de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, direcionando os possíveis catadores que frequentam o local de disposição de resíduos e possíveis catadores informais que atuam no município para estas associações.

Com relação ao grupo localização, a única medida de adequação em longo prazo possível de modificação foi a melhoria nas estradas de acesso aos locais de disposição, que, preferencialmente, devem ser totalmente pavimentadas para facilitar o tráfego dos caminhões. Ressalta-se, entretanto, para este cenário há a necessidade de busca de uma nova área para a instalação adequada do sistema e a recuperação ambiental da área atual.

Com relação ao grupo UTC, as medidas de ajuste para a adequação geral do sistema em médio/longo prazo são: realização da coleta de orgânicos separadamente dos demais materiais da coleta seletiva; passar a atender todo o município com a coleta seletiva; utilizar/doar regularmente o composto orgânico, que poderão ser utilizados na manutenção de jardins e recuperação de áreas degradadas.

Com base nas medidas de ajustes necessárias em cada município, as pontuações foram modificadas e, com isso, estabeleceram-se novos cenários (Tabela 6.3.1), referentes às alternativas de médio e longo prazo a serem implantadas para a adequação geral do sistema de disposição de resíduos sólidos urbanos.

Tabela 6.3. 1 - Cenário Alternativo 2 referente aos municípios do Médio Rio Grande.

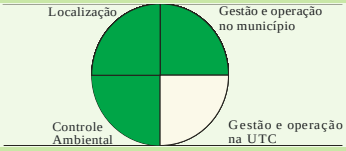
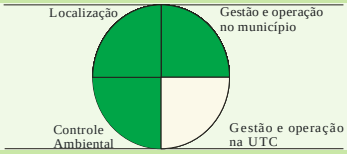
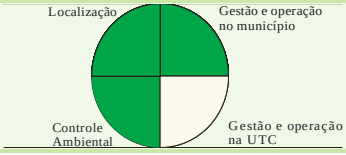
Municípios	*Cenário Alternativo2*
LEGENDA:	
Satisfatório / *Alerta*	*Não possui este grupo*
Alpinópolis	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de gases, drenos de chorume e camada impermeabilizante (liner), nos novos aterros projetados para a destinação dos resíduos sólidos. - Iniciar o tratamento dos efluentes drenados do aterro, eliminando a sua toxidade. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Implantar a coleta seletiva no município. - Criar cooperativas de catadores de materiais recicláveis, auxiliando o processo de implantação da coleta seletiva. **Grupo Localização:** - Pavimentar a estrada de acesso ao local de disposição de resíduos sólidos.	
Bom Jesus da Penha	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de gases, drenos de chorume e camada impermeabilizante (liner), nos novos aterros projetados para a destinação dos resíduos sólidos. - Iniciar o tratamento dos efluentes drenados do aterro, eliminando a sua toxidade. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Implantar a coleta seletiva no município. - Criar cooperativas de catadores de materiais recicláveis, auxiliando o processo de implantação da coleta seletiva. **Grupo Localização:** -Não foram observadas ocorrências relevantes e, por consequência, não serão necessárias ações de adequação.	
Cássia	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de gases, drenos de chorume e camada impermeabilizante (liner), nos novos aterros projetados para a destinação dos resíduos sólidos. - Iniciar o tratamento dos efluentes drenados do aterro, eliminando a sua toxidade. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** -Não foram observadas ocorrências relevantes e, por consequência, não serão necessárias ações de adequação. **Grupo Localização:** - Pavimentar a estrada de acesso ao local de disposição de resíduos sólidos.	

Tabela 6.3.1 - Cenário Alternativo 2 referente aos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

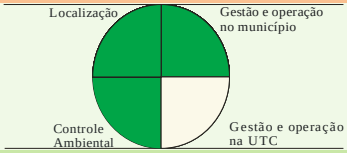
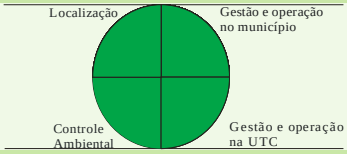
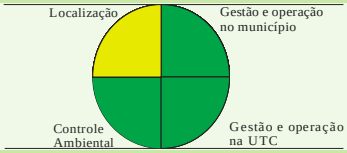
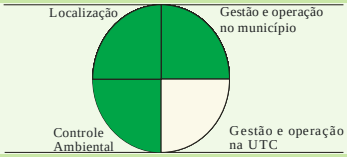
Capetinga	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de gases, drenos de chorume e camada impermeabilizante (liner), nos novos aterros projetados para a destinação dos resíduos sólidos. - Iniciar o tratamento dos efluentes drenados do aterro, eliminando a sua toxidade. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Implantar a coleta seletiva no município. - Criar cooperativas de catadores de materiais recicláveis, auxiliando o processo de implantação da coleta seletiva. **Grupo Localização:** - Pavimentar o restante de estrada de terra que dá acesso ao local de disposição de resíduos sólidos.	
Delfinópolis	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de gases, drenos de chorume e camada impermeabilizante (liner), nos novos aterros projetados para a destinação dos resíduos sólidos. - Iniciar o tratamento dos efluentes drenados do aterro, eliminando a sua toxidade. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Criar cooperativas de catadores de materiais recicláveis, favorecendo a eficiência da coleta seletiva. **Grupo UTC:** - Realizar a triagem dos resíduos apenas nos dias de coleta seletiva. - Coletar o composto orgânico separadamente de secos e rejeitos na coleta seletiva. - Destinar/utilizar todo o composto orgânico produzido no local. **Grupo Localização:** -Não foram observadas ocorrências relevantes e, por consequência, não serão necessárias ações de adequação.	
Fortaleza de Minas	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de gases, drenos de chorume e camada impermeabilizante (liner), nos novos aterros projetados para a destinação dos resíduos sólidos. - Iniciar o tratamento dos efluentes drenados do aterro, eliminando a sua toxidade. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Criar cooperativas de catadores de materiais recicláveis, favorecendo a eficiência da coleta seletiva. **Grupo UTC:** - Realizar a triagem dos resíduos apenas nos dias de coleta seletiva. - Destinar/utilizar todo o composto orgânico produzido no local. **Grupo Localização:** -Pavimentar a estrada de acesso ao local de disposição dos resíduos.	
Ibiraci	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de gases, drenos de chorume e camada impermeabilizante (liner), nos novos aterros projetados para a destinação dos resíduos sólidos. - Iniciar o tratamento dos efluentes drenados do aterro, eliminando a sua toxidade. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Implantar a coleta seletiva no município. - Criar cooperativas de catadores de materiais recicláveis, auxiliando o processo de implantação da coleta seletiva. **Grupo Localização:** -Não foram observadas ocorrências relevantes e, por consequência, não serão necessárias ações de adequação.	

Tabela 6.3.1 - Cenário Alternativo 2 referente aos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

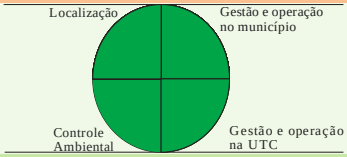
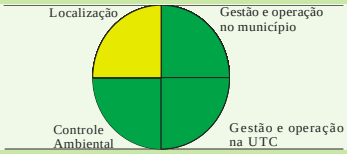
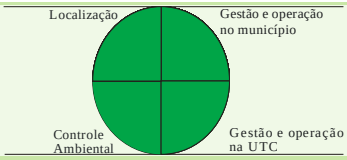
Itamogi	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de gases, drenos de chorume e camada impermeabilizante (liner), nos novos aterros projetados para a destinação dos resíduos sólidos. - Iniciar o tratamento dos efluentes drenados do aterro, eliminando a sua toxidade. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Implantar a coleta seletiva no município. - Criar cooperativas de catadores de materiais recicláveis, favorecendo a eficiência da coleta seletiva. **Grupo UTC:** - Realizar a triagem dos resíduos apenas nos dias de coleta seletiva. - Atender á todo o município na coleta seletiva. - Coletar o composto orgânico separadamente de secos e rejeitos na coleta seletiva. - Destinar/utilizar todo o composto orgânico produzido no local. **Grupo Localização:** -Pavimentar a estrada de acesso ao local de disposição dos resíduos.	
Itaú de Minas	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de gases, drenos de chorume e cama impermeabilizante (liner), nos novos aterros projetados para a destinação dos resíduos sólidos. - Iniciar o tratamento dos efluentes drenados do aterro, eliminando a sua txidade. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Implantar a coleta seletiva no município. - Criar cooperativas de catadores de materiais recicláveis, favorecendo a eficiência da coleta seletiva. **Grupo UTC:** - Realizar a triagem dos resíduos apenas nos dias de coleta seletiva. - Atender a todo o município na coleta seletiva. - Coletar o composto orgânico separadamente de secos e rejeitos na coleta seletiva. - Passar a operar o pátio de compostagem, com a realização da compostagem. - Destinar/utilizar todo o composto orgânico produzido no local. **Grupo Localização:** -Pavimentar a estrada de acesso ao local de disposição dos resíduos.	
Jacuí	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de gases, drenos de chorume e cama impermeabilizante (liner), nos novos aterros projetados para a destinação dos resíduos sólidos. - Iniciar o tratamento dos efluentes drenados do aterro, eliminando a sua toxidade. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Criar cooperativas de catadores de materiais recicláveis, favorecendo a eficiência da coleta seletiva. **Grupo UTC:** - Realizar a triagem dos resíduos apenas nos dias de coleta seletiva. -Coletar o composto orgânico separadamente de secos e rejeitos na coleta seletiva. - Destinar/utilizar todo o composto orgânico produzido no local. **Grupo Localização:** -Pavimentar a estrada de acesso ao local de disposição dos resíduos.	

Tabela 6.3.1 - Cenário Alternativo 2 referente aos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

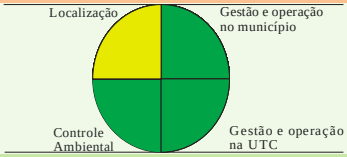
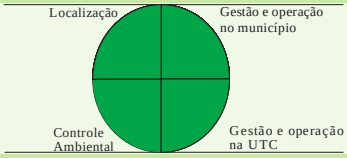
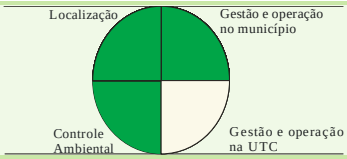
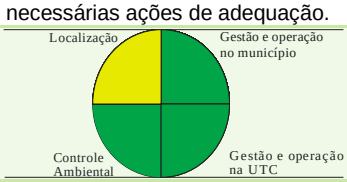
Monte Santo de Minas	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de gases, drenos de chorume e cama impermeabilizante (liner), nos novos aterros projetados para a destinação dos resíduos sólidos. - Iniciar o tratamento dos efluentes drenados do aterro, eliminando a sua toxidade. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Implantar a coleta seletiva no município. - Criar cooperativas de catadores de materiais recicláveis, auxiliando o processo de implantação da coleta seletiva. **Grupo Localização:** - Pavimentar a estrada de acesso ao local de disposição de resíduos sólidos.	
Nova Resende	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de gases, drenos de chorume e camada impermeabilizante (liner), nos novos aterros projetados para a destinação dos resíduos sólidos. - Iniciar o tratamento dos efluentes drenados do aterro, eliminando a sua toxidade. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** -Não foram observadas ocorrências relevantes e, por consequência, não serão necessárias ações de adequação. **Grupo UTC:** - Destinar/utilizar todo o composto orgânico produzido no local. **Grupo Localização:** -Pavimentar a estrada de acesso ao local de disposição dos resíduos.	
Passos	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de gases, drenos de chorume e camada impermeabilizante (liner), nos novos aterros projetados para a destinação dos resíduos sólidos. - Iniciar o tratamento dos efluentes drenados do aterro, eliminando a sua toxidade. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Implantar a coleta seletiva no município. **Grupo Localização:** - Não foram observadas ocorrências relevantes e, por consequência, não serão necessárias ações de adequação.	
Pratápolis	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de gases, drenos de chorume e camada impermeabilizante (liner), nos novos aterros projetados para a destinação dos resíduos sólidos. - Iniciar o tratamento dos efluentes drenados do aterro, eliminando a sua toxidade. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Implantar a coleta seletiva no município. - Criar cooperativas de catadores de materiais recicláveis, favorecendo a eficiência da coleta seletiva. **Grupo UTC:** - Realizar a triagem dos resíduos apenas nos dias de coleta seletiva. - Atender á todo o município na coleta seletiva. - Coletar o composto orgânico separadamente de secos e rejeitos na coleta seletiva. - Destinar/utilizar todo o composto orgânico produzido no local. **Grupo Localização:** **-** Não foram observadas ocorrências relevantes e, por consequência, não serão necessárias ações de adequação.	

Tabela 6.3.1 - Cenário Alternativo 2 referente aos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

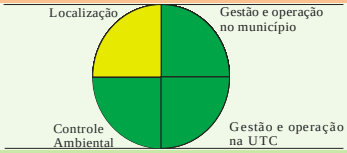
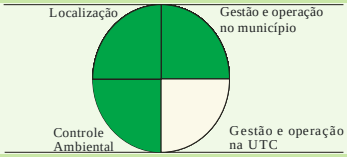
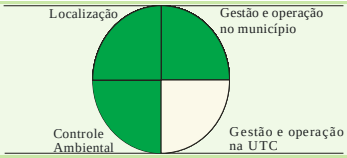
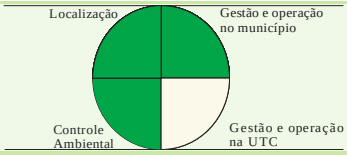
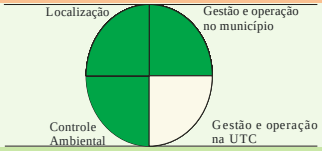
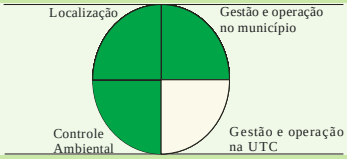
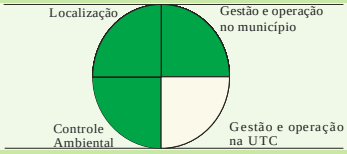
São João Batista do Glória	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de gases, drenos de chorume e cama impermeabilizante (liner), nos novos aterros projetados para a destinação dos resíduos sólidos. - Iniciar o tratamento dos efluentes drenados do aterro, eliminando a sua toxidade. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Criar cooperativas de catadores de materiais recicláveis, favorecendo a eficiência da coleta seletiva. **Grupo UTC:** - Realizar a triagem dos resíduos apenas nos dias de coleta seletiva. - Destinar/utilizar todo o composto orgânico produzido no local. **Grupo Localização:** **-** Não foram observadas ocorrências relevantes e, por consequência, não serão necessárias ações de adequação.	
São José da Barra	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de gases, drenos de chorume e camada impermeabilizante (liner), nos novos aterros projetados para a destinação dos resíduos sólidos. - Iniciar o tratamento dos efluentes drenados do aterro, eliminando a sua toxidade. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Implantar a coleta seletiva no município. - Criar cooperativas de catadores de materiais recicláveis, auxiliando o processo de implantação da coleta seletiva. **Grupo Localização:** **-** Não foram observadas ocorrências relevantes e, por consequência, não serão necessárias ações de adequação.	
São Pedro da União	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de gases, drenos de chorume e cama impermeabilizante (liner), nos novos aterros projetados para a destinação dos resíduos sólidos. - Iniciar o tratamento dos efluentes drenados do aterro, eliminando a sua toxidade. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Implantar a coleta seletiva no município. - Criar cooperativas de catadores de materiais recicláveis, auxiliando o processo de implantação da coleta seletiva. **Grupo Localização:** - Pavimentar a estrada de acesso ao local de disposição dos resíduos.	
São Roque de Minas	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de gases, drenos de chorume e camada impermeabilizante (liner), nos novos aterros projetados para a destinação dos resíduos sólidos. - Iniciar o tratamento dos efluentes drenados do aterro, eliminando a sua toxidade. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Implantar a coleta seletiva no município. **Grupo Localização:** - Pavimentar a estrada de acesso ao local de disposição dos resíduos.	

Tabela 6.3.1 - Cenário Alternativo 2 referente aos municípios do Médio Rio Grande (continuação).

São Sebastião do Paraíso	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de gases, drenos de chorume e cama impermeabilizante (liner), nos novos aterros projetados para a destinação dos resíduos sólidos. - Iniciar o tratamento dos efluentes drenados do aterro, eliminando a sua toxidade. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Instalação do depósito de lixo em outro terreno, uma vez que há uma nascente ao lado do aterro controlado, favorecendo a possibilidade de o lixo atingir APP. **Grupo Localização:** **-** Não foram observadas ocorrências relevantes e, por consequência, não serão necessárias ações de adequação.	
São Tomás de Aquino	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de gases, drenos de chorume e cama impermeabilizante (liner), nos novos aterros projetados para a destinação dos resíduos sólidos. - Iniciar o tratamento dos efluentes drenados do aterro, eliminando a sua toxidade. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Implantar a coleta seletiva no município. - Criar cooperativas de catadores de materiais recicláveis, auxiliando o processo de implantação da coleta seletiva. **Grupo Localização:** - Pavimentar a estrada de acesso ao local de disposição dos resíduos.	
Sacramento	
Grupo Controle Ambiental: **-** Instalação de drenos de gases, drenos de chorume e cama impermeabilizante (liner), nos novos aterros projetados para a destinação dos resíduos sólidos. - Iniciar o tratamento dos efluentes drenados do aterro, eliminando a sua toxidade. **Grupo Gestão e Operação Municipal:** - Implantar a coleta seletiva no município. **Grupo Localização:** **-** Não foram observadas ocorrências relevantes e, por consequência, não serão necessárias ações de adequação.	

7. CENÁRIO QUANTO À COBERTURA FLORESTAL

Fernanda Oliveira Reis

Eduardo Goulart Collares

Alessandro Francisco dos Santos



O estabelecimento de cenários com relação à cobertura florestal envolveu a análise dos fragmentos florestais existentes na área e, posteriormente, a escolha de áreas prioritárias para interligação de fragmentos e consequente formação de corredores florestais. A metodologia empregada na projeção de cenários culminou com o estabelecimento de um cenário denominado de *Cenário Desejado* e outro denominado de *Cenário Paliativo*. Os critérios adotados no estabelecimento dos cenários está descrito no Capítulo 29 do Volume 1 desta publicação.

7.1. Cenário Desejado

A Figura 7.1.1 ilustra o *Cenário Desejado* da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande.

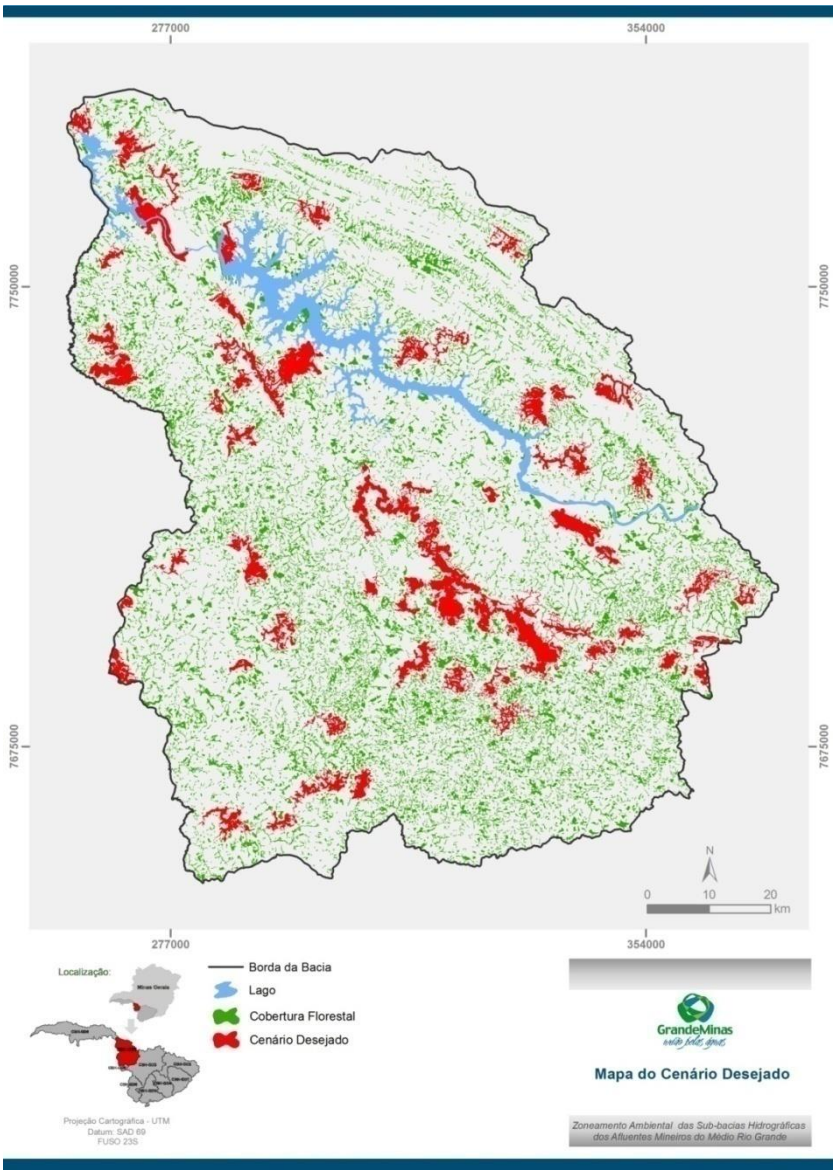


Figura 7.1. 1 - Corredores ecológicos definidos no Cenário Desejado da Bacia do Médio Rio Grande (em vermelho).

No *Cenário Desejado* a bacia passará a contar com uma área de 191.483 hectares de florestas e 9.958 fragmentos florestais, ou seja, haverá um ganho de 23.259 hectares de florestas, como ilustra a Figura 7.1.2, e a conexão de 460 fragmentos florestais.

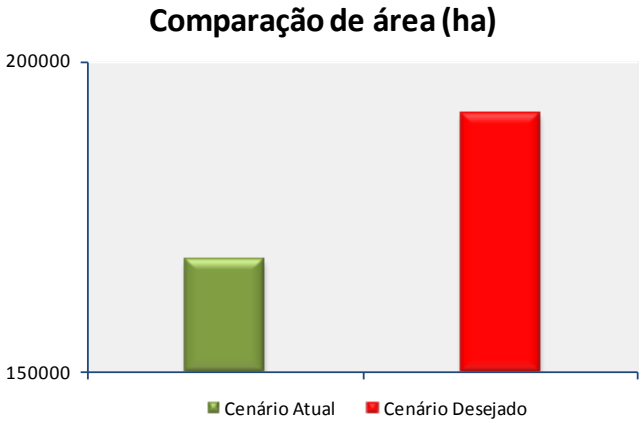


Figura 7.1. 2 - Comparação entre a área do cenário atual e a área do cenário desejado.

7.2. Cenário paliativo

Com a efetivação das conexões propostas no *Cenário Paliativo* a área de estudo passa a contar com 168.971 hectares de florestas, ou seja, ocorrendo um aumento da área florestada de 748,2 hectares, como ilustra a Figura 7.2.1. Este cenário terá um número de 9.961 fragmentos florestais, permitindo a conexão de aproximadamente 457 fragmentos.

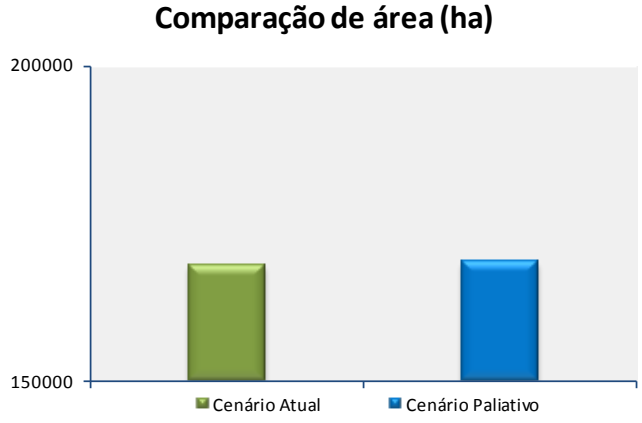


Figura 7.2. 1 - Comparação entre a área do cenário atual e a área do cenário paliativo.

A Figura 7.2.2 ilustra o *Cenário Paliativo* da Bacia do Médio Rio Grande.

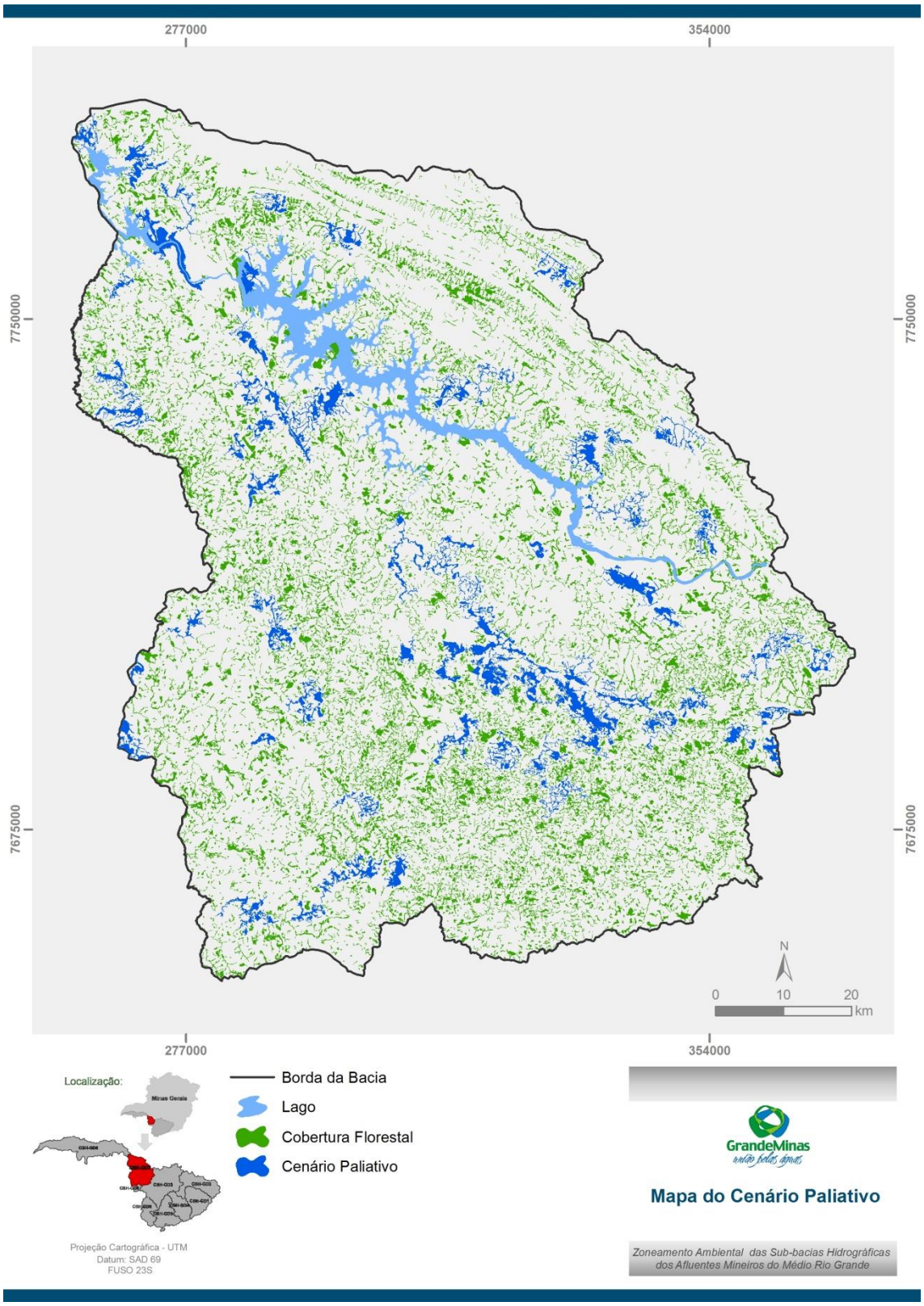


Figura 7.2. 2 - Corredores florestais do Cenário Paliativo da Bacia do Médio Rio Grande (em azul).

7.3. Análise dos cenários por município e por macrounidade ambiental

7.3.1. Análise dos cenários por município

As Tabelas 7.3.1, 7.3.2 e 7.3.3 apresentam os dados referentes aos cenários atual, desejado e paliativo, por município.

Tabela 7.3. 1 - Dados, por município, referentes à cobertura florestal no Cenário Atual.

Municípios	*Área dos Municípios (ha)*	*Área de Fragmentos Florestais no Cenário Atual (ha)*	*Percentual de área ocupada por fragmentos florestais no Cenário Atual (%)*
Alpinópolis	42793,1	10017,1	23,4
Bom Jesus da Penha	20984,0	4152,5	19,8
Capetinga	30569,3	6303,3	20,6
Cássia	58989,5	10454,4	17,7
Claraval	20787,5	3978,0	19,1
Delfinópolis	119701,8	18305,6	15,3
Fortaleza de Minas	23257,7	5912,3	25,4
Ibiraci	57846,1	10437,9	18,0
Itamogi	24277,1	3098,1	12,8
Itaú de Minas	15582,1	3614,8	23,2
Jacuí	41039,4	8984,4	21,9
Monte Santo de Minas	27994,3	4872,8	17,4
Nova Resende	23612,5	3730,4	15,8
Passos	129710,8	24451,4	18,9
Pratápolis	19336,7	3181,6	16,5
Sacramento	54650,1	9527,6	17,4
São João Batista do Glória	51628,9	7101,3	13,8
São José da Barra	16968,2	3508,3	20,7
São Pedro da União	24220,7	3996,8	16,5
São Roque de Minas	35245,8	3456,0	9,8
São Sebastião do Paraíso	81882,3	15273,2	18,7
São Tomás de Aquino	28619,7	3767,9	13,2

Tabela 7.3. 2 - Dados, por município, referentes à cobertura florestal no Cenário Desejado.

Municípios	Área dos Municípios (ha)	Área de Fragmentos Florestais no Cenário Desejado (ha)	Percentual de área ocupada por fragmentos florestais no Cenário Desejado (%)
Alpinópolis	42793,1	10802,8	25,2
Bom Jesus da Penha	20984,0	4272,7	20,4
Capetinga	30569,3	6714,0	22,0
Cássia	58989,5	12721,6	21,6
Claraval	20787,5	5280,5	25,4
Delfinópolis	119701,8	20136,0	16,8
Fortaleza de Minas	23257,7	6724,1	28,9
Ibiraci	57846,1	11978,0	20,7
Itamogi	24277,1	3370,9	13,9
Itaú de Minas	15582,1	5168,3	33,2
Jacuí	41039,4	9487,8	23,1
Monte Santo de Minas	27994,3	5413,2	19,3
Nova Resende	23612,5	3730,4	15,8
Passos	129710,8	30034,9	23,2
Pratápolis	19336,7	3367,4	17,4
Sacramento	54650,1	11278,2	20,6
São João Batista do Glória	51628,9	8882,4	17,2
São José da Barra	16968,2	3766,4	22,2
São Pedro da União	24220,7	3996,8	16,5
São Roque de Minas	35245,8	3634,9	10,3
São Sebastião do Paraíso	81882,3	16536,4	20,2
São Tomás de Aquino	28619,7	4020,6	14,0

Tabela 7.3. 3 - Dados, por município, referentes à cobertura florestal no Cenário Paliativo.

Municípios	Área dos Municípios (ha)	Área de vegetação no Cenário Paliativo (ha)	Percentual de área ocupada por fragmentos florestais no Cenário Paliativo (%)
Alpinópolis	42793,1	10037,5	23,5
Bom Jesus da Penha	20984,0	4153,5	19,8
Capetinga	30569,3	6316,5	20,7
Cássia	58989,5	10499,2	17,8
Claraval	20787,5	4022,4	19,4
Delfinópolis	119701,8	18357,6	15,3
Fortaleza de Minas	23257,7	5926,7	25,5
Ibiraci	57846,1	10462,9	18,1
Itamogi	24277,1	3101,6	12,8
Itaú de Minas	15582,1	3645,3	23,4
Jacuí	41039,4	8993,0	21,9
Monte Santo de Minas	27994,3	4881,0	17,4
Nova Resende	23612,5	3730,4	15,8
Passos	129710,8	24790,6	19,1
Pratapolis	19336,7	3189,7	16,5
Sacramento	54650,1	9591,1	17,5
São João Batista do Glória	51628,9	7134,9	13,8
São José da Barra	16968,2	3512,0	20,7
São Pedro da União	24220,7	3996,8	16,5
São Roque de Minas	35245,8	3460,4	9,8
São Sebastião do Paraíso	81882,3	15292,3	18,7
São Tomás de Aquino	28619,7	3777,3	13,2

Com relação a uma análise comparativa entre os cenários, por município, foram produzidos gráficos referentes à área ocupada e o percentual de área ocupada por fragmentos florestais nos municípios.

A Figura 7.3.1 ilustra a área ocupada por fragmentos florestais nos municípios, considerando os cenários Atual, Desejado e Paliativo. Com relação à área ocupada por fragmentos no Cenário Atual, o município de Passos, com 24.451 ha, e Delfinópolis, com 18.305 ha, apresentaram as maiores áreas. Pratápolis com 3.181 ha e Itamogi com 3.098 há, as menores áreas de fragmentos. No Cenário Desejado e Paliativo os municípios de Passos e Delfinópolis também se destacaram com as maiores áreas, Pratápolis e Itamogi com as menores. Os municípios de Nova Resende e São Pedro da União não sofreram acréscimo de área, já os municípios onde deverão ocorrer os maiores incrementos florestais, considerando o cenário desejado, são Passos com 5.583 ha e Cássia com 2.267 ha.

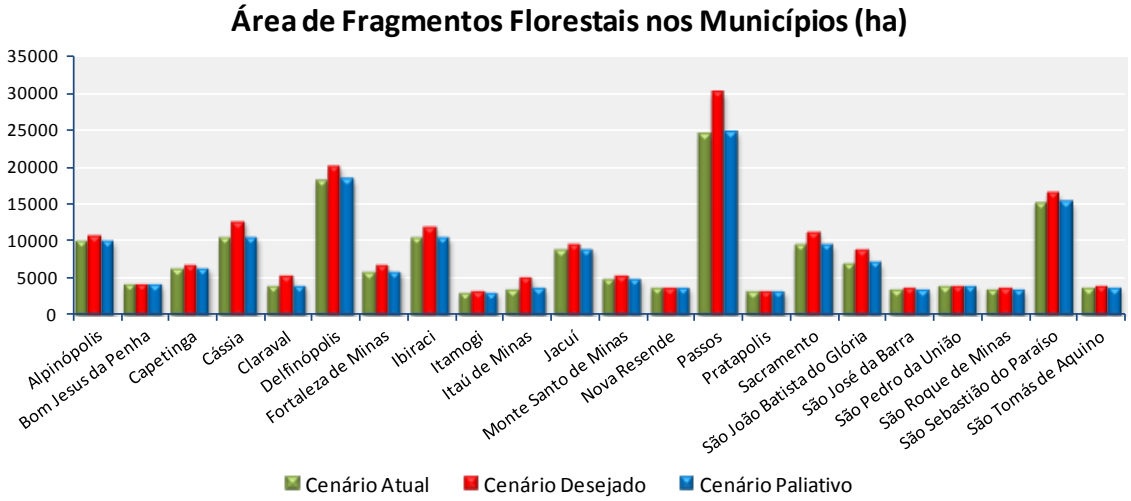


Figura 7.3. 1 - Área de fragmentos florestais nos municípios separados por cenário.

A Figura 7.3.2 mostra o percentual de área ocupada por fragmentos nos cenários Atual, Desejado e no Paliativo nos 22 municípios. No Cenário Atual os municípios de Fortaleza de Minas com 23,3% e Alpinópolis com 25,4% apresentam os maiores porcentuais. Já os municípios de São Roque de Minas e Itamogi apresentam os menores porcentuais com 9,8% e 12,8% de área ocupada por fragmentos florestais. Esta mesma configuração se mantém no cenário paliativo.

No Cenário Desejado os municípios de Itaú de Minas com 33,2% e Fortaleza de Minas com 28,9% se destacaram e os municípios de São Roque de Minas com 9,8% e Itamogi com 13,8% apresentaram os menores percentuais. Os municípios de Nova Resende e São Pedro da União não sofreram mudanças quanto ao percentual

de área ocupada e o município onde deverá ocorrer o maior acréscimo é Itaú de Minas, com 9,9%.

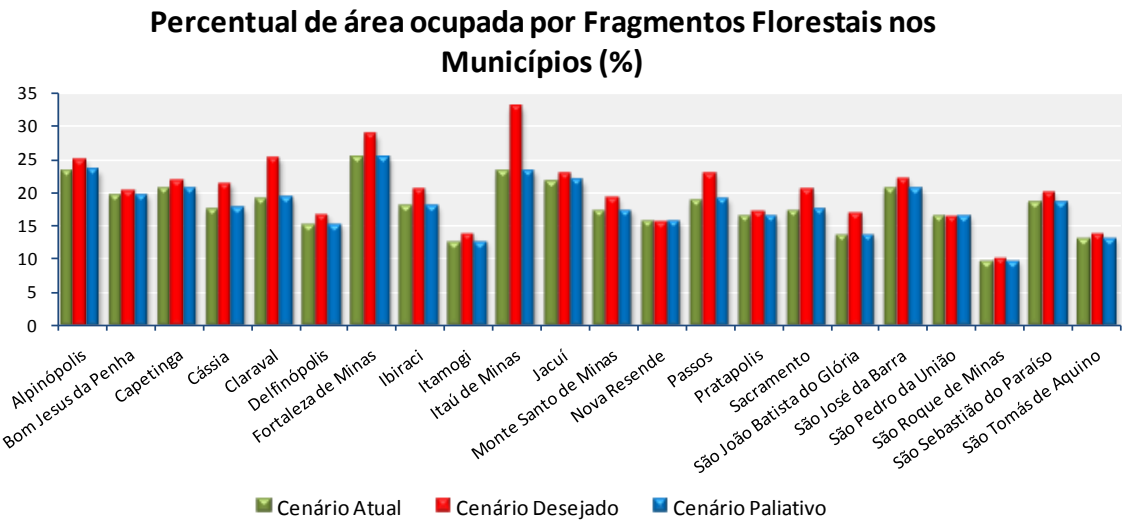


Figura 7.3. 2 - Percentual de área ocupada por fragmentos florestais nos municípios separados por cenário.

A Tabela 7.3.4 apresenta o incremento de florestas em hectares com a implantação dos cenários Desejado e Paliativo nos municípios.

Tabela 7.3. 4 - Incremento de áreas florestadas nos municípios considerando os cenários desejado e paliativo.

Municípios	*Incremento de florestas no Cenário Desejado (ha)*	*Incremento de florestas no cenário Paliativo (ha)*
Alpinópolis	785,78	20,41
Bom Jesus da Penha	120,17	1,00
Capetinga	410,72	13,20
Cássia	2267,21	44,81
Claraval	1302,43	44,35
Delfinópolis	1830,39	52,08
Fortaleza de Minas	811,75	14,36
Ibiraci	1540,13	25,03
Itamogi	272,84	3,52
Itaú de Minas	1553,59	30,50
Jacuí	503,38	8,61
Monte Santo de Minas	540,41	8,25
Nova Resende	0,00	0,00
Passos	5583,49	339,18
Pratápolis	185,73	8,06
Sacramento	1750,54	63,45
São João Batista do Glória	1781,14	33,67
São José da Barra	258,16	3,75
São Pedro da União	0,00	0,00
São Roque de Minas	178,89	4,39
São Sebastião do Paraíso	1263,18	19,11
São Tomás de Aquino	252,75	9,46

A classificação dos municípios quanto ao incremento de cobertura florestal foi representada em mapas, indicando quais os municípios que se enquadram nas classes Baixa, Média ou Alta conforme o incremento de florestas nos Cenários Desejado e Paliativo. A Tabela 7.3.5, mostra a definição das classes.

Tabela 7.3. 5 - Classes utilizadas quanto ao incremento de florestas.

Classes	*Descrição*
Baixa	Baixo incremento de reflorestamento
Média	Médio incremento de reflorestamento
Alta	Alto incremento de reflorestamento

A Figura 7.3.3 mostra a classificação dos municípios no Cenário Desejado. O município de Passos pertence à Classe Alta, os municípios de Cássia, Claraval, Delfinópolis, Ibiraci, Itaú de Minas, Sacramento, São João Batista do Glória estão na Classe Média e os municípios de Alpinópolis, Bom Jesus da Penha, Capetinga, Fortaleza de Minas, Itamogi, Jacuí, Monte Santo de Minas, Nova Resende, Pratápolis, São José da Barra, São Pedro da União, São Roque de Minas e São Tomás de Aquino pertencem à classe Baixa.

Com relação ao Cenário Paliativo, o município de Passos está na Classe Alta, os municípios de Alpinópolis, Cássia, Claraval, Delfinópolis, Ibiraci, Itaú de Minas, Sacramento, São João Batista do Glória compreendem à Classe Média e os municípios de Bom Jesus da Penha, Capetinga, Fortaleza de Minas, Itamogi, Jacuí, Monte Santo de Minas, Nova Resende, Pratápolis, São José da Barra, São Pedro da União, São Roque de Minas e São Tomás de Aquino pertencem à Classe Baixa. A Figura 7.3.4 ilustra a classificação dos municípios no Cenário Paliativo.

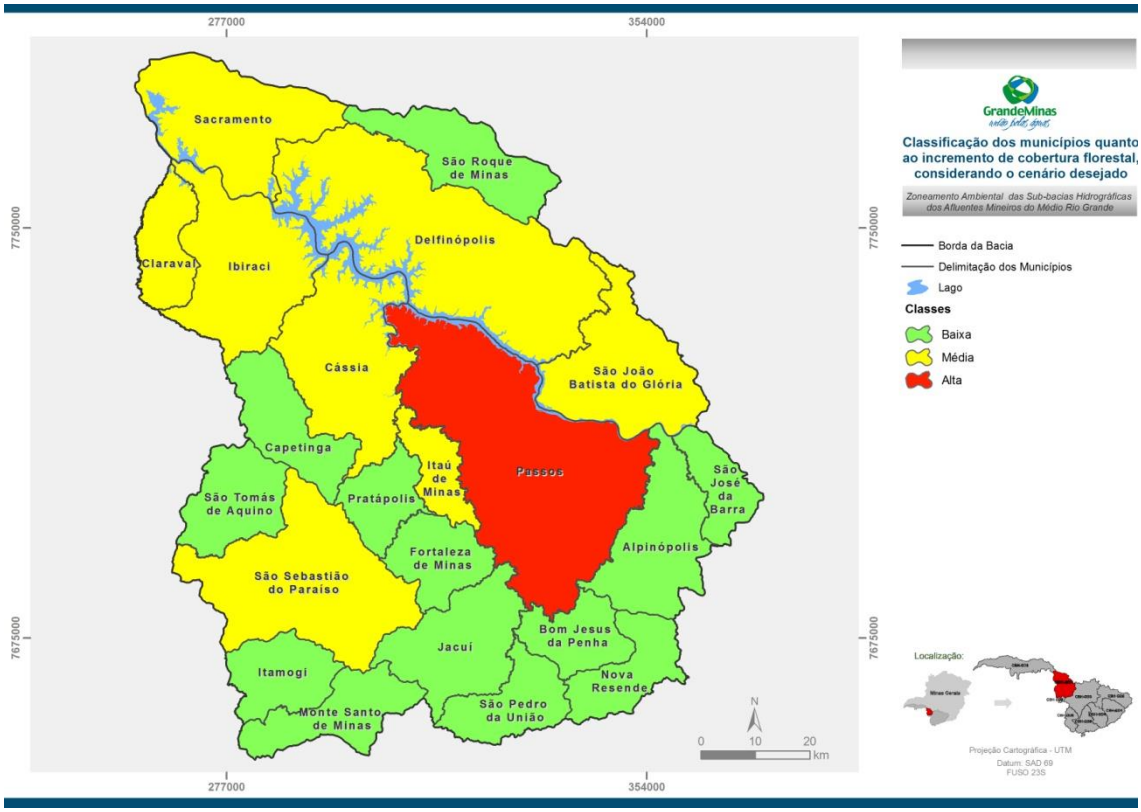


Figura 7.3. 3 - Classificação dos municípios quanto ao incremento de cobertura florestal, considerando o cenário desejado.

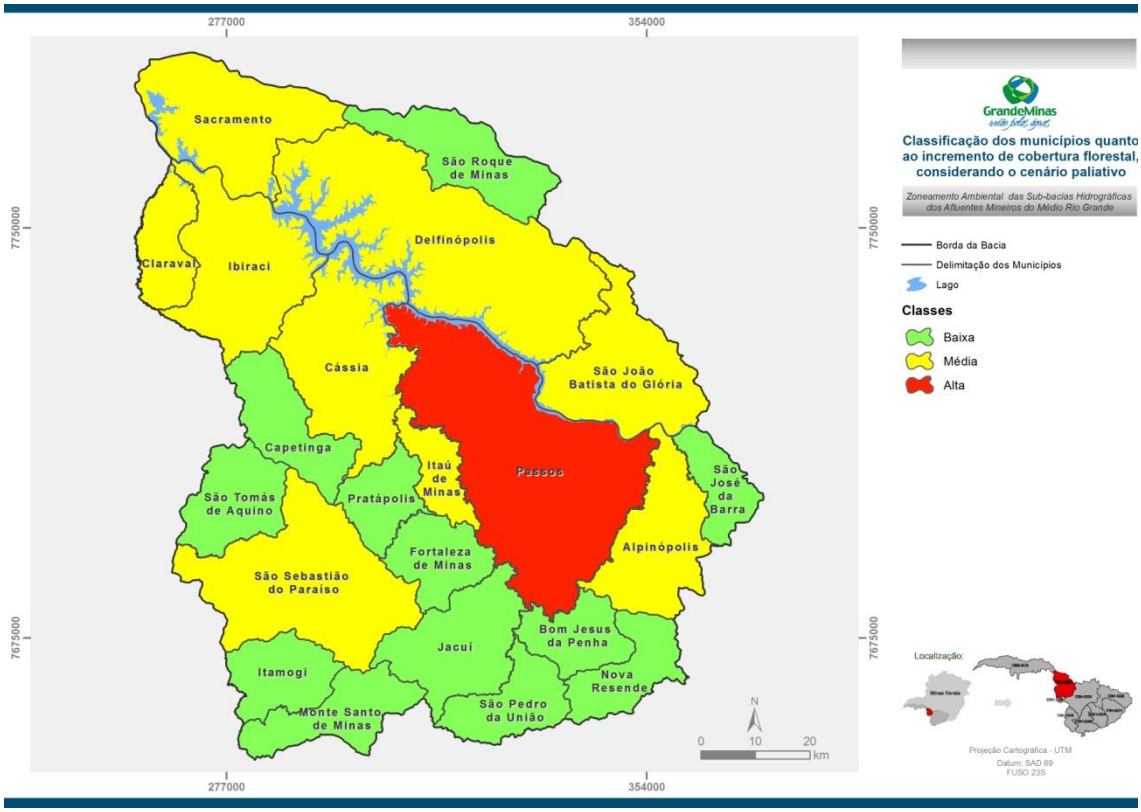


Figura 7.3. 4 - Classificação dos municípios quanto ao incremento de cobertura florestal, considerando o cenário paliativo.

7.3.2. Análise dos cenários dentro das macrounidades

As Tabelas 7.3.6, 7.3.7 e 7.3.8 apresentam os dados referentes aos cenários atual, desejado e paliativo, por macrounidade ambiental.

Tabela 7.3. 6 - Dados, por macrounidade, referentes à cobertura florestal no Cenário Atual.

Macrounidades	Área das Macrounidades (ha)	Área de Fragmentos Florestais no Cenário Atual (ha)	Percentual de área ocupada por fragmentos florestais no Cenário Atual (%)
MB[01]	10127,93	1604,84	15,9
MB[02]	7256,35	1169,79	16,1
MB[03]	28071,99	3691,69	13,2
MB[04]	61145,26	7292,83	11,9
MB[05]	8107,76	1522,15	18,8
MB[06]	13551,12	1675,01	12,4
MB[07]	3472,86	917,13	26,4
MB[08]	10822,77	1621,69	15,0
MB[09]	3425,12	832,19	24,3
MB[10]	26291,80	3653,90	13,9
MB[11]	7954,39	1281,13	16,1
MB[12]	45301,16	8591,87	19,0
MB[13]	241774,55	50229,67	20,8
MB[14]	45786,01	8335,43	18,2
MB[15]	50814,24	11612,24	22,9
MB[16]	31096,51	6569,74	21,1
MB[17]	42989,95	6261,74	14,6
MB[18]	35814,32	6003,13	16,8
ML[19]	10047,45	1353,71	13,5
ML[20]	31679,08	4240,24	13,4
ML[21]	17548,72	2669,76	15,2
ML[22]	9770,03	2097,16	21,5
MM[23]	4989,53	498,48	10,0
MM[24]	8023,18	1192,45	14,9
MM[25]	46104,67	6957,57	15,1
MM[26]	18830,19	3483,69	18,5
MM[27]	12419,54	2567,76	20,7
MM[28]	21039,59	2281,50	10,8
MM[29]	30651,23	6780,84	22,1
MM[30]	30321,61	6387,58	21,1
MM[31]	10637,59	1376,56	12,9
MM[32]	1676,73	700,17	41,8
MM[33]	18521,45	2148,29	11,6
MM[34]	3633,54	473,87	13,0

Tabela 7.3. 7 - Dados, por macrounidade, referentes à cobertura florestal no Cenário Desejado.

Macrounidades	Área das Macrounidades (ha)	Área de Fragmentos Florestais no Cenário Desejado (ha)	Percentual de área ocupada por Fragmentos Florestais no Cenário Desejado (%)
MB[01]	10127,93	1761,48	17,4
MB[02]	7256,35	1225,98	16,9
MB[03]	28071,99	4610,14	16,4
MB[04]	61145,26	7473,90	12,2
MB[05]	8107,76	1715,04	21,2
MB[06]	13551,12	1914,00	14,1
MB[07]	3472,86	917,13	26,4
MB[08]	10822,77	1916,72	17,7
MB[09]	3425,12	905,64	26,4
MB[10]	26291,80	3668,17	14,0
MB[11]	7954,39	1403,70	17,7
MB[12]	45301,16	9064,24	20,0
MB[13]	241774,55	57453,63	23,8
MB[14]	45786,01	10096,44	22,1
MB[15]	50814,24	12062,58	23,7
MB[16]	31096,51	7346,30	23,6
MB[17]	42989,95	6445,90	15,0
MB[18]	35814,32	6814,33	19,0
ML[19]	10047,45	1452,21	14,5
ML[20]	31679,08	4421,49	14,0
ML[21]	17548,72	2869,21	16,4
ML[22]	9770,03	2536,28	26,0
MM[23]	4989,53	498,48	10,0
MM[24]	8023,18	1934,17	24,1
MM[25]	46104,67	8171,33	17,7
MM[26]	18830,19	4106,11	21,8
MM[27]	12419,54	3358,81	27,0
MM[28]	21039,59	2281,50	10,8
MM[29]	30651,23	9053,41	29,5
MM[30]	30321,61	8184,99	27,0
MM[31]	10637,59	1528,57	14,4
MM[32]	1676,73	1069,11	63,8
MM[33]	18521,45	2148,66	11,6
MM[34]	3633,54	473,87	13,0

Tabela 7.3. 8 - Dados, por macrounidade, referentes à cobertura florestal no Cenário Paliativo.

Macrounidades	Área das Macrounidades (ha)	Área de vegetação no Cenário Paliativo (ha)	Percentual de área ocupada por fragmentos florestais no Cenário Paliativo (%)
MB[01]	10127,93	1612,67	15,9
MB[02]	7256,35	1170,89	16,1
MB[03]	28071,99	3694,16	13,2
MB[04]	61145,26	7297,22	11,9
MB[05]	8107,76	1531,97	18,9
MB[06]	13551,12	1682,44	12,4
MB[07]	3472,86	917,13	26,4
MB[08]	10822,77	1628,78	15,0
MB[09]	3425,12	835,74	24,4
MB[10]	26291,80	3654,99	13,9
MB[11]	7954,39	1285,63	16,2
MB[12]	45301,16	8605,82	19,0
MB[13]	241774,55	50392,60	20,8
MB[14]	45786,01	8499,77	18,6
MB[15]	50814,24	11629,36	22,9
MB[16]	31096,51	6585,16	21,2
MB[17]	42989,95	6269,41	14,6
MB[18]	35814,32	6014,94	16,8
ML[19]	10047,45	1355,87	13,5
ML[20]	31679,08	4248,78	13,4
ML[21]	17548,72	2690,70	15,3
ML[22]	9770,03	2097,67	21,5
MM[23]	4989,53	498,48	10,0
MM[24]	8023,18	1213,63	15,1
MM[25]	46104,67	6985,74	15,2
MM[26]	18830,19	3520,49	18,7
MM[27]	12419,54	2655,39	21,4
MM[28]	21039,59	2281,50	10,8
MM[29]	30651,23	6819,21	22,2
MM[30]	30321,61	6443,94	21,3
MM[31]	10637,59	1378,89	13,0
MM[32]	1676,73	701,34	41,8
MM[33]	18521,45	2148,29	11,6
MM[34]	3633,54	473,87	13,0

Com relação a uma análise comparativa entre os cenários, por macrounidades, foram produzidos gráficos referentes à área ocupada e o percentual de área ocupada por fragmentos florestais.

A Figura 7.3.5 ilustra a área ocupada por fragmentos florestais nas macrounidades, nos cenários atual, desejado e paliativo, exceto na macrounidade MB13 que, para uma melhor visualização, é apresentada em gráfico específico (Figura 7.3.6). No cenário atual os macrounidades ambientais MB[13] com 50.229 ha e MB[15] com 11.612 ha de vegetação apresentaram as maiores áreas e as macrounidades MM[34] com 473 ha e MM[23] com 498 ha com as menores áreas. Esta mesma configuração se mantém nos cenários desejado e paliativo.

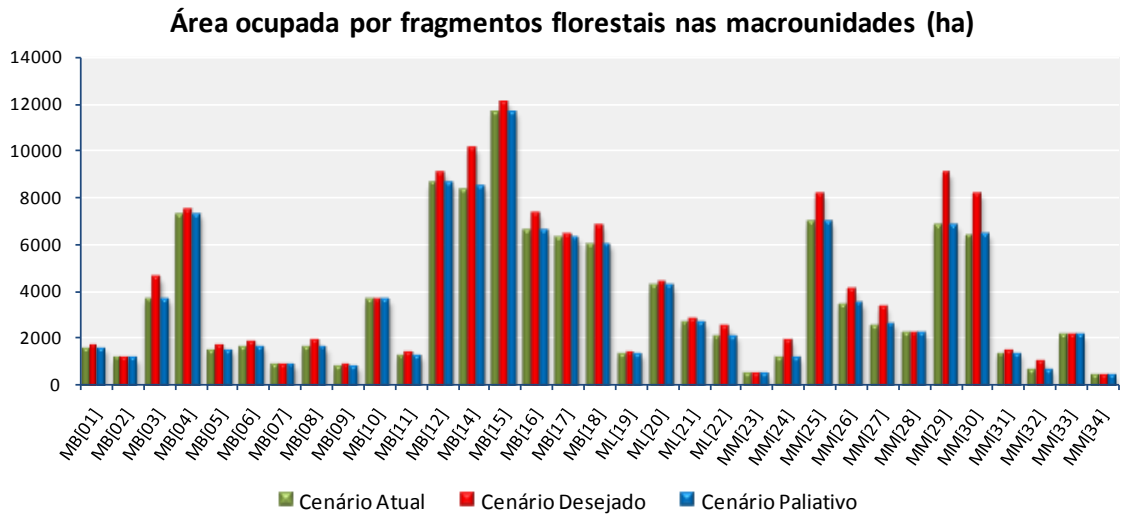


Figura 7.3. 5 - Área de fragmentos florestais nas macrounidades ambientais separados por cenário.

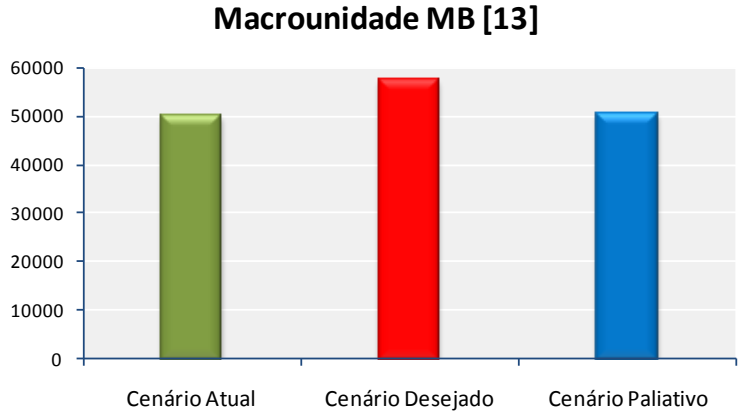


Figura 7.3. 6 - Área de fragmentos florestais na macrounidade MB[13] separados por cenário.

A Figura 7.3.7 mostra o percentual de área ocupada por fragmentos florestais nas macrounidades, nos cenários atual, desejado e paliativo, exceto na macrounidade MM[32] que, para uma melhor visualização, é apresentada em gráfico específico (Figura 7.3.8). No Cenário Atual as macrounidades ambientais MM[32] e MB[07], respectivamente com 41,7% e 26,4% apresentam as maiores porcentagens e as macrounidades MM[23] com 9,9% e MM[28] com 10,8% as menores porcentagens. Com relação ao cenário desejado as macrounidades com os maiores percentuais são MM[32] com 63,7% e MM[29] com 29,5%, as macrounidades com os menores percentuais são MM[23] com 9,9% e MM[28] com 10,8%. O cenário paliativo mantém a mesma configuração do cenário desejado.

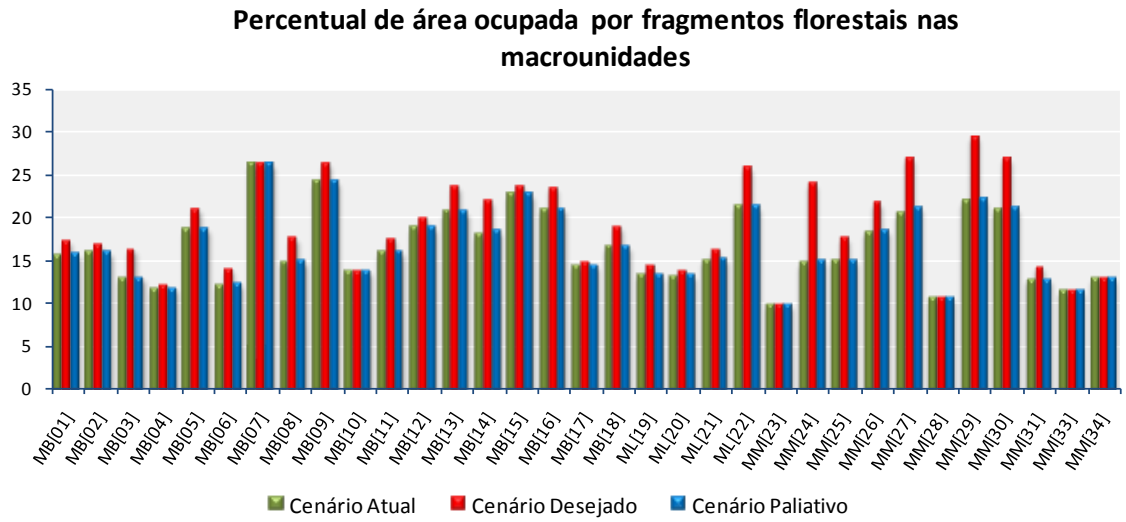


Figura 7.3. 7 - Percentual de área ocupada por fragmentos florestais nas macrounidades separados por cenário.

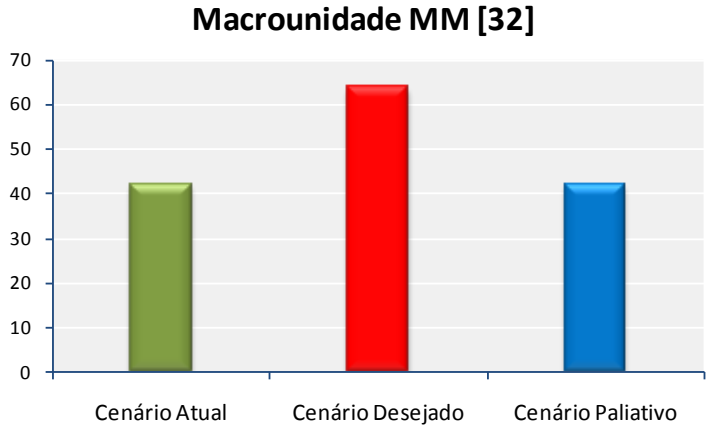


Figura 7.3. 8 - Percentual de área ocupada por fragmentos florestais na macrounidade MM[32] separados por cenário.

A Tabela 7.3.9 apresenta o incremento de florestas, em hectares, com a implantação dos cenários Desejado e Paliativo nas macrounidades ambientais.

Tabela 7.3. 9 - Incremento de florestas nas macrounidades.

Macrounidades	Incremento de Florestas no Cenário Desejado (ha)	Incremento de Florestas no Cenário Paliativo (ha)
MB[01]	156,64	7,84
MB[02]	56,19	1,10
MB[03]	918,45	2,47
MB[04]	181,07	4,39
MB[05]	192,89	9,82
MB[06]	238,99	7,43
MB[07]	0,00	0,00
MB[08]	295,03	7,10
MB[09]	73,45	3,54
MB[10]	14,27	1,09
MB[11]	122,56	4,50
MB[12]	472,37	13,95
MB[13]	7223,96	162,90
MB[14]	1761,01	164,34
MB[15]	450,34	17,12
MB[16]	776,56	15,42
MB[17]	184,17	7,68
MB[18]	811,20	11,81
ML[19]	98,51	2,16
ML[20]	181,25	8,53
ML[21]	199,45	20,94
ML[22]	439,12	0,51
MM[23]	0,00	0,00
MM[24]	741,72	21,17
MM[25]	1213,76	28,17
MM[26]	622,42	36,79
MM[27]	791,05	87,63
MM[28]	0,00	0,00
MM[29]	2272,57	38,37
MM[30]	1797,40	56,35
MM[31]	152,01	2,34
MM[32]	368,94	1,17
MM[33]	0,38	0,00
MM[34]	0,00	0,00

A classificação das macrounidades ambientais quanto ao incremento de cobertura florestal está representada em mapa, indicando as macrounidades que se enquadram nas classes Baixa, Média ou Alta, segundo as propostas dos Cenários Desejado e Paliativo, ou seja, em quais macrounidades ambientais ocorrem um baixo, médio e alto incremento de reflorestamento.

A Figura 7.3.9 mostra a classificação das macrounidades ambientais no cenário desejado. A macrounidade MB[13] foi classificada na classe Alta, teve um alto

incremento de florestas. As macrounidades MB[03], MB[14], MB[18], MM[25], MM[29] e MM[30] pertencem à classe Média e as macrounidades ambientais MB[01], MB[02], MB[04], MB[05], MB[06], MB[07], MB[08], MB[09], MB[10], MB[11], MB[12], MB[15], MB[16], MB[17], ML[19], ML[20], ML[21], ML[22], MM[23], MM[24], MM[26], MM[27], MM[28], MM[31], MM[32], MM[33], MM[34] pertencem à classe Baixa.

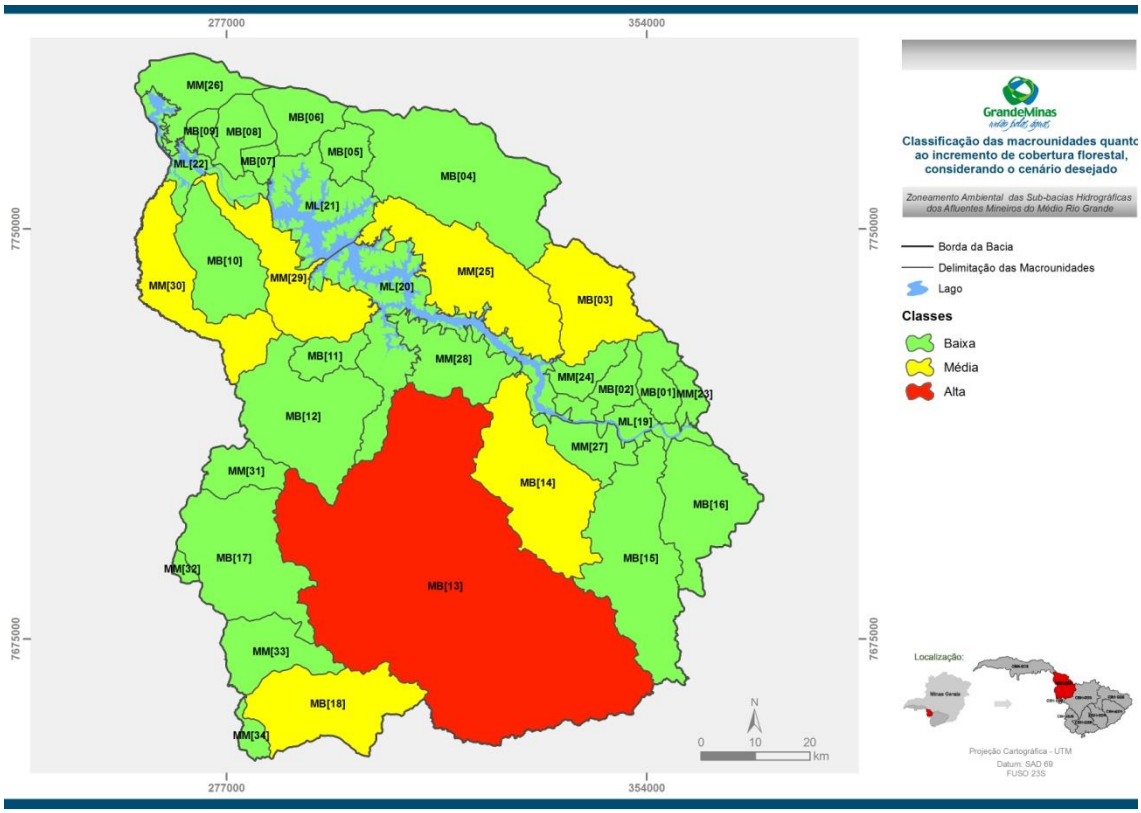


Figura 7.3. 9 - Classificação das macrounidades quanto ao incremento de cobertura florestal, considerando o cenário desejado.

Na classificação do cenário paliativo (Figura 7.3.10), as macrounidades ambientais MB[13] e MB[14] pertencem à classe Alta, as macrounidades MM[25], MM[26], MM[27], MM[29], MM[30] se enquadram na classe Média, e as macrounidades ambientais MB[01], MB[02], MB[03], MB[04], MB[05], MB[06], MB[07], MB[08], MB[09], MB[10], MB[11], MB[12], MB[15], MB[16], MB[17], MB[18], ML[19], ML[20], ML[21], ML[22], MM[23], MM[24], MM[26], MM[28], MM[31], MM[32], MM[33], MM[34] pertencem à classe Baixa, ou seja, teve um baixo incremento de cobertura florestal.

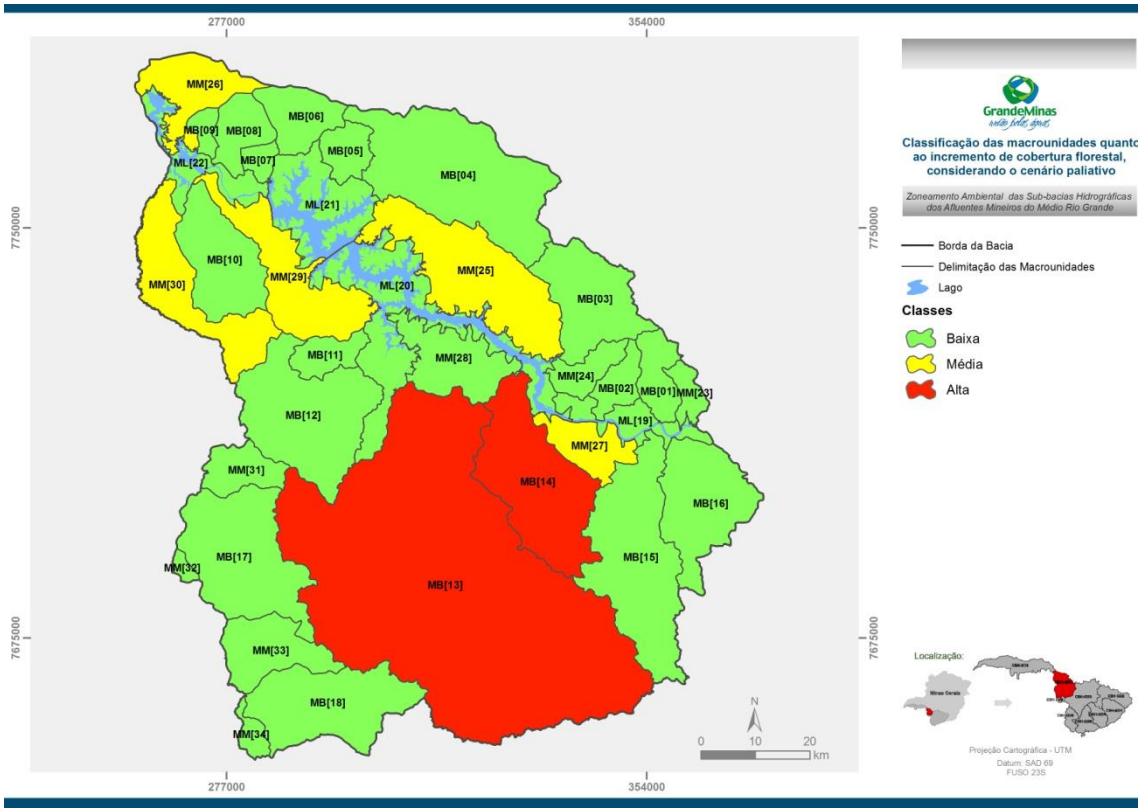


Figura 7.3. 10 - Classificação das macrounidades quanto ao incremento de cobertura florestal, considerando o cenário paliativo.

8. CENÁRIO QUANTO À EXPANSÃO URBANA

Bruna Marques dos Santos

Ana Paula Pereira Carvalho

Eduardo Goulart Collares



Os cenários quanto à expansão urbana (tendencial e desejado) foram elaborados considerando uma perspectiva de crescimento até o ano de 2034 e basearam-se na avaliação do potencial à expansão urbana, conforme os procedimentos descritos no Capítulo 30 do Volume 1 desta publicação.

Para efetivação do cenário tendencial realizou-se um estudo com base na análise temporal de imagens de satélite no período de 1984 e 2009, e assim definiu-se o crescimento projetado de cada área urbanizada (área expandida), em km^2, até o ano de 2034. No cenário desejado levaram-se em consideração as vulnerabilidades do terreno, a não ocupação de áreas de risco a inundações e a não ocupação de áreas com restrição legal. Na escolha destas áreas, levou-se em consideração, então, a carta de potencial à expansão urbana, descrita no Capítulo 30 do Volume 1, priorizando as áreas com alto potencial à expansão urbana.

A Tabela 8.1 apresenta a área das ocupações urbanas nos anos de 1984, 2009 e área projetada para o ano de 2034.

Tabela 8. 1 - Área das ocupações urbanas nos anos de 1984, 2009 e área projetada para o ano de 2034.

MUNICÍPIOS	Área em 1984 (km²)	Área em 2009 (km²)	Área Projetada para 2034 (km²)
Alpinópolis	0,92	2,29	2,49
Bom Jesus da Penha	0,31	0,36	0,49
Capetinga	0,60	0,39	0,39
Cássia	1,19	1,68	1,80
Claraval	0,17	0,27	0,34
Delfinópolis	0,67	0,87	0,92
Fortaleza de Minas	0,31	0,29	0,32
Ibiraci	1,03	0,61	0,97
Itamogi	0,45	1,16	1,32
Itaú de Minas	1,48	1,78	3,29
Jacuí	0,58	0,53	0,60
Nova Resende	0,16	1,36	1,98
Passos	10,18	9,70	13,87
Pratapolis	0,73	0,65	0,79
São João Batista do Glória	0,59	0,83	1,13
São José da Barra	0,30	1,48	1,66
São Pedro da União	0,44	0,47	0,49
São Sebastião do Paraíso	5,07	9,84	14,94
São Tomás de Aquino	0,55	0,39	0,39

A Figura 8.1 apresenta o mapa referente ao Cenário Tendencial à expansão urbana. As Figuras 8.2 a 8.5 apresentam, em escala de detalhe, as áreas demarcadas quanto ao Cenário Tendencial para cada área urbana.

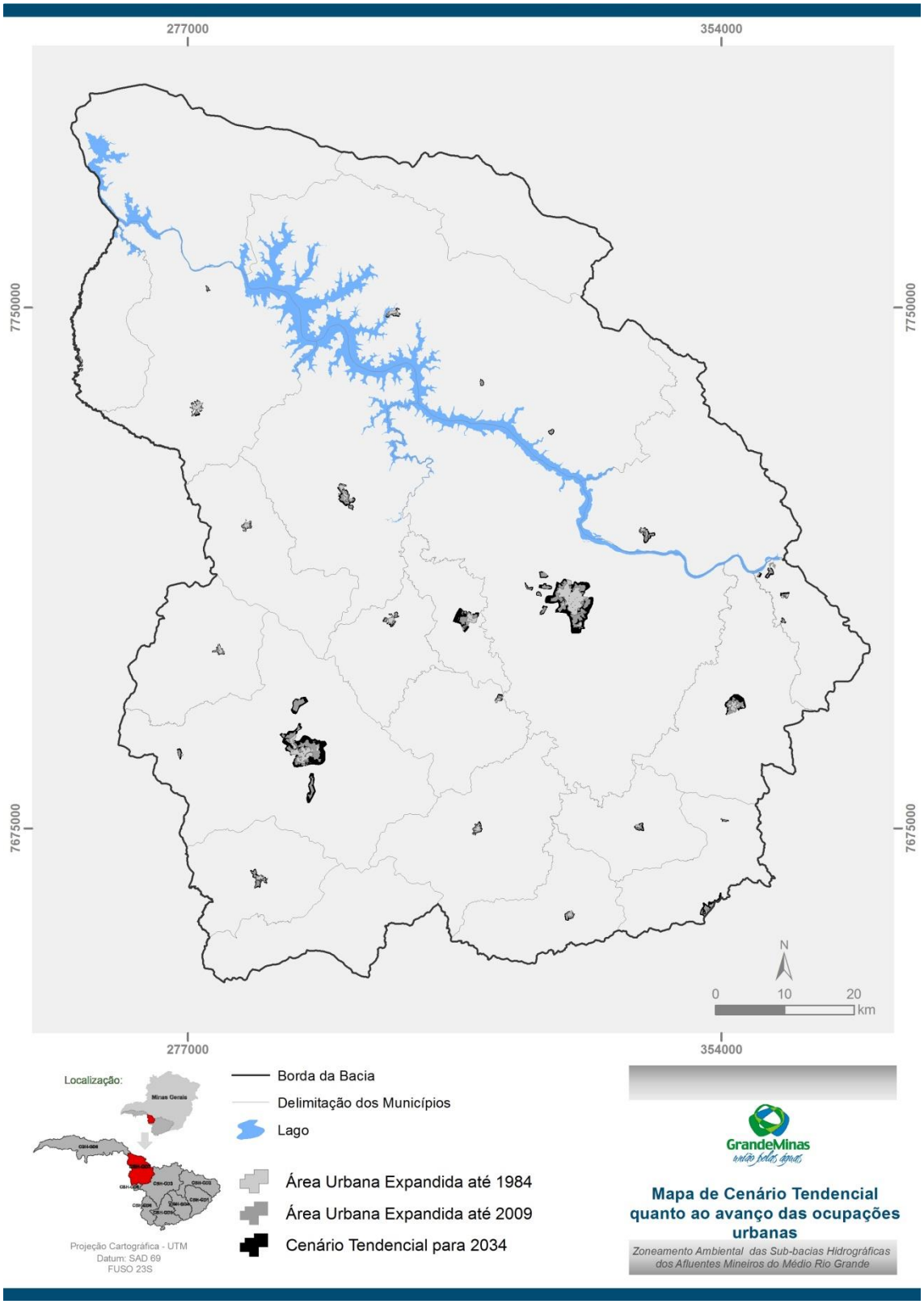


Figura 8. 1 - Mapa de Cenário Tendencial quanto ao avanço das ocupações urbanas.

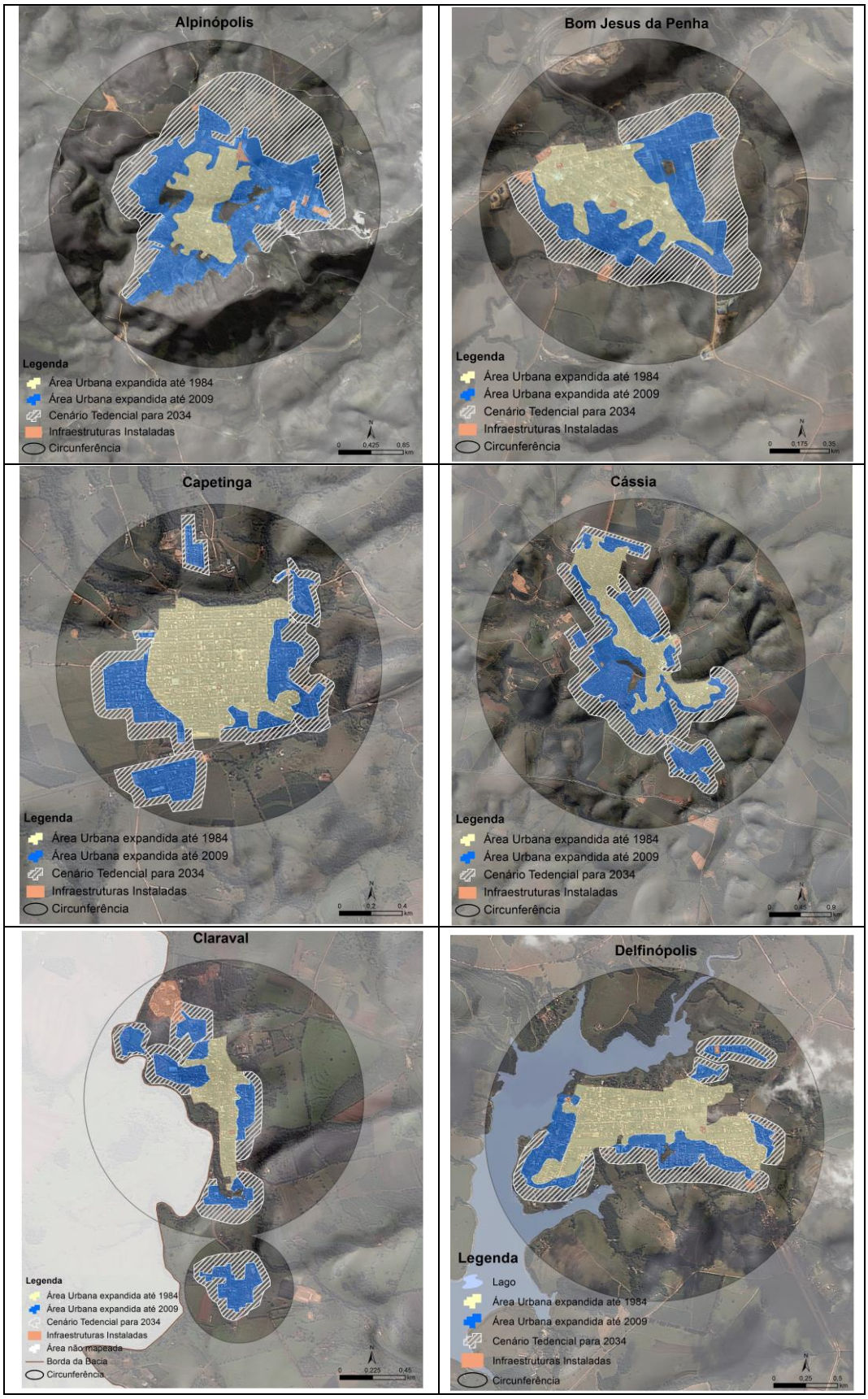


Figura 8. 2 - Cenário Tendencial nos municípios de Alpinópolis, Bom Jesus da Penha, Capetinga, Cássia, Claraval e Delfinópolis.

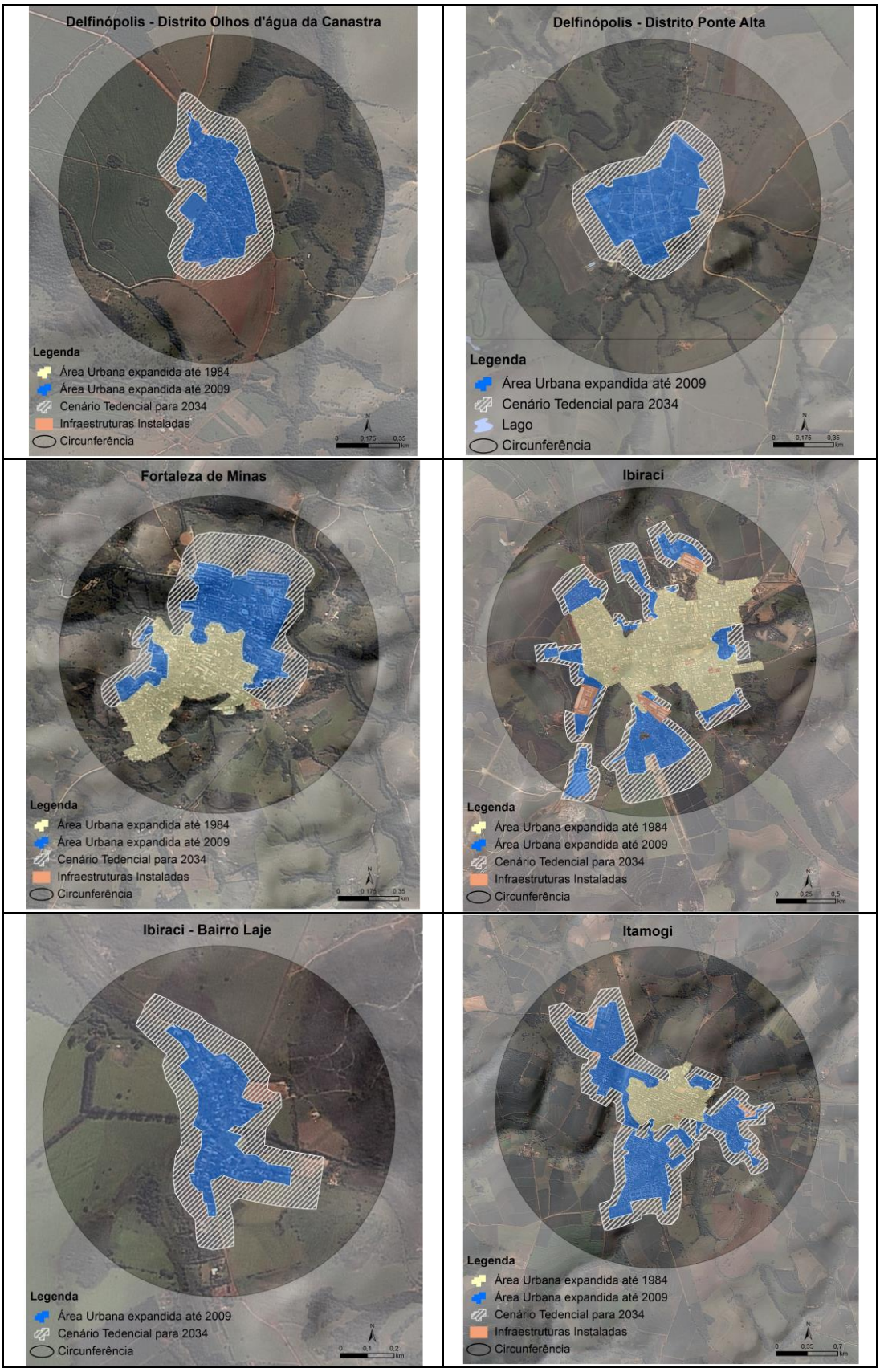


Figura 8. 3- Cenário Tendencial nos municípios de Delfinópolis - Distrito Olhos d'Água e Delfinópolis - Distrito Ponte Alta, Fortaleza de Minas, Ibiraci, Ibiraci - Bairro Laje, Itamogi.

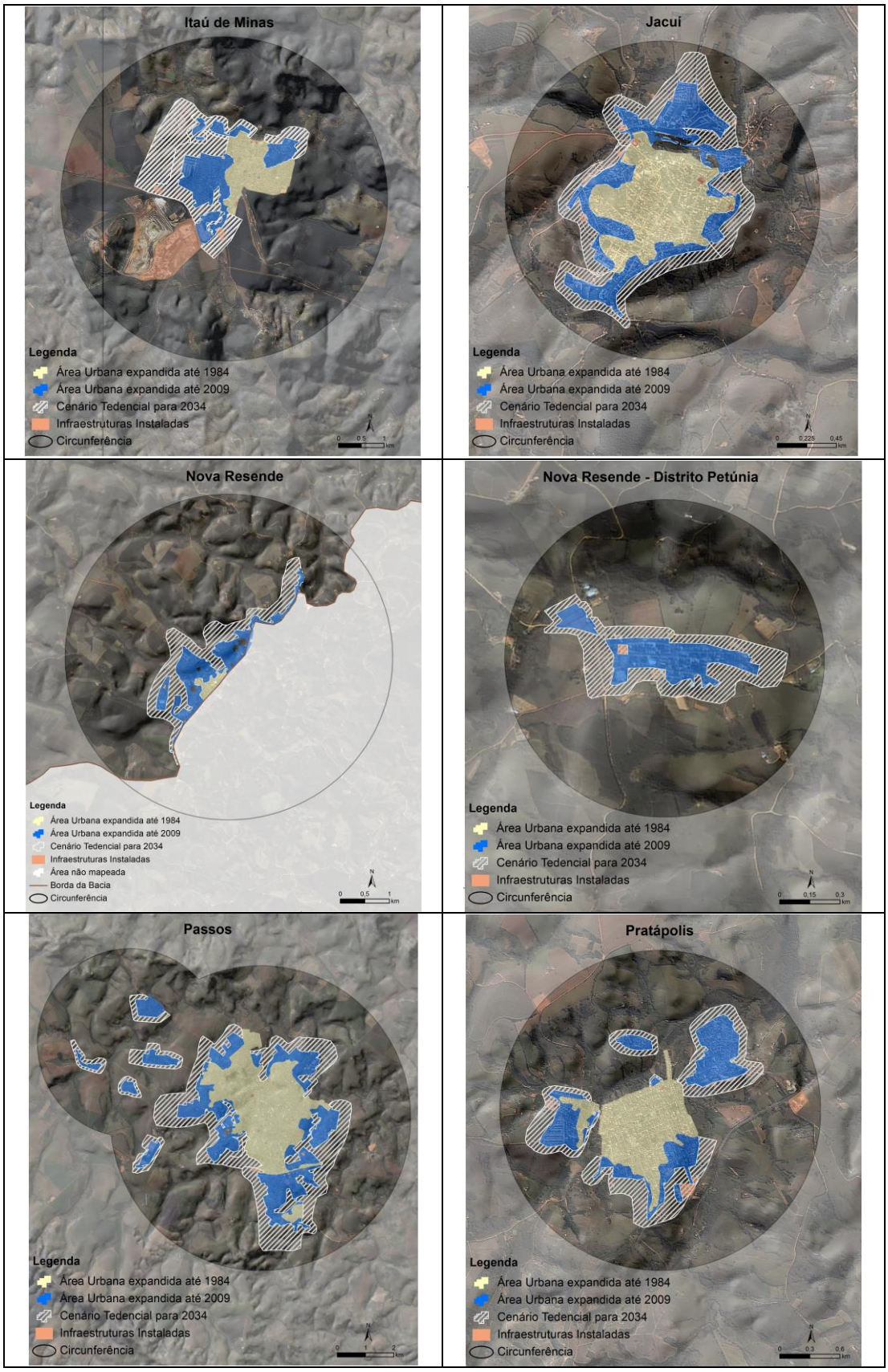


Figura 8. 4 - Cenário Tendencial nos municípios de Itaú de Minas, Jacuí, Nova Resende e Nova Resende - Distrito Petúnia, Passos e Pratápolis.

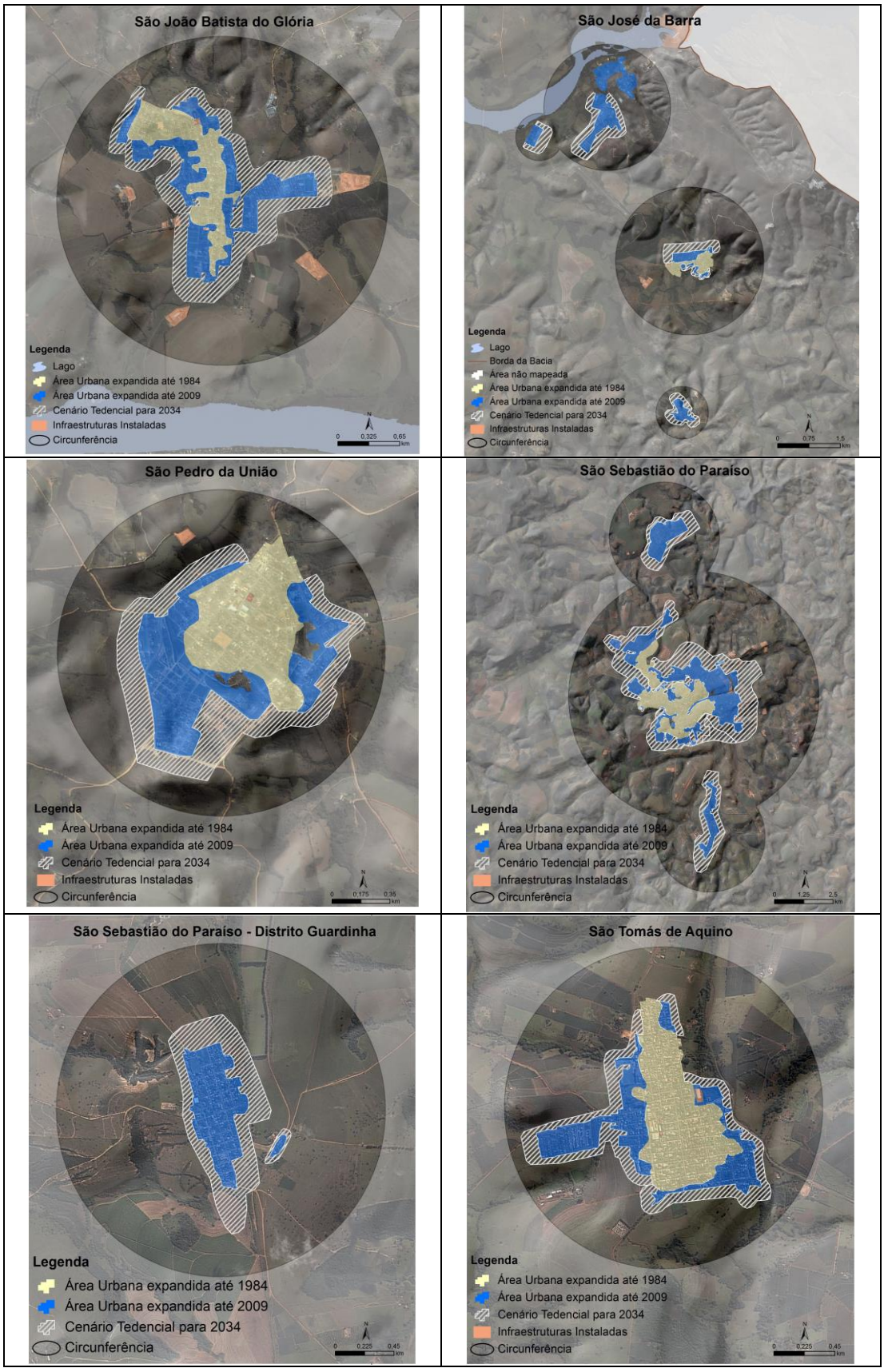


Figura 8. 5 - Cenário Tendencial nos municípios de São João Batista do Glória, São José da Barra, São Pedro da União, São Sebastião do Paraíso e São Sebastião do Paraíso - Distrito Guardinha e São Tomás de Aquino.

A Figura 8.6 apresenta o mapa referente ao Cenário Desejável quanto ao avanço da expansão urbana. As Figuras 8.7 a 8.30 mostram, em escala de detalhe, as áreas demarcadas quanto ao Cenário Desejável para cada área urbana.

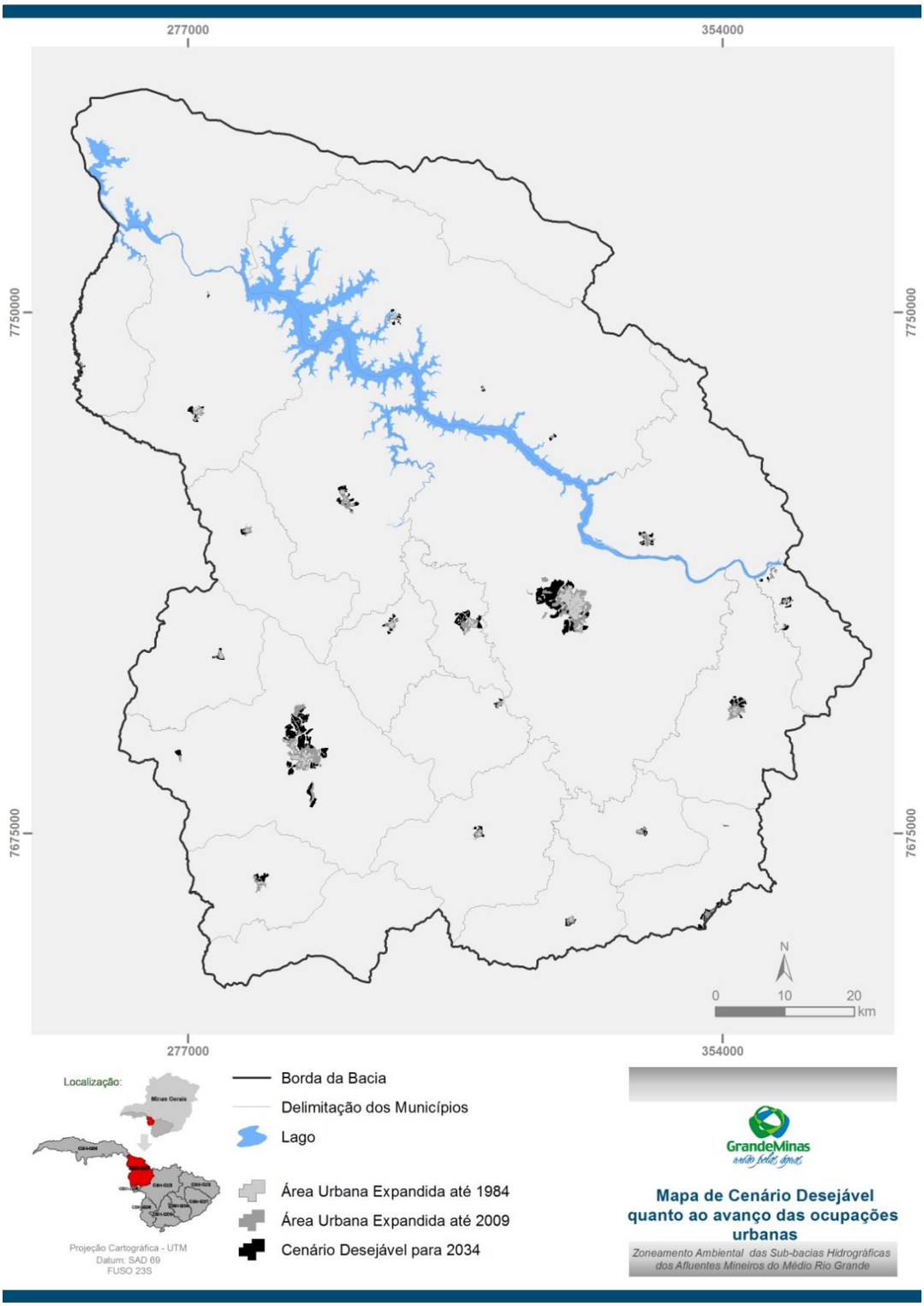


Figura 8. 6 - Mapa de Cenário Desejável quanto ao avanço das ocupações urbanas.

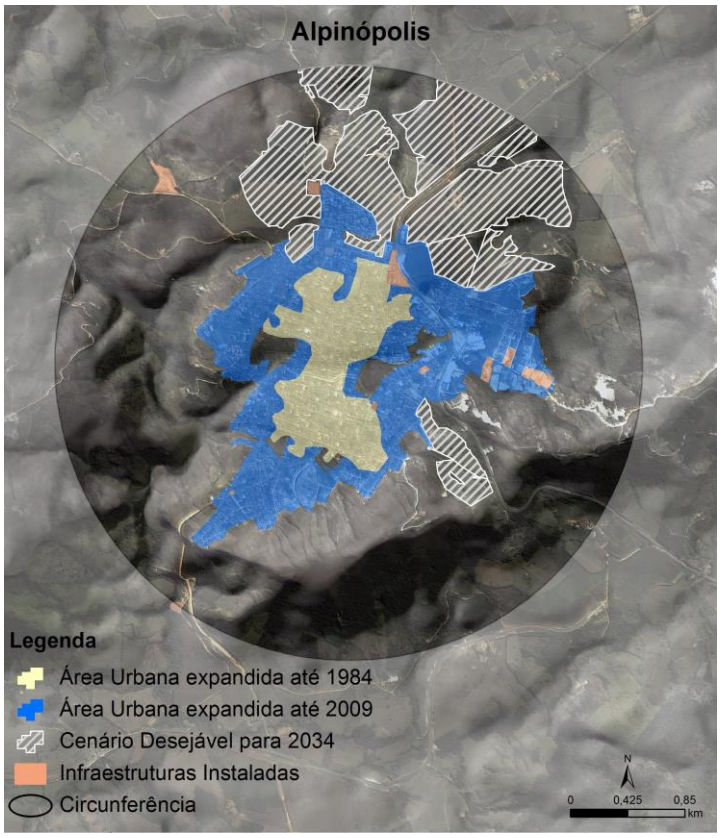


Figura 8. 7 - Cenário Desejável no município de Alpinópolis.

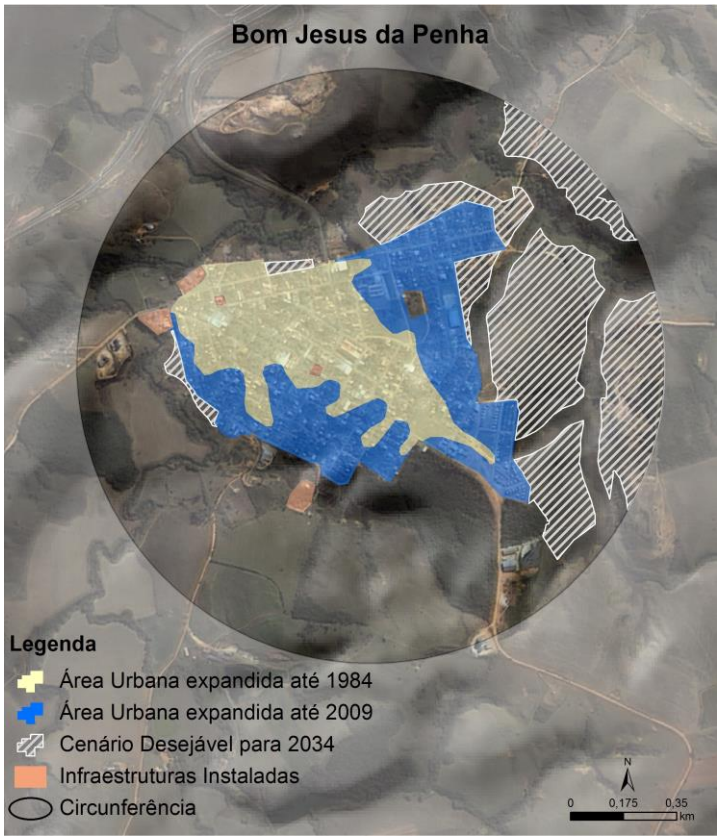


Figura 8. 8 - Cenário Desejável no município de Bom Jesus da Penha.

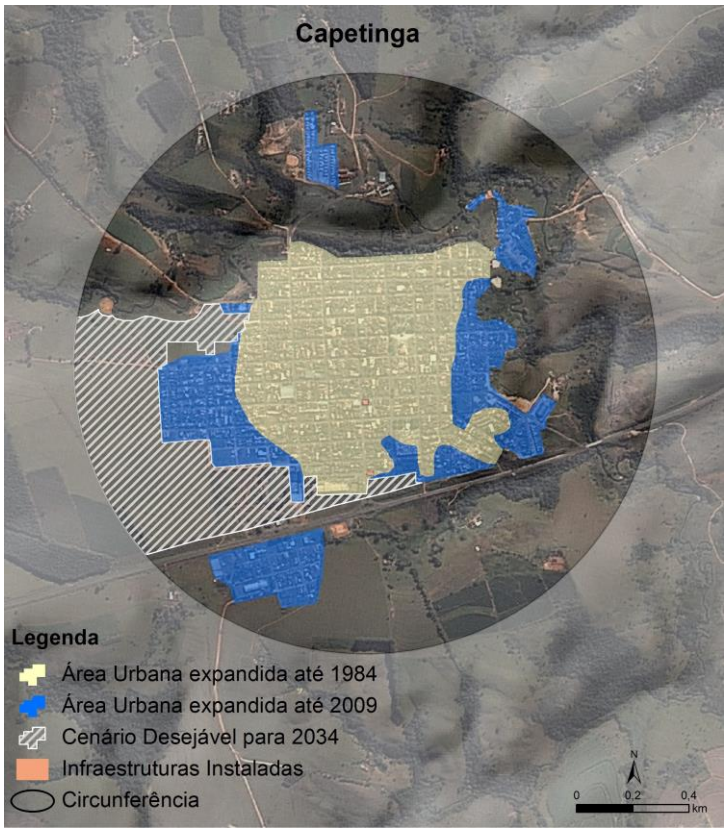


Figura 8. 9 - Cenário Desejável no município de Capetinga.

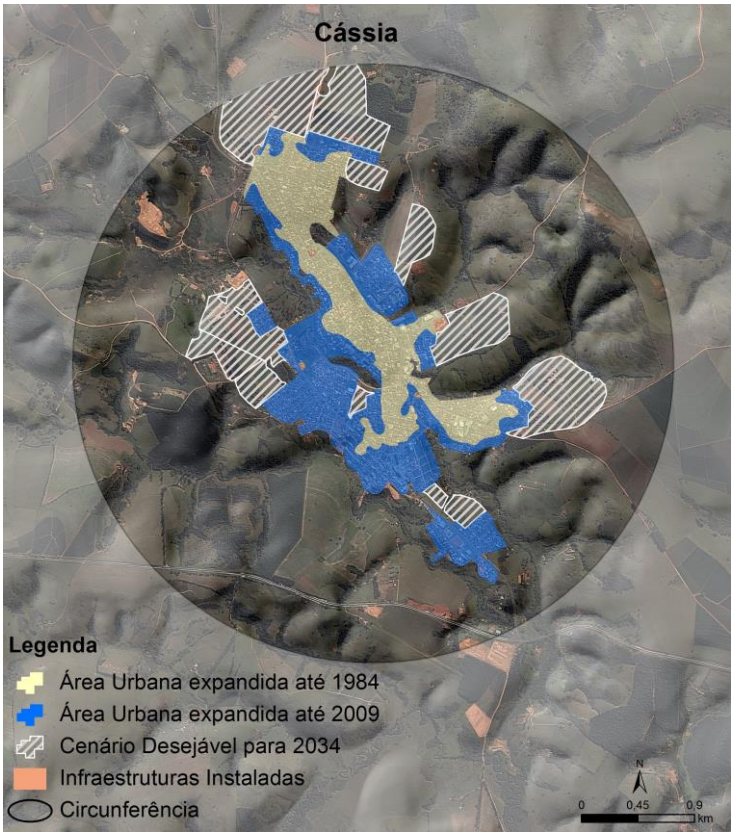


Figura 8. 10 - Cenário Desejável no município de Cássia.

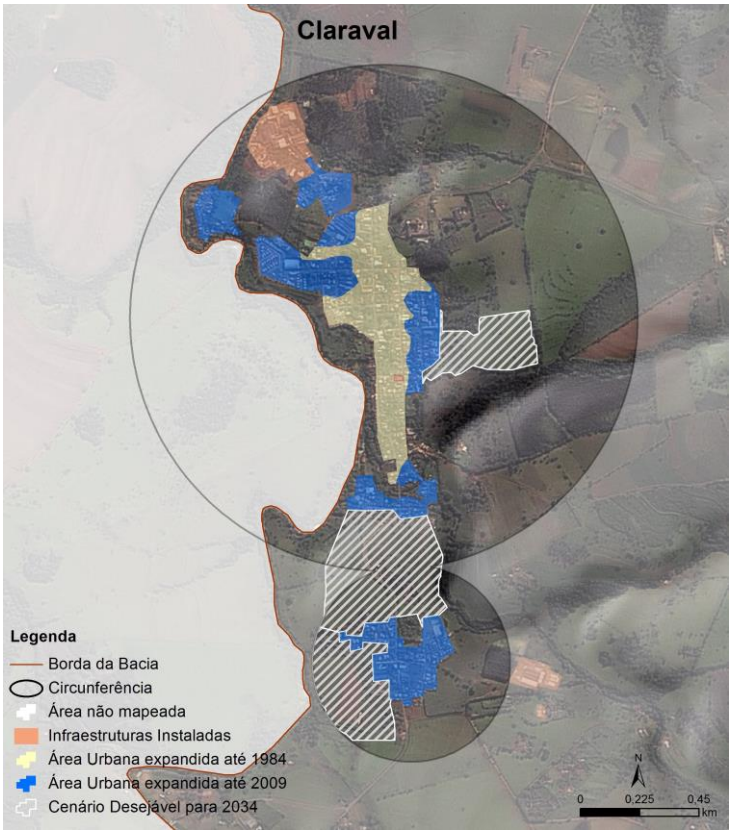


Figura 8. 11 - Cenário Desejável no município de Claraval.

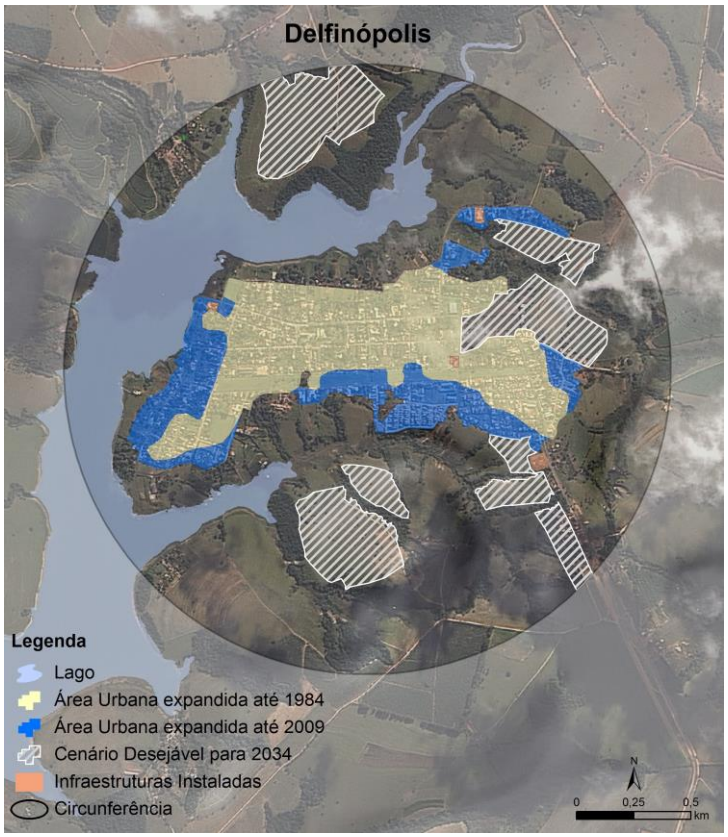


Figura 8. 12 - Cenário Desejável no município de Delfinópolis.

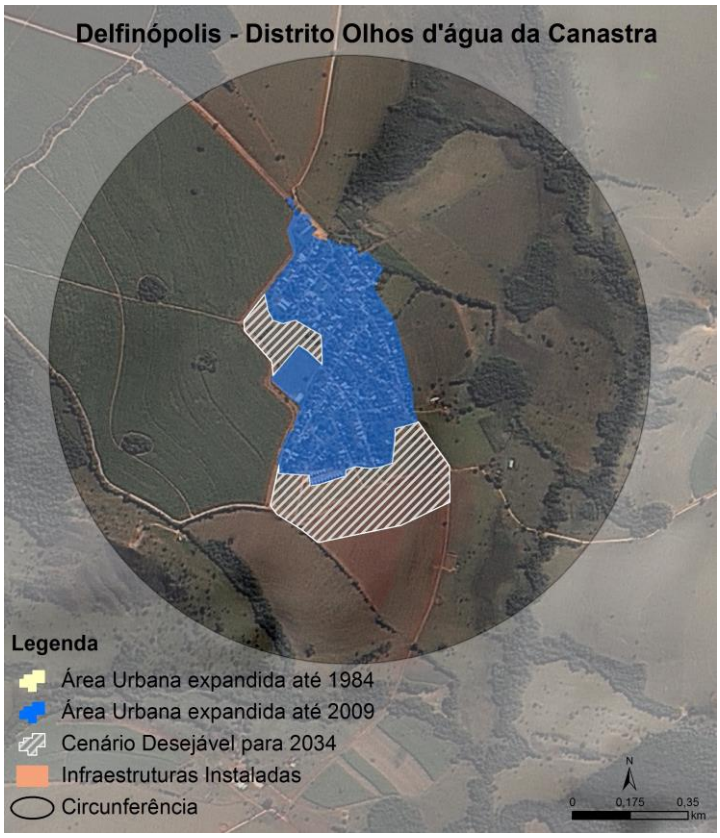


Figura 8. 13 - Cenário Desejável no município de Delfinópolis - Distrito Olhos d'Água da Canastra.

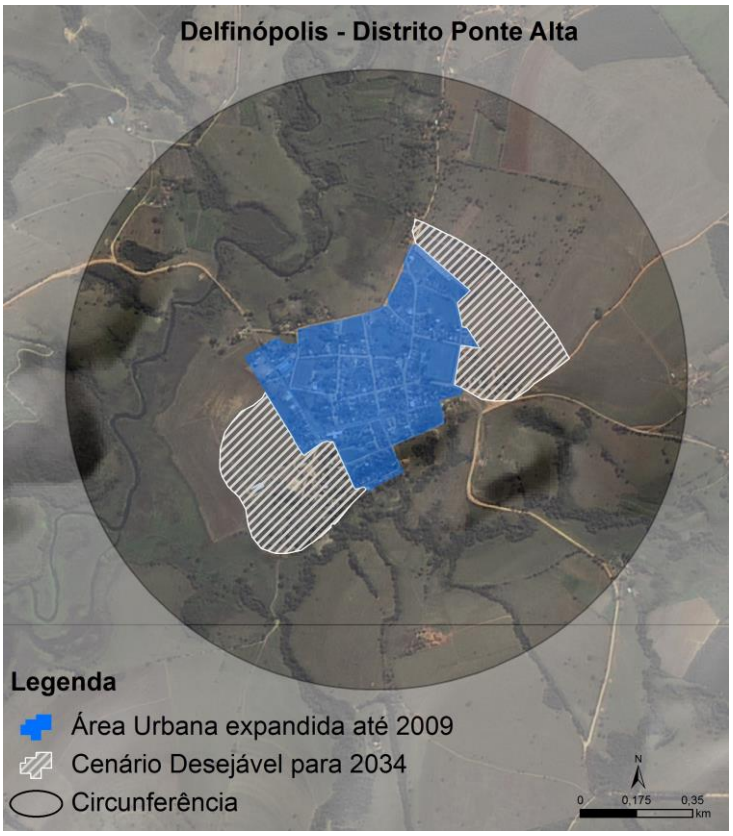


Figura 8. 14 - Cenário Desejável no município de Delfinópolis - Distrito Ponte Alta.

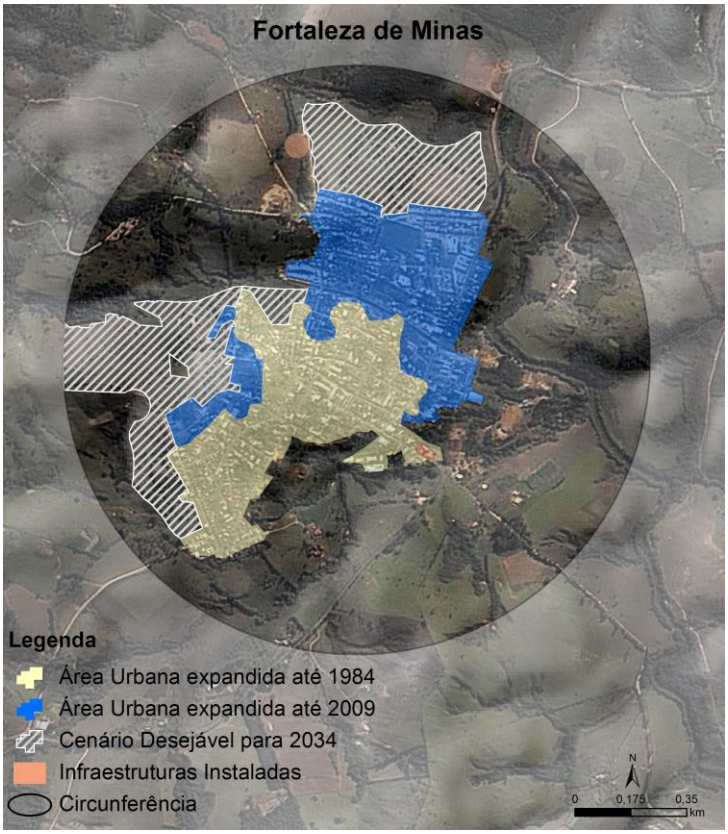


Figura 8. 15 - Cenário Desejável no município de Fortaleza de Minas.

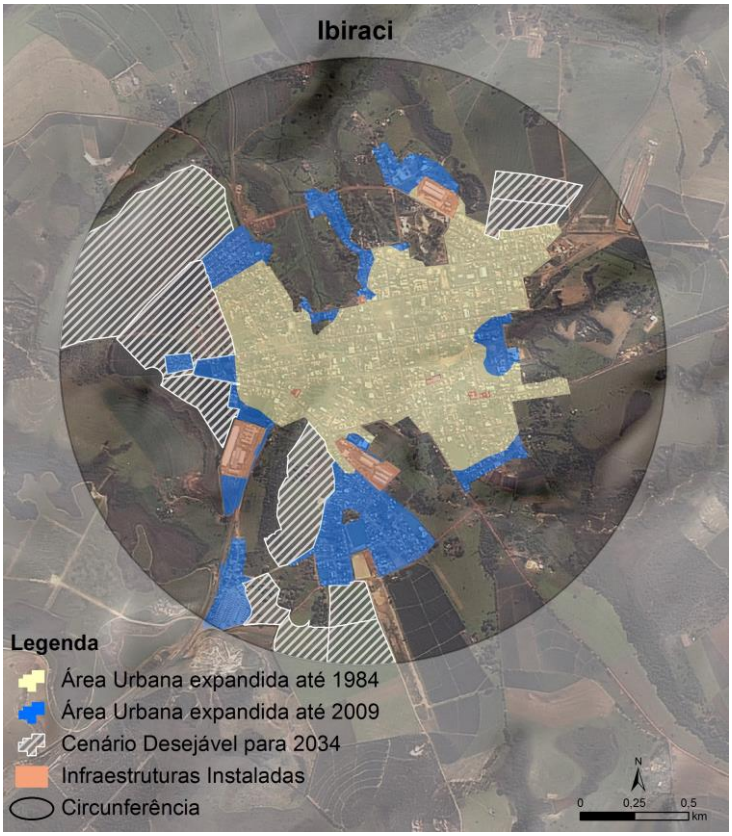


Figura 8. 16 - Cenário Desejável no município de Ibiraci.

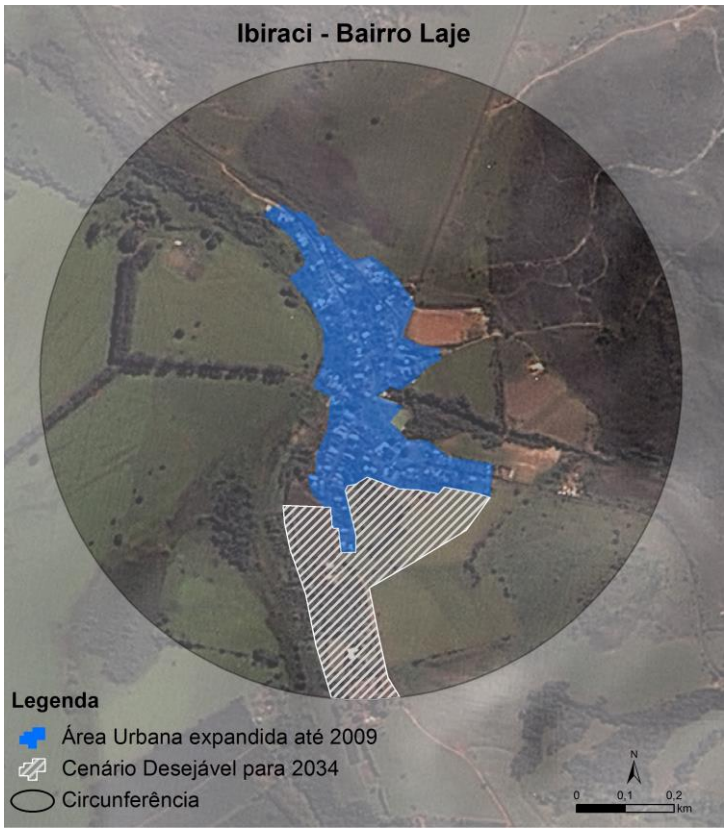


Figura 8. 17 - Cenário Desejável no município de Ibiraci - Bairro Laje.

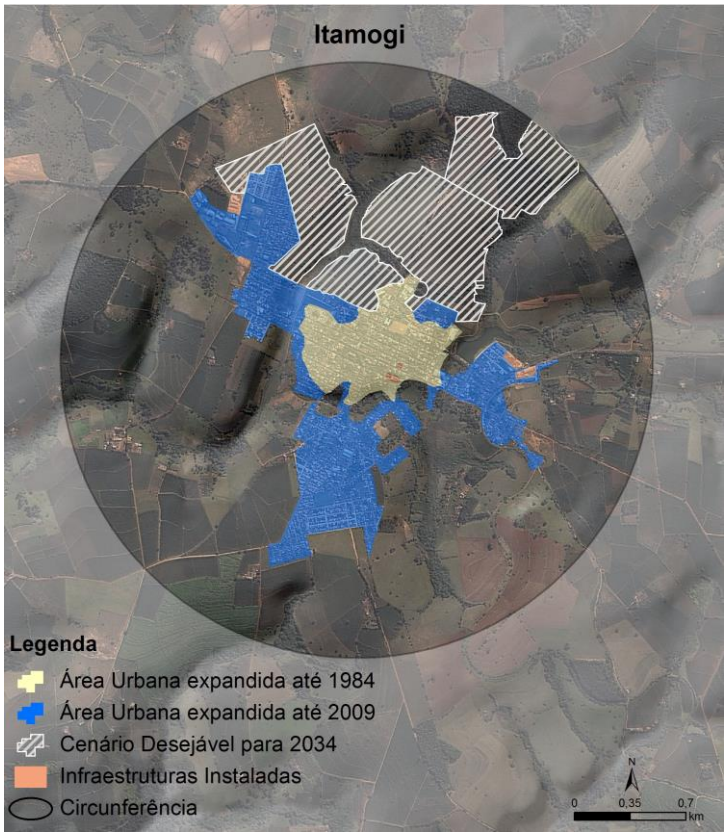


Figura 8. 18 - Cenário Desejável no município de Itamogi.

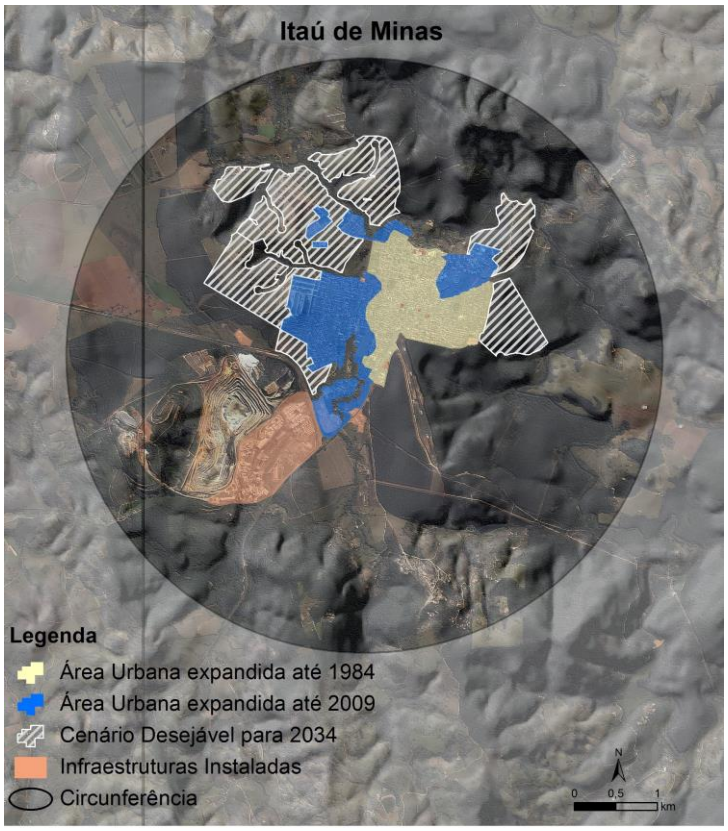


Figura 8. 19 - Cenário Desejável no município de Itaú de Minas.

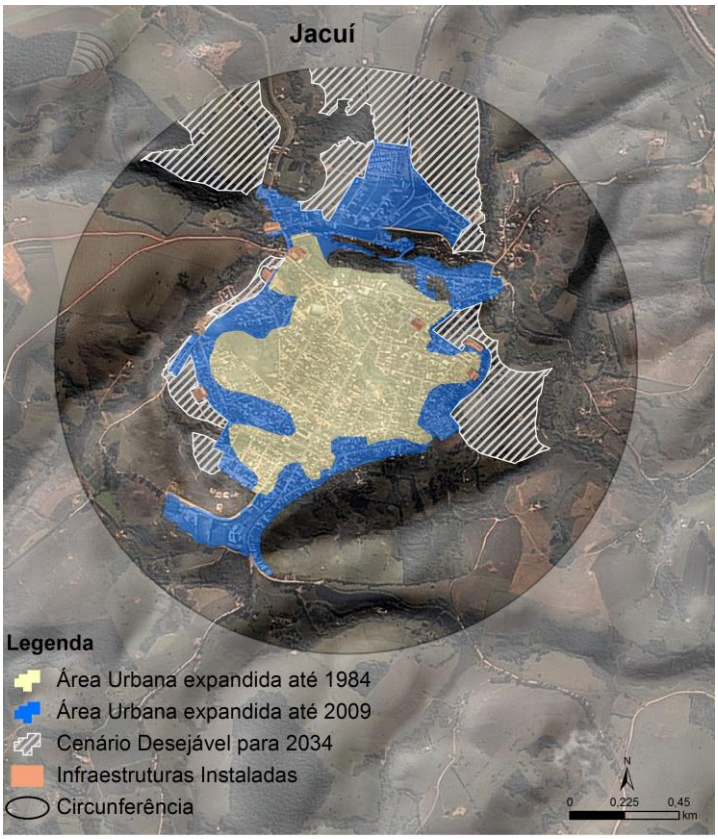


Figura 8. 20 - Cenário Desejável no município de Jacuí.

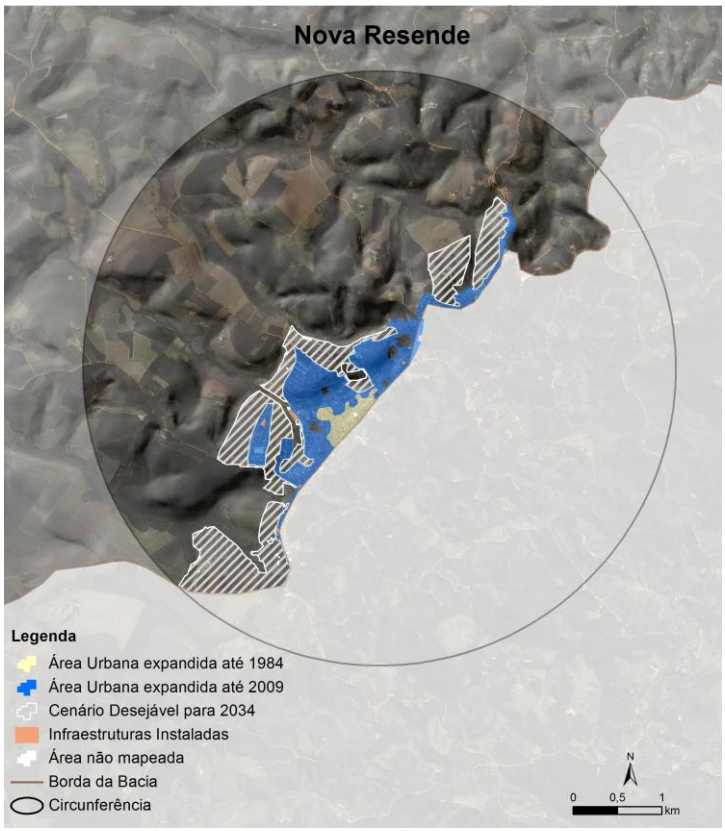


Figura 8. 21 - Cenário Desejável nos municípios de Nova Resende.



Figura 8. 22 - Cenário Desejável no município de Nova Resende - Distrito Petúnia.

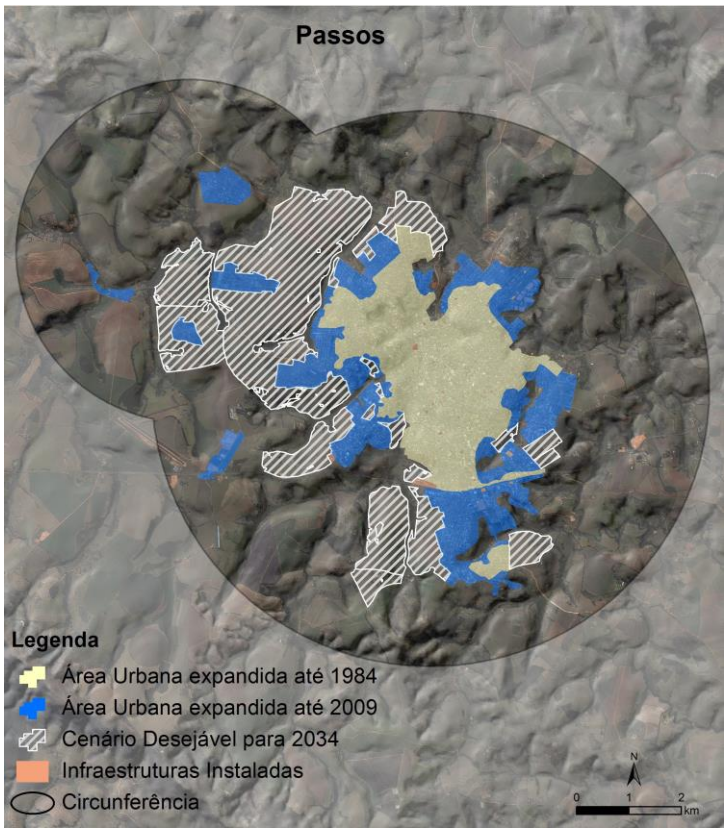


Figura 8. 23 - Cenário Desejável no município de Passos.

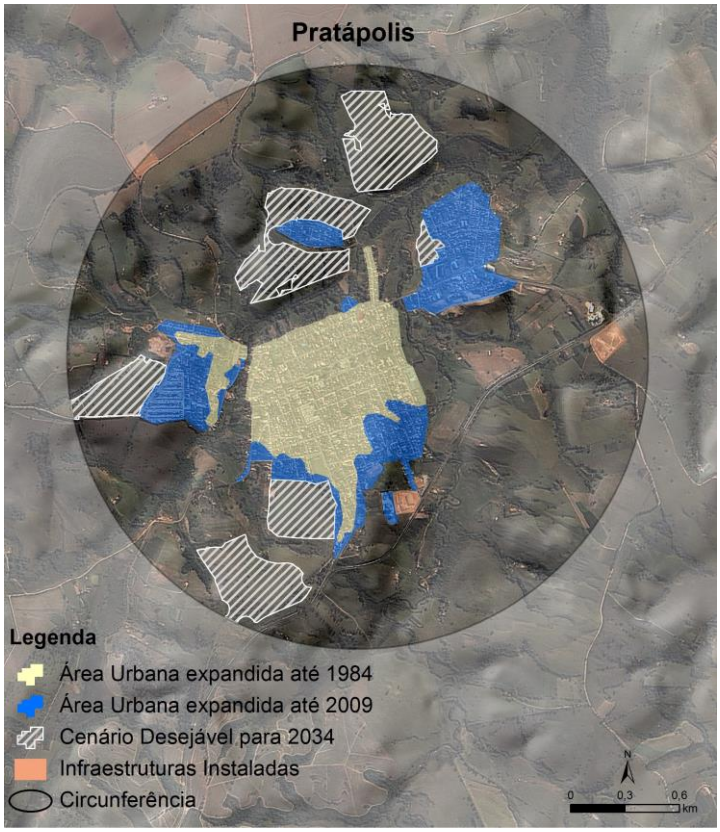


Figura 8. 24 - Cenário Desejável no município de Pratápolis.

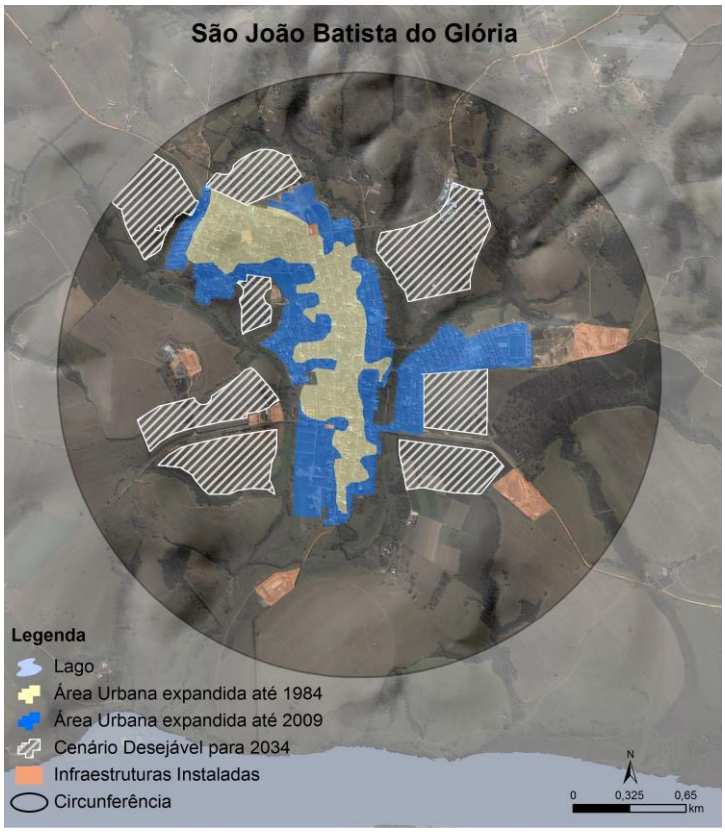


Figura 8. 25 - Cenário Desejável no município de São João Batista do Glória.

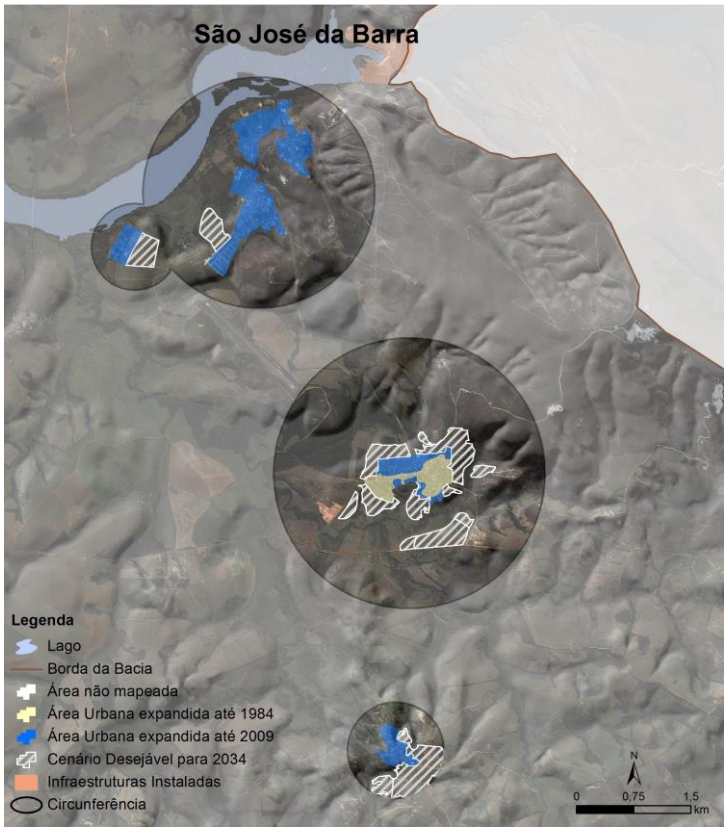


Figura 8. 26 - Cenário Desejável no município de São José da Barra.

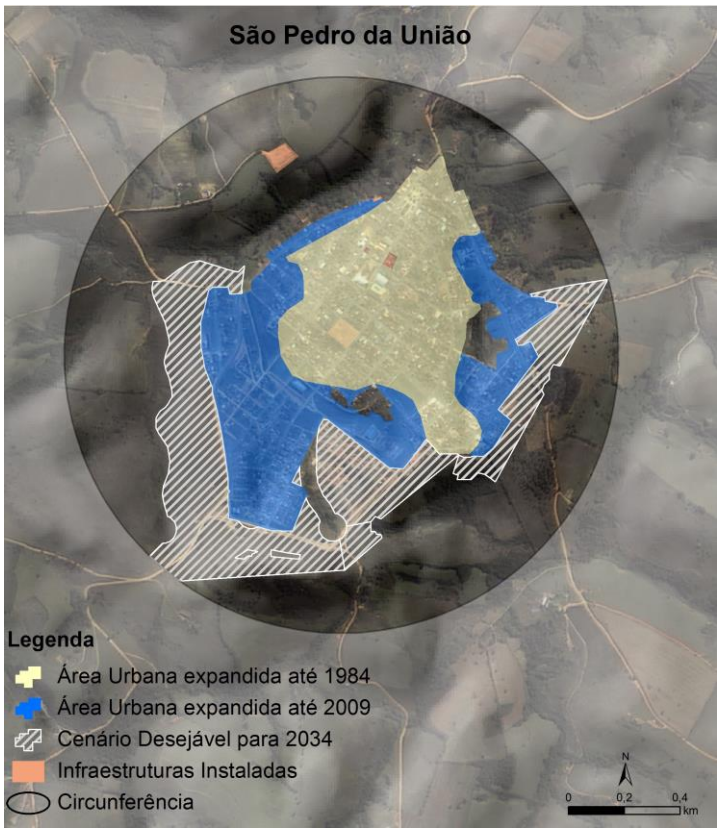


Figura 8. 27 - Cenário Desejável no município de São Pedro da União.

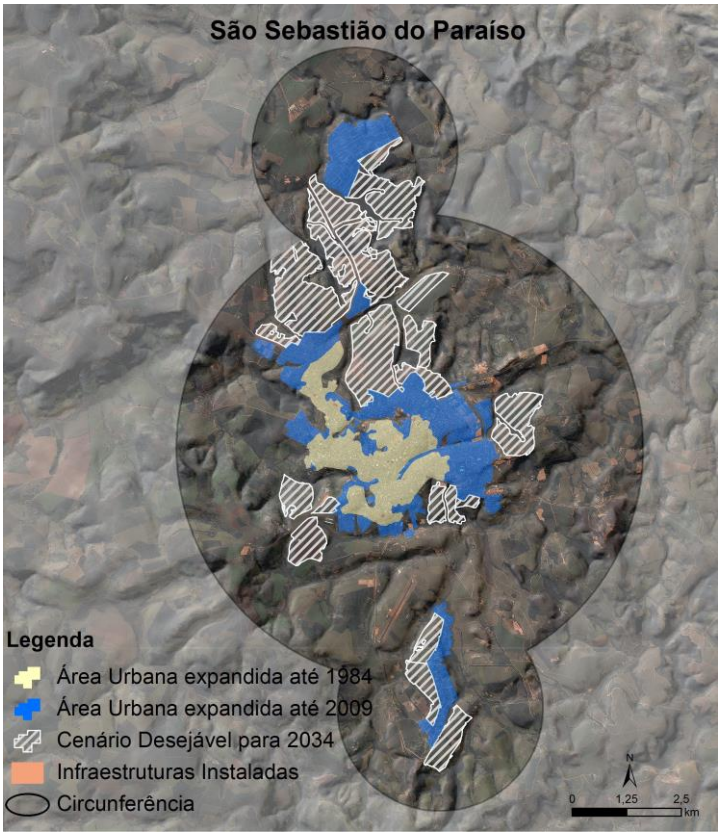


Figura 8. 28 - Cenário Desejável no município de São Sebastião do Paraíso.

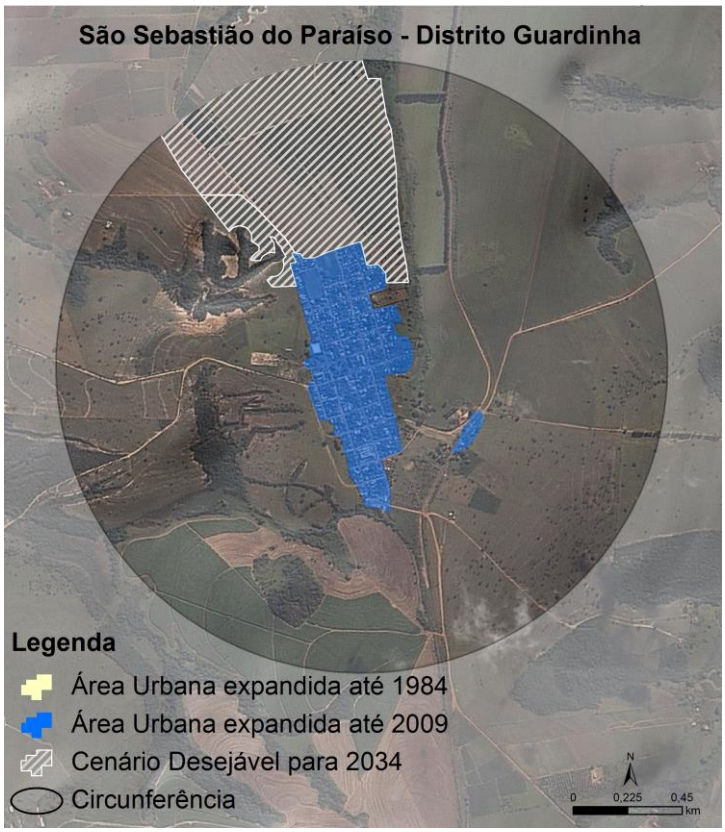


Figura 8. 29 - Cenário Desejável no município de São Sebastião do Paraíso - Distrito Guardinha.

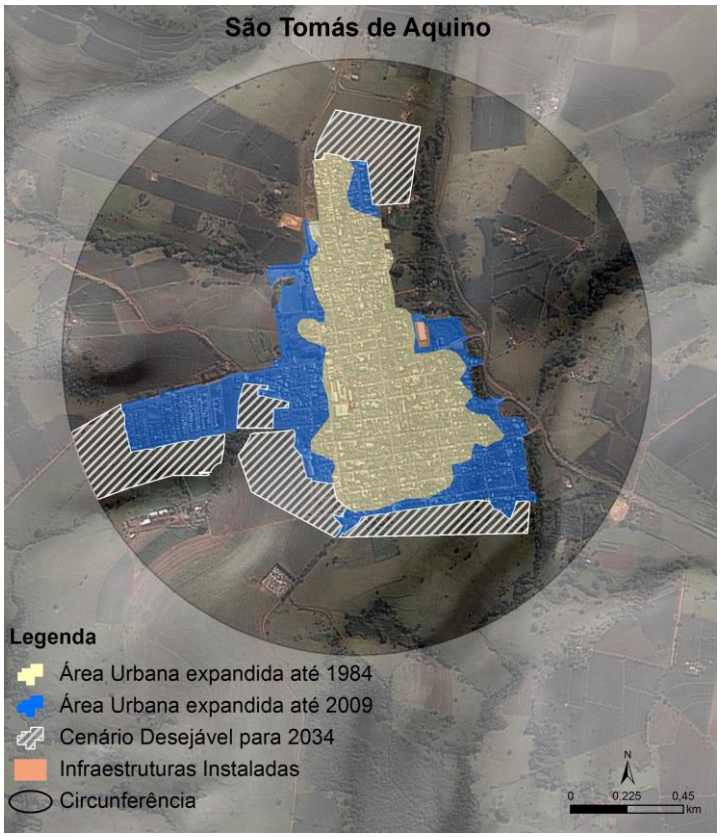


Figura 8. 30 - Cenário Desejável no município de São Tomás de Aquino.

A Tabela 8.2 indica o percentual ocupado nas Classes de Baixo Potencial ou Inapta, Médio Potencial e Alto Potencial, referente ao Potencial para a expansão urbana no Cenário Tendencial e Cenário Desejável.

Tabela 8. 2 - Tabela referente ao percentual de área de Potencial para a Expansão Urbana ocupada no Cenário Tendencial e Cenário Desejável.

Municípios	CENÁRIO TENDENCIAL			CENÁRIO DESEJÁVEL		
	Baixo Potencial ou Inapta (%)	Médio Potencial (%)	Alto Potencial (%)	Baixo Potencial ou Inapta (%)	Médio Potencial (%)	Alto Potencial (%)
Alpinópolis	34,9	0	65,1	0	0	100,0
Bom Jesus da Penha	54,7	0	45,3	0	0	100,0
Capetinga	30,1	0	69,9	0	0	100,0
Cássia	28,0	0	72,0	0	0	100,0
Claraval	21,6	0	78,4	0	0	100,0
Delfinópolis	31,7	0	68,3	0	0	100,0
Fortaleza de Minas	28,4	0	71,6	0	0	100,0
Ibiraci	26,6	60,5	12,9	0	69,1	30,9
Itamogi	20,6	49,5	29,9	0	0	100,0
Itaú de Minas	34,9	0	65,1	0	0	100,0
Jacuí	33,4	0	66,6	0	0	100,0
Nova Resende	22,8	0	77,2	0	0	100,0
Passos	26,0	0	74,0	0	0	100,0
Pratápolis	40,5	0	59,5	0	0	100,0
São João Batista do Glória	44,9	0	55,1	0	0	100,0
São José da Barra	48,1	0	51,9	0	0	100,0
São Pedro da União	21,6	0	78,4	0	0	100,0
São Sebastião do Paraíso	35,5	63,7	0,8	0	96,0	4,0
São Tomás de Aquino	21,0	0	79,0	0	0	100,0

9. ZONEAMENTO DAS UNIDADES AMBIENTAIS

Eduardo Goulart Collares

Fernanda Oliveira Reis

Ana Cláudia Pereira Carvalho

Bruna Marques dos Santos



O zoneamento das unidades ambientais envolveu um estudo integrado dos componentes, fatores e atributos dos meios físico, biótico e socioeconômico. O estudo envolveu a elaboração de uma Planilha Síntese de Dados Integrados e da Carta de zoneamento Geral das Unidades Ambientais, cujos aspectos metodológicos envolvidos estão descritos Capítulo 31 do Volume 1 desta publicação.

Na Carta de Zoneamento Geral das Unidades Ambientais (Figura 9.1) utilizou-se de uma classificação com o propósito de discriminar, com base nas suas características de meio físico e de uso e ocupação, as unidades que demandam de medidas de controle ambiental mais efetivas e em nível prioritário. Com este propósito, as unidades foram classificadas em: Altíssimo Nível de Prioridade; Alto Nível de Prioridade; Médio Nível de Prioridade; Baixo Nível de Prioridade. Os gráficos da Figura 9.2 apresentam o número e o percentual de unidades classificadas em cada classe de prioridade. A Figura 9.3 destaca o número de unidades classificadas em cada classe na macrounidade MB[13]. A Tabela 9.1 mostra número e o percentual de unidades ambientais por classe de prioridade. O Apêndice 1 apresenta uma planilha que mostra a classificação de cada unidade ambiental perante cada aspecto avaliado, bem como as suas diretrizes específicas.

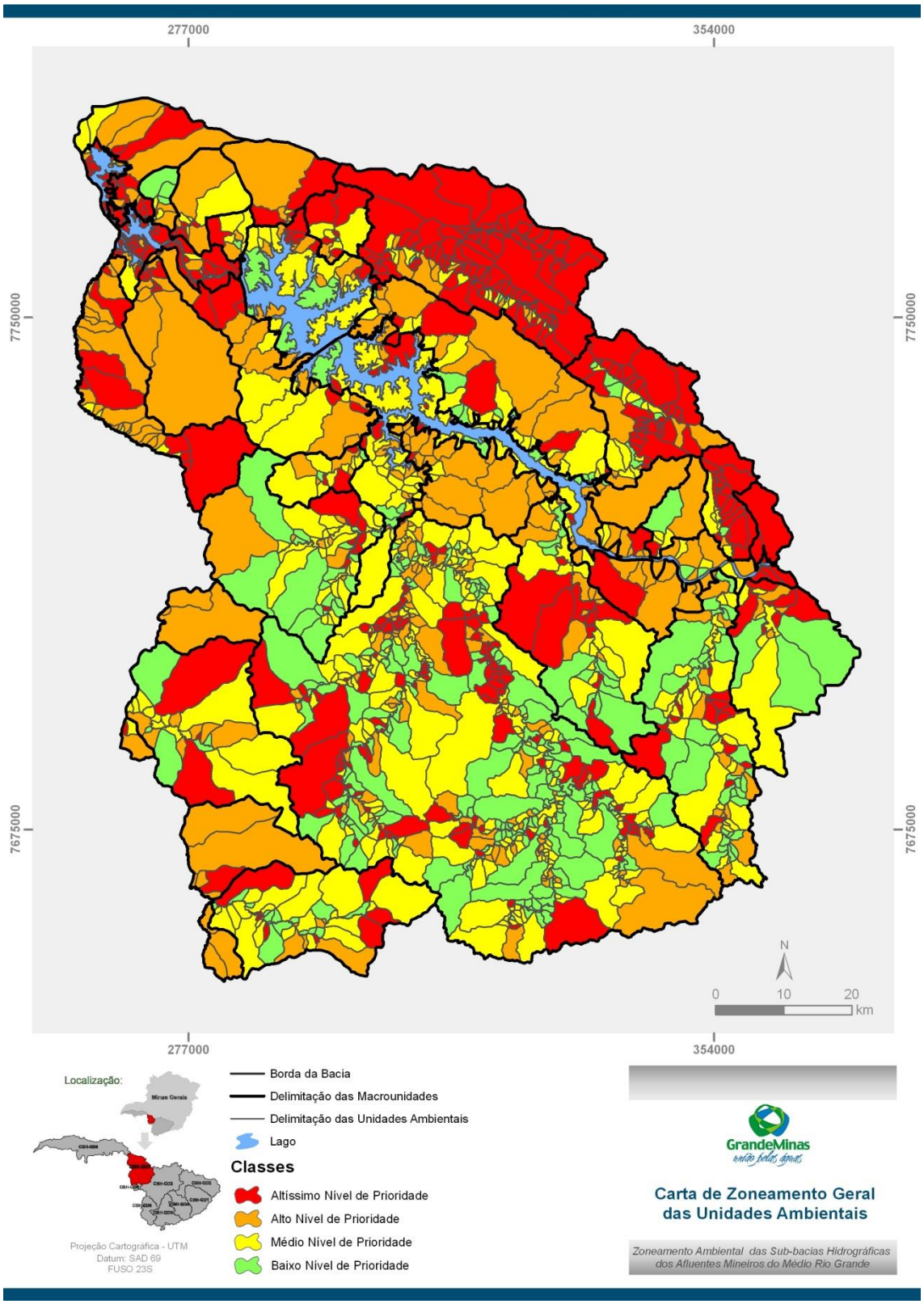


Figura 9. 1 - Carta de Zoneamento Geral das Unidades Ambientais.

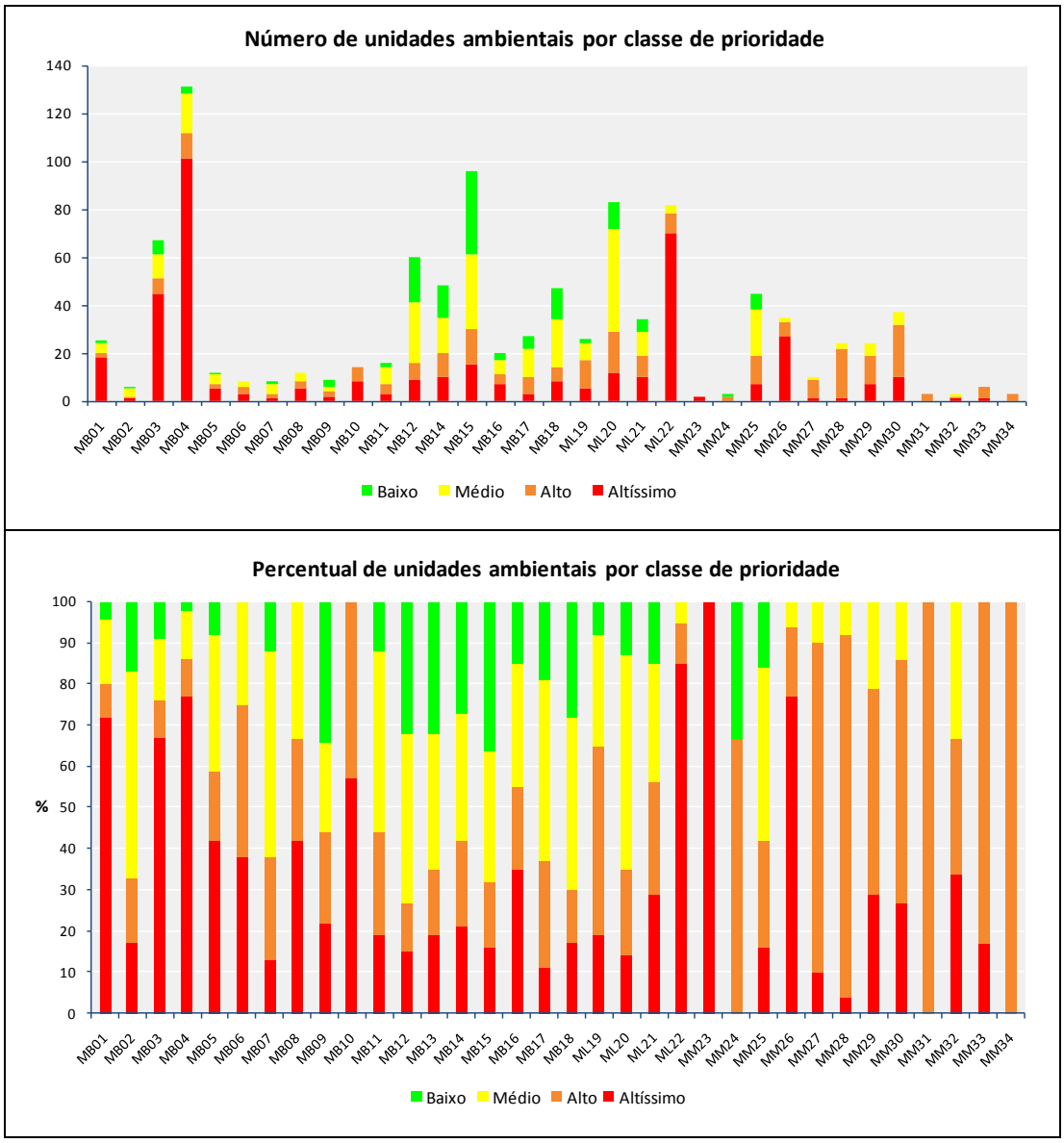


Figura 9. 2 - Número e o percentual de unidades ambientais por classe de prioridade.

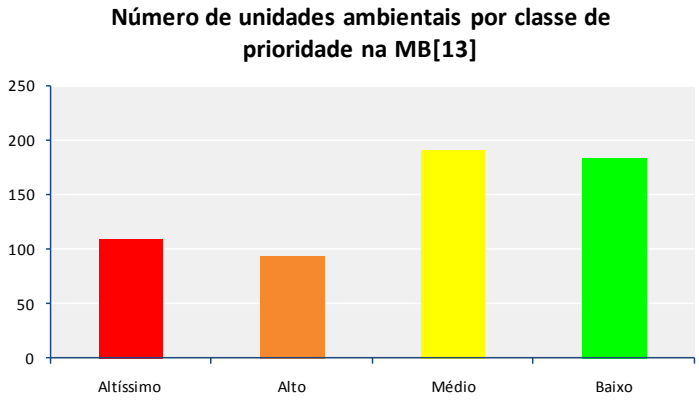


Figura 9. 3 - Número de unidades ambientais por classe de prioridade na macrounidade MB[13] .

Tabela 9. 1 - Número e o percentual de unidades ambientais por classe de prioridade.

Macrounidade	Número				Porcentagem			
	Altíssimo	Alto	Médio	Baixo	Altíssimo	Alto	Médio	Baixo
MB01	18	2	4	1	72	8	16	4
MB02	1	1	3	1	17	16	50	17
MB03	45	6	10	6	67	9	15	9
MB04	101	11	16	3	77	9	12	2
MB05	5	2	4	1	42	17	33	8
MB06	3	3	2	0	38	37	25	0
MB07	1	2	4	1	13	25	50	12
MB08	5	3	4	0	42	25	33	0
MB09	2	2	2	3	22	22	22	34
MB10	8	6	0	0	57	43	0	0
MB11	3	4	7	2	19	25	44	12
MB12	9	7	25	19	15	12	41	32
MB13	110	94	192	185	19	16	33	32
MB14	10	10	15	13	21	21	31	27
MB15	15	15	31	35	16	16	32	36
MB16	7	4	6	3	35	20	30	15
MB17	3	7	12	5	11	26	44	19
MB18	8	6	20	13	17	13	42	28
ML19	5	12	7	2	19	46	27	8
ML20	12	17	43	11	14	21	52	13
ML21	10	9	10	5	29	27	29	15
ML22	70	8	4	0	85	10	5	0
MM23	2	0	0	0	100	0	0	0
MM24	0	2	0	1	0	67	0	33
MM25	7	12	19	7	16	26	42	16
MM26	27	6	2	0	77	17	6	0
MM27	1	8	1	0	10	80	10	0
MM28	1	21	2	0	4	88	8	0
MM29	7	12	5	0	29	50	21	0
MM30	10	22	5	0	27	59	14	0
MM31	0	3	0	0	0	100	0	0
MM32	1	1	1	0	34	33	33	0
MM33	1	5	0	0	17	83	0	0
MM34	0	3	0	0	0	100	0	0

10. DIRETRIZES GERAIS E ESPECÍFICAS

Eduardo Goulart Collares



As diretrizes gerais e específicas da área de abrangência das Sub-bacias Hidrográficas do Médio Rio Grande foram fundamentadas no Decreto Federal 4.297, de 10 de julho de 2002, que define critérios para o zoneamento ecológico-econômico do Brasil e nas especificidades e necessidades para o controle ambiental da área de estudo, conforme descrito nos aspectos metodológicos Capítulo 32 do Volume 1 desta publicação.

10.1. Diretrizes Gerais

As diretrizes gerais são aquelas que dizem respeito à área de estudo como um todo, independentes de locais específicos de ocorrência de algum processo e são apresentadas na forma de orientação geral. Para a construção das diretrizes gerais relacionaram-se aspectos abordados no zoneamento ambiental e que são considerados relevantes na futura elaboração do Plano Diretor de Recursos Hídricos da área da Bacia do Médio Rio Grande. Para cada um dos aspectos considerados, procurou-se, primeiramente, descrever o panorama geral avaliado na área de estudo para, só então, estabelecer as diretrizes.

10.1.1. Com relação ao uso dos recursos hídricos

Síntese da situação:

O uso de recursos hídricos na área da Bacia do Médio Rio Grande ocorre de forma controlada considerando-se que, de uma forma geral, o consumo não é excessivo e não há histórico de conflitos, como ocorre em outras regiões do estado de Minas Gerais.

O maior consumo de recursos hídricos está no meio rural e são utilizados para demanda agrossilvipastoril. Não há controle com relação à descarga de efluentes nos recursos hídricos, potencializada, principalmente, pela descarga de esgoto doméstico nas sedes dos municípios que não possuem estação de tratamento.

As barragens de Furnas e de Mascarenhas de Moraes promovem a regularização das vazões no leito principal do Rio Grande, mantendo o nível do canal e da área represada praticamente constante durante todo o ano. Com relação às captações superficiais, tem ocorrido um crescente consumo, principalmente na irrigação de grãos e, principalmente, na cultura de café e ainda é muito alto o número de captações não regularizadas no IGAM. Com relação às captações subterrâneas,

concentram-se, principalmente, na região centro-sul da Bacia do Médio Rio Grande, com destaque para os municípios de São Sebastião do Paraíso e Passos. Em toda a região, mas, principalmente em São Sebastião do Paraíso, existe um grande número de captações subterrâneas ainda não regularizadas.

Diretrizes gerais:

- Criar um programa educativo para o produtor rural que envolva o consumo racional dos recursos hídricos e estratégias para uma iniciativa espontânea para registro no órgão competente e regularização dos pontos de captação;
- Fomentar um estudo hidrológico específico para o controle das áreas irrigadas e/ou passíveis de irrigação;
- Intensificar a fiscalização referente às captações superficiais e subterrâneas em empreendimentos de médio e grande portes;
- Implantar na área da Bacia do Médio Rio Grande, em parceria com o IGAM, os processos de outorga de despejo de efluentes nos recursos hídricos;
- Fomentar a elaboração e implementação de projetos junto às prefeituras, para a implantação de suas estações de tratamento de esgoto;
- Dar início ao processo que estabelece os critérios de cobrança de uso da água.

10.1.2. Com relação ao controle dos processos erosivos

Síntese da situação:

A área da Bacia do Médio Rio Grande apresenta um grande número de processos erosivos, representados por ravinas e voçorocas, concentrados na região oeste e sudoeste da área. A avaliação da suscetibilidade à erosão indica como áreas mais propícias ao desenvolvimento de processos erosivos aquelas correspondentes às formações geológicas de rochas areníticas da Bacia do Paraná, localizadas nesta mesma região. Entretanto, outras áreas disseminadas por toda a bacia, correspondente a mais de 50% do território, apresentam média suscetibilidade à erosão, e apresentam, também, focos de processos erosivos instalados. Áreas com baixa suscetibilidade à erosão concentram-se no extremo norte da bacia, onde o substrato rochoso é, muitas vezes, aflorante.

Diretrizes gerais:

- Fomentar a criação de um programa, voltado ao produtor rural, de manejo do solo e controle de erosão;
- Incentivar os projetos de microbacias (barraginhas), com práticas de conservação de solo, em áreas de média e alta suscetibilidade à erosão. Promover de forma articulada entre os municípios e o estado, a viabilização destes projetos;
- Fomentar a elaboração e implementação de projetos junto às prefeituras, com participação de órgãos estadual e federal competentes, para o controle de erosão às margens das estradas rurais e municipais;
- Fomentar a elaboração e implementação de projetos, junto às prefeituras e produtores rurais, que combatam o avanço das voçorocas, bem como a recuperação e/ou controle ambiental da área ocupada por elas;
- Fomentar, junto aos responsáveis pela conservação das estradas asfaltadas, a implantação e/ou adaptação dos sistemas de condução das águas pluviais (sistemas de drenos e bueiros) capazes de impedir a formação de ravinas e voçorocas ao longo de estradas asfaltadas.

10.1.3. Com relação ao controle de inundações

Síntese da situação:

Na área da Bacia do Médio Rio Grande não é comum a ocorrência de inundações em áreas urbanizadas, apesar de ocorrerem esporadicamente em algumas cidades. O canal do Rio Grande é regularizado pelas barragens de Furnas e Mascarenhas de Moraes e, a não ser em casos de extrema necessidade das hidrelétricas, ultrapassa a sua cota de segurança. Na avaliação da suscetibilidade às inundações priorizou-se o mapeamento das planícies de inundação que ocorrem no entorno dos principais recursos hídricos superficiais. Estas planícies estão distribuídas por toda a área da Bacia do Médio Rio Grande.

Diretrizes gerais:

- Fomentar a criação de normas para limitar a implantação de edificações em planícies de inundação, bem como para conter o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação;

- Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc) em áreas críticas.

10.1.4. Com relação ao crescimento urbano

Síntese da situação:

A inexistência ou a não implementação dos planos diretores na maioria dos municípios da Bacia do Médio Rio Grande tem conduzido ao crescimento urbano desordenado, à ocupação de áreas não adequadas e ao descumprimento de aspectos ambientais legais, como a ocupação de áreas de preservação permanente. Isto foi observado na análise temporal de imagens de satélite com registros nos anos de 1984 e 2009.

Permanecendo este quadro, a tendência é o avanço das ocupações desordenadas, direcionado apenas pelos interesses políticos e econômicos, em detrimento aos aspectos geotécnicos e geoambientais mais favoráveis. Um retrato deste quadro é mostrado na carta que representa um cenário tendencial do crescimento urbano nos municípios. Por outro lado, o zoneamento apresenta, também, áreas no entorno dos centros urbanos que são passíveis de ocupação (Carta de Potencial ao Crescimento Urbano) e, ainda, a indicação das áreas mais favoráveis, levando em consideração a tendência (vetores de crescimento) já apresentada no período entre1984 e 2009.

Diretrizes gerais:

- Fomentar, junto às prefeituras da região, a implementação dos planos diretores municipais;
- Estimular os administradores municipais a utilizarem instrumentos técnicos que levem em consideração as vulnerabilidades e adequabilidades do terreno, como os zoneamentos ambientais e mapeamentos geotécnicos e geoambientais, na elaboração e/ou reformulação dos seus planos diretores.
- Fomentar, junto às prefeituras, que somente analisem projetos de implantação de novos loteamentos que estejam embasados em estudos técnicos que considerem as adequabilidades e vulnerabilidades dos terrenos;

- Incentivar a elaboração de projetos e a obtenção de recursos junto a órgãos estaduais e federais, para o mapeamento de áreas de risco geológico e geoambiental nas áreas urbanizadas e entorno.

10.1.5. Com relação à preservação de áreas florestadas e campo cerrado

Síntese da situação:

A área da Bacia do Médio Rio Grande apresenta-se parcialmente inserida no bioma *Mata Atlântica* e outra parte no bioma *Cerrado*. A parte que compõe o bioma Cerrado corresponde, em grande parte, à área delimitada por lei para o Parque Nacional da Serra da Canastra, lembrando que apenas 35% desta área está em posse da federação, outra parte corresponde a propriedades particulares.

Grande parte da área do Parque, mesmo fora da área já incorporada pela federação, apresenta-se com vegetação de campo ou campo arbustivo preservado, principalmente nas áreas de serras. Nas áreas topograficamente mais baixas, o terreno está bastante antropizado e são poucos os fragmentos de cerrado preservados.

Considerando toda a bacia, o percentual de florestas é de 18% e com alto índice de fragmentação e cerca de 37% das unidades ambientais apresentam menos de 20% de cobertura florestal.

Diretrizes gerais:

- Incentivar a implementação de projetos de recuperação de matas ciliares e reflorestamentos, com vegetação nativa, em parceria com o estado ou órgãos de fomento;
- Criar um programa para a recuperação de matas ciliares e reflorestamento para as unidades ambientais com menos de 20% de áreas florestadas;
- Fomentar a elaboração e implementação imediata de um projeto para a formação de corredores florestais conforme proposto no Cenário Paliativo;
- Fomentar a elaboração e implementação, em médio prazo, de um projeto para a formação de corredores florestais conforme proposto no Cenário Desejado;

10.1.6. Com relação às atividades modificadoras (indústrias, obras de infraestrutura, minerações, aterro de resíduos, etc)

Síntese da situação:

A região não é tipicamente industrial. As atividades industriais existentes concentram-se nas adjacências dos centros urbanos de Passos e São Sebastião do Paraíso, com destaque para a usina de açúcar e álcool de Passos e os curtumes de São Sebastião do Paraíso.

As atividades modificadoras mais relevantes em termos de controle ambiental da área da Bacia do Médio Rio Grande são os locais de disposição de resíduos municipais e as atividades de mineração. A maioria dos municípios da bacia não possuem locais adequados e licenciados para a disposição de resíduos. Os únicos municípios que estão prestes a solucionar este problema são os municípios de Itaú de Minas que, recentemente iniciou as atividades do seu aterro sanitário e o município de São Sebastião do Paraíso que está com a obra instalada e aguardando a licença de operação. Alguns municípios menores possuem unidades de triagem e compostagem que nem sempre funcionam adequadamente e nenhum deles apresenta sistemas de minimização de impactos em seus aterros de rejeito.

Com relação às atividades de mineração, grande parte funciona de forma não regularizada e outras foram embargadas e mantém no local um grande passivo ambiental, em especial os empreendimentos que extraem materiais para uso na construção civil. Duas grandes minerações, que também agregam atividades industriais, estão instaladas na bacia, sendo uma de minerais metálicos e outra de calcário, porém ambas possuem licença ambiental de funcionamento e são rotineiramente fiscalizadas pelos órgãos ambientais.

Diretrizes gerais:

- Fomentar a elaboração e implementação de projetos junto às prefeituras, que contemplem a disposição e/ou tratamento adequado dos resíduos sólidos municipais;
- Fomentar a criação de um programa que estimule a implantação e/ou manutenção da coleta seletiva de resíduos sólidos nos municípios;
- Fomentar a elaboração e implementação de projetos que minimizem o passivo ambiental das minerações;

- Incentivar e provocar medidas para a fiscalização das atividades de mineração e industrial, em especial aquelas de menor visibilidade e que não estão sendo constantemente monitoradas pelos órgãos ambientais competentes.

10.1.7. Com relação às atividades agropecuárias

Síntese da situação:

Em relação ás atividades agropecuárias, além de ser considerada uma das principais bacias leiteiras do estado, a região é conhecida pela produção de café, principalmente no município de São Sebastião do Paraíso e adjacentes e, também, pela produção de cana de açúcar nos municípios de Passos, Delfinópolis e São João Batista do Glória. Recentemente tem crescido a produção de milho em vários municípios.

Em linhas gerais, as terras mais produtivas (alto potencial à produção rural), correspondem às áreas cultivadas com café, restando às outras culturas as terras menos nobres. Algumas áreas de cultivo ou destinadas à pecuária são altamente suscetíveis à erosão e demandam de controle no uso do solo. Com as mudanças climáticas na região, em complemento à necessidade de alta produtividade no setor agrícola, os produtores, principalmente de café, têm optado pela cultura irrigada, o que demandará de maior controle de uso da água nestas áreas.

Diretrizes gerais:

- Incentivar projetos que priorizem práticas conservacionistas de plantio e uso do solo;
- Incentivar medidas que controlem o avanço de atividades agropecuárias para áreas inaptas ou de baixo potencial à produção rural (Carta de Potencial à Produção Rural);
- Priorizar o apoio a projetos de produção rural em locais classificados como de Alto ou Médio Potencial à Produção Rural;
- Incentivar a elaboração e implementação de projetos que priorizem o combate a erosão ou a recuperação e implantação de áreas florestadas.

10.2. Diretrizes específicas

As diretrizes específicas dizem respeito a cada Unidade Ambiental, de modo prioritário, demandando uma ação localizada. A construção das diretrizes específicas

ocorreu após a classificação das unidades ambientais no Zoneamento Geral, conforme os critérios já descritos. A análise realizada para o estabelecimento das diretrizes específicas das unidades ambientais levou em consideração uma série de aspectos, que foram agrupados em três grupos, definidos como: Altamente Relevantes, Relevantes e Mediamente Relevantes. Estes aspectos agrupados e com a sequência de diretrizes a eles vinculados estão expostos nas Tabelas 10.2.1 e 10.2.2. As diretrizes estabelecidas para cada unidade ambiental são apresentadas no Apêndice 1.

Tabela 10.2. 1 - Relação de aspectos ambientais considerados Altamente Relevantes e diretrizes específicas a eles relacionadas.

Aspectos Ambientais	Diretrizes Específicas
Presença de ponto de captação para abastecimento público	- Limitar a implantação de novos empreendimentos com médio ou alto potencial poluidor dos recursos hídricos a montante do ponto de captação pública de água; - Exigir análise periódica dos recursos hídricos dos empreendimentos já instalados à montante do ponto de captação pública de água; - Limitar a autorização de outorgas a montante do ponto de captação pública de água.
Presença de pontos de descarga de esgoto municipal	- Priorizar a instalação de estação de tratamento de esgoto municipal; - Monitorar a qualidade da água nas proximidades dos pontos de descarga; - Estabelecer um cronograma para a desativação dos pontos de descarga de esgoto e impedir instalação de novos pontos; - Estabelecer meta para novo enquadramento do recurso hídrico no local (para uma classe mais restritiva).
Alto percentual de área degradada por minerações	- Limitar a instalação de novas atividades de mineração; - Priorizar controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; - Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas.
Alto percentual de área degradada por disposição de resíduo municipal	- Realizar um rígido controle da atividade de disposição de resíduo local; - Exigir análise periódica dos recursos hídricos no entorno do local de disposição de resíduos; - Estabelecer prazos para a realização de PRADs do local de disposição de resíduos; - Impedir que novos empreendimentos sejam implantados a menos de 500 metros dos limites do local de disposição de resíduos.
Elevado percentual de área ocupada por processos erosivos	- Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; - Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; - Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos;

Tabela 10.2.1- Relação de aspectos ambientais considerados Altamente Relevantes e diretrizes específicas a eles relacionadas (continuação).

Aspectos Ambientais	Diretrizes Específicas
Elevado percentual de área ocupada por processos erosivos	- Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; - Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; - Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias que não contemplem controle de processos erosivos; - Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc.) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; - Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
Elevado percentual de área ocupada por cobertura florestal	- Motivar a criação de medidas para estimular a conservação da área florestada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc.); - Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; - Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; - Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal.
Baixo percentual de área ocupada por cobertura florestal	- Motivar a implantação de medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc.); - Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; - Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; - Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
Unidade com alto nível de preservação	- Motivar a criação de medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc.); - Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; - Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; - Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada.
Unidade sem presença de área preservada	- Motivar a criação de medidas para incentivar a implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc.); - Priorizar projetos de implantação de áreas florestadas, principalmente nas áreas de preservação permanente; - Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

Tabela 10.2. 2 - Relação de aspectos ambientais considerados Relevantes e diretrizes específicas a eles relacionadas.

Aspectos Ambientais	Diretrizes Específicas
Alta densidade de estradas não pavimentadas	- Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; - Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; - Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais.
Alta densidade de minerações	- Limitar a instalação de novas atividades de mineração; - Priorizar controle ambiental mais rígido das minerações em atividade.
Ocorrência de local de disposição de resíduo municipal	- Realizar um rígido controle da atividade de disposição de resíduo local; - Exigir análise periódica dos recursos hídricos no entorno do local de disposição de resíduos; - Impedir que novos empreendimentos sejam implantados a menos de 500 metros dos limites do local de disposição de resíduos.
Alta suscetibilidade à erosão	- Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; - Estimular, no local e adjacências, o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; - Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias que não contemplem controle de processos erosivos; - Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; - Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
Alta suscetibilidade à inundação	- Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; - Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; - Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; - Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc).
Alto percentual de área ocupada por atividades modificadoras	- Controlar a instalação de novas atividades modificadoras; - Realizar um controle ambiental mais rígido das atividades modificadoras e dos possíveis impactos agregados (que são potencializados pelo acúmulo de atividades); - Estudar a viabilidade de implantação e/ou regulamentação de distritos e/ou zonas industriais.

Tabela 10.2.2 - Relação de aspectos ambientais considerados Relevantes e diretrizes específicas a eles relacionadas (continuação).

Aspectos Ambientais	Diretrizes Específicas
Alta densidade de pontos de uso dos recursos hídricos	- Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; - Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; - Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos.
Alta densidade de atividades modificadoras	- Controlar a instalação de novas atividades modificadoras; - Realizar um controle ambiental mais rígido das atividades modificadoras e dos possíveis impactos agregados (que são potencializados pelo acúmulo de atividades); - Estudar a viabilidade de implantação e/ou regulamentação de distritos e/ou zonas industriais.
Alta densidade de pontos de captação de recurso hídrico superficial	- Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; - Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; - Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos.
Alta densidade de captação de recurso hídrico subterrâneo	- Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; - Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; - Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; - Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles.
Alta densidade de processos erosivos	- Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; - Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; - Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; - Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; - Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; - Controlar atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; - Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; - Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.

Tabela 10.2.2 - Relação de aspectos ambientais considerados Relevantes e diretrizes específicas a eles relacionadas (continuação).

Aspectos Ambientais	Diretrizes Específicas
Alta potencialidade para expansão urbana	- Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; - Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas.
Baixa potencialidade para expansão urbana	- Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; - Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área.
Unidade com baixo nível de preservação	- Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); - Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; - Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
Unidade com nível de urbanização muito alto	- Priorizar o funcionamento adequado do sistema de drenagem urbana para evitar inundações e acionamento de processos erosivos; - Maximizar fiscalização para evitar ocupações em áreas de risco ou de preservação; - Estimular a ocupação de vazios urbanos não restritivos à ocupação; - Estimular práticas de educação ambiental como a coleta seletiva e o plantio de árvores que se adequam às áreas urbanizadas; - Fiscalizar o cumprimento da lei de parcelamento de solo municipal, principalmente no que tange ao espaço destinado aos equipamentos públicos e manutenção de áreas não impermeabilizadas.
Unidade com nível alto de urbanização	- Priorizar o funcionamento adequado do sistema de drenagem urbana para evitar inundações e acionamento de processos erosivos; - Maximizar fiscalização para evitar ocupações em áreas de risco ou de preservação; - Estimular a ocupação de vazios urbanos não restritivos à ocupação; - Estimular práticas de educação ambiental como a coleta seletiva e o plantio de árvores que se adequem às áreas urbanizadas; - Fiscalizar o cumprimento da lei de parcelamento de solo municipal, principalmente no que tange ao espaço destinado aos equipamentos públicos e manutenção de áreas não impermeabilizadas.

Tabela 10.2.2 - Relação de aspectos ambientais considerados Mediamente Relevantes e diretrizes específicas a eles relacionadas.

Aspectos Ambientais	Diretrizes Específicas
Baixa Q7,10	- Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; - Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; - Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos.
Relevante para o turismo rural	- Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; - Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); - Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); - Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo.
Alta densidade de estradas pavimentadas	- Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; - Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa.
Alta densidade de edificações rurais isoladas	- Estimular a implantação de fossas sépticas; - Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico.
Alta densidade de barramentos	- Controlar a implantação de novos barramentos; - Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados.
Elevado percentual de área ocupada por barramentos	- Controlar a implantação de novos barramentos; - Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados.
Possível área de recarga	- Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande portes com alto potencial de contaminação das águas subterrâneas; - Realizar um controle ambiental mais rígido dos empreendimentos instalados, principalmente no que tange à possibilidade de contaminação das águas subterrâneas.
Alto potencial à produção rural	- Estimular a produção rural nesta área.

Tabela 10.2.2 - Relação de aspectos ambientais considerados Mediamente Relevantes e diretrizes específicas a eles relacionadas (continuação).

Aspectos Ambientais	Diretrizes Específicas
Baixo Potencial à produção rural	- Promover ações de orientação ao produtor rural sobre o baixo potencial à produção rural da área; - Promover a cultura de produção rural com uso de práticas conservacionistas de uso do solo; - Controlar atividades agropecuárias que não contemplem controle de processos erosivos.
Áreas inaptas à produção rural	- Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; - Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); - Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
Unidade urbanizada	- Priorizar o funcionamento adequado do sistema de drenagem urbana para evitar inundações e acionamento de processos erosivos nas áreas urbanizadas; - Estimular práticas de educação ambiental como a coleta seletiva e o plantio de árvores que se adequem às áreas urbanizadas; - Fiscalizar o cumprimento da lei de parcelamento de solo municipal, principalmente no que tange ao espaço destinado aos equipamentos públicos e manutenção de áreas não impermeabilizadas.

11. REFERÊNCIAS



BRASIL. Decreto Federal nº 4.297, 10 de julho de 2002. Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4297.htm>.Acesso em: 10 mai 2012.

BRASIL. Decreto nº 7.404, de 23 de Dezembro de 2010. Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Diário Oficial da União. 24 de Dezembro. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm. Acesso: 20 Junho de 2012.

BRASIL. Lei 12.305, de 02 de Agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n° 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União. 3 de Agosto. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso: 10 Maio de 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978- NR 06. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1978. Disponível em: < http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812DC56F8F012DCDAD35721F50/NR-06%20(atualizada)%202010.pdf>. Acesso em: 10 mai 2012.

Minas Gerais, 2001. Deliberação Normativa COPAM nº 52, de 14 de Dezembro de 2001. Convoca municípios para o licenciamento ambiental de sistema adequado de disposição final de lixo e dá outras providências. Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais.

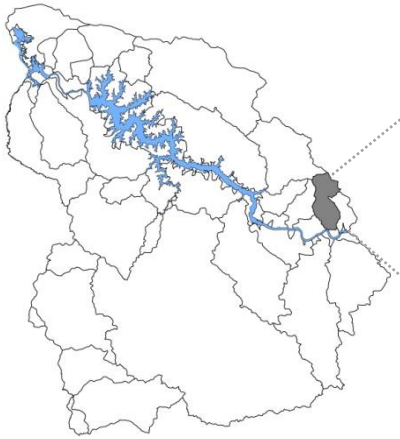
Minas Gerais, 2008. Deliberação Normativa COPAM nº 118, de 27 de Junho de 2008. Estabelece novas diretrizes para adequação da disposição final de resíduos sólidos urbanos no Estado, e dá outras providências. Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais.

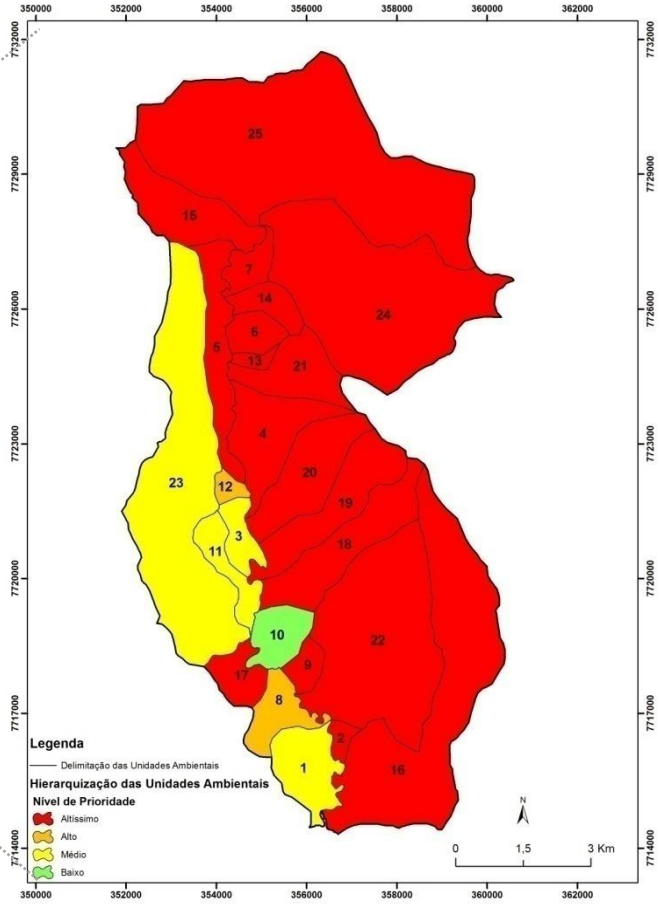
APÊNDICE

Fichas sínteses das unidades ambientais

(em CD anexo)

MB[01]
Ribeirão do Fumal





Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[01]1(01)	6	U[01]1(06)	10	U[01]2(03)	14	U[01]2(07)	18	U[01]3(03)	22	U[01]4(01)
2	U[01]1(02)	7	U[01]1(07)	11	U[01]2(04)	15	U[01]2(08)	19	U[01]3(04)	23	U[01]4(02)
3	U[01]1(03)	8	U[01]2(01)	12	U[01]2(05)	16	U[01]3(01)	20	U[01]3(05)	24	U[01]4(03)
4	U[01]1(04)	9	U[01]2(02)	13	U[01]2(06)	17	U[01]3(02)	21	U[01]3(06)	25	U[01]4(04)
5	U[01]1(05)										

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[01]	U[01]1(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[01]1(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[01]1(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada.
	U[01]1(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[01]	U[01]1(05)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 **19** 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a a área preservada; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[01]1(06)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[01]1(07)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[01]	U[01]2(01)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 **22** 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[01]2(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[01]2(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[01]2(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 **19** 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[01]	U[01]2(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[01]2(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[01]2(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[01]	U[01]2(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[01]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[01]3(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água	8 – Área degradada por disposição de resíduos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas	20 – Densidade de edificações rurais
2 – Ponto de descarga de esgoto	9 – Área ocupada por atividades modificadoras	15 – Densidade de estradas pavimentadas	21 – Suscetibilidade à erosão
3 – Área ocupada por urbanização	10 – Área ocupada por barramentos	16 – Densidade de usos dos recursos hídricos	22 – Suscetibilidade à inundação
4 – Área ocupada com cobertura florestal	11 – Densidade de barramentos	17 – Densidade de captações superficiais	23 – Potencial para produção rural
5 – Área preservada	12 – Área degradada por processos erosivos	18 – Densidade de captações subterrâneas	24 – Potencial para expansão urbana
6- Área degradada por mineração	13 – Densidade de processos erosivos	19 – Densidade de atrativos turísticos	25 – Áreas restritivas a ocupação urbana
7 – Densidade de minerações			

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[01]	U[01]3(03)	1 2 3 **4** 5 6 **7** 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[01]3(04)	1 2 3 **4** 5 6 **7** 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 **19** 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[01]3(05)	1 2 3 **4** 5 6 **7** 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[01]3(06)	1 2 3 **4** 5 6 **7** 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[01]	U[01]4(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[01]4(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo.
	U[01]4(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

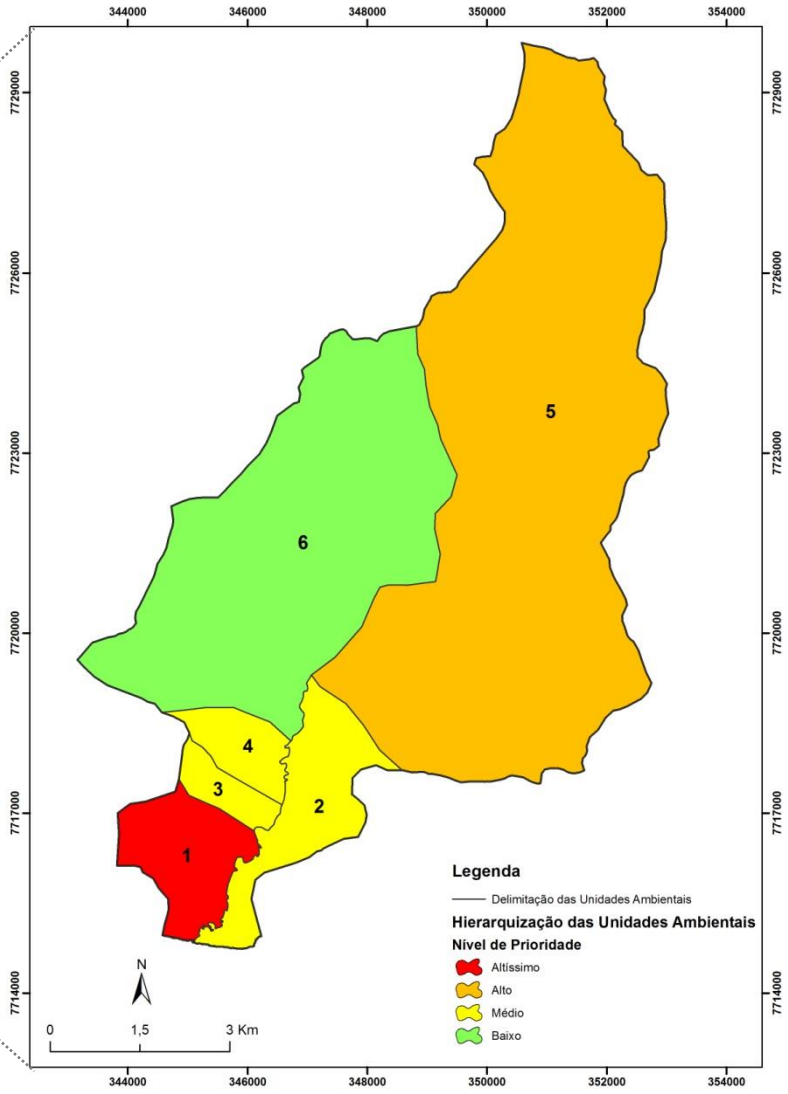
1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS																						
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
MB[01]	U[01]4(04)	• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação;													• Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.										

MB[02]
Ribeirão do Esmeril





Código	Layer	Código	Layer	Código	Layer	Código	Layer	Código	Layer	Código	Layer
1	U[02]1(01)	2	U[02]1(02)	3	U[02]2(01)	4	U[02]2(02)	5	U[02]4(01)	6	U[02]4(02)

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

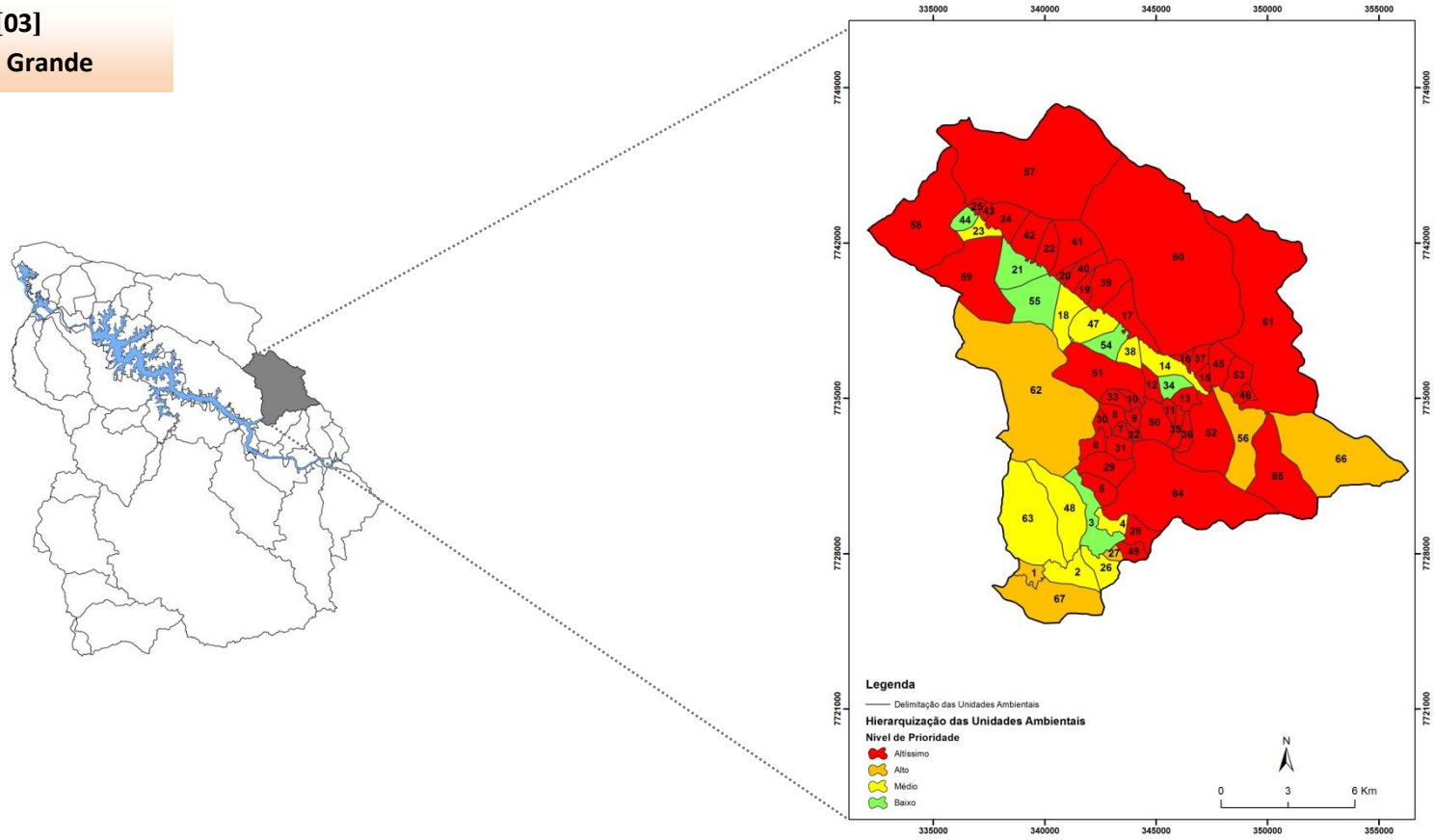
MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[02]	U[02]1(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Realizar um rígido controle da atividade de disposição de resíduo local; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos no entorno do local de disposição de resíduos; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs do local de disposição de resíduos; • Impedir que novos empreendimentos sejam implantados a menos de 500 metros dos limites do local de disposição de resíduos; • Controlar a instalação de novas atividades modificadoras; • Realizar um controle ambiental mais rígido das atividades modificadoras e dos possíveis impactos agregados (que são potencializados pelo acúmulo de atividades); • Estudar a viabilidade de implantação e/ou regulamentação de distritos e/ou zonas industriais; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[02]1(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[02]2(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[02]2(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[02]	U[02]4(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[02]4(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).

MB[03]
Ribeirão Grande



Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[03]1(01)	5	U[03]1(05)	9	U[03]1(09)	13	U[03]1(13)	17	U[03]1(17)	21	U[03]1(21)
2	U[03]1(02)	6	U[03]1(06)	10	U[03]1(10)	14	U[03]1(14)	18	U[03]1(18)	22	U[03]1(22)
3	U[03]1(03)	7	U[03]1(07)	11	U[03]1(11)	15	U[03]1(15)	19	U[03]1(19)	23	U[03]1(23)
4	U[03]1(04)	8	U[03]1(08)	12	U[03]1(12)	16	U[03]1(16)	20	U[03]1(20)	24	U[03]1(24)

Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
25	U[03]1(25)	33	U[03]2(08)	40	U[03]2(15)	47	U[03]2(22)	54	U[03]3(07)	61	U[03]4(05)
26	U[03]2(01)	34	U[03]2(09)	41	U[03]2(16)	48	U[03]3(01)	55	U[03]3(08)	62	U[03]4(06)
27	U[03]2(02)	35	U[03]2(10)	42	U[03]2(17)	49	U[03]3(02)	56	U[03]3(09)	63	U[03]4(07)
28	U[03]2(03)	36	U[03]2(11)	43	U[03]2(18)	50	U[03]3(03)	57	U[03]4(01)	64	U[03]4(08)
29	U[03]2(04)	37	U[03]2(12)	44	U[03]2(19)	51	U[03]3(04)	58	U[03]4(02)	65	U[03]4(09)
30	U[03]2(05)	38	U[03]2(13)	45	U[03]2(20)	52	U[03]3(05)	59	U[03]4(03)	66	U[03]4(10)
31	U[03]2(06)	39	U[03]2(14)	46	U[03]2(21)	53	U[03]3(06)	60	U[03]4(04)	67	U[03]4(11)
32	U[03]2(07)										

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[03]	U[03]1(01)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 20 21 **22** 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[03]1(02)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[03]1(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 **19** 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo.
	U[03]1(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 **10** 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados.
	U[03]1(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[03]	U[03]1(06)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[03]1(07)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[03]1(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 **20** 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[03]1(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[03]	U[03]1(10)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[03]1(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[03]1(12)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[03]1(13)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[03]	U[03]1(14)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[03]1(15)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[03]1(16)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[03]1(17)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[03]	U[03]1(18)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[03]1(19)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[03]1(20)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[03]1(21)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[03]	U[03]1(22)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[03]1(23)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[03]1(24)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[03]1(25)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[03]	U[03]2(01)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[03]2(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 **22** 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[03]2(03)	1 2 3 4 5 **6** **7** 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 **19** 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[03]	U[03]2(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[03]2(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[03]2(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[03]	U[03]2(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[03]2(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[03]2(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[03]	U[03]2(10)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[03]2(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[03]	U[03]2(12)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[03]2(13)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[03]2(14)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[03]2(15)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[03]	U[03]2(16)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[03]2(17)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[03]2(18)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 **22** **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[03]2(19)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 **20** 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[03]	U[03]2(20)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[03]2(21)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[03]2(22)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[03]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[03]	U[03]3(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[03]3(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[03]3(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[03]3(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[03]	U[03]3(06)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 **22** **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[03]3(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 20 21 **22** 23 24 25
	U[03]3(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 20 21 **22** 23 24 25
	U[03]3(09)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 20 21 **22** 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[03]4(01)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS																							
MB[03]	U[03]4(02)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área;												• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.											
	U[03]4(03)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas;												• Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.											
	U[03]4(04)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área;												• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.											
	U[03]4(05)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área;												• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.											

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[03]	U[03]4(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[03]4(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[03]4(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

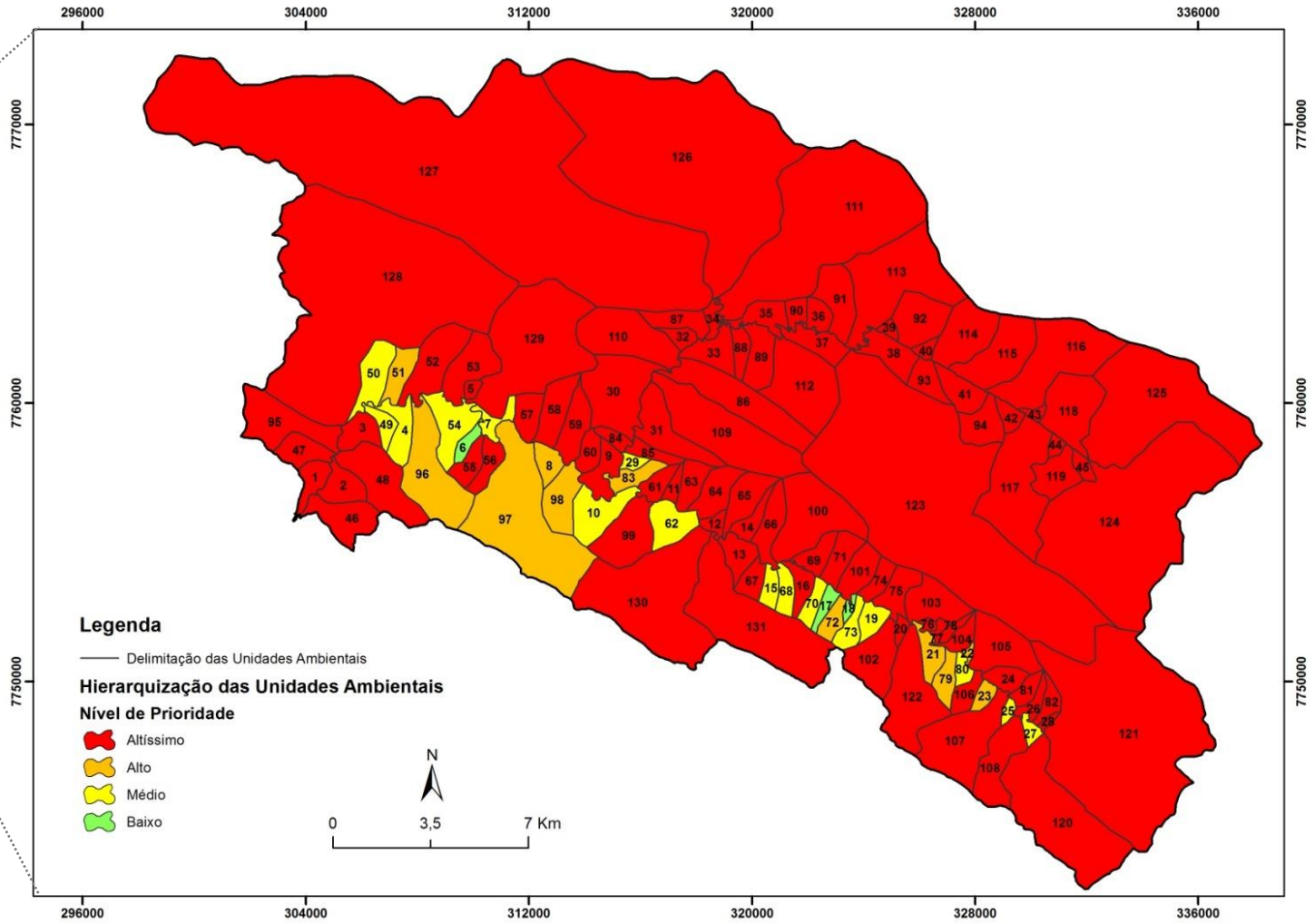
1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[03]	U[03]4(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[03]4(10)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[03]4(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

MB[04]
Rio Santo Antônio





Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[04]1(01)	3	U[04]1(03)	5	U[04]1(05)	7	U[04]1(07)	9	U[04]1(09)	11	U[04]1(11)
2	U[04]1(02)	4	U[04]1(04)	6	U[04]1(06)	8	U[04]1(08)	10	U[04]1(10)	12	U[04]1(12)

Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
13	U[04]1(13)	33	U[04]1(33)	53	U[04]2(08)	73	U[04]2(28)	93	U[04]2(48)	113	U[04]3(19)
14	U[04]1(14)	34	U[04]1(34)	54	U[04]2(09)	74	U[04]2(29)	94	U[04]2(49)	114	U[04]3(20)
15	U[04]1(15)	35	U[04]1(35)	55	U[04]2(10)	75	U[04]2(30)	95	U[04]3(01)	115	U[04]3(21)
16	U[04]1(16)	36	U[04]1(36)	56	U[04]2(11)	76	U[04]2(31)	96	U[04]3(02)	116	U[04]3(22)
17	U[04]1(17)	37	U[04]1(37)	57	U[04]2(12)	77	U[04]2(32)	97	U[04]3(03)	117	U[04]3(23)
18	U[04]1(18)	38	U[04]1(38)	58	U[04]2(13)	78	U[04]2(33)	98	U[04]3(04)	118	U[04]3(24)
19	U[04]1(19)	39	U[04]1(39)	59	U[04]2(14)	79	U[04]2(34)	99	U[04]3(05)	119	U[04]3(25)
20	U[04]1(20)	40	U[04]1(40)	60	U[04]2(15)	80	U[04]2(35)	100	U[04]3(06)	120	U[04]4(01)
21	U[04]1(21)	41	U[04]1(41)	61	U[04]2(16)	81	U[04]2(36)	101	U[04]3(07)	121	U[04]4(02)
22	U[04]1(22)	42	U[04]1(42)	62	U[04]2(17)	82	U[04]2(37)	102	U[04]3(08)	122	U[04]4(03)
23	U[04]1(23)	43	U[04]1(43)	63	U[04]2(18)	83	U[04]2(38)	103	U[04]3(09)	123	U[04]4(04)
24	U[04]1(24)	44	U[04]1(44)	64	U[04]2(19)	84	U[04]2(39)	104	U[04]3(10)	124	U[04]4(05)
25	U[04]1(25)	45	U[04]1(45)	65	U[04]2(20)	85	U[04]2(40)	105	U[04]3(11)	125	U[04]4(06)
26	U[04]1(26)	46	U[04]2(01)	66	U[04]2(21)	86	U[04]2(41)	106	U[04]3(12)	126	U[04]4(07)
27	U[04]1(27)	47	U[04]2(02)	67	U[04]2(22)	87	U[04]2(42)	107	U[04]3(13)	127	U[04]4(08)
28	U[04]1(28)	48	U[04]2(03)	68	U[04]2(23)	88	U[04]2(43)	108	U[04]3(14)	128	U[04]4(09)
29	U[04]1(29)	49	U[04]2(04)	69	U[04]2(24)	89	U[04]2(44)	109	U[04]3(15)	129	U[04]4(10)
30	U[04]1(30)	50	U[04]2(05)	70	U[04]2(25)	90	U[04]2(45)	110	U[04]3(16)	130	U[04]4(11)
31	U[04]1(31)	51	U[04]2(06)	71	U[04]2(26)	91	U[04]2(46)	111	U[04]3(17)	131	U[04]4(12)
32	U[04]1(32)	52	U[04]2(07)	72	U[04]2(27)	92	U[04]2(47)	112	U[04]3(18)		

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana	

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS	
MB[04]	U[04]1(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área;	• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]1(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade;	• Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]1(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada;	• Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[04]1(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos;	• Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]1(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]1(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a implantação de novos barramentos.
	U[04]1(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[04]1(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]1(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[04]1(10)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada.
	U[04]1(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[04]1(12)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]1(13)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[04]1(14)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[04]1(15)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada.
	U[04]1(16)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal.
	U[04]1(17)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[04]1(18)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[04]1(19)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água	8 – Área degradada por disposição de resíduos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas	20 – Densidade de edificações rurais
2 – Ponto de descarga de esgoto	9 – Área ocupada por atividades modificadoras	15 – Densidade de estradas pavimentadas	21 – Suscetibilidade à erosão
3 – Área ocupada por urbanização	10 – Área ocupada por barramentos	16 – Densidade de usos dos recursos hídricos	22 – Suscetibilidade à inundação
4 – Área ocupada com cobertura florestal	11 – Densidade de barramentos	17 – Densidade de captações superficiais	23 – Potencial para produção rural
5 – Área preservada	12 – Área degradada por processos erosivos	18 – Densidade de captações subterrâneas	24 – Potencial para expansão urbana
6- Área degradada por mineração	13 – Densidade de processos erosivos	19 – Densidade de atrativos turísticos	25 – Áreas restritivas a ocupação urbana
7 – Densidade de minerações			

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]1(20)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[04]1(21)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[04]1(22)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]1(23)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS	
MB[04]	U[04]1(24)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25	
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área;	• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]1(25)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25	
		• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos;	• Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[04]1(26)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25	
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área;	• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]1(27)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25	
		• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos;	• Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[04]1(28)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25	
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada;	• Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]1(29)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo.
	U[04]1(30)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]1(31)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]1(32)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]1(33)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]1(34)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]1(35)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[04]1(36)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]1(37)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[04]1(38)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]1(39)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]1(40)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]1(41)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]1(42)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]1(43)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[04]1(44)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]1(45)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[04]2(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]2(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]2(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; . • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]2(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada.
	U[04]2(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[04]2(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]2(07)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]2(08)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]2(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 **20** 21 **22** **23** 24 25 • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação.
	U[04]2(10)	1 2 3 4 5 **6** **7** 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]2(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas.
	U[04]2(12)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]2(13)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]2(14)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]2(15)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[04]2(16)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]2(17)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada.
	U[04]2(18)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]2(19)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]2(20)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]2(21)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]2(22)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[04]2(23)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 **11** 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados.
	U[04]2(24)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]2(25)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada.
	U[04]2(26)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]2(27)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[04]2(28)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]2(29)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]2(30)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]2(31)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]2(32)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[04]2(33)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]2(34)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]2(35)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[04]2(36)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]2(37)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]2(38)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]2(39)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]2(40)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]2(41)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]2(42)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]2(43)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]2(44)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]2(45)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]2(46)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[04]2(47)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]2(48)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]2(49)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]3(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]3(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]3(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[04]3(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[04]3(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]3(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]3(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]3(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]3(10)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]3(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]3(12)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[04]3(13)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]3(14)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]3(15)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]3(16)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]3(17)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]3(18)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]3(19)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]3(20)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]3(21)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]3(22)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]3(23)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]3(24)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]3(25)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[04]4(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]4(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]4(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]4(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]4(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[04]4(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

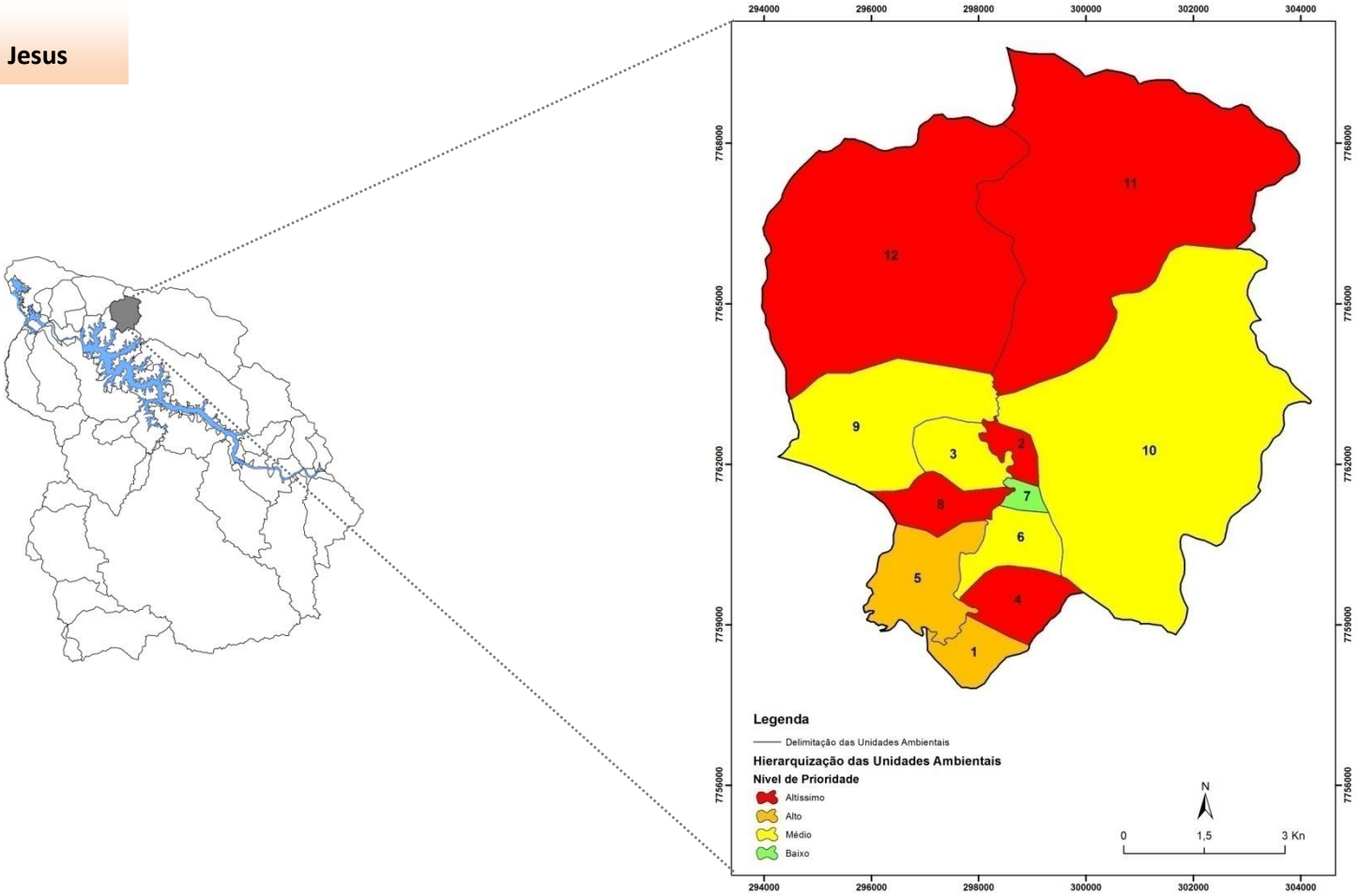
MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]4(07)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]4(08)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]4(09)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[04]4(10)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[04]	U[04]4(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[04]4(12)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

MB[05]
Ribeirão Bom Jesus



Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[05]1(01)	3	U[05]1(03)	5	U[05]2(02)	7	U[05]2(04)	9	U[05]3(02)	11	U[05]4(02)
2	U[05]1(02)	4	U[05]2(01)	6	U[05]2(03)	8	U[05]3(01)	10	U[05]4(01)	12	U[05]4(03)

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[05]	U[05]1(01)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[05]1(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 **12** **13** 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[05]1(03)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[05]2(01)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

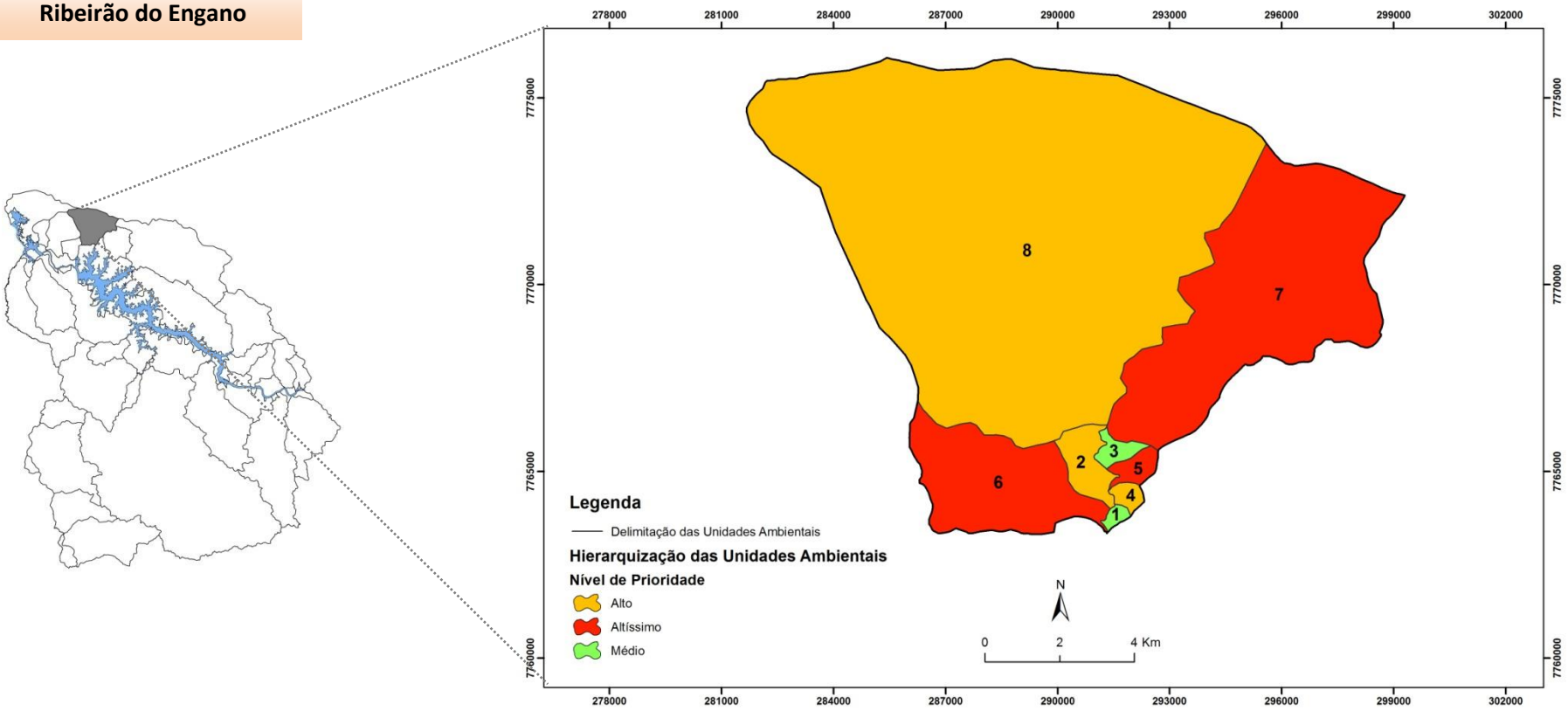
MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[05]	U[05]2(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[05]2(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada.
	U[05]2(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[05]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[05]3(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada.
	U[05]4(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[05]	U[05]4(02)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[05]4(03)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 **12** **13** 14 15 16 17 18 19 20 21 **22** 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

MB[06]
Ribeirão do Engano



Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[06]1(01)	3	U[06]1(03)	5	U[06]2(02)	7	U[06]4(01)
2	U[06]1(02)	4	U[06]2(01)	6	U[06]3(01)	8	U[06]4(02)

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

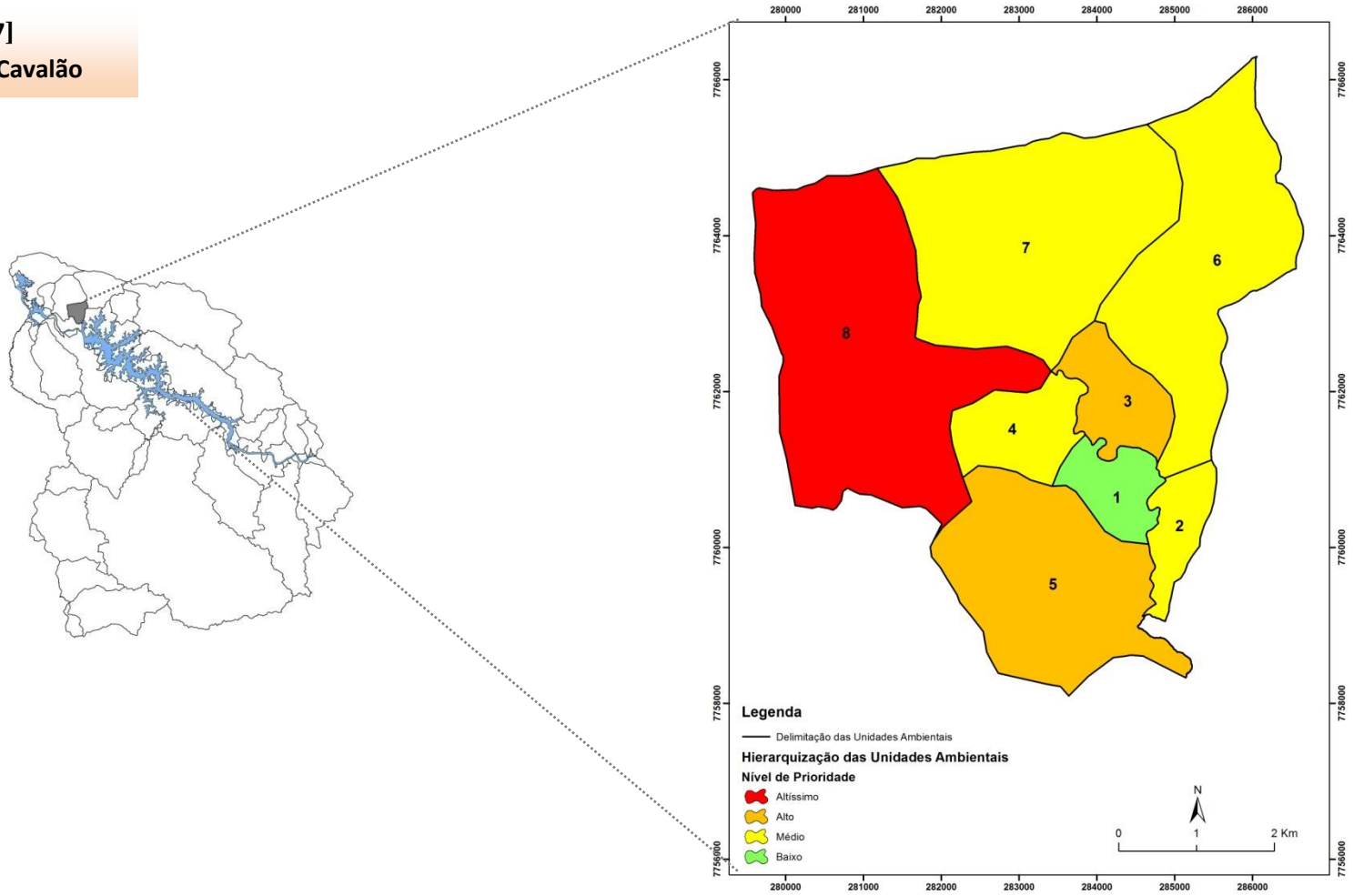
MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[06]	U[06]1(01)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[06]1(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 **13** 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[06]1(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada.
	U[06]2(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 **22** 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc).

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[06]	U[06]2(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal.
	U[06]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[06]4(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[06]4(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

MB[07]
Ribeirão do Cavalão



Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[07]1(01)	3	U[07]1(03)	5	U[07]3(01)	7	U[07]4(01)
2	U[07]1(02)	4	U[07]2(01)	6	U[07]3(02)	8	U[07]4(02)

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

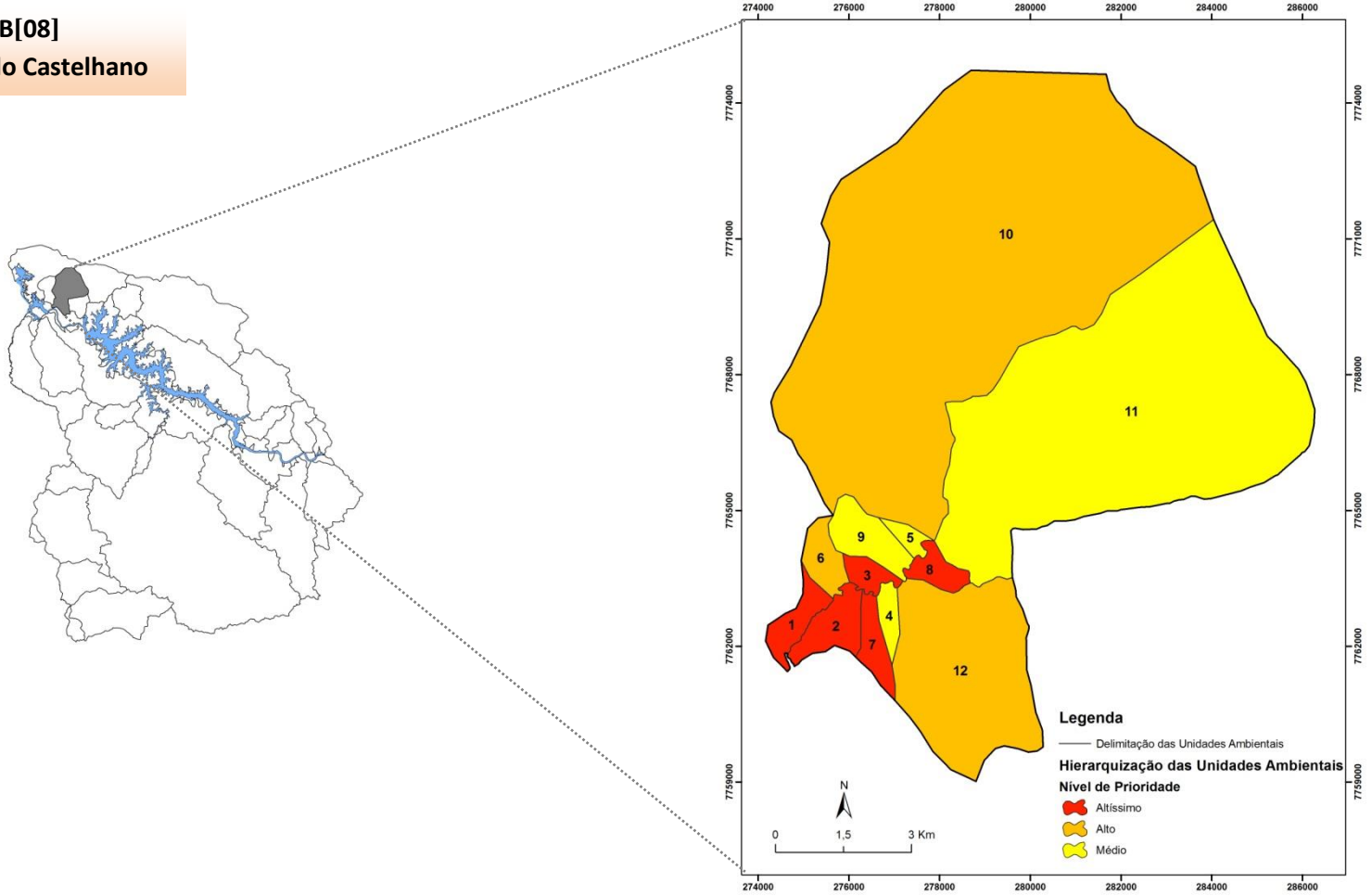
MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[07]	U[07]1(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[07]1(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[07]1(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos.
	U[07]2(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[07]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS																							
MB[07]	U[07]3(02)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada;												• Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.											
	U[07]4(01)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos;												• Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada.											
	U[07]4(02)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada;												• Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.											

MB[08]
Ribeirão do Castelhano



Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[08]1(01)	3	U[08]1(03)	5	U[08]1(05)	7	U[08]2(02)	9	U[08]3(01)	11	U[08]4(02)
2	U[08]1(02)	4	U[08]1(04)	6	U[08]2(01)	8	U[08]2(03)	10	U[08]4(01)	12	U[08]4(03)

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[08]	U[08]1(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[08]1(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[08]1(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas.
	U[08]1(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[08]1(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[08]2(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

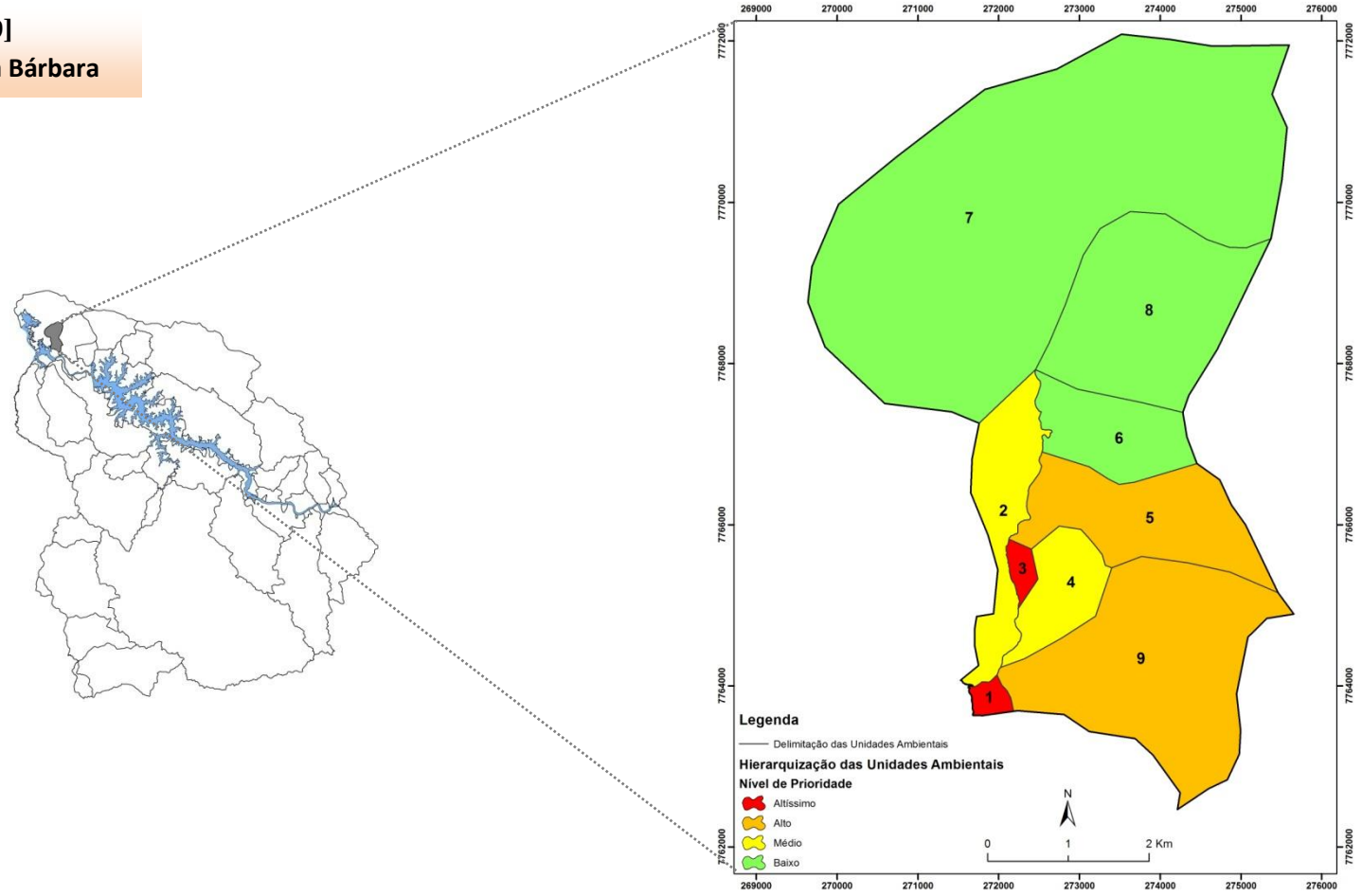
MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS	
MB[08]	U[08]2(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área;	• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[08]2(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área;	• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[08]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos;	• Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada.
	U[08]4(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva;	• Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[08]4(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos;	• Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS																						
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
MB[08]	U[08]4(03)	• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada;												• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.											

MB[09]
Córrego Santa Bárbara



Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[09]1(01)	4	U[09]2(01)	6	U[09]3(01)	8	U[09]4(02)
2	U[09]1(02)	5	U[09]2(02)	7	U[09]4(01)	9	U[09]4(03)
3	U[09]1(03)						

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

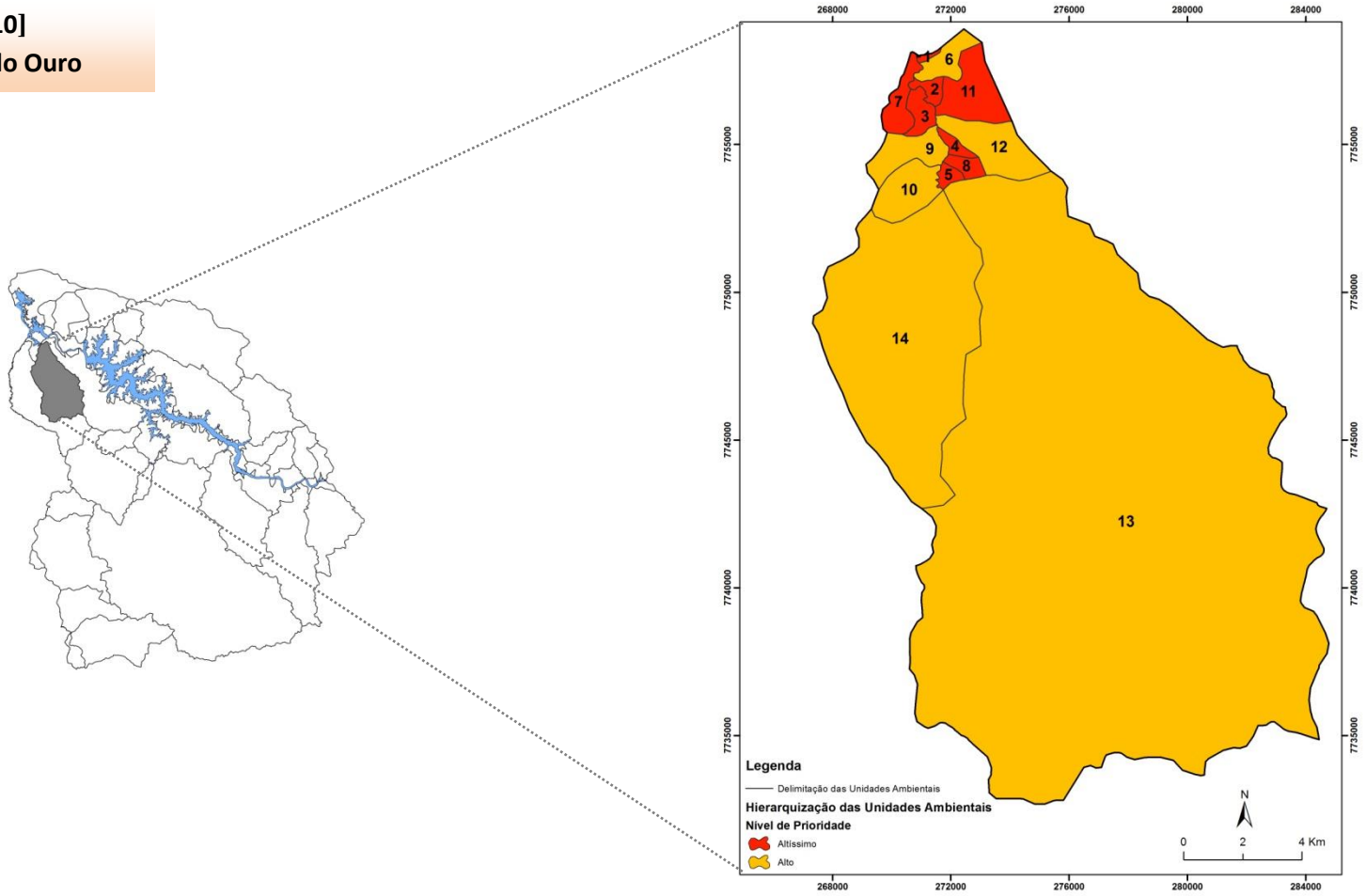
MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[09]	U[09]1(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada.
	U[09]1(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[09]2(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada.
	U[09]2(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos.
	U[09]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[09]4(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[09]4(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS																						
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
MB[09]	U[09]4(03)	• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada;									• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.													

MB[10]
Ribeirão do Ouro



Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[10]1(01)	4	U[10]1(04)	7	U[10]2(02)	9	U[10]2(04)	11	U[10]3(01)	13	U[10]4(01)
2	U[10]1(02)	5	U[10]1(05)	8	U[10]2(03)	10	U[10]2(05)	12	U[10]3(02)	14	U[10]4(02)
3	U[10]1(03)	6	U[10]2(01)								

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[10]	U[10]1(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[10]1(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[10]1(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[10]1(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[10]	U[10]1(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[10]2(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[10]2(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[10]	U[10]2(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[10]2(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[10]2(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[10]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

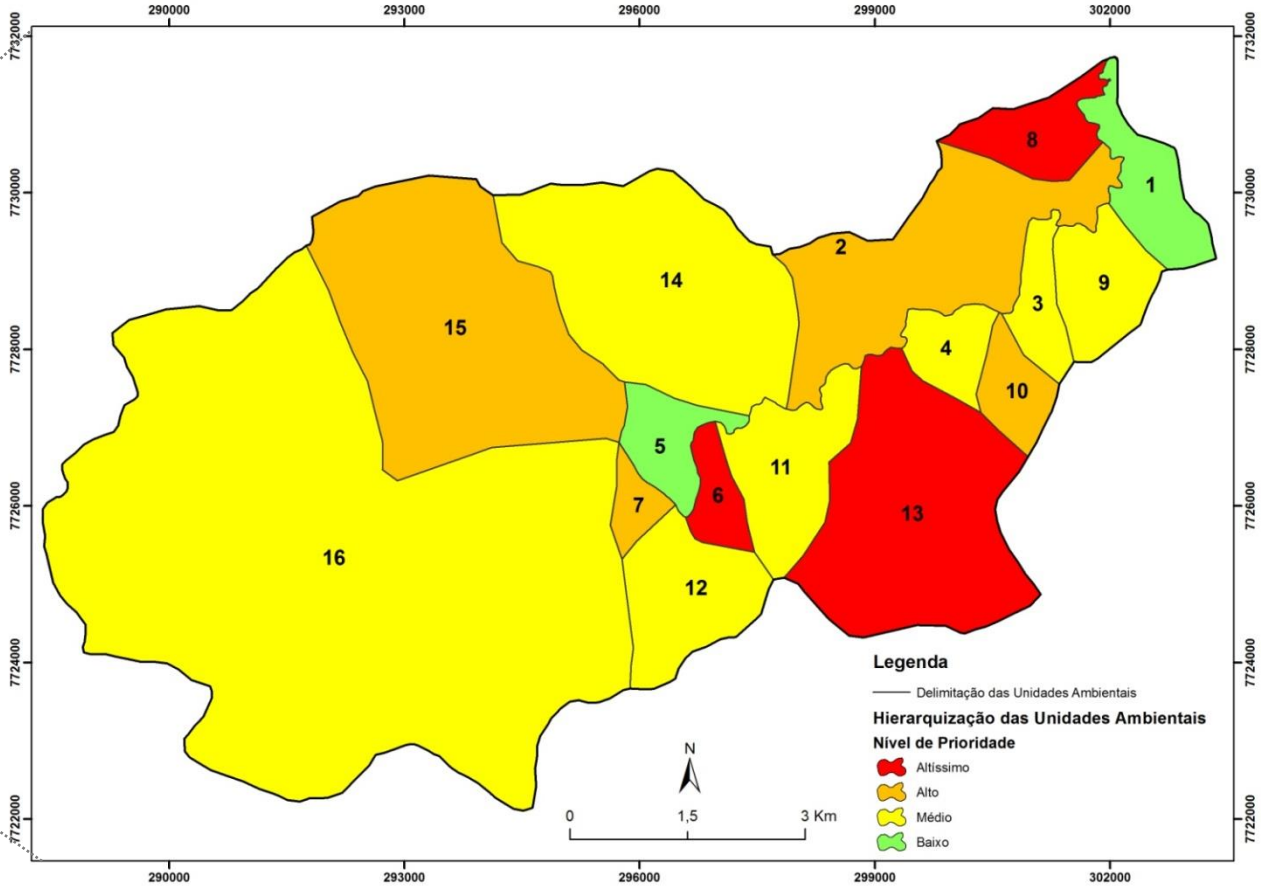
1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[10]	U[10]3(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[10]4(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[10]4(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

MB[11]
Córrego da Onça





Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[11]1(01)	4	U[11]1(04)	7	U[11]1(07)	10	U[11]2(03)	13	U[11]3(01)	15	U[11]4(01)
2	U[11]1(02)	5	U[11]1(05)	8	U[11]2(01)	11	U[11]2(04)	14	U[11]3(02)	16	U[11]4(02)
3	U[11]1(03)	6	U[11]1(06)	9	U[11]2(02)	12	U[11]2(05)				

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[11]	U[11]1(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[11]1(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[11]1(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[11]1(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[11]1(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[11]1(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de novos empreendimentos com médio ou alto potencial poluidor dos recursos hídricos a montante do ponto de captação pública de água; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos dos empreendimentos já instalados à montante do ponto de captação pública de água; • Limitar a autorização de outorgas a montante do ponto de captação pública de água; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[11]	U[11]1(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[11]2(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[11]2(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[11]2(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

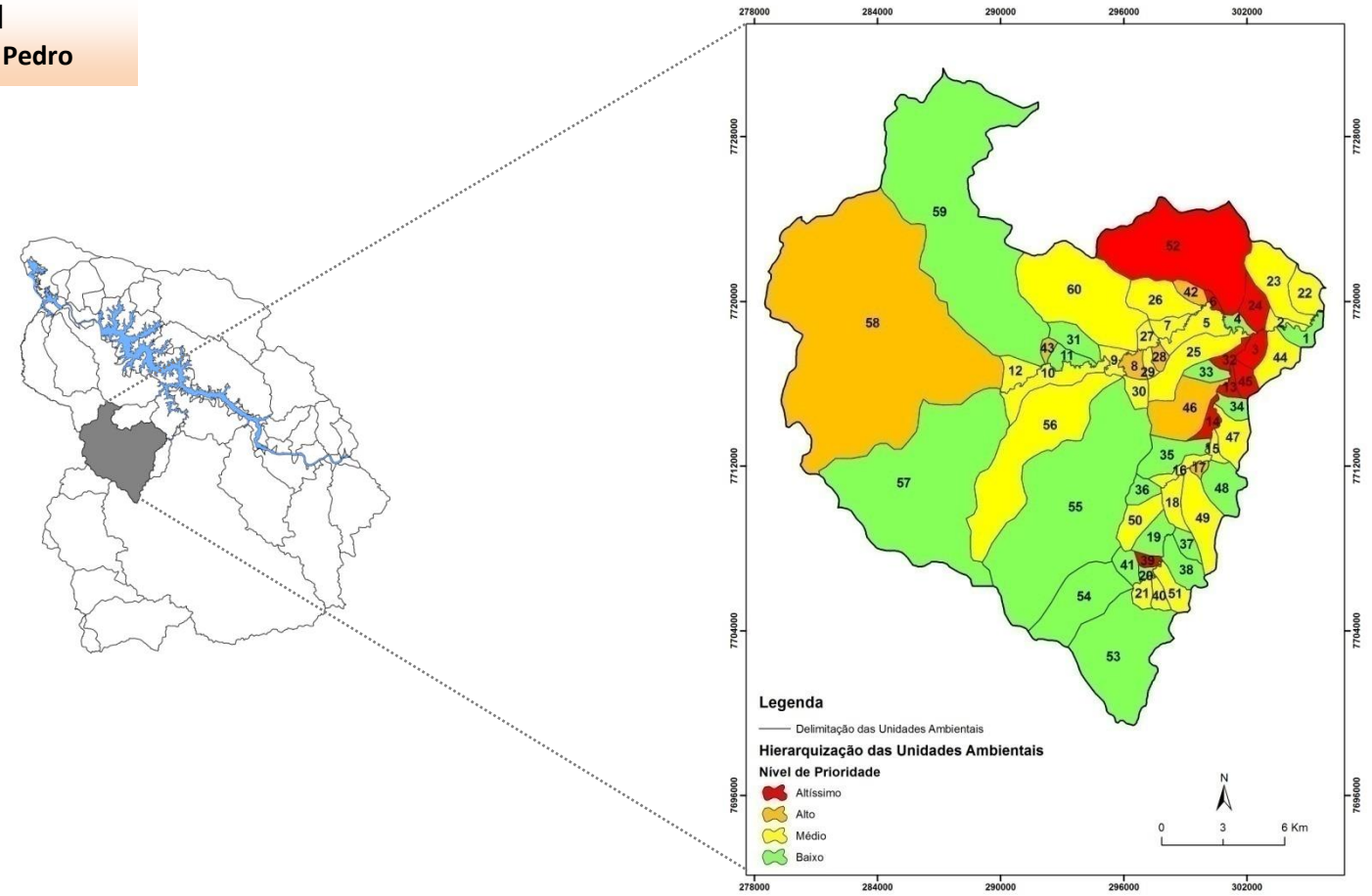
MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[11]	U[11]2(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[11]2(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[11]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[11]3(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[11]	U[11]4(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[11]4(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

MB[12]
Ribeirão São Pedro



Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[12]1(01)	5	U[12]1(05)	9	U[12]1(09)	13	U[12]1(13)	17	U[12]1(17)	21	U[12]1(21)
2	U[12]1(02)	6	U[12]1(06)	10	U[12]1(10)	14	U[12]1(14)	18	U[12]1(18)	22	U[12]2(01)
3	U[12]1(03)	7	U[12]1(07)	11	U[12]1(11)	15	U[12]1(15)	19	U[12]1(19)	23	U[12]2(02)
4	U[12]1(04)	8	U[12]1(08)	12	U[12]1(12)	16	U[12]1(16)	20	U[12]1(20)	24	U[12]2(03)

Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
25	U[12]2(04)	31	U[12]2(10)	37	U[12]2(16)	43	U[12]2(22)	49	U[12]3(06)	55	U[12]4(04)
26	U[12]2(05)	32	U[12]2(11)	38	U[12]2(17)	44	U[12]3(01)	50	U[12]3(07)	56	U[12]4(05)
27	U[12]2(06)	33	U[12]2(12)	39	U[12]2(18)	45	U[12]3(02)	51	U[12]3(08)	57	U[12]4(06)
28	U[12]2(07)	34	U[12]2(13)	40	U[12]2(19)	46	U[12]3(03)	52	U[12]4(01)	58	U[12]4(07)
29	U[12]2(08)	35	U[12]2(14)	41	U[12]2(20)	47	U[12]3(04)	53	U[12]4(02)	59	U[12]4(08)
30	U[12]2(09)	36	U[12]2(15)	42	U[12]2(21)	48	U[12]3(05)	54	U[12]4(03)	60	U[12]4(09)

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[12]	U[12]1(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[12]1(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]1(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Controlar a instalação de novas atividades modificadoras; • Realizar um controle ambiental mais rígido das atividades modificadoras e dos possíveis impactos agregados (que são potencializados pelo acúmulo de atividades); • Estudar a viabilidade de implantação e/ou regulamentação de distritos e/ou zonas industriais; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]1(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[12]1(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]1(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Realizar um rígido controle da atividade de disposição de resíduo local; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos no entorno do local de disposição de resíduos; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs do local de disposição de resíduos; • Impedir que novos empreendimentos sejam implantados a menos de 500 metros dos limites do local de disposição de resíduos; • Controlar a instalação de novas atividades modificadoras; • Realizar um controle ambiental mais rígido das atividades modificadoras e dos possíveis impactos agregados (que são potencializados pelo acúmulo de atividades); • Estudar a viabilidade de implantação e/ou regulamentação de distritos e/ou zonas industriais; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[12]	U[12]1(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]1(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]1(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]1(10)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]1(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[12]1(12)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]1(13)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[12]	U[12]1(14)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]1(15)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais.
	U[12]1(16)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais.
	U[12]1(17)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]1(18)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Prioizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]1(19)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[12]	U[12]1(20)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[12]1(21)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]2(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]2(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]2(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico.
	U[12]2(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]2(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[12]	U[12]2(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]2(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]2(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]2(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]2(10)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[12]2(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]2(12)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[12]2(13)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[12]	U[12]2(14)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[12]2(15)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[12]2(16)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[12]2(17)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[12]2(18)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal.
	U[12]2(19)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]2(20)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[12]2(21)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[12]	U[12]2(22)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 **22** 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]3(01)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 **11** 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]3(02)	1 2 3 **4** 5 6 **7** 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 **20** 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]3(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 **20** 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]3(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 **17** 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos.
	U[12]3(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 **11** 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a implantação de novos barramentos;

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

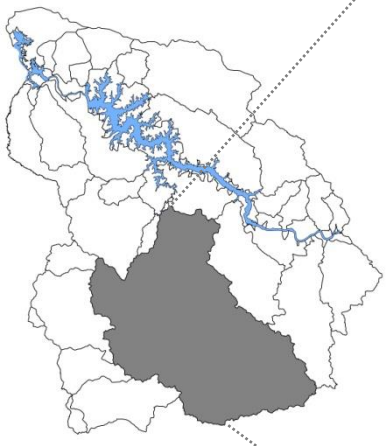
MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[12]	U[12]3(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]3(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]3(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[12]4(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Priorizar a instalação de estação de tratamento de esgoto municipal; • Monitorar a qualidade da água nas proximidades dos pontos de descarga; • Estabelecer um cronograma para a desativação dos pontos de descarga de esgoto e impedimento de instalação de novos pontos; • Estabelecer meta para novo enquadramento do recurso hídrico no local (para uma classe mais favorável); • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo, • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas. • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]4(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

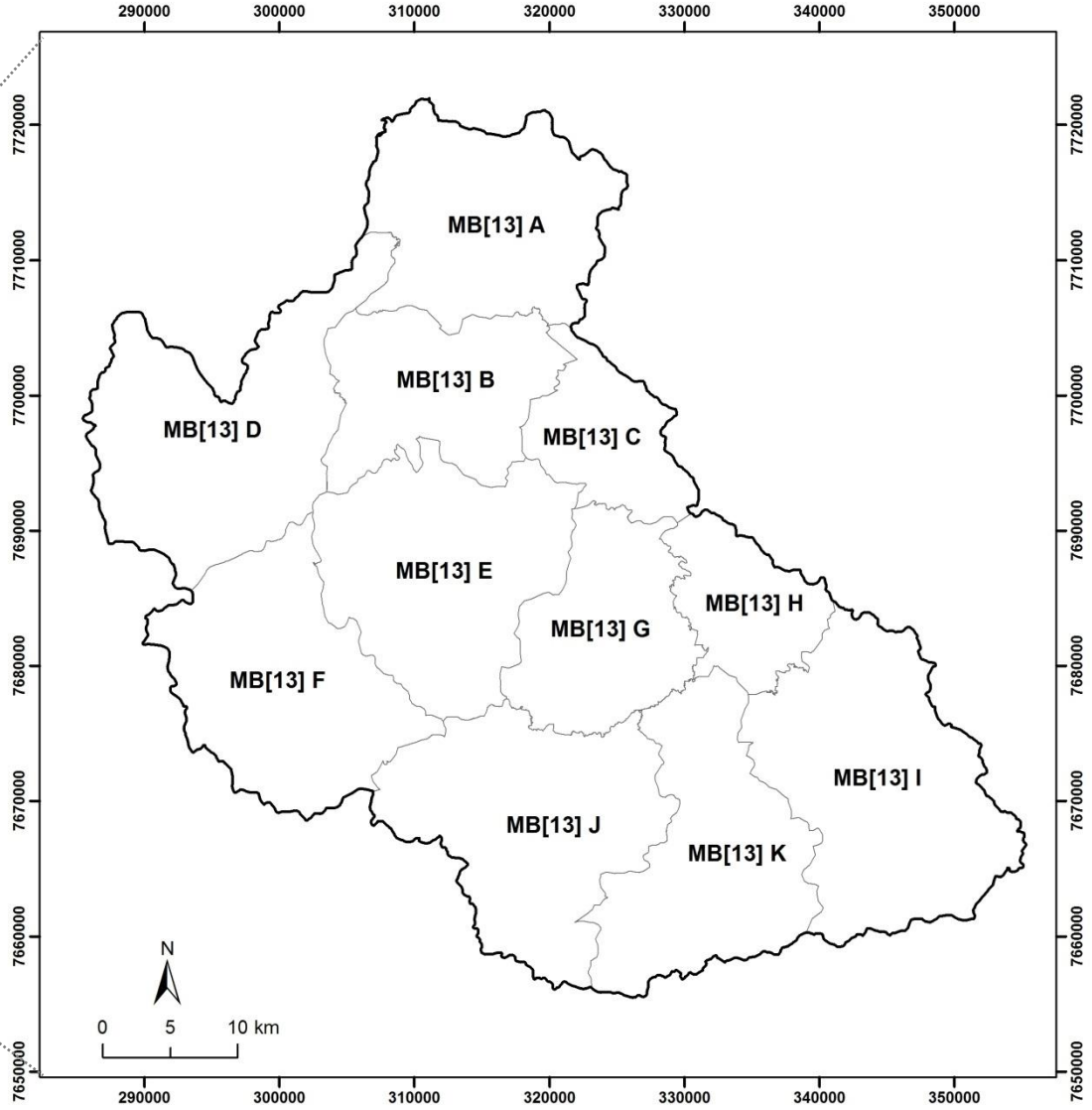
1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

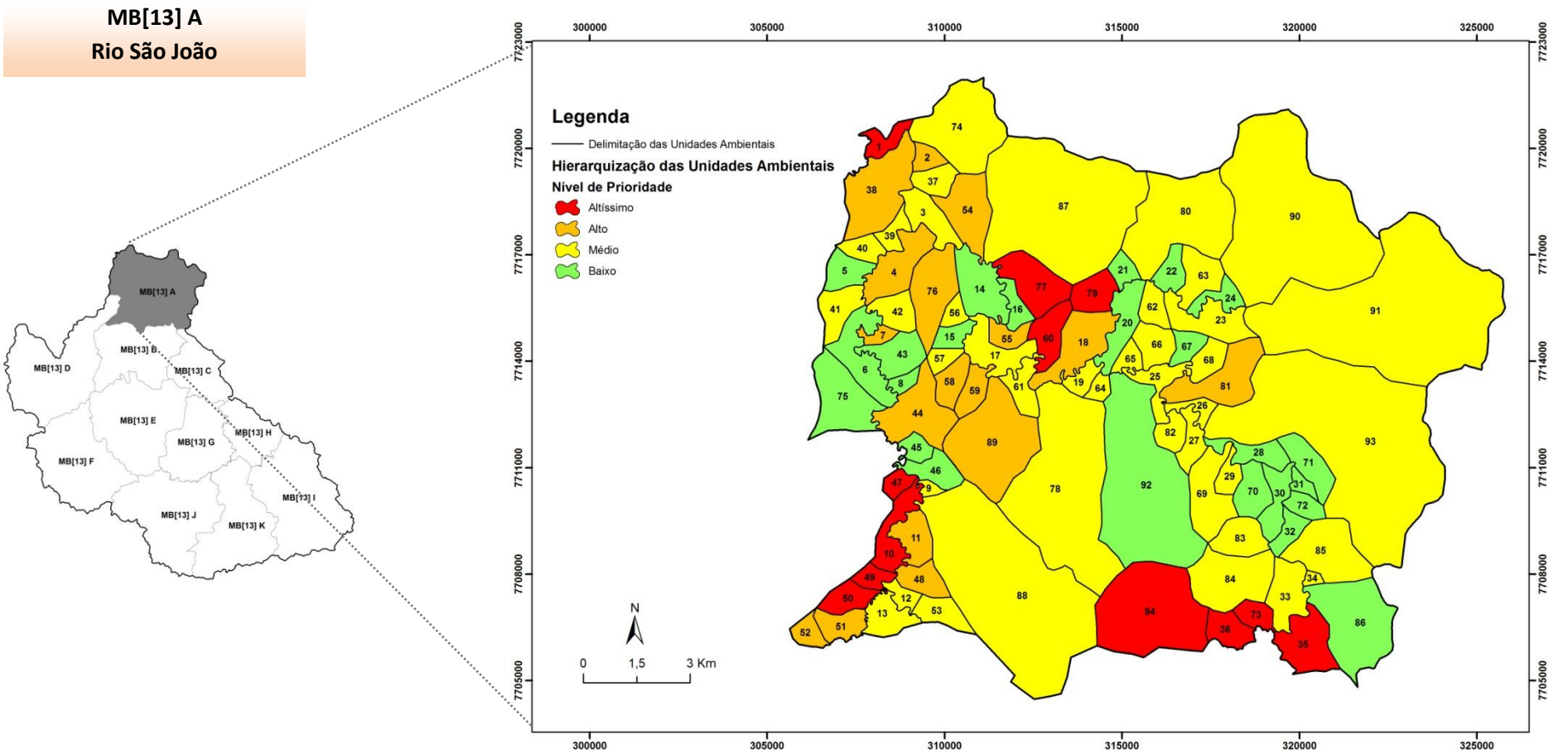
MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[12]	U[12]4(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[12]4(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[12]4(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]4(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a implantação de novos barramentos.
	U[12]4(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[12]4(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[12]4(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

MB[13]
Rio São João





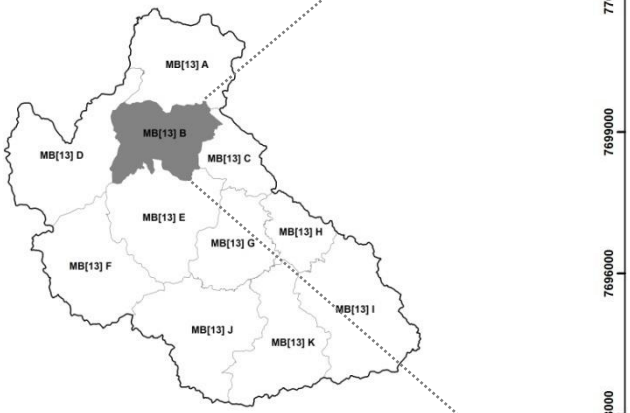
MB[13] A
Rio São João

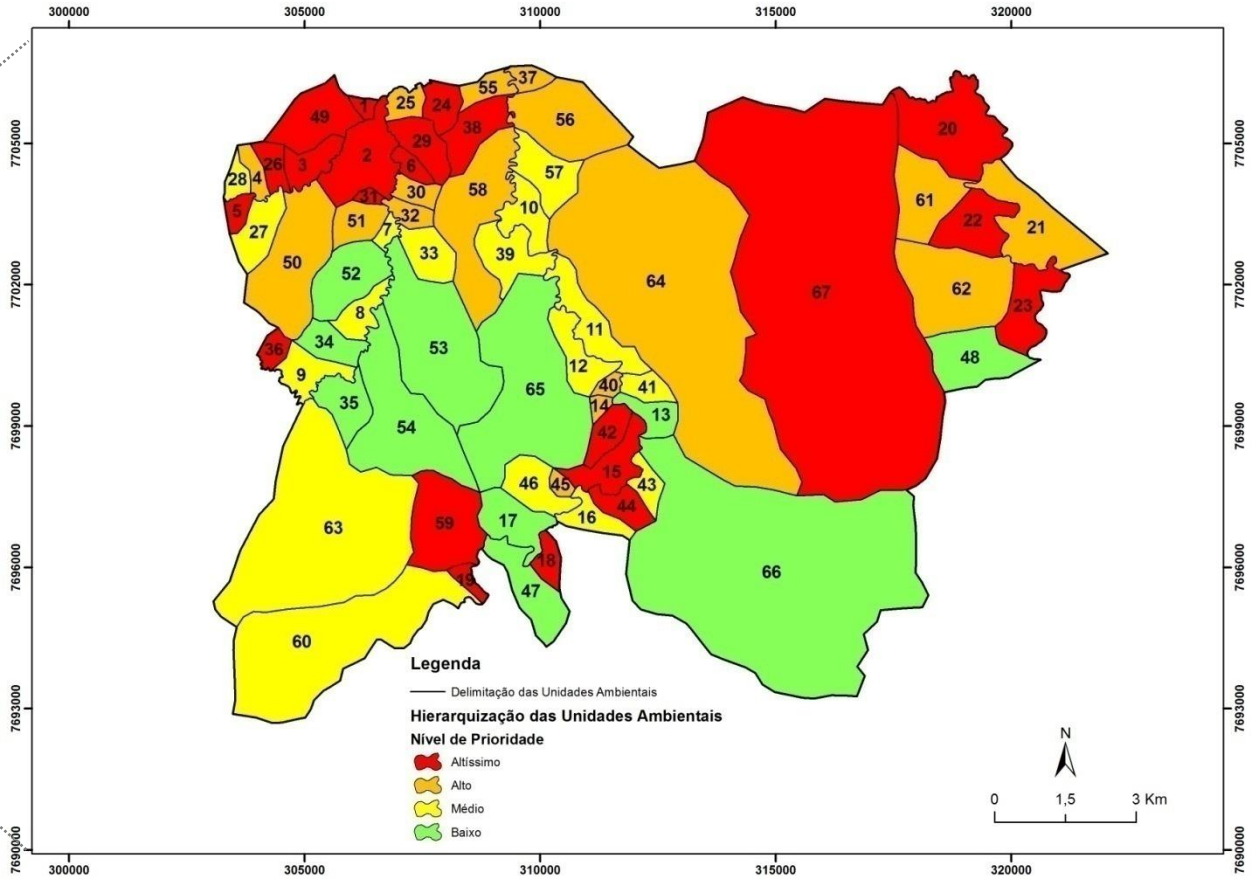


Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[13]1(001)	5	U[13]1(005)	9	U[13]1(009)	13	U[13]1(013)	17	U[13]1(081)	21	U[13]1(085)
2	U[13]1(002)	6	U[13]1(006)	10	U[13]1(010)	14	U[13]1(078)	18	U[13]1(082)	22	U[13]1(086)
3	U[13]1(003)	7	U[13]1(007)	11	U[13]1(011)	15	U[13]1(079)	19	U[13]1(083)	23	U[13]1(087)
4	U[13]1(004)	8	U[13]1(008)	12	U[13]1(012)	16	U[13]1(080)	20	U[13]1(084)	24	U[13]1(088)

Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
25	U[13]1(089)	37	U[13]2(001)	49	U[13]2(013)	61	U[13]2(091)	73	U[13]2(103)	84	U[13]3(46)
26	U[13]1(090)	38	U[13]2(002)	50	U[13]2(014)	62	U[13]2(092)	74	U[13]3(01)	85	U[13]3(47)
27	U[13]1(091)	39	U[13]2(003)	51	U[13]2(017)	63	U[13]2(093)	75	U[13]3(02)	86	U[13]3(48)
28	U[13]1(092)	40	U[13]2(004)	52	U[13]2(018)	64	U[13]2(094)	76	U[13]3(38)	87	U[13]4(01)
29	U[13]1(093)	41	U[13]2(005)	53	U[13]2(041)	65	U[13]2(095)	77	U[13]3(39)	88	U[13]4(02)
30	U[13]1(094)	42	U[13]2(006)	54	U[13]2(084)	66	U[13]2(096)	78	U[13]3(40)	89	U[13]4(25)
31	U[13]1(095)	43	U[13]2(007)	55	U[13]2(085)	67	U[13]2(097)	79	U[13]3(41)	90	U[13]4(26)
32	U[13]1(096)	44	U[13]2(008)	56	U[13]2(086)	68	U[13]2(098)	80	U[13]3(42)	91	U[13]4(27)
33	U[13]1(097)	45	U[13]2(009)	57	U[13]2(087)	69	U[13]2(099)	81	U[13]3(43)	92	U[13]4(28)
34	U[13]1(098)	46	U[13]2(010)	58	U[13]2(088)	70	U[13]2(100)	82	U[13]3(44)	93	U[13]4(29)
35	U[13]1(099)	47	U[13]2(011)	59	U[13]2(089)	71	U[13]2(101)	83	U[13]3(45)	94	U[13]4(30)
36	U[13]1(100)	48	U[13]2(012)	60	U[13]2(090)	72	U[13]2(102)				

MB[13] B
Rio São João

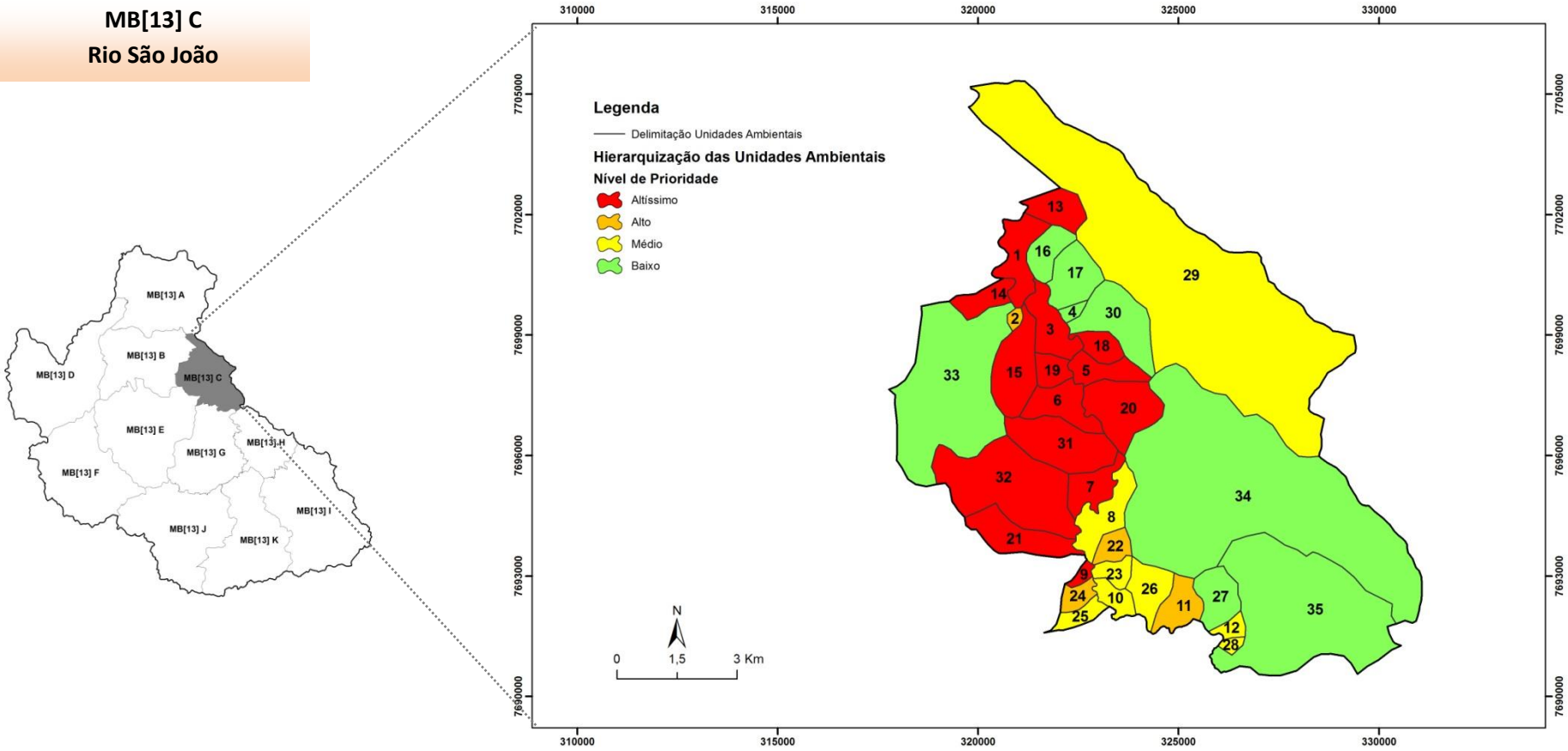




Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[13]1(014)	5	U[13]1(018)	9	U[13]1(022)	13	U[13]1(037)	17	U[13]1(041)	21	U[13]1(102)
2	U[13]1(015)	6	U[13]1(019)	10	U[13]1(034)	14	U[13]1(038)	18	U[13]1(042)	22	U[13]1(103)
3	U[13]1(016)	7	U[13]1(020)	11	U[13]1(035)	15	U[13]1(039)	19	U[13]1(043)	23	U[13]1(104)
4	U[13]1(017)	8	U[13]1(021)	12	U[13]1(036)	16	U[13]1(040)	20	U[13]1(101)	24	U[13]2(015)

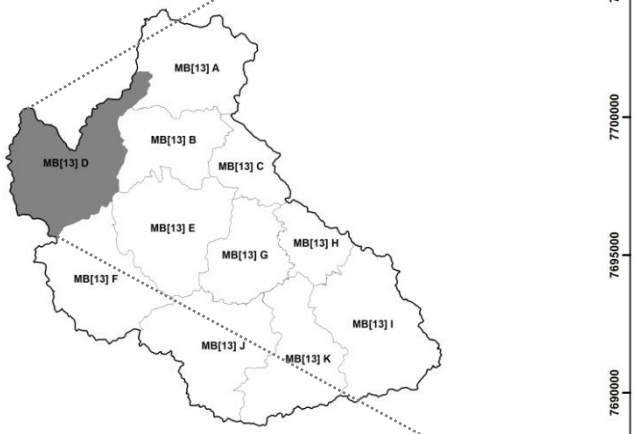
Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
25	U[13]2(016)	33	U[13]2(026)	40	U[13]2(045)	47	U[13]2(052)	54	U[13]3(08)	61	U[13]3(50)
26	U[13]2(019)	34	U[13]2(027)	41	U[13]2(046)	48	U[13]2(105)	55	U[13]3(15)	62	U[13]3(51)
27	U[13]2(020)	35	U[13]2(028)	42	U[13]2(047)	49	U[13]3(03)	56	U[13]3(16)	63	U[13]4(06)
28	U[13]2(021)	36	U[13]2(029)	43	U[13]2(048)	50	U[13]3(04)	57	U[13]3(17)	64	U[13]4(12)
29	U[13]2(022)	37	U[13]2(042)	44	U[13]2(049)	51	U[13]3(05)	58	U[13]3(18)	65	U[13]4(13)
30	U[13]2(023)	38	U[13]2(043)	45	U[13]2(050)	52	U[13]3(06)	59	U[13]3(20)	66	U[13]4(14)
31	U[13]2(024)	39	U[13]2(044)	46	U[13]2(051)	53	U[13]3(07)	60	U[13]3(21)	67	U[13]4(31)
32	U[13]2(025)										

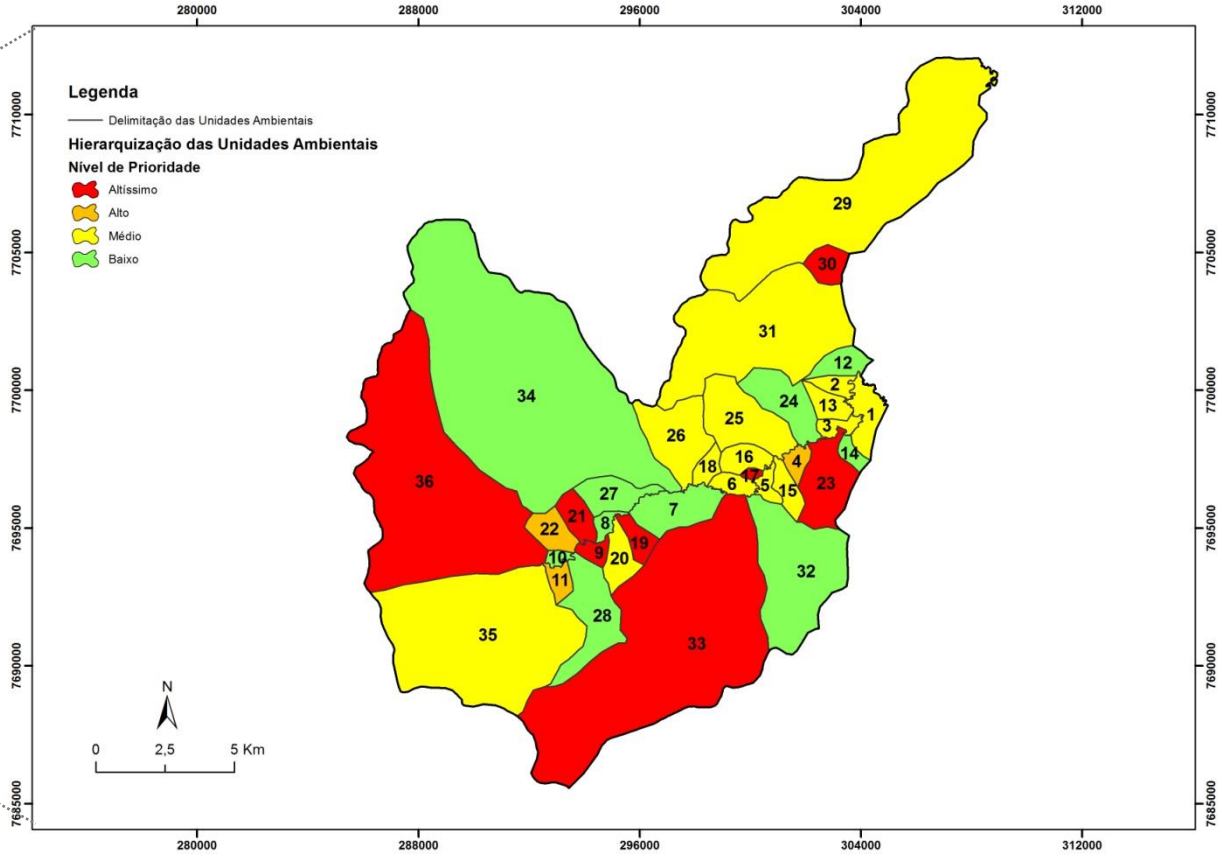
MB[13] C
Rio São João



Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[13]1(105)	7	U[13]1(111)	13	U[13]2(104)	19	U[13]2(111)	25	U[13]2(117)	31	U[13]3(53)
2	U[13]1(106)	8	U[13]1(112)	14	U[13]2(106)	20	U[13]2(112)	26	U[13]2(118)	32	U[13]3(54)
3	U[13]1(107)	9	U[13]1(113)	15	U[13]2(107)	21	U[13]2(113)	27	U[13]2(119)	33	U[13]4(32)
4	U[13]1(108)	10	U[13]1(114)	16	U[13]2(108)	22	U[13]2(114)	28	U[13]2(120)	34	U[13]4(33)
5	U[13]1(109)	11	U[13]1(116)	17	U[13]2(109)	23	U[13]2(115)	29	U[13]3(49)	35	U[13]4(35)
6	U[13]1(110)	12	U[13]1(117)	18	U[13]2(110)	24	U[13]2(116)	30	U[13]3(52)		

MB[13] D
Rio São João

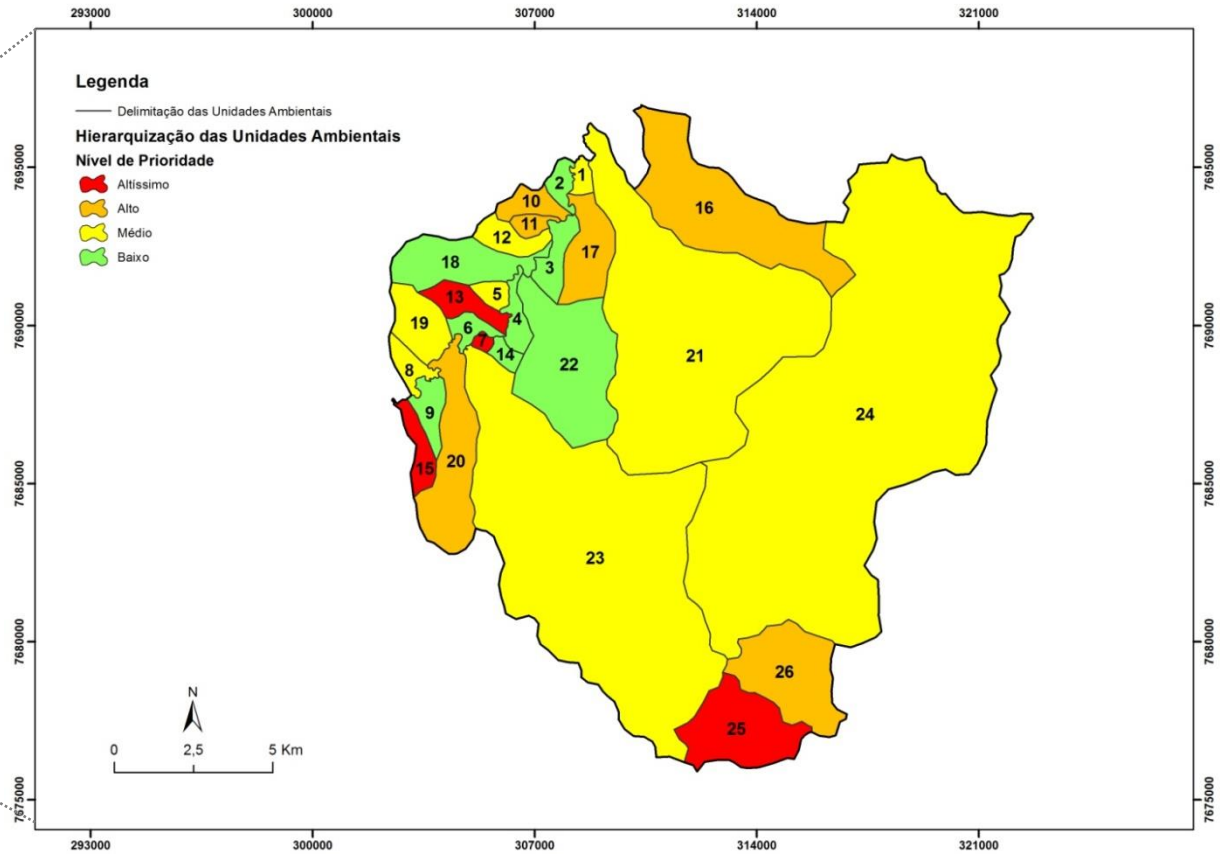




Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[13]1(023)	7	U[13]1(029)	13	U[13]2(031)	19	U[13]2(037)	25	U[13]3(11)	31	U[13]4(05)
2	U[13]1(024)	8	U[13]1(030)	14	U[13]2(032)	20	U[13]2(038)	26	U[13]3(12)	32	U[13]4(07)
3	U[13]1(025)	9	U[13]1(031)	15	U[13]2(033)	21	U[13]2(039)	27	U[13]3(13)	33	U[13]4(08)
4	U[13]1(026)	10	U[13]1(032)	16	U[13]2(034)	22	U[13]2(040)	28	U[13]3(14)	34	U[13]4(09)
5	U[13]1(027)	11	U[13]1(033)	17	U[13]2(035)	23	U[13]3(09)	29	U[13]4(03)	35	U[13]4(10)
6	U[13]1(028)	12	U[13]2(030)	18	U[13]2(036)	24	U[13]3(10)	30	U[13]4(04)	36	U[13]4(11)

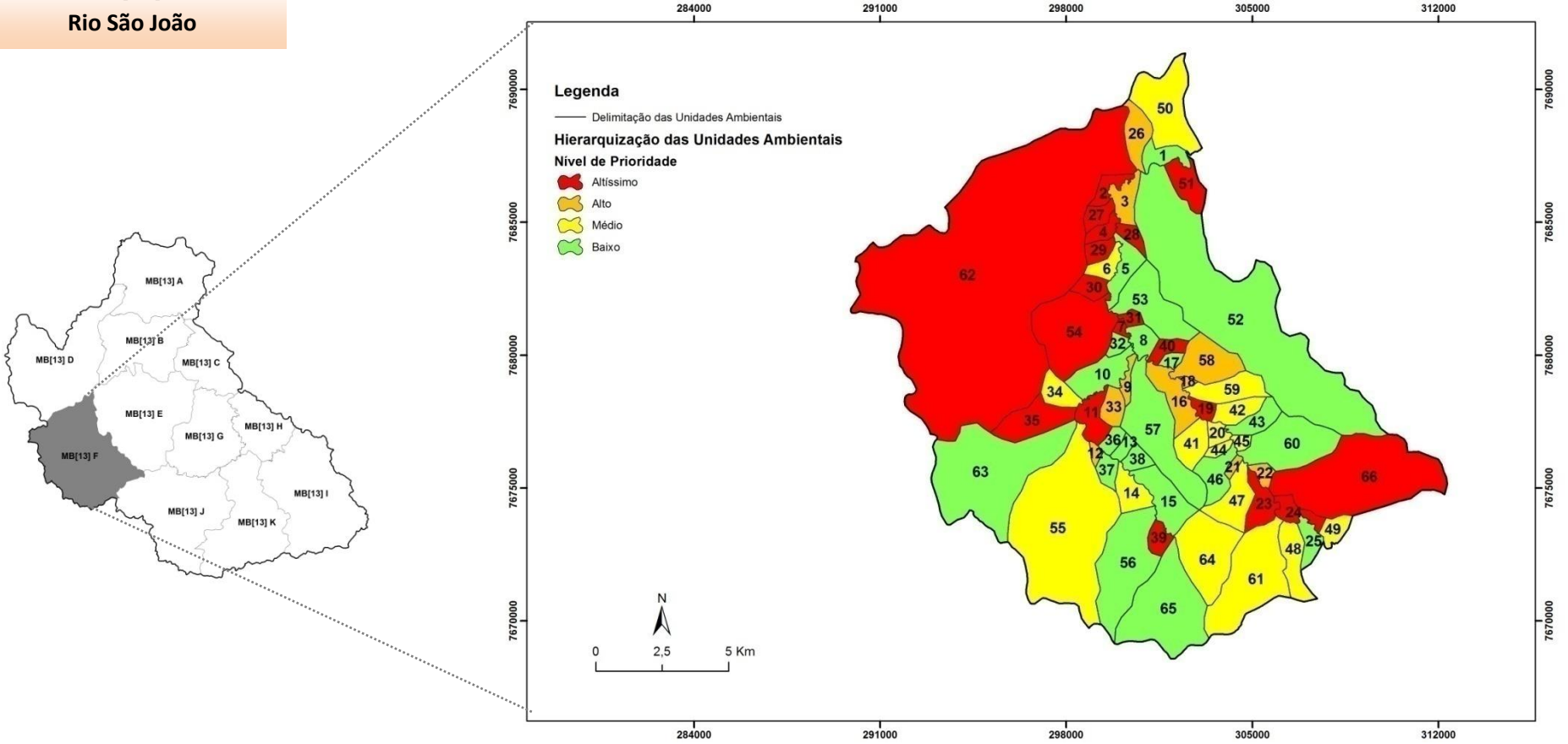
MB[13] E
Rio São João





Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[13]1(044)	6	U[13]1(049)	11	U[13]2(054)	15	U[13]2(058)	19	U[13]3(24)	23	U[13]4(17)
2	U[13]1(045)	7	U[13]1(050)	12	U[13]2(055)	16	U[13]3(19)	20	U[13]3(25)	24	U[13]4(34)
3	U[13]1(046)	8	U[13]1(051)	13	U[13]2(056)	17	U[13]3(22)	21	U[13]4(15)	25	U[13]4(53)
4	U[13]1(047)	9	U[13]1(052)	14	U[13]2(057)	18	U[13]3(23)	22	U[13]4(16)	26	U[13]4(54)
5	U[13]1(048)	10	U[13]2(053)								

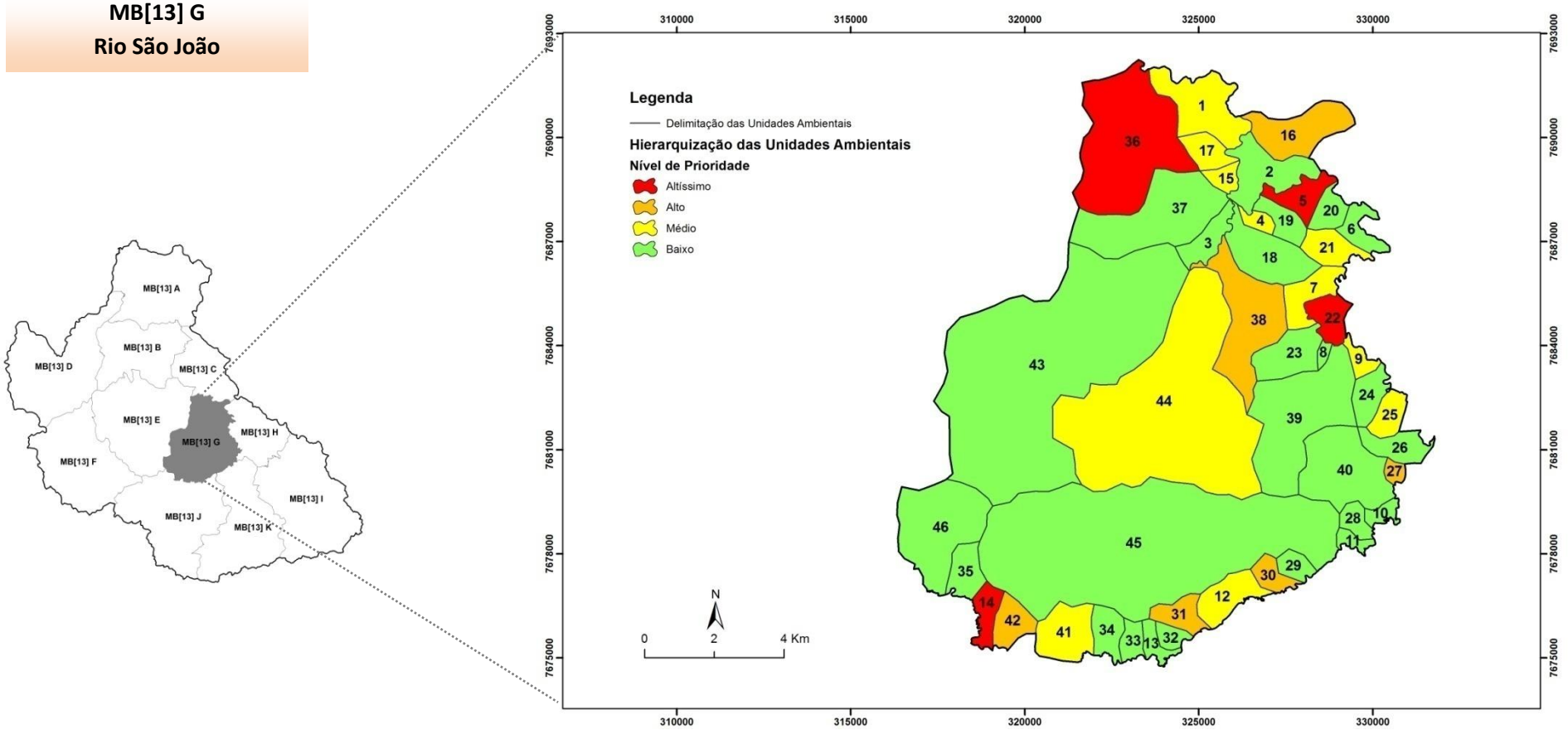
MB[13] F
Rio São João



Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[13]1(053)	5	U[13]1(057)	9	U[13]1(061)	13	U[13]1(065)	17	U[13]1(069)	21	U[13]1(073)
2	U[13]1(054)	6	U[13]1(058)	10	U[13]1(062)	14	U[13]1(066)	18	U[13]1(070)	22	U[13]1(074)
3	U[13]1(055)	7	U[13]1(059)	11	U[13]1(063)	15	U[13]1(067)	19	U[13]1(071)	23	U[13]1(075)
4	U[13]1(056)	8	U[13]1(060)	12	U[13]1(064)	16	U[13]1(068)	20	U[13]1(072)	24	U[13]1(076)

Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
25	U[13]1(077)	32	U[13]2(065)	39	U[13]2(072)	46	U[13]2(079)	53	U[13]3(29)	60	U[13]3(36)
26	U[13]2(059)	33	U[13]2(066)	40	U[13]2(073)	47	U[13]2(080)	54	U[13]3(30)	61	U[13]3(37)
27	U[13]2(060)	34	U[13]2(067)	41	U[13]2(074)	48	U[13]2(081)	55	U[13]3(31)	62	U[13]4(18)
28	U[13]2(061)	35	U[13]2(068)	42	U[13]2(075)	49	U[13]2(082)	56	U[13]3(32)	63	U[13]4(19)
29	U[13]2(062)	36	U[13]2(069)	43	U[13]2(076)	50	U[13]3(26)	57	U[13]3(33)	64	U[13]4(20)
30	U[13]2(063)	37	U[13]2(070)	44	U[13]2(077)	51	U[13]3(27)	58	U[13]3(34)	65	U[13]4(21)
31	U[13]2(064)	38	U[13]2(071)	45	U[13]2(078)	52	U[13]3(28)	59	U[13]3(35)	66	U[13]4(22)

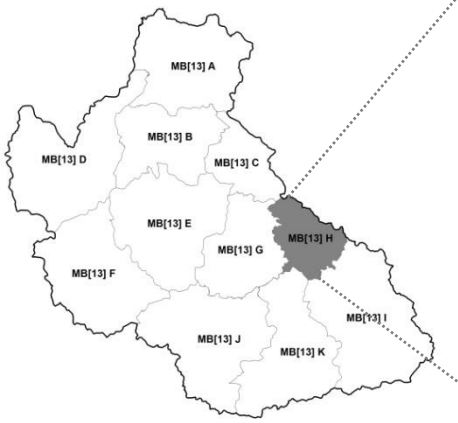
MB[13] G
Rio São João

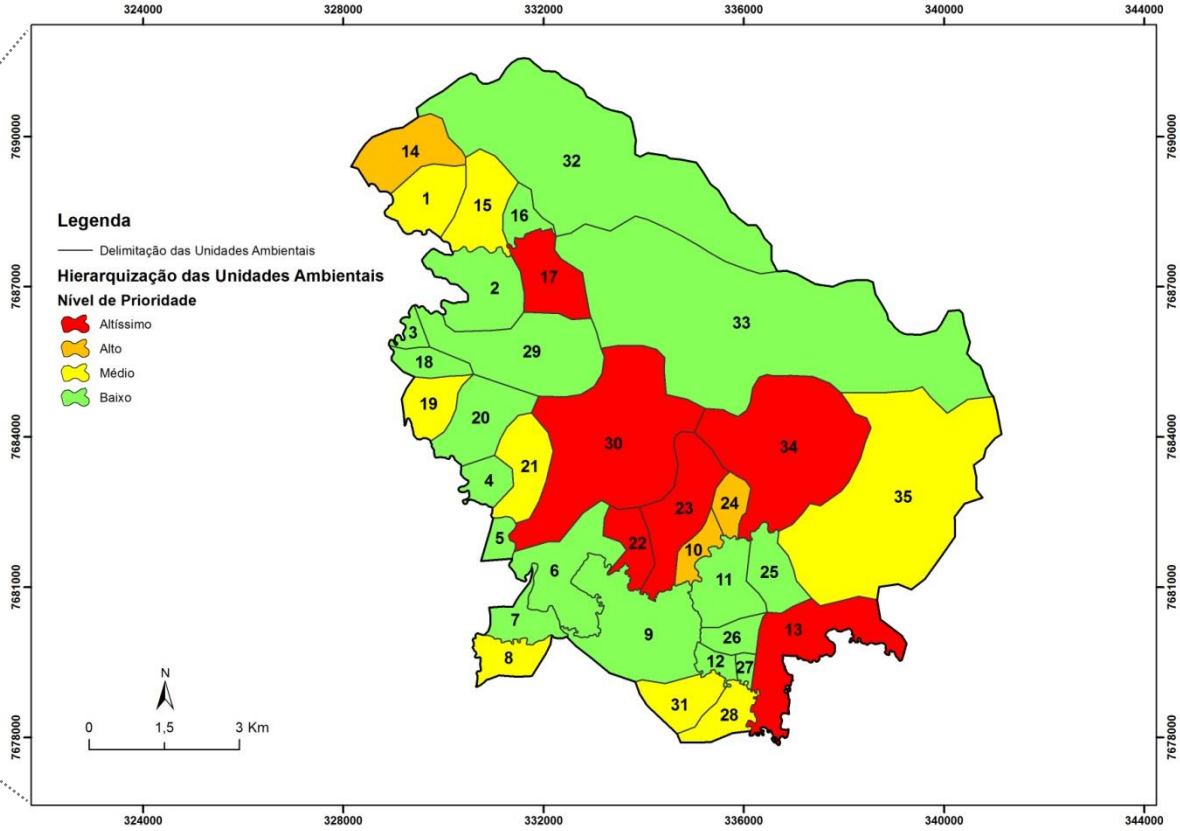


Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[13]1(115)	5	U[13]1(121)	9	U[13]1(128)	13	U[13]1(140)	17	U[13]2(122)	21	U[13]2(130)
2	U[13]1(118)	6	U[13]1(123)	10	U[13]1(134)	14	U[13]1(143)	18	U[13]2(123)	22	U[13]2(132)
3	U[13]1(119)	7	U[13]1(126)	11	U[13]1(136)	15	U[13]1(207)	19	U[13]2(124)	23	U[13]2(133)
4	U[13]1(120)	8	U[13]1(127)	12	U[13]1(137)	16	U[13]2(121)	20	U[13]2(126)	24	U[13]2(136)

Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
25	U[13]2(137)	29	U[13]2(194)	33	U[13]2(202)	37	U[13]3(56)	41	U[13]3(76)	44	U[13]4(37)
26	U[13]2(139)	30	U[13]2(195)	34	U[13]2(205)	38	U[13]3(57)	42	U[13]3(77)	45	U[13]4(50)
27	U[13]2(165)	31	U[13]2(198)	35	U[13]2(207)	39	U[13]3(59)	43	U[13]4(36)	46	U[13]4(51)
28	U[13]2(193)	32	U[13]2(199)	36	U[13]3(55)	40	U[13]3(68)				

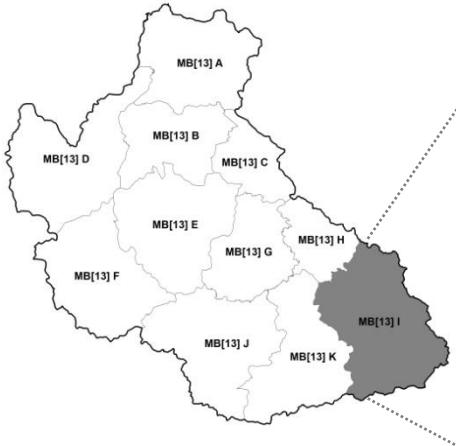
MB[13] H
Rio São João

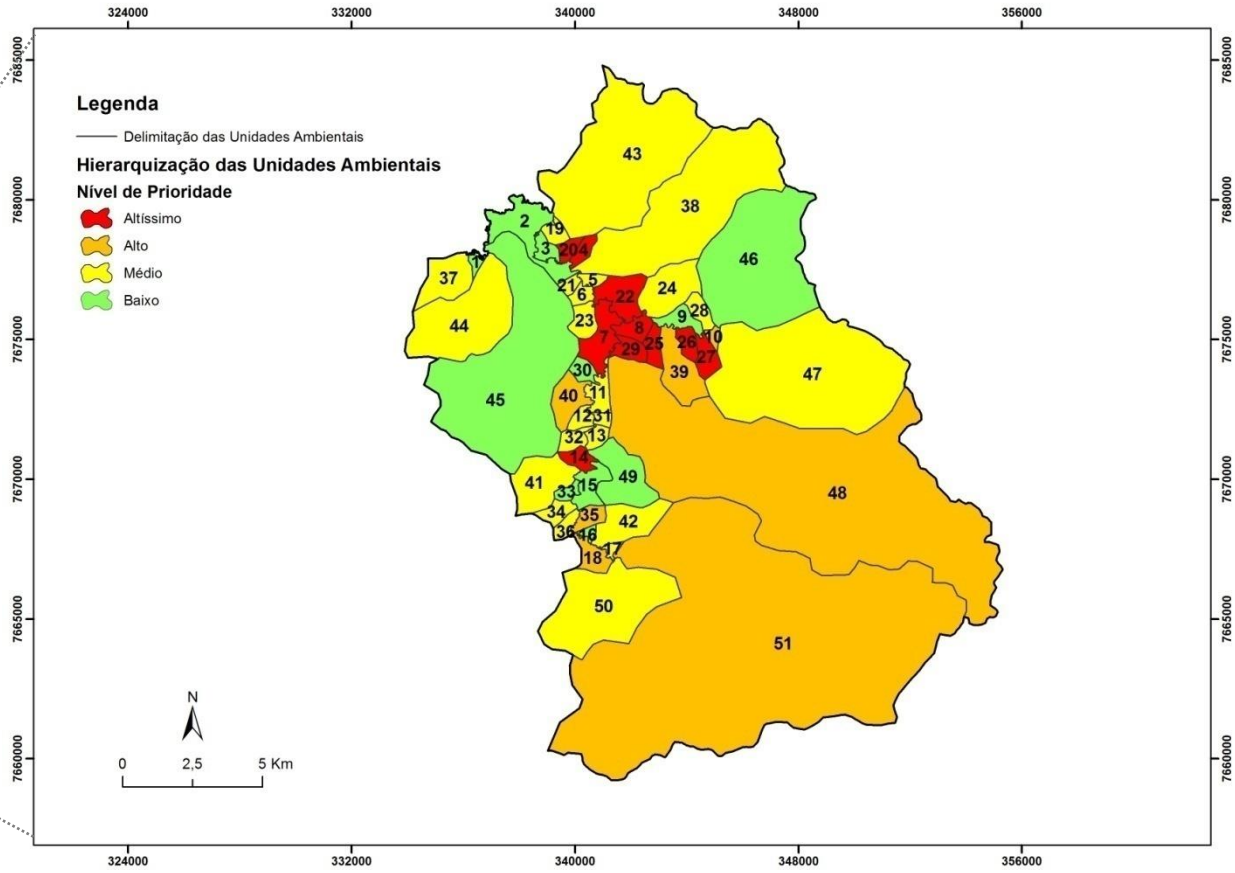




Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[13]1(122)	7	U[13]1(132)	13	U[13]1(188)	19	U[13]2(134)	25	U[13]2(143)	31	U[13]3(61)
2	U[13]1(124)	8	U[13]1(133)	14	U[13]2(125)	20	U[13]2(135)	26	U[13]2(144)	32	U[13]4(38)
3	U[13]1(125)	9	U[13]1(184)	15	U[13]2(127)	21	U[13]2(138)	27	U[13]2(145)	33	U[13]4(39)
4	U[13]1(129)	10	U[13]1(185)	16	U[13]2(128)	22	U[13]2(140)	28	U[13]2(146)	34	U[13]4(58)
5	U[13]1(130)	11	U[13]1(186)	17	U[13]2(129)	23	U[13]2(141)	29	U[13]3(58)	35	U[13]4(59)
6	U[13]1(131)	12	U[13]1(187)	18	U[13]2(131)	24	U[13]2(142)	30	U[13]3(60)		

MB[13] I
Rio São João



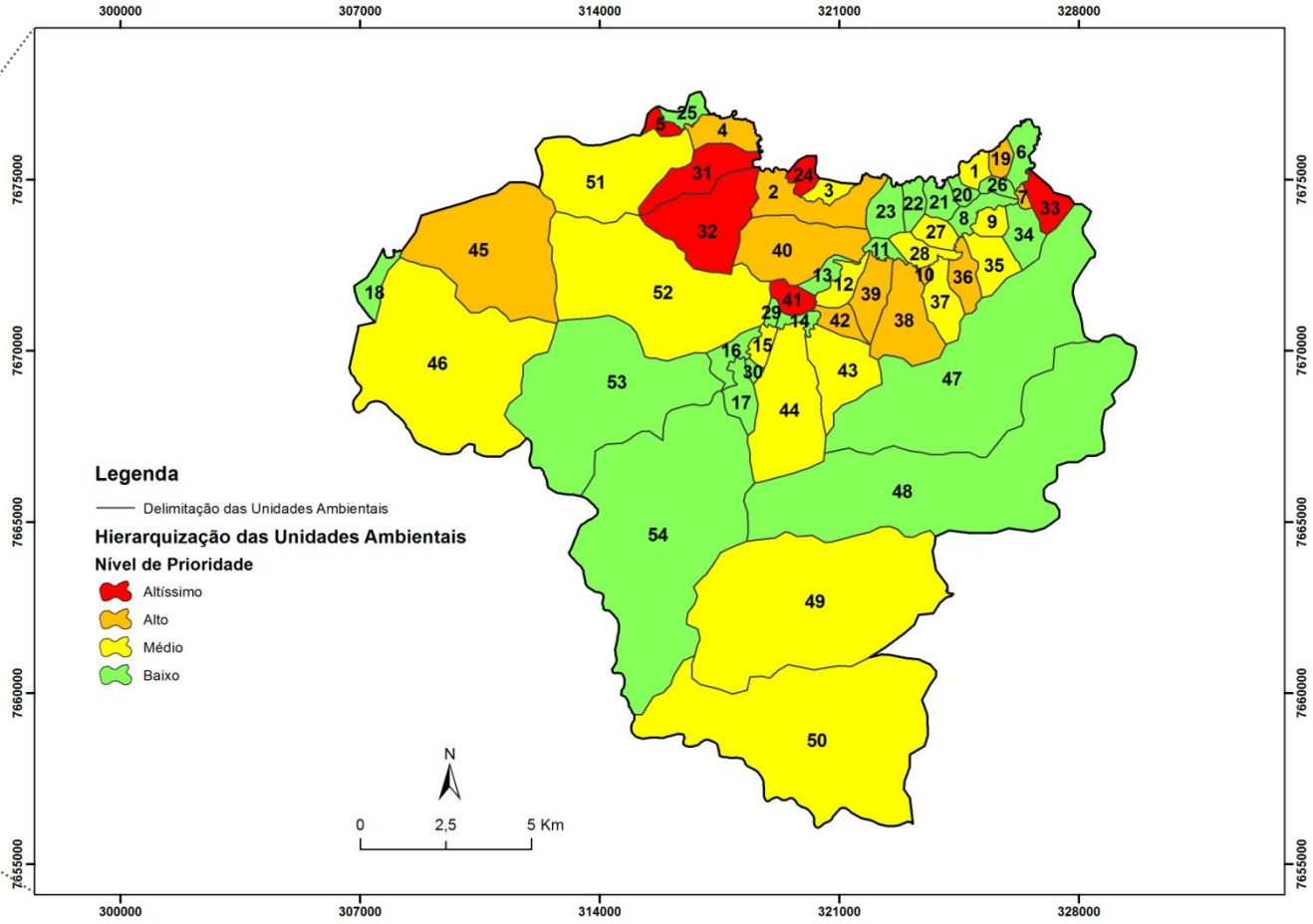


Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[13]1(189)	5	U[13]1(193)	9	U[13]1(197)	13	U[13]1(201)	17	U[13]1(205)	21	U[13]2(149)
2	U[13]1(190)	6	U[13]1(194)	10	U[13]1(198)	14	U[13]1(202)	18	U[13]1(206)	22	U[13]2(150)
3	U[13]1(191)	7	U[13]1(195)	11	U[13]1(199)	15	U[13]1(203)	19	U[13]2(147)	23	U[13]2(151)
4	U[13]1(192)	8	U[13]1(196)	12	U[13]1(200)	16	U[13]1(204)	20	U[13]2(148)	24	U[13]2(152)

Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
25	U[13]2(153)	30	U[13]2(158)	35	U[13]2(163)	40	U[13]3(65)	44	U[13]4(61)	48	U[13]4(65)
26	U[13]2(154)	31	U[13]2(159)	36	U[13]2(164)	41	U[13]3(66)	45	U[13]4(62)	49	U[13]4(66)
27	U[13]2(155)	32	U[13]2(160)	37	U[13]3(62)	42	U[13]3(67)	46	U[13]4(63)	50	U[13]4(68)
28	U[13]2(156)	33	U[13]2(161)	38	U[13]3(63)	43	U[13]4(60)	47	U[13]4(64)	51	U[13]4(69)
29	U[13]2(157)	34	U[13]2(162)	39	U[13]3(64)						

MB[13] J
Rio São João

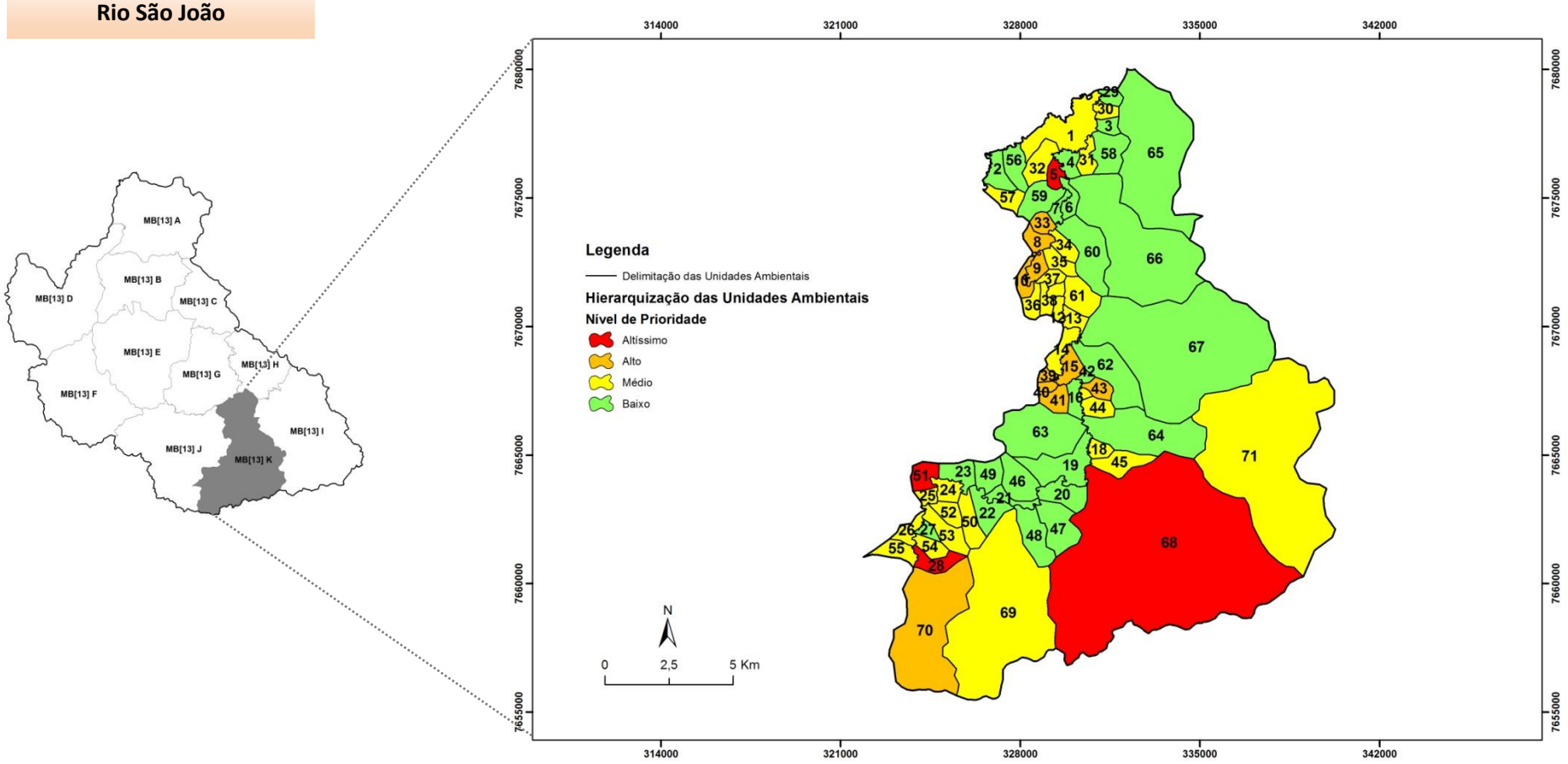




Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[13]1(139)	5	U[13]1(145)	9	U[13]1(149)	13	U[13]1(153)	17	U[13]1(157)	21	U[13]2(201)
2	U[13]1(141)	6	U[13]1(146)	10	U[13]1(150)	14	U[13]1(154)	18	U[13]2(083)	22	U[13]2(203)
3	U[13]1(142)	7	U[13]1(147)	11	U[13]1(151)	15	U[13]1(155)	19	U[13]2(197)	23	U[13]2(204)
4	U[13]1(144)	8	U[13]1(148)	12	U[13]1(152)	16	U[13]1(156)	20	U[13]2(200)	24	U[13]2(206)

Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
25	U[13]2(208)	30	U[13]2(214)	35	U[13]3(82)	40	U[13]3(87)	45	U[13]4(23)	50	U[13]4(49)
26	U[13]2(210)	31	U[13]3(78)	36	U[13]3(83)	41	U[13]3(88)	46	U[13]4(24)	51	U[13]4(52)
27	U[13]2(211)	32	U[13]3(79)	37	U[13]3(84)	42	U[13]3(89)	47	U[13]4(42)	52	U[13]4(55)
28	U[13]2(212)	33	U[13]3(80)	38	U[13]3(85)	43	U[13]3(90)	48	U[13]4(43)	53	U[13]4(56)
29	U[13]2(213)	34	U[13]3(81)	39	U[13]3(86)	44	U[13]3(91)	49	U[13]4(47)	54	U[13]4(57)

MB[13] K
Rio São João



Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[13]1(135)	5	U[13]1(160)	9	U[13]1(164)	13	U[13]1(168)	17	U[13]1(172)	21	U[13]1(176)
2	U[13]1(138)	6	U[13]1(161)	10	U[13]1(165)	14	U[13]1(169)	18	U[13]1(173)	22	U[13]1(177)
3	U[13]1(158)	7	U[13]1(162)	11	U[13]1(166)	15	U[13]1(170)	19	U[13]1(174)	23	U[13]1(178)
4	U[13]1(159)	8	U[13]1(163)	12	U[13]1(167)	16	U[13]1(171)	20	U[13]1(175)	24	U[13]1(179)

Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
25	U[13]1(180)	33	U[13]2(170)	41	U[13]2(178)	49	U[13]2(186)	57	U[13]2(209)	65	U[13]4(40)
26	U[13]1(181)	34	U[13]2(171)	42	U[13]2(179)	50	U[13]2(187)	58	U[13]3(69)	66	U[13]4(41)
27	U[13]1(182)	35	U[13]2(172)	43	U[13]2(180)	51	U[13]2(188)	59	U[13]3(70)	67	U[13]4(44)
28	U[13]1(183)	36	U[13]2(173)	44	U[13]2(181)	52	U[13]2(189)	60	U[13]3(71)	68	U[13]4(45)
29	U[13]2(166)	37	U[13]2(174)	45	U[13]2(182)	53	U[13]2(190)	61	U[13]3(72)	69	U[13]4(46)
30	U[13]2(167)	38	U[13]2(175)	46	U[13]2(183)	54	U[13]2(191)	62	U[13]3(73)	70	U[13]4(48)
31	U[13]2(168)	39	U[13]2(176)	47	U[13]2(184)	55	U[13]2(192)	63	U[13]3(74)	71	U[13]4(67)
32	U[13]2(169)	40	U[13]2(177)	48	U[13]2(185)	56	U[13]2(196)	64	U[13]3(75)		

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(001)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(002)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(003)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(004)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(005)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(006)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(007)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 **22** 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(008)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(009)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais.
	U[13]1(010)	1 2 3 4 5 6 **7** 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 **18** 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles.
	U[13]1(011)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 **15** 16 17 **18** 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(012)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água	8 – Área degradada por disposição de resíduos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas	20 – Densidade de edificações rurais
2 – Ponto de descarga de esgoto	9 – Área ocupada por atividades modificadoras	15 – Densidade de estradas pavimentadas	21 – Suscetibilidade à erosão
3 – Área ocupada por urbanização	10 – Área ocupada por barramentos	16 – Densidade de usos dos recursos hídricos	22 – Suscetibilidade à inundação
4 – Área ocupada com cobertura florestal	11 – Densidade de barramentos	17 – Densidade de captações superficiais	23 – Potencial para produção rural
5 – Área preservada	12 – Área degradada por processos erosivos	18 – Densidade de captações subterrâneas	24 – Potencial para expansão urbana
6- Área degradada por mineração	13 – Densidade de processos erosivos	19 – Densidade de atrativos turísticos	25 – Áreas restritivas a ocupação urbana
7 – Densidade de minerações			

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(013)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos.
	U[13]1(014)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Priorizar a instalação de estação de tratamento de esgoto municipal; • Monitorar a qualidade da água nas proximidades dos pontos de descarga; • Estabelecer um cronograma para a desativação dos pontos de descarga de esgoto e impedimento de instalação de novos pontos; • Estabelecer meta para novo enquadramento do recurso hídrico no local (para uma classe mais favorável); • Priorizar o funcionamento adequado do sistema de drenagem urbana para evitar inundações e acionamento de processos erosivos; • Maximizar fiscalização para evitar ocupações em áreas de risco ou de preservação; • Estimular a ocupação de vazios urbanos não restritivos à ocupação; • Estimular práticas de educação ambiental como a coleta seletiva e o plantio de árvores que se adéqüem às áreas urbanizadas; • Fiscalizar o cumprimento da lei de parcelamento de solo municipal, principalmente no que tange ao espaço destinado aos equipamentos públicos e manutenção de áreas não impermeabilizadas; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(015)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de novos empreendimentos com médio ou alto potencial poluidor dos recursos hídricos a montante do ponto de captação pública de água; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos dos empreendimentos já instalados à montante do ponto de captação pública de água; • Limitar a autorização de outorgas a montante do ponto de captação pública de água; • Priorizar a instalação de estação de tratamento de esgoto municipal; • Monitorar a qualidade da água nas proximidades dos pontos de descarga; • Estabelecer um cronograma para a desativação dos pontos de descarga de esgoto e impedimento de instalação de novos pontos; • Estabelecer meta para novo enquadramento do recurso hídrico no local (para uma classe mais favorável); • Priorizar o funcionamento adequado do sistema de drenagem urbana para evitar inundações e acionamento de processos erosivos; • Maximizar fiscalização para evitar ocupações em áreas de risco ou de preservação; • Estimular a ocupação de vazios urbanos não restritivos à ocupação; • Estimular práticas de educação ambiental como a coleta seletiva e o plantio de árvores que se adéqüem às áreas urbanizadas; • Fiscalizar o cumprimento da lei de parcelamento de solo municipal, principalmente no que tange ao espaço destinado aos equipamentos públicos e manutenção de áreas não impermeabilizadas; • Controlar a instalação de novas atividades modificadoras; • Realizar um controle ambiental mais rígido das atividades modificadoras e dos possíveis impactos agregados (que são potencializados pelo acúmulo de atividades); • Estudar a viabilidade de implantação e/ou regulamentação de distritos e/ou zonas industriais; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(016)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[13]1(017)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]1(018)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(019)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar projetos de implantação de áreas florestadas, principalmente nas áreas de preservação permanente; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(020)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(021)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada.
	U[13]1(022)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(023)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água	8 – Área degradada por disposição de resíduos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas	20 – Densidade de edificações rurais
2 – Ponto de descarga de esgoto	9 – Área ocupada por atividades modificadoras	15 – Densidade de estradas pavimentadas	21 – Suscetibilidade à erosão
3 – Área ocupada por urbanização	10 – Área ocupada por barramentos	16 – Densidade de usos dos recursos hídricos	22 – Suscetibilidade à inundação
4 – Área ocupada com cobertura florestal	11 – Densidade de barramentos	17 – Densidade de captações superficiais	23 – Potencial para produção rural
5 – Área preservada	12 – Área degradada por processos erosivos	18 – Densidade de captações subterrâneas	24 – Potencial para expansão urbana
6- Área degradada por mineração	13 – Densidade de processos erosivos	19 – Densidade de atrativos turísticos	25 – Áreas restritivas a ocupação urbana
7 – Densidade de minerações			

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(024)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(025)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(026)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(027)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(028)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(029)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(030)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(031)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva floresta; • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área.
	U[13]1(032)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]1(033)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Priorizar o funcionamento adequado do sistema de drenagem urbana para evitar inundações e acionamento de processos erosivos; • Maximizar fiscalização para evitar ocupações em áreas de risco ou de preservação; • Estimular a ocupação de vazios urbanos não restritivos à ocupação; • Estimular práticas de educação ambiental como a coleta seletiva e o plantio de árvores que se adéqüem às áreas urbanizadas; • Fiscalizar o cumprimento da lei de parcelamento de solo municipal, principalmente no que tange ao espaço destinado aos equipamentos públicos e manutenção de áreas não impermeabilizadas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]1(034)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(035)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(036)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(037)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 **20** 21 22 23 24 25 • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico.
	U[13]1(038)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 **20** 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(039)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal.
	U[13]1(040)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 **15** 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(041)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 **15** 16 17 18 **19** 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(042)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais. • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa.
	U[13]1(043)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(044)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(045)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(046)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(047)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água	8 – Área degradada por disposição de resíduos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas	20 – Densidade de edificações rurais
2 – Ponto de descarga de esgoto	9 – Área ocupada por atividades modificadoras	15 – Densidade de estradas pavimentadas	21 – Suscetibilidade à erosão
3 – Área ocupada por urbanização	10 – Área ocupada por barramentos	16 – Densidade de usos dos recursos hídricos	22 – Suscetibilidade à inundação
4 – Área ocupada com cobertura florestal	11 – Densidade de barramentos	17 – Densidade de captações superficiais	23 – Potencial para produção rural
5 – Área preservada	12 – Área degradada por processos erosivos	18 – Densidade de captações subterrâneas	24 – Potencial para expansão urbana
6- Área degradada por mineração	13 – Densidade de processos erosivos	19 – Densidade de atrativos turísticos	25 – Áreas restritivas a ocupação urbana
7 – Densidade de minerações			

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(048)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(049)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(050)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(051)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(052)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 **10** 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados.
	U[13]1(053)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(054)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 **12** **13** 14 15 **16** 17 **18** 19 20 **21** 22 23 24 25 • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(055)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal;
	U[13]1(056)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de novos empreendimentos com médio ou alto potencial poluidor dos recursos hídricos a montante do ponto de captação pública de água; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos dos empreendimentos já instalados à montante do ponto de captação pública de água; • Limitar a autorização de outorgas a montante do ponto de captação pública de água; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(057)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(058)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(059)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal;
	U[13]1(060)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(061)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal;
	U[13]1(062)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(063)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]1(064)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]1(065)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(066)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]1(067)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]1(068)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(069)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(070)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais. • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal;
	U[13]1(071)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal.
	U[13]1(072)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada.
	U[13]1(073)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(074)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]1(075)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]1(076)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(077)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]1(078)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(079)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(080)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(081)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc).
	U[13]1(082)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(083)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[13]1(084)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(085)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(086)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(087)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(088)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(089)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[13]1(090)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(091)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água	8 – Área degradada por disposição de resíduos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas	20 – Densidade de edificações rurais
2 – Ponto de descarga de esgoto	9 – Área ocupada por atividades modificadoras	15 – Densidade de estradas pavimentadas	21 – Suscetibilidade à erosão
3 – Área ocupada por urbanização	10 – Área ocupada por barramentos	16 – Densidade de usos dos recursos hídricos	22 – Suscetibilidade à inundação
4 – Área ocupada com cobertura florestal	11 – Densidade de barramentos	17 – Densidade de captações superficiais	23 – Potencial para produção rural
5 – Área preservada	12 – Área degradada por processos erosivos	18 – Densidade de captações subterrâneas	24 – Potencial para expansão urbana
6- Área degradada por mineração	13 – Densidade de processos erosivos	19 – Densidade de atrativos turísticos	25 – Áreas restritivas a ocupação urbana
7 – Densidade de minerações			

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(092)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(093)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(094)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(095)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(096)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(097)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas.
	U[13]1(098)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(099)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de novos empreendimentos com médio ou alto potencial poluidor dos recursos hídricos a montante do ponto de captação pública de água; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos dos empreendimentos já instalados à montante do ponto de captação pública de água; • Limitar a autorização de outorgas a montante do ponto de captação pública de água; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(100)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(101)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de novos empreendimentos com médio ou alto potencial poluidor dos recursos hídricos a montante do ponto de captação pública de água; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos dos empreendimentos já instalados à montante do ponto de captação pública de água; • Limitar a autorização de outorgas a montante do ponto de captação pública de água; • Priorizar a instalação de estação de tratamento de esgoto municipal; • Monitorar a qualidade da água nas proximidades dos pontos de descarga; • Estabelecer um cronograma para a desativação dos pontos de descarga de esgoto e impedimento de instalação de novos pontos; • Estabelecer meta para novo enquadramento do recurso hídrico no local (para uma classe mais favorável); • Priorizar o funcionamento adequado do sistema de drenagem urbana para evitar inundações e acionamento de processos erosivos; • Maximizar fiscalização para evitar ocupações em áreas de risco ou de preservação; • Estimular a ocupação de vazios urbanos não restritivos à ocupação; • Estimular práticas de educação ambiental como a coleta seletiva e o plantio de árvores que se adéqüem às áreas urbanizadas; • Fiscalizar o cumprimento da lei de parcelamento de solo municipal, principalmente no que tange ao espaço destinado aos equipamentos públicos e manutenção de áreas não impermeabilizadas; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal;
	U[13]1(102)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas.
	U[13]1(103)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(104)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo.
	U[13]1(105)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração.
	U[13]1(106)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(107)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico.
	U[13]1(108)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(109)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico.
	U[13]1(110)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(111)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(112)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(113)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Priorizar a instalação de estação de tratamento de esgoto municipal; • Monitorar a qualidade da água nas proximidades dos pontos de descarga; • Estabelecer um cronograma para a desativação dos pontos de descarga de esgoto e impedimento de instalação de novos pontos; • Estabelecer meta para novo enquadramento do recurso hídrico no local (para uma classe mais favorável); • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(114)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(115)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(116)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(117)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(118)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(119)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água	8 – Área degradada por disposição de resíduos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas	20 – Densidade de edificações rurais
2 – Ponto de descarga de esgoto	9 – Área ocupada por atividades modificadoras	15 – Densidade de estradas pavimentadas	21 – Suscetibilidade à erosão
3 – Área ocupada por urbanização	10 – Área ocupada por barramentos	16 – Densidade de usos dos recursos hídricos	22 – Suscetibilidade à inundação
4 – Área ocupada com cobertura florestal	11 – Densidade de barramentos	17 – Densidade de captações superficiais	23 – Potencial para produção rural
5 – Área preservada	12 – Área degradada por processos erosivos	18 – Densidade de captações subterrâneas	24 – Potencial para expansão urbana
6- Área degradada por mineração	13 – Densidade de processos erosivos	19 – Densidade de atrativos turísticos	25 – Áreas restritivas a ocupação urbana
7 – Densidade de minerações			

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(120)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais.
	U[13]1(121)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 **19** 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo.
	U[13]1(122)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 **20** 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico.
	U[13]1(123)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(124)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(125)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(126)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(127)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 **10** **11** 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(128)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais.
	U[13]1(129)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(130)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(131)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(132)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(133)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(134)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(135)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa.
	U[13]1(136)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(137)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais.
	U[13]1(138)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(139)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais.
	U[13]1(140)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(141)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(142)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(143)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de novos empreendimentos com médio ou alto potencial poluidor dos recursos hídricos a montante do ponto de captação pública de água; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos dos empreendimentos já instalados à montante do ponto de captação pública de água; • Limitar a autorização de outorgas a montante do ponto de captação pública de água; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(144)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(145)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico.
	U[13]1(146)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(147)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água	8 – Área degradada por disposição de resíduos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas	20 – Densidade de edificações rurais
2 – Ponto de descarga de esgoto	9 – Área ocupada por atividades modificadoras	15 – Densidade de estradas pavimentadas	21 – Suscetibilidade à erosão
3 – Área ocupada por urbanização	10 – Área ocupada por barramentos	16 – Densidade de usos dos recursos hídricos	22 – Suscetibilidade à inundação
4 – Área ocupada com cobertura florestal	11 – Densidade de barramentos	17 – Densidade de captações superficiais	23 – Potencial para produção rural
5 – Área preservada	12 – Área degradada por processos erosivos	18 – Densidade de captações subterrâneas	24 – Potencial para expansão urbana
6- Área degradada por mineração	13 – Densidade de processos erosivos	19 – Densidade de atrativos turísticos	25 – Áreas restritivas a ocupação urbana
7 – Densidade de minerações			

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(148)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(149)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(150)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(151)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(152)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(153)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(154)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(155)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais.
	U[13]1(156)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(157)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(158)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(159)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(160)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(161)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(162)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(163)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc). • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(164)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(165)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(166)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais.
	U[13]1(167)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal;
	U[13]1(168)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal;
	U[13]1(169)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal;
	U[13]1(170)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 **10** **11** 12 13 **14** 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(171)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(172)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais.
	U[13]1(173)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(174)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(175)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(176)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(177)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(178)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(179)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(180)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(181)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(182)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(183)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(184)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(185)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(186)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(187)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(188)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal.
	U[13]1(189)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(190)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(191)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(192)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Realizar um rígido controle da atividade de disposição de resíduo local; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos no entorno do local de disposição de resíduos; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs do local de disposição de resíduos; • Impedir que novos empreendimentos sejam implantados a menos de 500 metros dos limites do local de disposição de resíduos; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Controlar a instalação de novas atividades modificadoras; • Realizar um controle ambiental mais rígido das atividades modificadoras e dos possíveis impactos agregados (que são potencializados pelo acúmulo de atividades); • Estudar a viabilidade de implantação e/ou regulamentação de distritos e/ou zonas industriais.
	U[13]1(193)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(194)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(195)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de novos empreendimentos com médio ou alto potencial poluidor dos recursos hídricos a montante do ponto de captação pública de água; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos dos empreendimentos já instalados à montante do ponto de captação pública de água; • Limitar a autorização de outorgas a montante do ponto de captação pública de água; • Priorizar a instalação de estação de tratamento de esgoto municipal; • Monitorar a qualidade da água nas proximidades dos pontos de descarga; • Estabelecer um cronograma para a desativação dos pontos de descarga de esgoto e impedimento de instalação de novos pontos; • Estabelecer meta para novo enquadramento do recurso hídrico no local (para uma classe mais favorável); • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área. • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[13]1(196)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Priorizar a instalação de estação de tratamento de esgoto municipal; • Monitorar a qualidade da água nas proximidades dos pontos de descarga; • Estabelecer um cronograma para a desativação dos pontos de descarga de esgoto e impedimento de instalação de novos pontos; • Estabelecer meta para novo enquadramento do recurso hídrico no local (para uma classe mais favorável); • Priorizar o funcionamento adequado do sistema de drenagem urbana para evitar inundações e acionamento de processos erosivos; • Maximizar fiscalização para evitar ocupações em áreas de risco ou de preservação; • Estimular a ocupação de vazios urbanos não restritivos à ocupação; • Estimular práticas de educação ambiental como a coleta seletiva e o plantio de árvores que se adéqüem às áreas urbanizadas; • Fiscalizar o cumprimento da lei de parcelamento de solo municipal, principalmente no que tange ao espaço destinado aos equipamentos públicos e manutenção de áreas não impermeabilizadas; • Controlar a instalação de novas atividades modificadoras; • Realizar um controle ambiental mais rígido das atividades modificadoras e dos possíveis impactos agregados (que são potencializados pelo acúmulo de atividades); • Estudar a viabilidade de implantação e/ou regulamentação de distritos e/ou zonas industriais; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(197)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]1(198)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(199)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(200)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais.
	U[13]1(201)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(202)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal.
	U[13]1(203)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(204)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]1(205)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS	
MB[13]	U[13]1(206)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc);	• Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]1(207)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais;	• Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais.
	U[13]2(001)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos;	• Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal;
	U[13]2(002)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc);	• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(003)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação;	• Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc).
	U[13]2(004)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos;	• Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(005)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 **15** 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(006)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(007)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(008)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 **11** 12 13 14 15 **16** 17 **18** 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles.
	U[13]2(009)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(010)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(011)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(012)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(013)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água	8 – Área degradada por disposição de resíduos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas	20 – Densidade de edificações rurais
2 – Ponto de descarga de esgoto	9 – Área ocupada por atividades modificadoras	15 – Densidade de estradas pavimentadas	21 – Suscetibilidade à erosão
3 – Área ocupada por urbanização	10 – Área ocupada por barramentos	16 – Densidade de usos dos recursos hídricos	22 – Suscetibilidade à inundação
4 – Área ocupada com cobertura florestal	11 – Densidade de barramentos	17 – Densidade de captações superficiais	23 – Potencial para produção rural
5 – Área preservada	12 – Área degradada por processos erosivos	18 – Densidade de captações subterrâneas	24 – Potencial para expansão urbana
6- Área degradada por mineração	13 – Densidade de processos erosivos	19 – Densidade de atrativos turísticos	25 – Áreas restritivas a ocupação urbana
7 – Densidade de minerações			

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(014)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(015)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Realizar um rígido controle da atividade de disposição de resíduo local; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos no entorno do local de disposição de resíduos; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs do local de disposição de resíduos; • Impedir que novos empreendimentos sejam implantados a menos de 500 metros dos limites do local de disposição de resíduos; • Controlar a instalação de novas atividades modificadoras; • Realizar um controle ambiental mais rígido das atividades modificadoras e dos possíveis impactos agregados (que são potencializados pelo acúmulo de atividades); • Estudar a viabilidade de implantação e/ou regulamentação de distritos e/ou zonas industriais; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa;• Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(016)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Priorizar o funcionamento adequado do sistema de drenagem urbana para evitar inundações e acionamento de processos erosivos; • Maximizar fiscalização para evitar ocupações em áreas de risco ou de preservação; • Estimular a ocupação de vazios urbanos não restritivos à ocupação; • Estimular práticas de educação ambiental como a coleta seletiva e o plantio de árvores que se adéqüem às áreas urbanizadas; • Fiscalizar o cumprimento da lei de parcelamento de solo municipal, principalmente no que tange ao espaço destinado aos equipamentos públicos e manutenção de áreas não impermeabilizadas; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(017)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal;
	U[13]2(018)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas.
	U[13]2(019)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[13]2(020)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(021)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(022)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Realizar um rígido controle da atividade de disposição de resíduo local; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos no entorno do local de disposição de resíduos; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs do local de disposição de resíduos; • Impedir que novos empreendimentos sejam implantados a menos de 500 metros dos limites do local de disposição de resíduos; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal;
	U[13]2(023)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(024)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar projetos de implantação de áreas florestadas, principalmente nas áreas de preservação permanente; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(025)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(026)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(027)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa.
	U[13]2(028)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(029)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[13]2(030)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(031)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(032)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(033)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(034)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(035)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal.
	U[13]2(036)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(037)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]2(038)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área. • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS	
MB[13]	U[13]2(039)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo;	• Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo; • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área.
	U[13]2(040)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Promover ações de orientação ao produtor rural sobre o baixo potencial à produção rural da área; • Promover a cultura de produção rural com uso de práticas conservacionistas de uso do solo;	• Controlar atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]2(041)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa;	• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS	
MB[13]	U[13]2(042)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc);	• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(043)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Realizar um rígido controle da atividade de disposição de resíduo local; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos no entorno do local de disposição de resíduos; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs do local de disposição de resíduos; • Impedir que novos empreendimentos sejam implantados a menos de 500 metros dos limites do local de disposição de resíduos;	• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(044)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos;	• Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(045)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos;	• Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(046)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos;	• Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(047)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos;	• Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal.

1 - Captação pública de água	8 – Área degradada por disposição de resíduos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas	20 – Densidade de edificações rurais
2 – Ponto de descarga de esgoto	9 – Área ocupada por atividades modificadoras	15 – Densidade de estradas pavimentadas	21 – Suscetibilidade à erosão
3 – Área ocupada por urbanização	10 – Área ocupada por barramentos	16 – Densidade de usos dos recursos hídricos	22 – Suscetibilidade à inundação
4 – Área ocupada com cobertura florestal	11 – Densidade de barramentos	17 – Densidade de captações superficiais	23 – Potencial para produção rural
5 – Área preservada	12 – Área degradada por processos erosivos	18 – Densidade de captações subterrâneas	24 – Potencial para expansão urbana
6- Área degradada por mineração	13 – Densidade de processos erosivos	19 – Densidade de atrativos turísticos	25 – Áreas restritivas a ocupação urbana
7 – Densidade de minerações			

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(048)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc);
	U[13]2(049)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(050)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(051)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(052)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação.
	U[13]2(053)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(054)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(055)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal;
	U[13]2(056)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal;
	U[13]2(057)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS	
MB[13]	U[13]2(058)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos;	• Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles.
	U[13]2(059)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos;	• Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(060)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa;	• Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(061)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(062)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo; • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(063)	1 2 3 4 5 6 **7** 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 **21** 22 **23** 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]2(064)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 **21** 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(065)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 **11** 12 13 14 15 16 17 18 19 20 **21** 22 **23** 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(066)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]2(067)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]2(068)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS																							
MB[13]	U[13]2(069)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo;												• Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.											
	U[13]2(070)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos;												• Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.											
	U[13]2(071)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos;												• Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.											
	U[13]2(072)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos;												• Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.											

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(073)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]2(074)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]2(075)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]2(076)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(077)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]2(078)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc).
	U[13]2(079)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]2(080)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÓFICAS
MB[13]	U[13]2(081)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]2(082)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]2(083)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]2(084)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(085)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(086)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(087)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(088)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS	
MB[13]	U[13]2(089)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva;	• Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(090)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade;	• Limitar a instalação de novas atividades de mineração.
	U[13]2(091)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação;	• Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[13]2(092)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos;	• Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(093)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação;	• Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[13]2(094)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos;	• Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(095)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[13]2(096)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(097)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(098)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(099)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(100)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
	U[13]2(101)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(102)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(103)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área.
	U[13]2(104)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(105)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados.
	U[13]2(106)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(107)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal.
	U[13]2(108)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(109)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(110)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada.
	U[13]2(111)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Controlar a instalação de novas atividades modificadoras; • Realizar um controle ambiental mais rígido das atividades modificadoras e dos possíveis impactos agregados (que são potencializados pelo acúmulo de atividades); • Estudar a viabilidade de implantação e/ou regulamentação de distritos e/ou zonas industriais; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[13]2(112)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(113)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Priorizar a instalação de estação de tratamento de esgoto municipal; • Monitorar a qualidade da água nas proximidades dos pontos de descarga; • Estabelecer um cronograma para a desativação dos pontos de descarga de esgoto e impedimento de instalação de novos pontos; • Estabelecer meta para novo enquadramento do recurso hídrico no local (para uma classe mais favorável); • Realizar um rígido controle da atividade de disposição de resíduo local; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos no entorno do local de disposição de resíduos; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs do local de disposição de resíduos; • Impedir que novos empreendimentos sejam implantados a menos de 500 metros dos limites do local de disposição de resíduos; • Controlar a instalação de novas atividades modificadoras; • Realizar um controle ambiental mais rígido das atividades modificadoras e dos possíveis impactos agregados (que são potencializados pelo acúmulo de atividades); • Estudar a viabilidade de implantação e/ou regulamentação de distritos e/ou zonas industriais; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal;
	U[13]2(114)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(115)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(116)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(117)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 **11** 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(118)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(119)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(120)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 **20** 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico.
	U[13]2(121)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 **17** 18 19 20 21 **22** 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(122)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]2(123)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(124)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(125)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(126)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(127)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(128)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(129)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados.
	U[13]2(130)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados.
	U[13]2(131)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(132)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[13]2(133)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a implantação de novos barramentos.
	U[13]2(134)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(135)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]2(136)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a implantação de novos barramentos.
	U[13]2(137)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(138)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada.
	U[13]2(139)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(140)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração.
	U[13]2(141)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração.

1 - Captação pública de água	8 – Área degradada por disposição de resíduos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas	20 – Densidade de edificações rurais
2 – Ponto de descarga de esgoto	9 – Área ocupada por atividades modificadoras	15 – Densidade de estradas pavimentadas	21 – Suscetibilidade à erosão
3 – Área ocupada por urbanização	10 – Área ocupada por barramentos	16 – Densidade de usos dos recursos hídricos	22 – Suscetibilidade à inundação
4 – Área ocupada com cobertura florestal	11 – Densidade de barramentos	17 – Densidade de captações superficiais	23 – Potencial para produção rural
5 – Área preservada	12 – Área degradada por processos erosivos	18 – Densidade de captações subterrâneas	24 – Potencial para expansão urbana
6- Área degradada por mineração	13 – Densidade de processos erosivos	19 – Densidade de atrativos turísticos	25 – Áreas restritivas a ocupação urbana
7 – Densidade de minerações			

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(142)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 **11** 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 **22** 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(143)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(144)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 **11** 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a implantação de novos barramentos.
	U[13]2(145)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(146)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais.
	U[13]2(147)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(148)	1 2 3 4 5 6 7 **8** **9** 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Realizar um rígido controle da atividade de disposição de resíduo local; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos no entorno do local de disposição de resíduos; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs do local de disposição de resíduos; • Impedir que novos empreendimentos sejam implantados a menos de 500 metros dos limites do local de disposição de resíduos; • Controlar a instalação de novas atividades modificadoras; • Realizar um controle ambiental mais rígido das atividades modificadoras e dos possíveis impactos agregados (que são potencializados pelo acúmulo de atividades); • Estudar a viabilidade de implantação e/ou regulamentação de distritos e/ou zonas industriais.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(149)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[13]2(150)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos.
	U[13]2(151)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(152)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(153)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(154)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais.
	U[13]2(155)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(156)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(157)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de novos empreendimentos com médio ou alto potencial poluidor dos recursos hídricos a montante do ponto de captação pública de água; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos dos empreendimentos já instalados à montante do ponto de captação pública de água; • Limitar a autorização de outorgas a montante do ponto de captação pública de água; • Controlar a instalação de novas atividades modificadoras; • Realizar um controle ambiental mais rígido das atividades modificadoras e dos possíveis impactos agregados (que são potencializados pelo acúmulo de atividades); • Estudar a viabilidade de implantação e/ou regulamentação de distritos e/ou zonas industriais; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(158)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(159)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[13]2(160)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(161)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(162)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais.
	U[13]2(163)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 **22** 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[13]2(164)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(165)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 20 21 **22** 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[13]2(166)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(167)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 **22** 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(168)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]2(169)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais.
	U[13]2(170)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(171)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(172)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(173)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(174)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(175)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(176)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 **11** 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 **22** 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(177)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 **22** 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(178)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[13]2(179)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(180)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(181)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[13]2(182)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(183)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorgas dos barramentos já implantados; • Controlar a implantação de novos barramentos.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(184)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(185)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(186)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(187)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(188)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[13]2(189)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(190)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(191)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 **11** 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(192)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(193)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(194)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(195)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** **15** 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(196)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(197)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 **22** 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(198)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 **13** 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(199)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(200)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(201)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(202)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 **15** 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa.
	U[13]2(203)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água	8 – Área degradada por disposição de resíduos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas	20 – Densidade de edificações rurais
2 – Ponto de descarga de esgoto	9 – Área ocupada por atividades modificadoras	15 – Densidade de estradas pavimentadas	21 – Suscetibilidade à erosão
3 – Área ocupada por urbanização	10 – Área ocupada por barramentos	16 – Densidade de usos dos recursos hídricos	22 – Suscetibilidade à inundação
4 – Área ocupada com cobertura florestal	11 – Densidade de barramentos	17 – Densidade de captações superficiais	23 – Potencial para produção rural
5 – Área preservada	12 – Área degradada por processos erosivos	18 – Densidade de captações subterrâneas	24 – Potencial para expansão urbana
6- Área degradada por mineração	13 – Densidade de processos erosivos	19 – Densidade de atrativos turísticos	25 – Áreas restritivas a ocupação urbana
7 – Densidade de minerações			

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(204)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(205)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(206)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de novos empreendimentos com médio ou alto potencial poluidor dos recursos hídricos a montante do ponto de captação pública de água; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos dos empreendimentos já instalados à montante do ponto de captação pública de água; • Limitar a autorização de outorgas a montante do ponto de captação pública de água; • Priorizar a instalação de estação de tratamento de esgoto municipal; • Monitorar a qualidade da água nas proximidades dos pontos de descarga; • Estabelecer um cronograma para a desativação dos pontos de descarga de esgoto e impedimento de instalação de novos pontos; • Estabelecer meta para novo enquadramento do recurso hídrico no local (para uma classe mais favorável); • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas.
	U[13]2(207)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo.
	U[13]2(208)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico.
	U[13]2(209)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZESC ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]2(210)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(211)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(212)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]2(213)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]2(214)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]3(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos.

1 - Captação pública de água	8 – Área degradada por disposição de resíduos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas	20 – Densidade de edificações rurais
2 – Ponto de descarga de esgoto	9 – Área ocupada por atividades modificadoras	15 – Densidade de estradas pavimentadas	21 – Suscetibilidade à erosão
3 – Área ocupada por urbanização	10 – Área ocupada por barramentos	16 – Densidade de usos dos recursos hídricos	22 – Suscetibilidade à inundação
4 – Área ocupada com cobertura florestal	11 – Densidade de barramentos	17 – Densidade de captações superficiais	23 – Potencial para produção rural
5 – Área preservada	12 – Área degradada por processos erosivos	18 – Densidade de captações subterrâneas	24 – Potencial para expansão urbana
6- Área degradada por mineração	13 – Densidade de processos erosivos	19 – Densidade de atrativos turísticos	25 – Áreas restritivas a ocupação urbana
7 – Densidade de minerações			

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]3(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a implantação de novos barramentos.
	U[13]3(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]3(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(10)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]3(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(12)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]3(13)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]3(14)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]3(15)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(16)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(17)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]3(18)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 **22** 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(19)	1 2 3 **4** 5 **6** 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 **18** 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos.
	U[13]3(20)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 **10** **11** 12 13 14 **15** 16 17 18 19 20 21 **22** 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]3(21)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(22)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(23)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]3(24)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(25)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 **10** **11** 12 13 14 15 **16** **17** 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos.
	U[13]3(26)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(27)	1 2 3 4 5 6 **7** 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 20 21 **22** 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[13]3(28)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 **21** 22 23 24 25 • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]3(29)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]3(30)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo, • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(31)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc); • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]3(32)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]3(33)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]3(34)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]3(35)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETREIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]3(36)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]3(37)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]3(38)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(39)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]3(40)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]3(41)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração.
	U[13]3(42)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(43)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]3(44)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação.
	U[13]3(45)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(46)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas.
	U[13]3(47)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(48)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa.
	U[13]3(49)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área.
	U[13]3(50)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]3(51)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas.
	U[13]3(52)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]3(53)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[13]3(54)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de novos empreendimentos com médio ou alto potencial poluidor dos recursos hídricos a montante do ponto de captação pública de água; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos dos empreendimentos já instalados à montante do ponto de captação pública de água; • Limitar a autorização de outorgas a montante do ponto de captação pública de água; • Priorizar a instalação de estação de tratamento de esgoto municipal; • Monitorar a qualidade da água nas proximidades dos pontos de descarga; • Estabelecer um cronograma para a desativação dos pontos de descarga de esgoto e impedimento de instalação de novos pontos; • Estabelecer meta para novo enquadramento do recurso hídrico no local (para uma classe mais favorável); • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]3(55)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Controlar a instalação de novas atividades modificadoras; • Realizar um controle ambiental mais rígido das atividades modificadoras e dos possíveis impactos agregados (que são potencializados pelo acúmulo de atividades); • Estudar a viabilidade de implantação e/ou regulamentação de distritos e/ou zonas industriais; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc);
	U[13]3(56)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]3(57)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(58)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]3(59)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]3(60)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS	
MB[13]	U[13]3(61)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação;	• Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[13]3(62)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais;	• Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais.
	U[13]3(63)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais;	• Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico.
	U[13]3(64)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos;	• Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles.
	U[13]3(65)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços;	• Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(66)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos;	• Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(67)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais;	• Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais.

1 - Captação pública de água	8 – Área degradada por disposição de resíduos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas	20 – Densidade de edificações rurais
2 – Ponto de descarga de esgoto	9 – Área ocupada por atividades modificadoras	15 – Densidade de estradas pavimentadas	21 – Suscetibilidade à erosão
3 – Área ocupada por urbanização	10 – Área ocupada por barramentos	16 – Densidade de usos dos recursos hídricos	22 – Suscetibilidade à inundação
4 – Área ocupada com cobertura florestal	11 – Densidade de barramentos	17 – Densidade de captações superficiais	23 – Potencial para produção rural
5 – Área preservada	12 – Área degradada por processos erosivos	18 – Densidade de captações subterrâneas	24 – Potencial para expansão urbana
6- Área degradada por mineração	13 – Densidade de processos erosivos	19 – Densidade de atrativos turísticos	25 – Áreas restritivas a ocupação urbana
7 – Densidade de minerações			

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]3(68)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a implantação de novos barramentos.
	U[13]3(69)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa.
	U[13]3(70)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]3(71)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]3(72)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[13]3(73)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a implantação de novos barramentos.
	U[13]3(74)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]3(75)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]3(76)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]3(77)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(78)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Realizar um rígido controle da atividade de disposição de resíduo local; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos no entorno do local de disposição de resíduos; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs do local de disposição de resíduos; • Impedir que novos empreendimentos sejam implantados a menos de 500 metros dos limites do local de disposição de resíduos; • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]3(79)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de novos empreendimentos com médio ou alto potencial poluidor dos recursos hídricos a montante do ponto de captação pública de água; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos dos empreendimentos já instalados à montante do ponto de captação pública de água; • Limitar a autorização de outorgas a montante do ponto de captação pública de água; • Priorizar a instalação de estação de tratamento de esgoto municipal; • Monitorar a qualidade da água nas proximidades dos pontos de descarga; • Estabelecer um cronograma para a desativação dos pontos de descarga de esgoto e impedimento de instalação de novos pontos; • Estabelecer meta para novo enquadramento do recurso hídrico no local (para uma classe mais favorável); • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(80)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(81)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]3(82)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(83)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(84)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(85)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]3(86)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(87)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(88)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]3(89)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(90)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]3(91)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]4(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]4(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]4(03)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]4(04)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 **16** 17 **18** 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]4(05)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]4(06)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 **15** 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]4(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]4(08)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 **12** **13** 14 **15** 16 17 18 19 20 **21** 22 23 24 25 • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]4(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]4(10)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 **15** 16 17 18 19 20 **21** 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]4(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Realizar um rígido controle da atividade de disposição de resíduo local; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos no entorno do local de disposição de resíduos; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs do local de disposição de resíduos; • Impedir que novos empreendimentos sejam implantados a menos de 500 metros dos limites do local de disposição de resíduos; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]4(12)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]4(13)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]4(14)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados.
	U[13]4(15)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]4(16)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]4(17)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[13]4(18)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal;
	U[13]4(19)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]4(20)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[13]4(21)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]4(22)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos.
	U[13]4(23)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles.
	U[13]4(24)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]4(25)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]4(26)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]4(27)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]4(28)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]4(29)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]4(30)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]4(31)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Realizar um rígido controle da atividade de disposição de resíduo local; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos no entorno do local de disposição de resíduos; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs do local de disposição de resíduos; • Impedir que novos empreendimentos sejam implantados a menos de 500 metros dos limites do local de disposição de resíduos; • Controlar a instalação de novas atividades modificadoras; • Realizar um controle ambiental mais rígido das atividades modificadoras e dos possíveis impactos agregados (que são potencializados pelo acúmulo de atividades); • Estudar a viabilidade de implantação e/ou regulamentação de distritos e/ou zonas industriais; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas.
	U[13]4(32)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]4(33)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]4(34)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]4(35)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]4(36)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a implantação de novos barramentos.
	U[13]4(37)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos. • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos;
	U[13]4(38)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]4(39)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]4(40)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a implantação de novos barramentos.
	U[13]4(41)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]4(42)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]4(43)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]4(44)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]4(45)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 **24** 25 • Limitar a implantação de novos empreendimentos com médio ou alto potencial poluidor dos recursos hídricos a montante do ponto de captação pública de água; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos dos empreendimentos já instalados à montante do ponto de captação pública de água; • Limitar a autorização de outorgas a montante do ponto de captação pública de água; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]4(46)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 **10** **11** 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]4(47)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]4(48)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 **17** 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]4(49)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]4(50)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]4(51)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]4(52)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]4(53)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico.
	U[13]4(54)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[13]4(55)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]4(56)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico.
	U[13]4(57)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

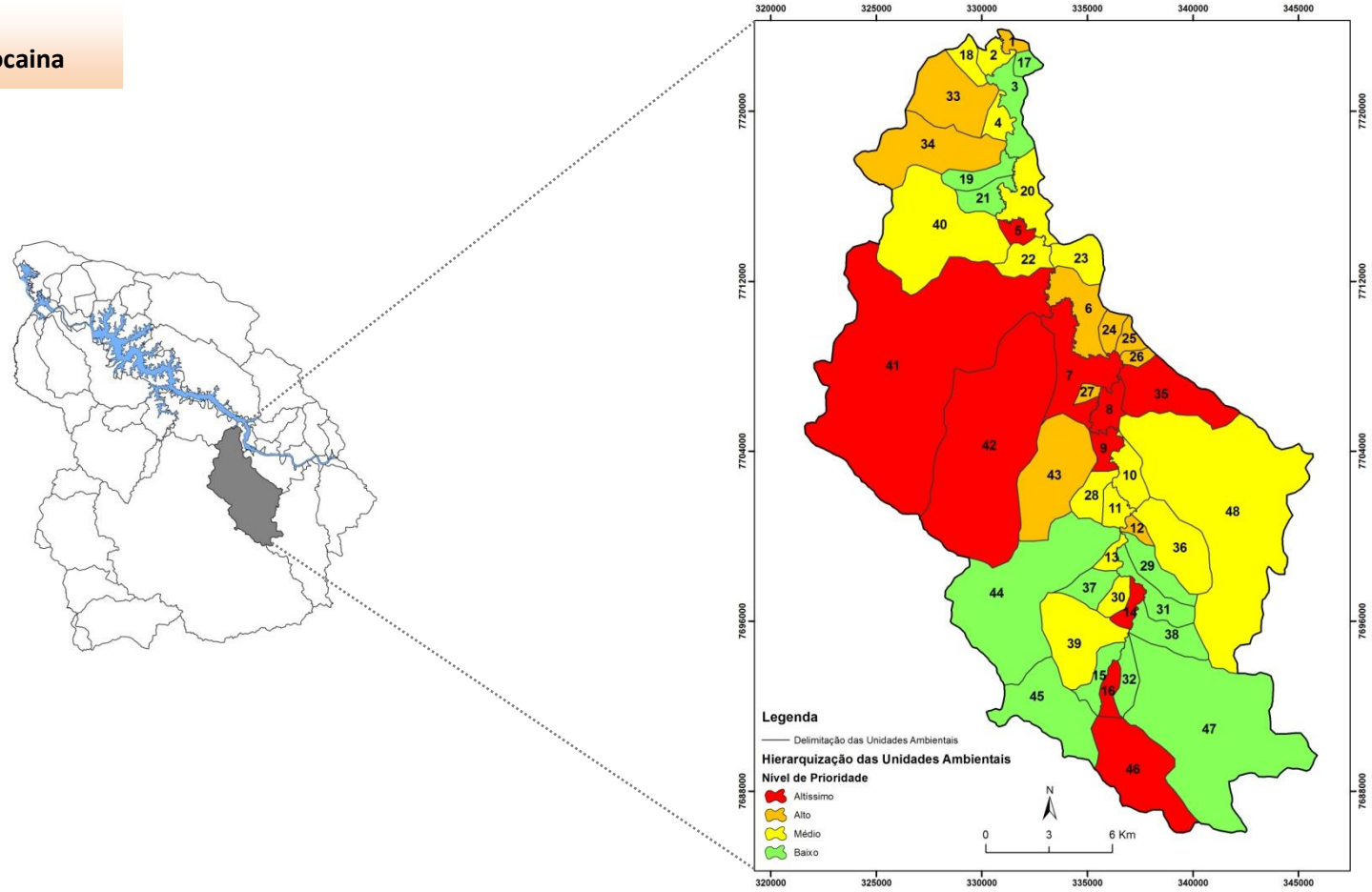
MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]4(58)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[13]4(59)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[13]4(60)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]4(61)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]4(62)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]4(63)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[13]	U[13]4(64)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]4(65)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]4(66)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[13]4(67)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]4(68)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[13]4(69)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

MB[14]
Ribeirão da Bocaina



Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[14]1(01)	5	U[14]1(05)	9	U[14]1(09)	13	U[14]1(13)	17	U[14]2(01)	21	U[14]2(05)
2	U[14]1(02)	6	U[14]1(06)	10	U[14]1(10)	14	U[14]1(14)	18	U[14]2(02)	22	U[14]2(06)
3	U[14]1(03)	7	U[14]1(07)	11	U[14]1(11)	15	U[14]1(15)	19	U[14]2(03)	23	U[14]2(07)
4	U[14]1(04)	8	U[14]1(08)	12	U[14]1(12)	16	U[14]1(16)	20	U[14]2(04)	24	U[14]2(08)

Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
25	U[14]2(09)	29	U[14]2(13)	33	U[14]3(01)	37	U[14]3(05)	41	U[14]4(02)	45	U[14]4(06)
26	U[14]2(10)	30	U[14]2(14)	34	U[14]3(02)	38	U[14]3(06)	42	U[14]4(03)	46	U[14]4(07)
27	U[14]2(11)	31	U[14]2(15)	35	U[14]3(03)	39	U[14]3(07)	43	U[14]4(04)	47	U[14]4(08)
28	U[14]2(12)	32	U[14]2(16)	36	U[14]3(04)	40	U[14]4(01)	44	U[14]4(05)	48	U[14]4(09)

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB14	U[14]1(01)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 **22** 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[14]1(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 **10** 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[14]1(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 **10** 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a implantação de novos barramentos.
	U[14]1(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[14]1(05)	1 2 3 4 5 6 **7** 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração.
	U[14]1(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 **24** 25 • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[14]	U[14]1(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Priorizar o funcionamento adequado do sistema de drenagem urbana para evitar inundações e acionamento de processos erosivos; • Maximizar fiscalização para evitar ocupações em áreas de risco ou de preservação; • Estimular a ocupação de vazios urbanos não restritivos à ocupação; • Estimular práticas de educação ambiental como a coleta seletiva e o plantio de árvores que se adéqüem às áreas urbanizadas; • Fiscalizar o cumprimento da lei de parcelamento de solo municipal, principalmente no que tange ao espaço destinado aos equipamentos públicos e manutenção de áreas não impermeabilizadas; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços.
	U[14]1(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a instalação de novas atividades modificadoras; • Realizar um controle ambiental mais rígido das atividades modificadoras e dos possíveis impactos agregados (que são potencializados pelo acúmulo de atividades); • Estudar a viabilidade de implantação e/ou regulamentação de distritos e/ou zonas industriais; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[14]	U[14]1(09)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 **16** **17** **18** 19 20 21 22 23 **24** 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[14]1(10)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 **10** 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[14]1(11)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[14]1(12)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 **18** 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[14]1(13)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[14]	U[14]1(14)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[14]1(15)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal.
	U[14]1(16)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área florestada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal.
	U[14]2(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[14]2(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[14]2(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[14]2(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[14]	U[14]2(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[14]2(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[14]2(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[14]2(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[14]2(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[14]2(10)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[14]	U[14]2(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas.
	U[14]2(12)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[14]2(13)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a implantação de novos barramentos.
	U[14]2(14)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[14]2(15)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[14]2(16)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[14]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[14]	U[14]3(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[14]3(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Realizar um rígido controle da atividade de disposição de resíduo local; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos no entorno do local de disposição de resíduos; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs do local de disposição de resíduos; • Impedir que novos empreendimentos sejam implantados a menos de 500 metros dos limites do local de disposição de resíduos; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[14]3(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[14]3(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[14]3(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[14]	U[14]3(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada.
	U[14]4(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[14]4(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[14]	U[14]4(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Priorizar a instalação de estação de tratamento de esgoto municipal; • Monitorar a qualidade da água nas proximidades dos pontos de descarga; • Estabelecer um cronograma para a desativação dos pontos de descarga de esgoto e impedimento de instalação de novos pontos; • Estabelecer meta para novo enquadramento do recurso hídrico no local (para uma classe mais favorável); • Priorizar o funcionamento adequado do sistema de drenagem urbana para evitar inundações e acionamento de processos erosivos; • Maximizar fiscalização para evitar ocupações em áreas de risco ou de preservação; • Estimular a ocupação de vazios urbanos não restritivos à ocupação; • Estimular práticas de educação ambiental como a coleta seletiva e o plantio de árvores que se adéqüem às áreas urbanizadas; • Fiscalizar o cumprimento da lei de parcelamento de solo municipal, principalmente no que tange ao espaço destinado aos equipamentos públicos e manutenção de áreas não impermeabilizadas; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[14]4(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[14]4(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade.
	U[14]4(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

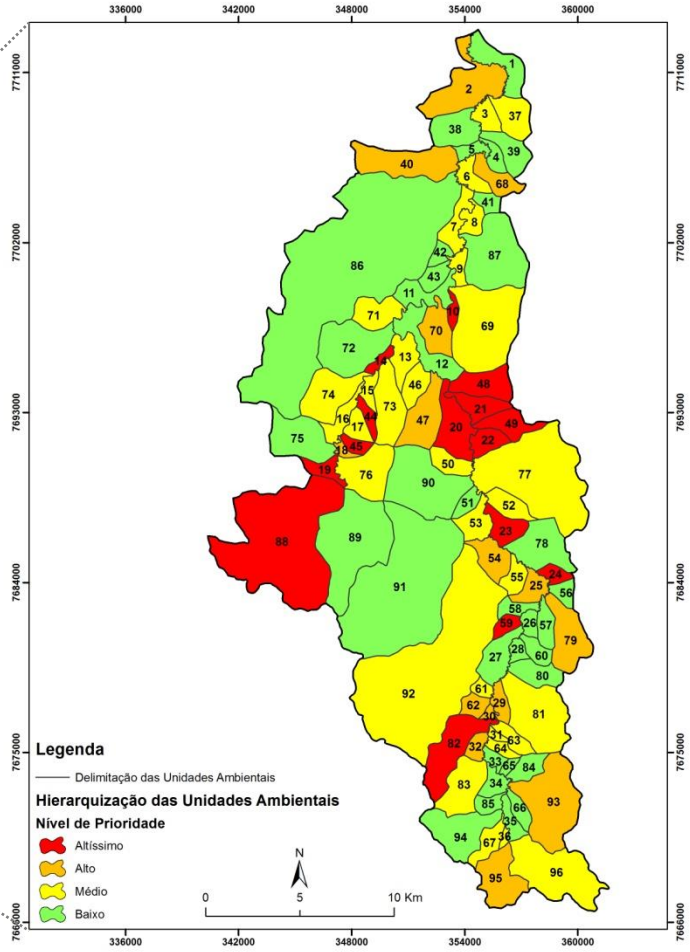
1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[14]	U[14]4(07)	1 2 3 4 5 6 **7** 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[14]4(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[14]4(09)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

MB[15]
Ribeirão da Conquista





Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[15]1(01)	5	U[15]1(05)	9	U[15]1(09)	13	U[15]1(13)	17	U[15]1(17)	21	U[15]1(21)
2	U[15]1(02)	6	U[15]1(06)	10	U[15]1(10)	14	U[15]1(14)	18	U[15]1(18)	22	U[15]1(22)
3	U[15]1(03)	7	U[15]1(07)	11	U[15]1(11)	15	U[15]1(15)	19	U[15]1(19)	23	U[15]1(23)
4	U[15]1(04)	8	U[15]1(08)	12	U[15]1(12)	16	U[15]1(16)	20	U[15]1(20)	24	U[15]1(24)

Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
25	U[15]1(25)	37	U[15]2(01)	49	U[15]2(13)	61	U[15]2(25)	73	U[15]3(06)	85	U[15]3(18)
26	U[15]1(26)	38	U[15]2(02)	50	U[15]2(14)	62	U[15]2(26)	74	U[15]3(07)	86	U[15]4(01)
27	U[15]1(27)	39	U[15]2(03)	51	U[15]2(15)	63	U[15]2(27)	75	U[15]3(08)	87	U[15]4(02)
28	U[15]1(28)	40	U[15]2(04)	52	U[15]2(16)	64	U[15]2(28)	76	U[15]3(09)	88	U[15]4(03)
29	U[15]1(29)	41	U[15]2(05)	53	U[15]2(17)	65	U[15]2(29)	77	U[15]3(10)	89	U[15]4(04)
30	U[15]1(30)	42	U[15]2(06)	54	U[15]2(18)	66	U[15]2(30)	78	U[15]3(11)	90	U[15]4(05)
31	U[15]1(31)	43	U[15]2(07)	55	U[15]2(19)	67	U[15]2(31)	79	U[15]3(12)	91	U[15]4(06)
32	U[15]1(32)	44	U[15]2(08)	56	U[15]2(20)	68	U[15]3(01)	80	U[15]3(13)	92	U[15]4(07)
33	U[15]1(33)	45	U[15]2(09)	57	U[15]2(21)	69	U[15]3(02)	81	U[15]3(14)	93	U[15]4(08)
34	U[15]1(34)	46	U[15]2(10)	58	U[15]2(22)	70	U[15]3(03)	82	U[15]3(15)	94	U[15]4(09)
35	U[15]1(35)	47	U[15]2(11)	59	U[15]2(23)	71	U[15]3(04)	83	U[15]3(16)	95	U[15]4(10)
36	U[15]1(36)	48	U[15]2(12)	60	U[15]2(24)	72	U[15]3(05)	84	U[15]3(17)	96	U[15]4(11)

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[15]	U[15]1(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos.
	U[15]1(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[15]1(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[15]1(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[15]1(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[15]1(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[15]1(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[15]1(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[15]	U[15]1(09)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[15]1(10)	1 2 3 4 5 6 **7** 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 **20** 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico.
	U[15]1(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 **18** 19 20 21 22 23 24 25
	U[15]1(12)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais.
	U[15]1(13)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[15]1(14)	1 2 3 4 5 **6** **7** 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais.
	U[15]1(15)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[15]1(16)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[15]	U[15]1(17)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[15]1(18)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico.
	U[15]1(19)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração.
	U[15]1(20)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de novos empreendimentos com médio ou alto potencial poluidor dos recursos hídricos a montante do ponto de captação pública de água; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos dos empreendimentos já instalados à montante do ponto de captação pública de água; • Limitar a autorização de outorgas a montante do ponto de captação pública de água; • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[15]	U[15]1(21)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Priorizar o funcionamento adequado do sistema de drenagem urbana para evitar inundações e acionamento de processos erosivos; • Maximizar fiscalização para evitar ocupações em áreas de risco ou de preservação; • Estimular a ocupação de vazios urbanos não restritivos à ocupação; • Estimular práticas de educação ambiental como a coleta seletiva e o plantio de árvores que se adéqüem às áreas urbanizadas; • Fiscalizar o cumprimento da lei de parcelamento de solo municipal, principalmente no que tange ao espaço destinado aos equipamentos públicos e manutenção de áreas não impermeabilizadas; • Realizar um rígido controle da atividade de disposição de resíduo local; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos no entorno do local de disposição de resíduos; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs do local de disposição de resíduos; • Impedir que novos empreendimentos sejam implantados a menos de 500 metros dos limites do local de disposição de resíduos; • Controlar a instalação de novas atividades modificadoras; • Realizar um controle ambiental mais rígido das atividades modificadoras e dos possíveis impactos agregados (que são potencializados pelo acúmulo de atividades); • Estudar a viabilidade de implantação e/ou regulamentação de distritos e/ou zonas industriais; • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[15]1(22)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Priorizar a instalação de estação de tratamento de esgoto municipal; • Monitorar a qualidade da água nas proximidades dos pontos de descarga; • Estabelecer um cronograma para a desativação dos pontos de descarga de esgoto e impedimento de instalação de novos pontos; • Estabelecer meta para novo enquadramento do recurso hídrico no local (para uma classe mais favorável); • Priorizar o funcionamento adequado do sistema de drenagem urbana para evitar inundações e acionamento de processos erosivos; • Maximizar fiscalização para evitar ocupações em áreas de risco ou de preservação; • Estimular a ocupação de vazios urbanos não restritivos à ocupação; • Estimular práticas de educação ambiental como a coleta seletiva e o plantio de árvores que se adéqüem às áreas urbanizadas; • Fiscalizar o cumprimento da lei de parcelamento de solo municipal, principalmente no que tange ao espaço destinado aos equipamentos públicos e manutenção de áreas não impermeabilizadas; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área. • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[15]1(23)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[15]	U[15]1(24)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal.
	U[15]1(25)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[15]1(26)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[15]1(27)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[15]1(28)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[15]1(29)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[15]1(30)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[15]	U[15]1(31)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais.
	U[15]1(32)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 20 21 22 23 **24** 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas pra incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[15]1(33)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo.
	U[15]1(34)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[15]1(35)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 **19** 20 21 22 23 24 25
	U[15]1(36)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[15]2(01)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 **15** 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[15]2(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 **15** 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[15]	U[15]2(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[15]2(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[15]2(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[15]2(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[15]2(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[15]2(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPEÍFICAS
MB[15]	U[15]2(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[15]2(10)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[15]2(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[15]2(12)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Realizar um rígido controle da atividade de disposição de resíduo local; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos no entorno do local de disposição de resíduos; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs do local de disposição de resíduos; • Impedir que novos empreendimentos sejam implantados a menos de 500 metros dos limites do local de disposição de resíduos; • Controlar a instalação de novas atividades modificadoras; • Realizar um controle ambiental mais rígido das atividades modificadoras e dos possíveis impactos agregados (que são potencializados pelo acúmulo de atividades); • Estudar a viabilidade de implantação e/ou regulamentação de distritos e/ou zonas industriais; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESECÍFICAS
MB[15]	U[15]2(13)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Priorizar a instalação de estação de tratamento de esgoto municipal; • Monitorar a qualidade da água nas proximidades dos pontos de descarga; • Estabelecer um cronograma para a desativação dos pontos de descarga de esgoto e impedimento de instalação de novos pontos; • Estabelecer meta para novo enquadramento do recurso hídrico no local (para uma classe mais favorável); • Priorizar o funcionamento adequado do sistema de drenagem urbana para evitar inundações e acionamento de processos erosivos; • Maximizar fiscalização para evitar ocupações em áreas de risco ou de preservação; • Estimular a ocupação de vazios urbanos não restritivos à ocupação; • Estimular práticas de educação ambiental como a coleta seletiva e o plantio de árvores que se adéqüem às áreas urbanizadas; • Fiscalizar o cumprimento da lei de parcelamento de solo municipal, principalmente no que tange ao espaço destinado aos equipamentos públicos e manutenção de áreas não impermeabilizadas; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Controlar a instalação de novas atividades modificadoras; • Realizar um controle ambiental mais rígido das atividades modificadoras e dos possíveis impactos agregados (que são potencializados pelo acúmulo de atividades); • Estudar a viabilidade de implantação e/ou regulamentação de distritos e/ou zonas industriais; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área. • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[15]2(14)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada.
	U[15]2(15)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[15]2(16)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[15]	U[15]2(17)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[15]2(18)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[15]2(19)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[15]2(20)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[15]2(21)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a implantação de novos barramentos.
	U[15]2(22)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a implantação de novos barramentos.
	U[15]2(23)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração.
	U[15]2(24)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[15]	U[15]2(25)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[15]2(26)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc).
	U[15]2(27)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[15]2(28)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[15]2(29)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[15]2(30)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a implantação de novos barramentos.
	U[15]2(31)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[15]	U[15]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc).
	U[15]3(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc).
	U[15]3(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos.
	U[15]3(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc).
	U[15]3(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[15]3(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[15]	U[15]3(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos.
	U[15]3(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[15]3(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico.
	U[15]3(10)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área; • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área.
	U[15]3(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[15]3(12)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[15]3(13)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[15]3(14)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[15]	U[15]3(15)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[15]3(16)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[15]3(17)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[15]3(18)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Estimular a implantação de fossas sépticas.
	U[15]4(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[15]4(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Estimular a implantação de fossas sépticas.
	U[15]4(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

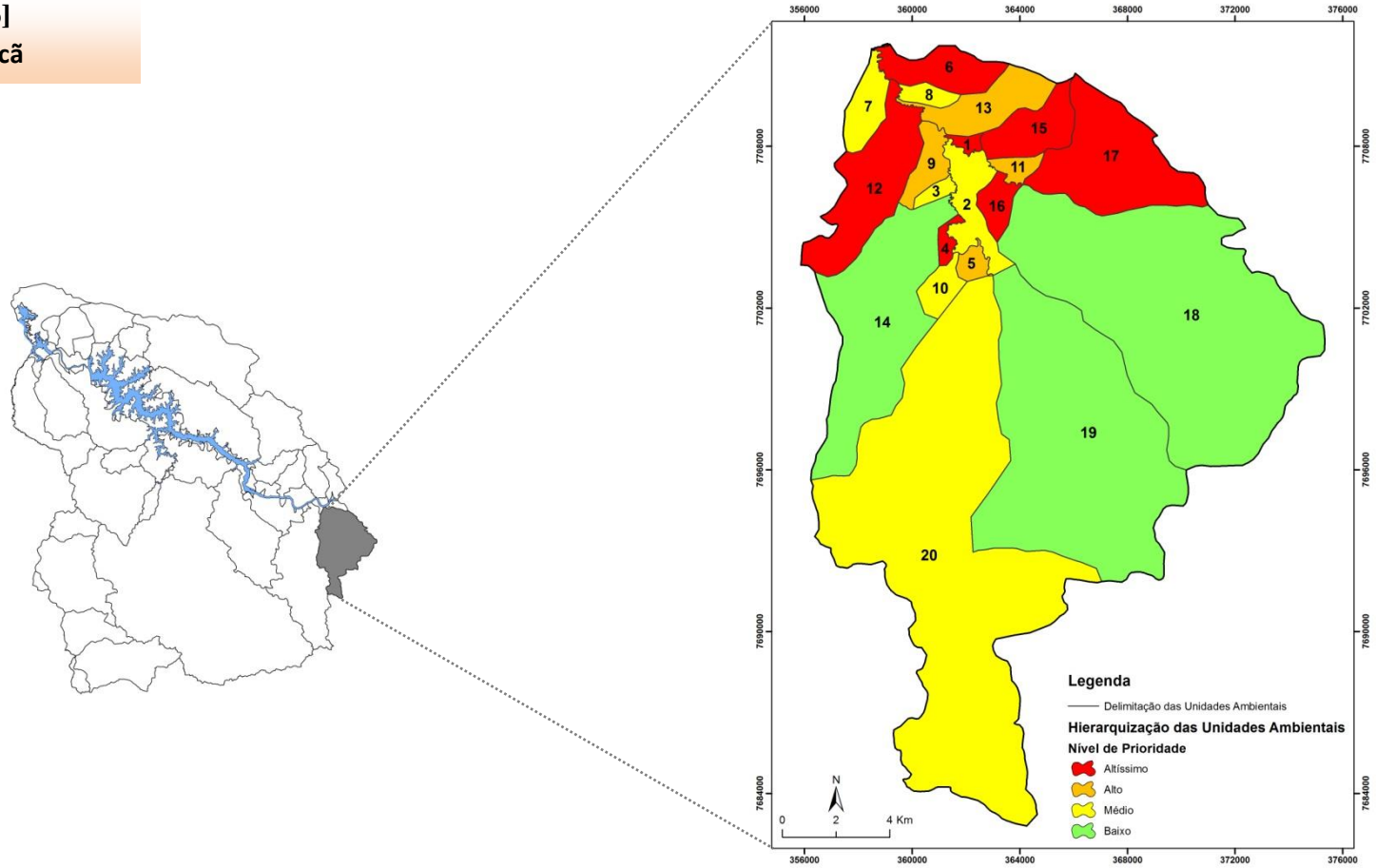
MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[15]	U[15]4(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa.
	U[15]4(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa.
	U[15]4(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Estimular a implantação de fossas sépticas.
	U[15]4(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc);• Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[15]4(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais, • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[15]4(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Estimular a implantação de fossas sépticas.
	U[15]4(10)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais, • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS																							
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
MB[15]	U[15]4(11)	• Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc);													• Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos.											

MB[16]
Rio Cancã



Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[16]1(01)	5	U[16]1(05)	9	U[16]2(04)	12	U[16]3(01)	15	U[16]3(04)	18	U[16]4(02)
2	U[16]1(02)	6	U[16]2(01)	10	U[16]2(05)	13	U[16]3(02)	16	U[16]3(05)	19	U[16]4(03)
3	U[16]1(03)	7	U[16]2(02)	11	U[16]2(06)	14	U[16]3(03)	17	U[16]4(01)	20	U[16]4(04)
4	U[16]1(04)	8	U[16]2(03)								

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[16]	U[16]1(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a instalação de novas atividades modificadoras; • Realizar um controle ambiental mais rígido das atividades modificadoras e dos possíveis impactos agregados (que são potencializados pelo acúmulo de atividades); • Estudar a viabilidade de implantação e/ou regulamentação de distritos e/ou zonas industriais; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[16]1(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas.
	U[16]1(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[16]1(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[16]	U[16]1(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[16]2(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de novos empreendimentos com médio ou alto potencial poluidor dos recursos hídricos a montante do ponto de captação pública de água; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos dos empreendimentos já instalados à montante do ponto de captação pública de água; • Limitar a autorização de outorgas a montante do ponto de captação pública de água; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos.
	U[16]2(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[16]2(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[16]2(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[16]2(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[16]	U[16]2(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[16]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[16]3(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área.
	U[16]3(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

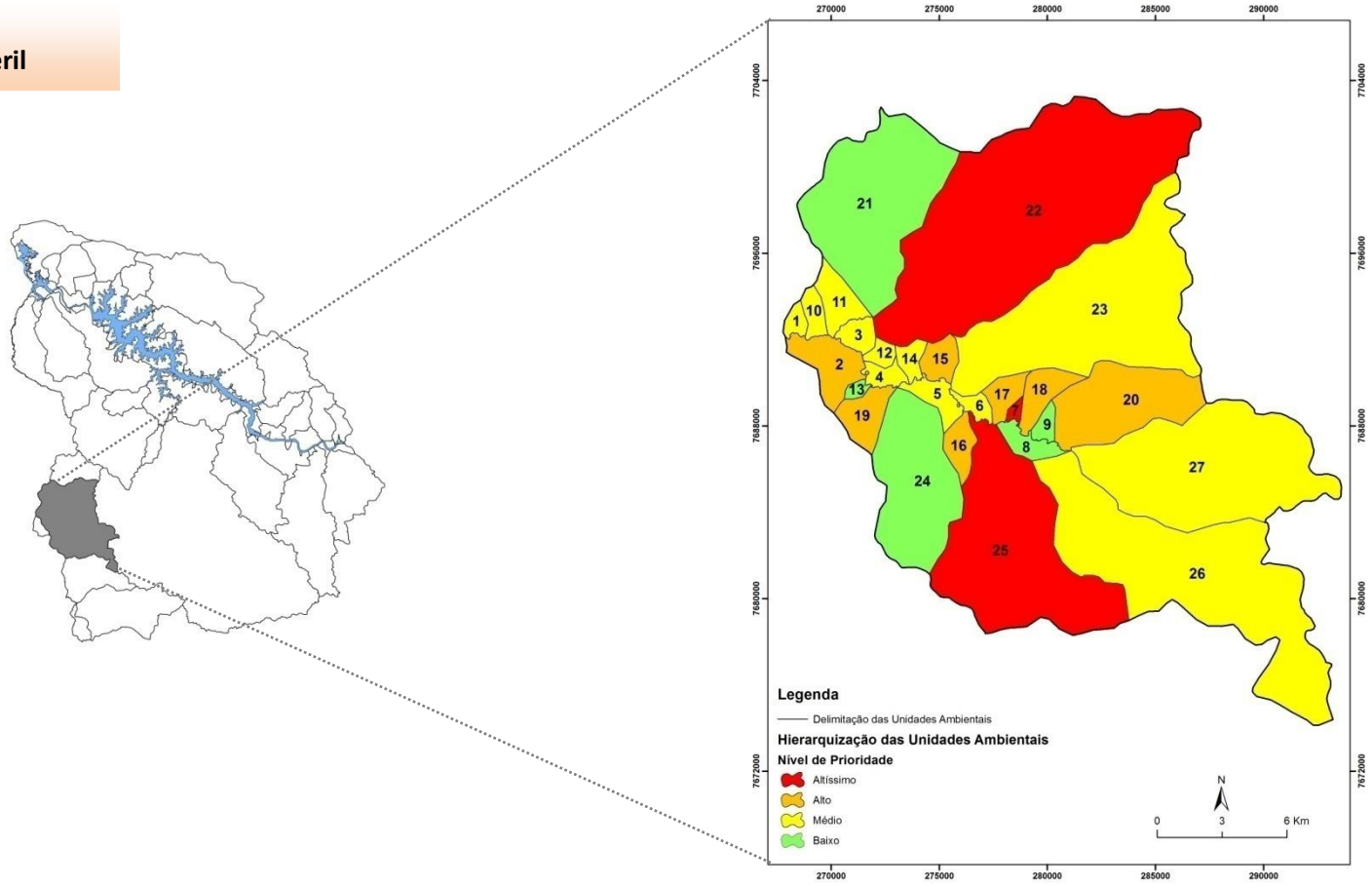
MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[16]	U[16]3(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de novos empreendimentos com médio ou alto potencial poluidor dos recursos hídricos a montante do ponto de captação pública de água; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos dos empreendimentos já instalados à montante do ponto de captação pública de água; • Limitar a autorização de outorgas a montante do ponto de captação pública de água; • Priorizar a instalação de estação de tratamento de esgoto municipal; • Monitorar a qualidade da água nas proximidades dos pontos de descarga; • Estabelecer um cronograma para a desativação dos pontos de descarga de esgoto e impedimento de instalação de novos pontos; • Estabelecer meta para novo enquadramento do recurso hídrico no local (para uma classe mais favorável); • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[16]3(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[16]	U[16]4(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Realizar um rígido controle da atividade de disposição de resíduo local; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos no entorno do local de disposição de resíduos; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs do local de disposição de resíduos; • Impedir que novos empreendimentos sejam implantados a menos de 500 metros dos limites do local de disposição de resíduos; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[16]4(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[16]4(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[16]4(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas.

MB[17]
Rio do Esmeril



Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[17]1(01)	6	U[17]1(06)	11	U[17]2(02)	16	U[17]2(07)	21	U[17]4(01)	26	U[17]4(06)
2	U[17]1(02)	7	U[17]1(07)	12	U[17]2(03)	17	U[17]2(08)	22	U[17]4(02)	27	U[17]4(07)
3	U[17]1(03)	8	U[17]1(08)	13	U[17]2(04)	18	U[17]2(09)	23	U[17]4(03)		
4	U[17]1(04)	9	U[17]1(09)	14	U[17]2(05)	19	U[17]3(01)	24	U[17]4(04)		
5	U[17]1(05)	10	U[17]2(01)	15	U[17]2(06)	20	U[17]3(02)	25	U[17]4(05)		

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[17]	U[17]1(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[17]1(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[17]1(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[17]	U[17]1(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[17]1(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[17]1(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[17]1(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal.
	U[17]1(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[17]1(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[17]	U[17]2(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[17]2(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[17]2(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[17]2(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[17]	U[17]2(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[17]2(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[17]2(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc); • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[17]	U[17]2(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[17]2(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[17]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[17]3(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

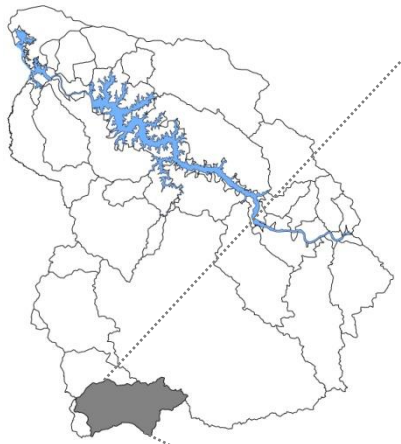
MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[17]	U[17]4(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[17]4(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de novos empreendimentos com médio ou alto potencial poluidor dos recursos hídricos a montante do ponto de captação pública de água; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos dos empreendimentos já instalados à montante do ponto de captação pública de água; • Limitar a autorização de outorgas a montante do ponto de captação pública de água; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[17]4(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[17]4(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.

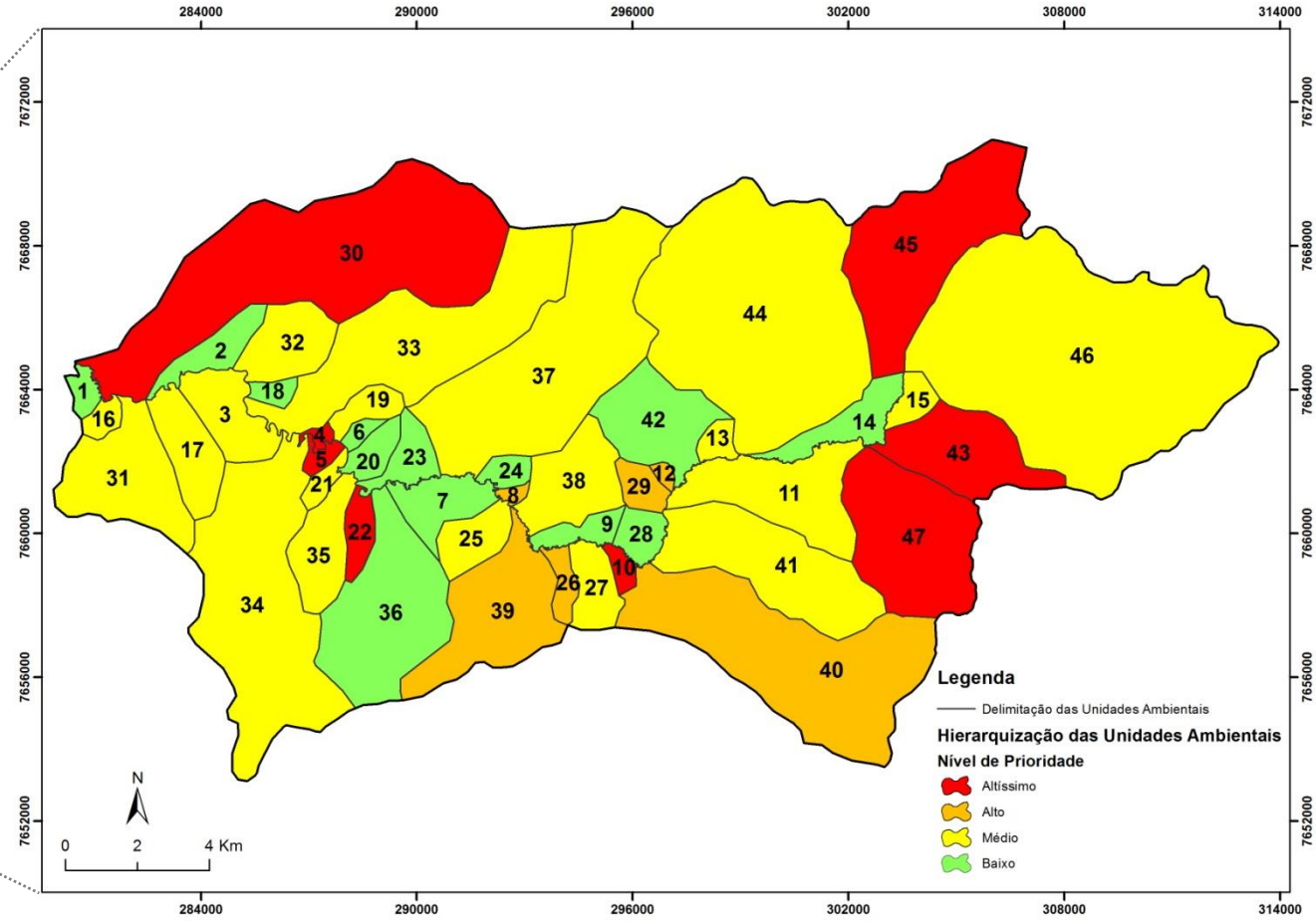
1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[17]	U[17]4(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de novos empreendimentos com médio ou alto potencial poluidor dos recursos hídricos a montante do ponto de captação pública de água; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos dos empreendimentos já instalados à montante do ponto de captação pública de água; • Limitar a autorização de outorgas a montante do ponto de captação pública de água; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[17]4(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[17]4(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

MB[18]
Ribeirão do Pinheirinho





Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[18]1(01)	5	U[18]1(05)	9	U[18]1(09)	13	U[18]1(13)	17	U[18]2(02)	21	U[18]2(06)
2	U[18]1(02)	6	U[18]1(06)	10	U[18]1(10)	14	U[18]1(14)	18	U[18]2(03)	22	U[18]2(07)
3	U[18]1(03)	7	U[18]1(07)	11	U[18]1(11)	15	U[18]1(15)	19	U[18]2(04)	23	U[18]2(08)
4	U[18]1(04)	8	U[18]1(08)	12	U[18]1(12)	16	U[18]2(01)	20	U[18]2(05)	24	U[18]2(09)

Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
25	U[18]2(10)	29	U[18]2(14)	33	U[18]3(04)	37	U[18]3(08)	41	U[18]3(12)	45	U[18]4(02)
26	U[18]2(11)	30	U[18]3(01)	34	U[18]3(05)	38	U[18]3(09)	42	U[18]3(13)	46	U[18]4(03)
27	U[18]2(12)	31	U[18]3(02)	35	U[18]3(06)	39	U[18]3(10)	43	U[18]3(14)	47	U[18]4(04)
28	U[18]2(13)	32	U[18]3(03)	36	U[18]3(07)	40	U[18]3(11)	44	U[18]4(01)		

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[18]	U[18]1(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[18]1(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[18]1(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[18]1(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[18]1(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[18]	U[18]1(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[18]1(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[18]1(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc).
	U[18]1(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[18]	U[18]1(10)	**1** **2** 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de novos empreendimentos com médio ou alto potencial poluidor dos recursos hídricos a montante do ponto de captação pública de água; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos dos empreendimentos já instalados à montante do ponto de captação pública de água; • Limitar a autorização de outorgas a montante do ponto de captação pública de água; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[18]1(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo.
	U[18]1(12)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[18]1(13)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[18]	U[18]1(14)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[18]1(15)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[18]2(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[18]2(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[18]2(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[18]2(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS	
MB[18]	U[18]2(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos;	• Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[18]2(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos;	• Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[18]2(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade;	• Limitar a instalação de novas atividades de mineração.
	U[18]2(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos;	• Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[18]2(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos;	• Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[18]	U[18]2(10)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[18]2(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área. • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc); • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[18]	U[18]2(12)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[18]2(13)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[18]2(14)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[18]	U[18]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Realizar um rígido controle da atividade de disposição de resíduo local; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos no entorno do local de disposição de resíduos; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs do local de disposição de resíduos; • Impedir que novos empreendimentos sejam implantados a menos de 500 metros dos limites do local de disposição de resíduos; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[18]3(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[18]3(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área.
	U[18]3(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[18]3(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[18]	U[18]3(06)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[18]3(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 **21** 22 23 24 25 • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[18]3(08)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 **21** 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[18]3(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 **17** 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[18]	U[18]3(10)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[18]3(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Promover ações de orientação ao produtor rural sobre o baixo potencial à produção rural da área; • Promover a cultura de produção rural com uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[18]	U[18]3(12)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[18]3(13)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[18]3(14)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

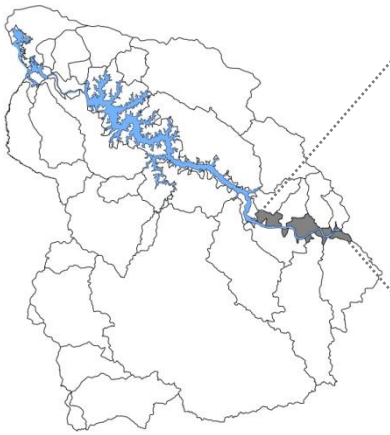
MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MB[18]	U[18]4(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[18]4(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo.
	U[18]4(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.

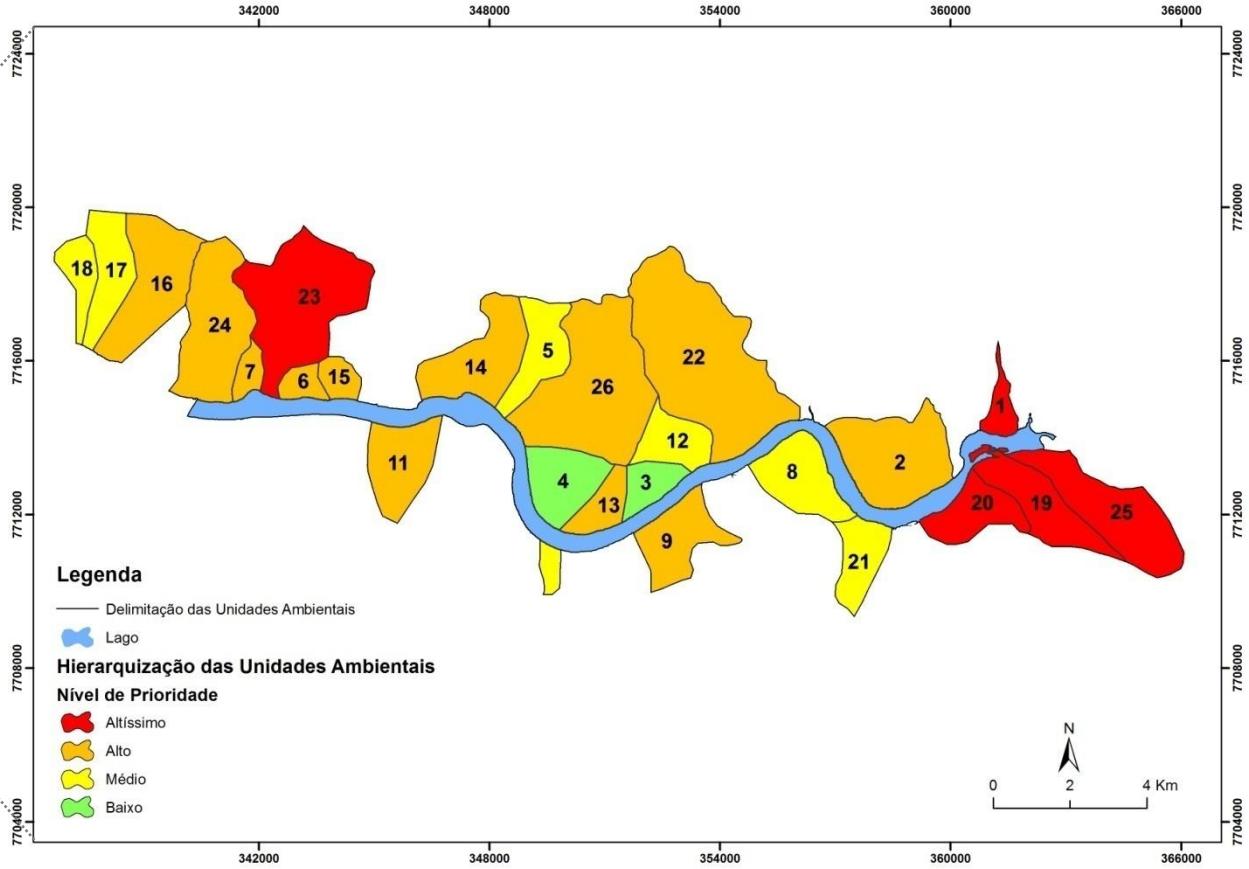
1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS																						
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
MB[18]	U[18]4(04)	• Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos;												• Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.										

ML[19]
Córrego da Chácara
Córrego do Açude
Córrego Santa Luzia





Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[19]1(01)	6	U[19]1(06)	11	U[19]1(11)	15	U[19]2(04)	19	U[19]2(08)	23	U[19]3(02)
2	U[19]1(02)	7	U[19]1(07)	12	U[19]2(01)	16	U[19]2(05)	20	U[19]2(09)	24	U[19]3(03)
3	U[19]1(03)	8	U[19]1(08)	13	U[19]2(02)	17	U[19]2(06)	21	U[19]2(10)	25	U[19]3(04)
4	U[19]1(04)	9	U[19]1(09)	14	U[19]2(03)	18	U[19]2(07)	22	U[19]3(01)	26	U[19]4(01)
5	U[19]1(05)	10	U[19]1(10)								

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[19]	U[19]1(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[19]1(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[19]1(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[19]1(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[19]1(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[19]1(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS																							
ML[19]	U[19]1(07)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc);												• Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.											
	U[19]1(08)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas;												• Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.											
	U[19]1(09)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc);												• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.											
	U[19]1(10)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas;												• Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.											

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[19]	U[19]1(11)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 **22** 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[19]2(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[19]2(02)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 **22** 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[19]2(03)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 **10** 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 **22** 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[19]2(04)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 **24** 25 • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[19]	U[19]2(05)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 **22** 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[19]2(06)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[19]2(07)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[19]2(08)	1 **2** 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 **25** • Priorizar a instalação de estação de tratamento de esgoto municipal; • Monitorar a qualidade da água nas proximidades dos pontos de descarga; • Estabelecer um cronograma para a desativação dos pontos de descarga de esgoto e impedimento de instalação de novos pontos; • Estabelecer meta para novo enquadramento do recurso hídrico no local (para uma classe mais favorável); • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área. • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[19]	U[19]2(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Priorizar a instalação de estação de tratamento de esgoto municipal; • Monitorar a qualidade da água nas proximidades dos pontos de descarga; • Estabelecer um cronograma para a desativação dos pontos de descarga de esgoto e impedimento de instalação de novos pontos; • Estabelecer meta para novo enquadramento do recurso hídrico no local (para uma classe mais favorável); • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva.
	U[19]2(10)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[19]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

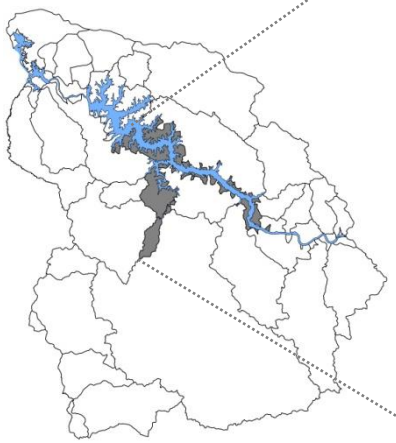
MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[19]	U[19]3(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Priorizar a instalação de estação de tratamento de esgoto municipal; • Monitorar a qualidade da água nas proximidades dos pontos de descarga; • Estabelecer um cronograma para a desativação dos pontos de descarga de esgoto e impedimento de instalação de novos pontos; • Estabelecer meta para novo enquadramento do recurso hídrico no local (para uma classe mais favorável); • Realizar um rígido controle da atividade de disposição de resíduo local; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos no entorno do local de disposição de resíduos; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs do local de disposição de resíduos; • Impedir que novos empreendimentos sejam implantados a menos de 500 metros dos limites do local de disposição de resíduos; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc); • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[19]3(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc); • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar mdidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[19]3(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

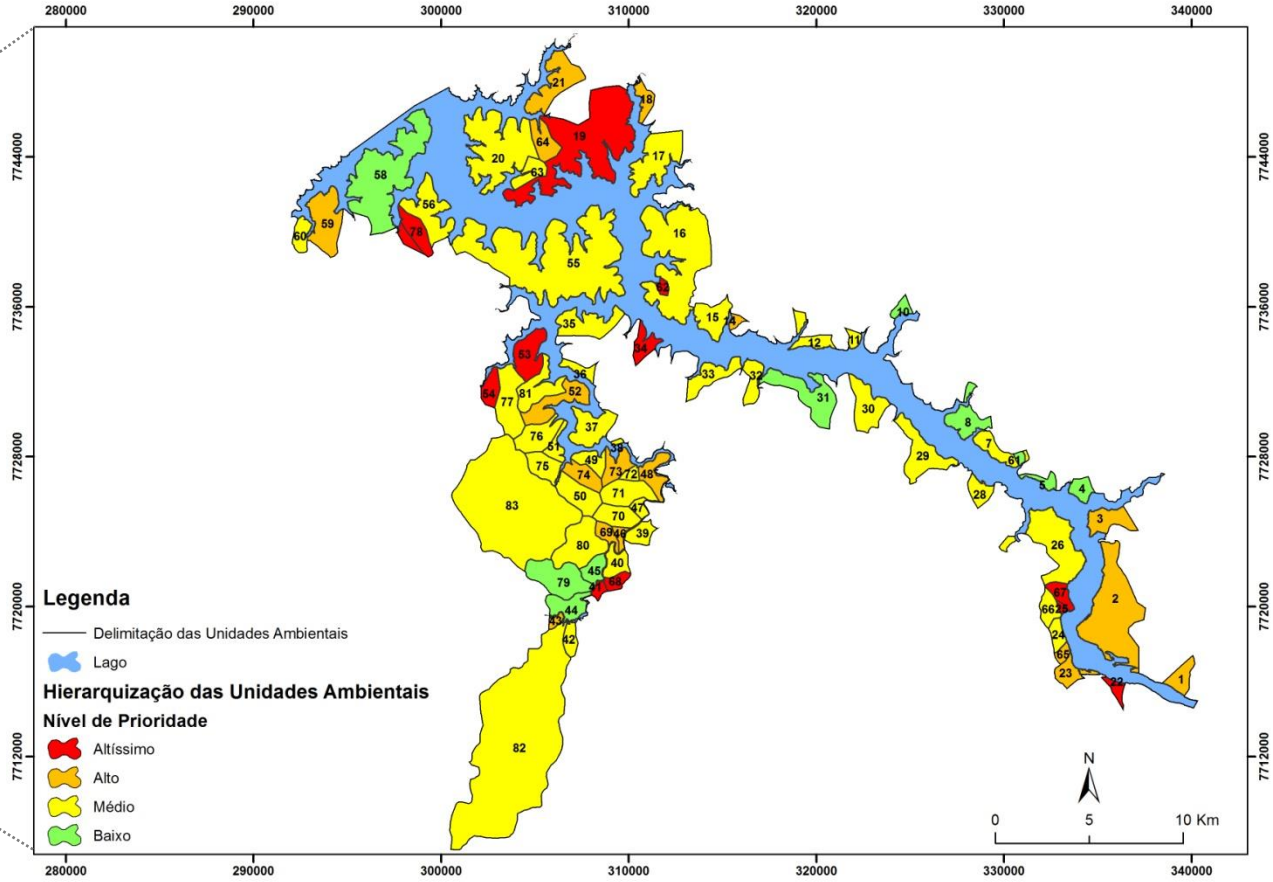
1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS																							
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
ML[19]	U[19]4(01)	• Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.																							

ML[20]
Córrego da Perereca
Represa Mascarenhas de Moraes (Peixoto)





Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[20]1(01)	5	U[20]1(05)	9	U[20]1(09)	13	U[20]1(13)	17	U[20]1(17)	21	U[20]1(21)
2	U[20]1(02)	6	U[20]1(06)	10	U[20]1(10)	14	U[20]1(14)	18	U[20]1(18)	22	U[20]1(22)
3	U[20]1(03)	7	U[20]1(07)	11	U[20]1(11)	15	U[20]1(15)	19	U[20]1(19)	23	U[20]1(23)
4	U[20]1(04)	8	U[20]1(08)	12	U[20]1(12)	16	U[20]1(16)	20	U[20]1(20)	24	U[20]1(24)

Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
25	U[20]1(25)	35	U[20]1(35)	45	U[20]1(45)	55	U[20]1(55)	65	U[20]2(05)	75	U[20]2(15)
26	U[20]1(26)	36	U[20]1(36)	46	U[20]1(46)	56	U[20]1(56)	66	U[20]2(06)	76	U[20]2(16)
27	U[20]1(27)	37	U[20]1(37)	47	U[20]1(47)	57	U[20]1(57)	67	U[20]2(07)	77	U[20]2(17)
28	U[20]1(28)	38	U[20]1(38)	48	U[20]1(48)	58	U[20]1(58)	68	U[20]2(08)	78	U[20]2(18)
29	U[20]1(29)	39	U[20]1(39)	49	U[20]1(49)	59	U[20]1(59)	69	U[20]2(09)	79	U[20]3(01)
30	U[20]1(30)	40	U[20]1(40)	50	U[20]1(50)	60	U[20]1(60)	70	U[20]2(10)	80	U[20]3(02)
31	U[20]1(31)	41	U[20]1(41)	51	U[20]1(51)	61	U[20]2(01)	71	U[20]2(11)	81	U[20]3(03)
32	U[20]1(32)	42	U[20]1(42)	52	U[20]1(52)	62	U[20]2(02)	72	U[20]2(12)	82	U[20]4(01)
33	U[20]1(33)	43	U[20]1(43)	53	U[20]1(53)	63	U[20]2(03)	73	U[20]2(13)	83	U[20]4(02)
34	U[20]1(34)	44	U[20]1(44)	54	U[20]1(54)	64	U[20]2(04)	74	U[20]2(14)		

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[20]	U[20]1(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[20]1(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[20]1(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[20]	U[20]1(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo.
	U[20]1(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[20]1(10)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[20]1(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(12)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(13)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[20]	U[20]1(14)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(15)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(16)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(17)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(18)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[20]	U[20]1(19)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Realizar um rígido controle da atividade de disposição de resíduo local; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos no entorno do local de disposição de resíduos; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs do local de disposição de resíduos; • Impedir que novos empreendimentos sejam implantados a menos de 500 metros dos limites do local de disposição de resíduos; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(20)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(21)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(22)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais.
	U[20]1(23)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[20]	U[20]1(24)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(25)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar projetos de implantação de áreas florestadas, principalmente nas áreas de preservação permanente; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(26)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(27)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(28)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(29)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(30)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[20]	U[20]1(31)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[20]1(32)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; •Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(33)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(34)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar projetos de implantação de áreas florestadas, principalmente nas áreas de preservação permanente; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(35)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(36)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(37)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETIZES ESPECÍFICAS
ML[20]	U[20]1(38)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(39)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(40)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(41)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(42)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(43)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[20]	U[20]1(44)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[20]1(45)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a implantação de novos barramentos.
	U[20]1(46)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(47)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(48)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(49)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[20]	U[20]1(50)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(51)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(52)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais. • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(53)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(54)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[20]	U[20]1(55)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(56)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(57)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal.
	U[20]1(58)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[20]1(59)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]1(60)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]2(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[20]	U[20]2(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]2(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]2(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]2(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[20]	U[20]2(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]2(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Criar medidas para incentivar a implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar projetos de implantação de áreas florestadas, principalmente nas áreas de preservação permanente; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]2(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal.
	U[20]2(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]2(10)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[20]	U[20]2(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]2(12)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]2(13)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]2(14)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]2(15)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]2(16)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

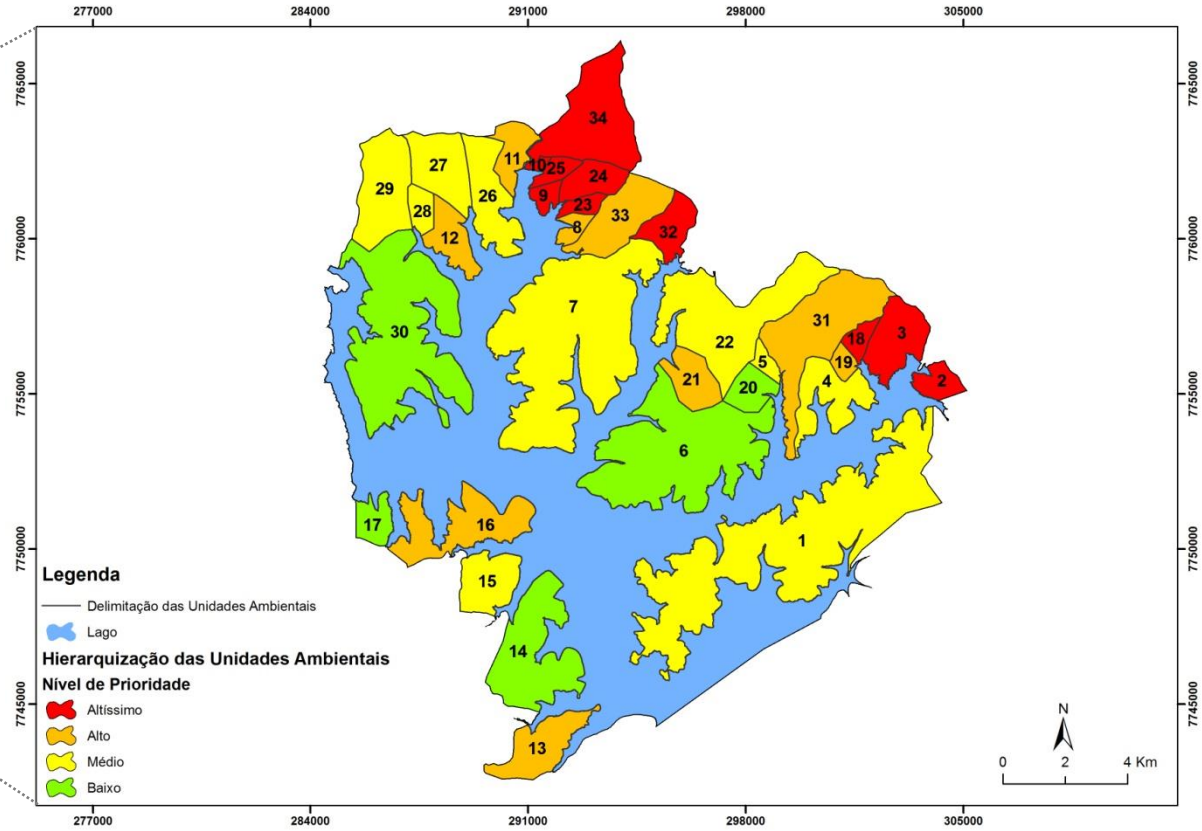
1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[20]	U[20]2(17)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]2(18)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal.
	U[20]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[20]3(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]3(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]4(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[20]4(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

ML[21]
Córrego da Areia
Córrego da Guariba
Córrego do Lobo





Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[21]1(01)	7	U[21]1(07)	13	U[21]1(13)	19	U[21]2(02)	25	U[21]2(08)	31	U[21]3(01)
2	U[21]1(02)	8	U[21]1(08)	14	U[21]1(14)	20	U[21]2(03)	26	U[21]2(09)	32	U[21]3(02)
3	U[21]1(03)	9	U[21]1(09)	15	U[21]1(15)	21	U[21]2(04)	27	U[21]2(10)	33	U[21]3(03)
4	U[21]1(04)	10	U[21]1(10)	16	U[21]1(16)	22	U[21]2(05)	28	U[21]2(11)	34	U[21]3(04)
5	U[21]1(05)	11	U[21]1(11)	17	U[21]1(17)	23	U[21]2(06)	29	U[21]2(12)		
6	U[21]1(06)	12	U[21]1(12)	18	U[21]2(01)	24	U[21]2(07)	30	U[21]2(13)		

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML [21]	U[21]1(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[21]1(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais. • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[21]1(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[21]1(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[21]1(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[21]	U[21]1(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[21]1(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[21]1(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais. • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[21]1(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[21]	U[21]1(10)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[21]1(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[21]1(12)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[21]1(13)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[21]1(14)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[21]	U[21]1(15)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[21]1(16)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais. • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[21]1(17)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[21]2(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[21]2(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[21]2(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[21]	U[21]2(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[21]2(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[21]2(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[21]2(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

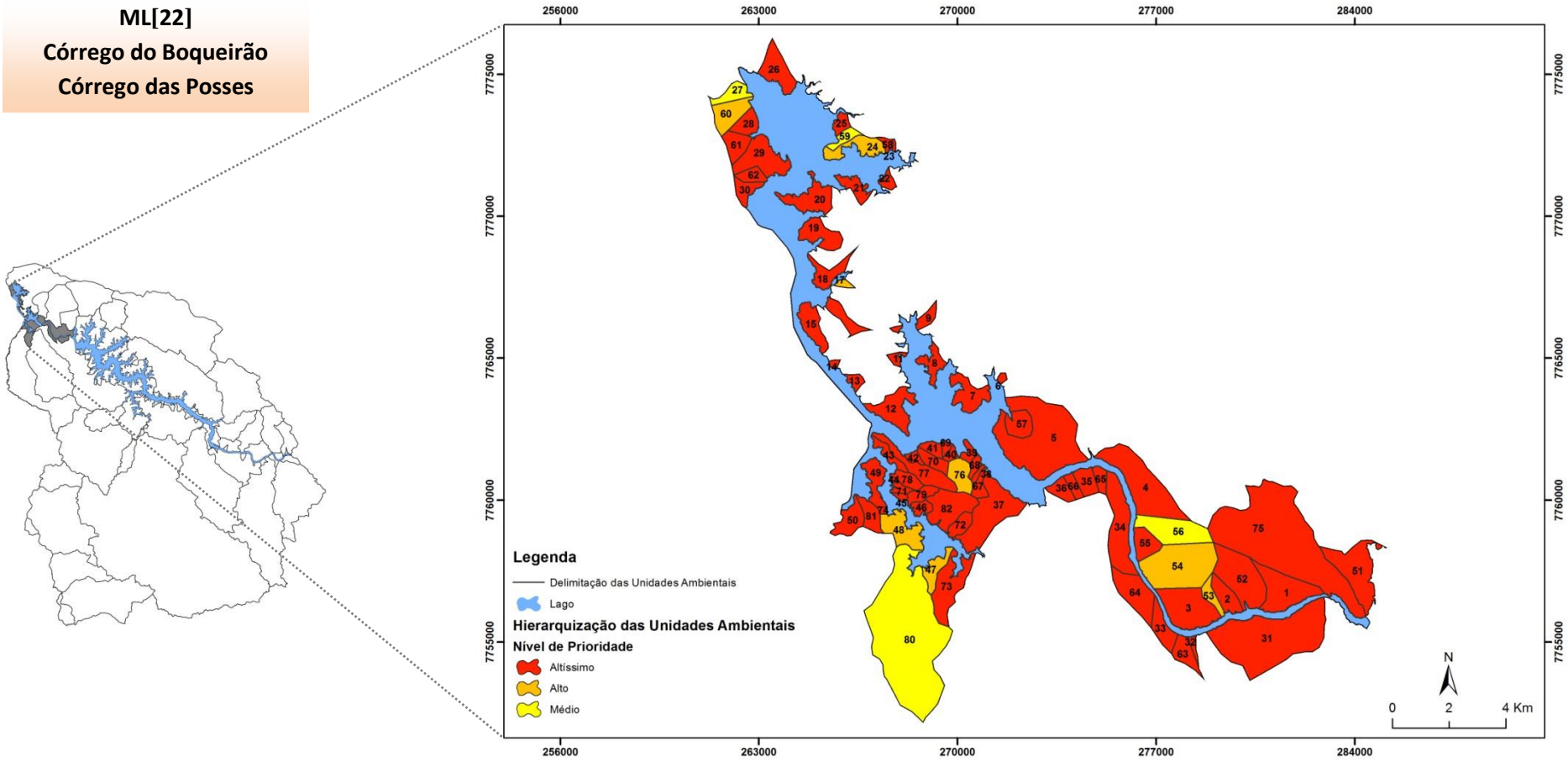
MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[21]	U[21]2(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[21]2(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[21]2(10)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada.
	U[21]2(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[21]2(12)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[21]2(13)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS	
ML[21]	U[21]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada;	• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[21]3(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área;	• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[21]3(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada;	• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[21]3(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada;	• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

ML[22]
Córrego do Boqueirão
Córrego das Posses



Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[22]1(01)	5	U[22]1(05)	9	U[22]1(09)	13	U[22]1(13)	17	U[22]1(17)	21	U[22]1(21)
2	U[22]1(02)	6	U[22]1(06)	10	U[22]1(10)	14	U[22]1(14)	18	U[22]1(18)	22	U[22]1(22)
3	U[22]1(03)	7	U[22]1(07)	11	U[22]1(11)	15	U[22]1(15)	19	U[22]1(19)	23	U[22]1(23)
4	U[22]1(04)	8	U[22]1(08)	12	U[22]1(12)	16	U[22]1(16)	20	U[22]1(20)	24	U[22]1(24)

Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
25	U[22]1(25)	35	U[22]1(35)	45	U[22]1(45)	55	U[22]2(05)	65	U[22]2(15)	75	U[22]3(01)
26	U[22]1(26)	36	U[22]1(36)	46	U[22]1(46)	56	U[22]2(06)	66	U[22]2(16)	76	U[22]3(02)
27	U[22]1(27)	37	U[22]1(37)	47	U[22]1(47)	57	U[22]2(07)	67	U[22]2(17)	77	U[22]3(03)
28	U[22]1(28)	38	U[22]1(38)	48	U[22]1(48)	58	U[22]2(08)	68	U[22]2(18)	78	U[22]3(04)
29	U[22]1(29)	39	U[22]1(39)	49	U[22]1(49)	59	U[22]2(09)	69	U[22]2(19)	79	U[22]3(05)
30	U[22]1(30)	40	U[22]1(40)	50	U[22]1(50)	60	U[22]2(10)	70	U[22]2(20)	80	U[22]3(06)
31	U[22]1(31)	41	U[22]1(41)	51	U[22]2(01)	61	U[22]2(11)	71	U[22]2(21)	81	U[22]3(07)
32	U[22]1(32)	42	U[22]1(42)	52	U[22]2(02)	62	U[22]2(12)	72	U[22]2(22)	82	U[22]4(01)
33	U[22]1(33)	43	U[22]1(43)	53	U[22]2(03)	63	U[22]2(13)	73	U[22]2(23)		
34	U[22]1(34)	44	U[22]1(44)	54	U[22]2(04)	64	U[22]2(14)	74	U[22]2(24)		

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[22]	U[22]1(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[22]1(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[22]1(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[22]1(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[22]	U[22]1(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[22]1(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[22]1(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[22]1(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[22]	U[22]1(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais. • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[22]1(10)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[22]1(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[22]1(12)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[22]	U[22]1(13)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[22]1(14)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[22]1(15)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[22]1(16)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[22]	U[22]1(17)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[22]1(18)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[22]1(19)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[22]1(20)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS																							
ML[22]	U[22]1(21)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área;												• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.											
	U[22]1(22)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada;												• Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.											
	U[22]1(23)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área;												• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.											
	U[22]1(24)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área;												• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.											

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[22]	U[22]1(25)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[22]1(26)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[22]1(27)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[22]1(28)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[22]1(29)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[22]	U[22]1(30)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[22]1(31)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[22]1(32)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[22]1(33)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[22]	U[22]1(34)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[22]1(35)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[22]1(36)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal.
	U[22]1(37)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[22]1(38)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[22]	U[22]1(39)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 **21** 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[22]1(40)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 **21** 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[22]1(41)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 **21** 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[22]1(42)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 **21** 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[22]	U[22]1(43)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[22]1(44)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[22]1(45)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[22]1(46)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS	
ML[22]	U[22]1(47)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais;	• Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[22]1(48)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais;	• Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[22]1(49)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área;	• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS																							
ML[22]	U[22]1(50)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas;													• Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.											
	U[22]2(01)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal;													• Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.											
	U[22]2(02)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos;													• Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas.											
	U[22]2(03)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada;													• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.											

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[22]	U[22]2(04)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 **21 22 23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[22]2(05)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 **21 22 23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[22]2(06)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 **21 22 23** 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[22]2(07)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 **21 22 23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRTRIZES ESPECÍFICAS
ML[22]	U[22]2(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[22]2(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[22]2(10)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada;• Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[22]2(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS	
ML[22]	U[22]2(12)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área;	• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[22]2(13)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada;	• Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[22]2(14)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada;	• Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[22]2(15)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal;	• Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[22]2(16)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos;	• Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[22]	U[22]2(17)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[22]2(18)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[22]2(19)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[22]	U[22]2(20)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[22]2(21)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[22]2(22)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[22]	U[22]2(23)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade.
	U[22]2(24)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[22]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

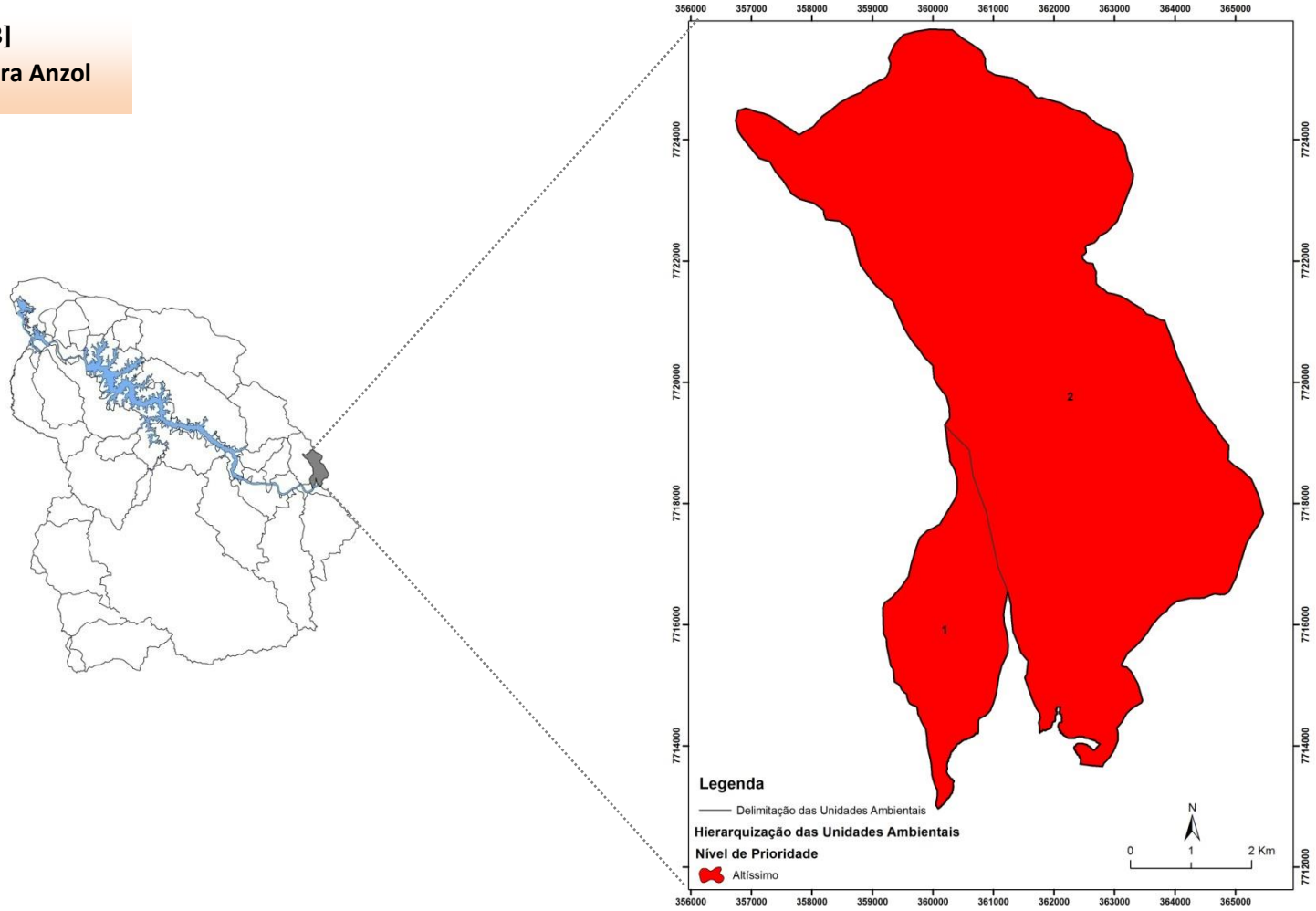
MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS	
ML[22]	U[22]3(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação;	• Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[22]3(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva;	• Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[22]3(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25	
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação;	• Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
ML[22]	U[22]3(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[22]3(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[22]3(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[22]4(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

MM[23]
Ribeirão Quebra Anzol



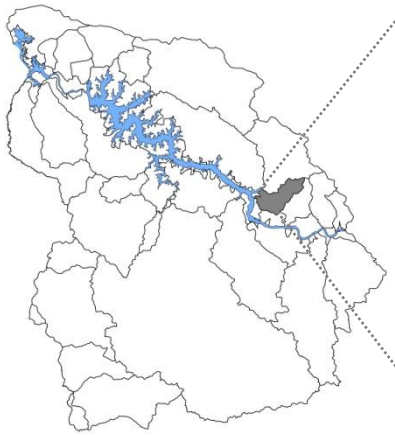
Código	UA	Código	UA
1	U[23]3(01)	2	U[23]4(01)

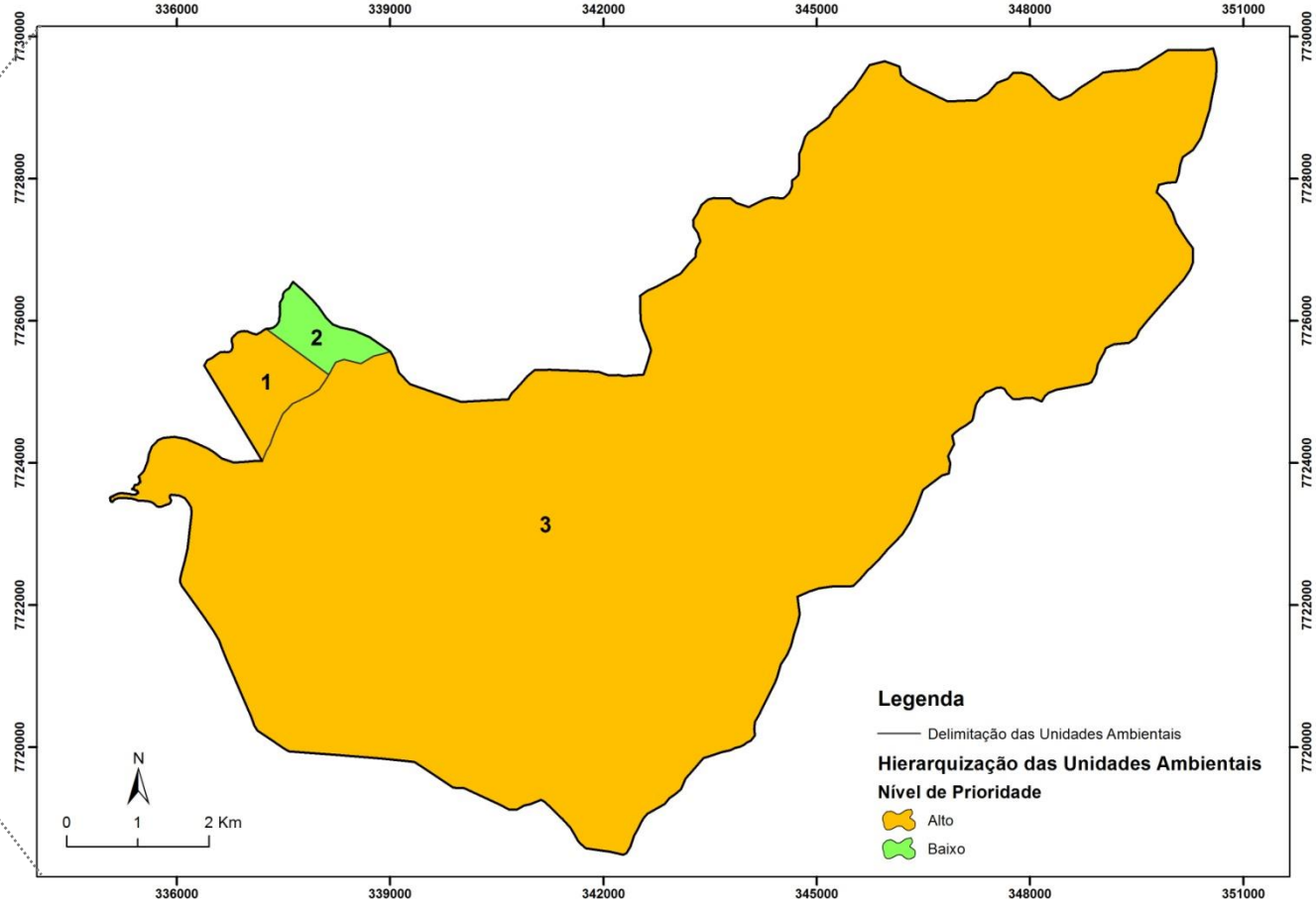
1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[23]	U[23]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade.
	U[23]4(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de novos empreendimentos com médio ou alto potencial poluidor dos recursos hídricos a montante do ponto de captação pública de água; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos dos empreendimentos já instalados à montante do ponto de captação pública de água; • Limitar a autorização de outorgas a montante do ponto de captação pública de água; • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Controlar a instalação de novas atividades modificadoras; • Realizar um controle ambiental mais rígido das atividades modificadoras e dos possíveis impactos agregados (que são potencializados pelo acúmulo de atividades); • Estudar a viabilidade de implantação e/ou regulamentação de distritos e/ou zonas industriais; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

MM[24]
Ribeirão da Capetinga





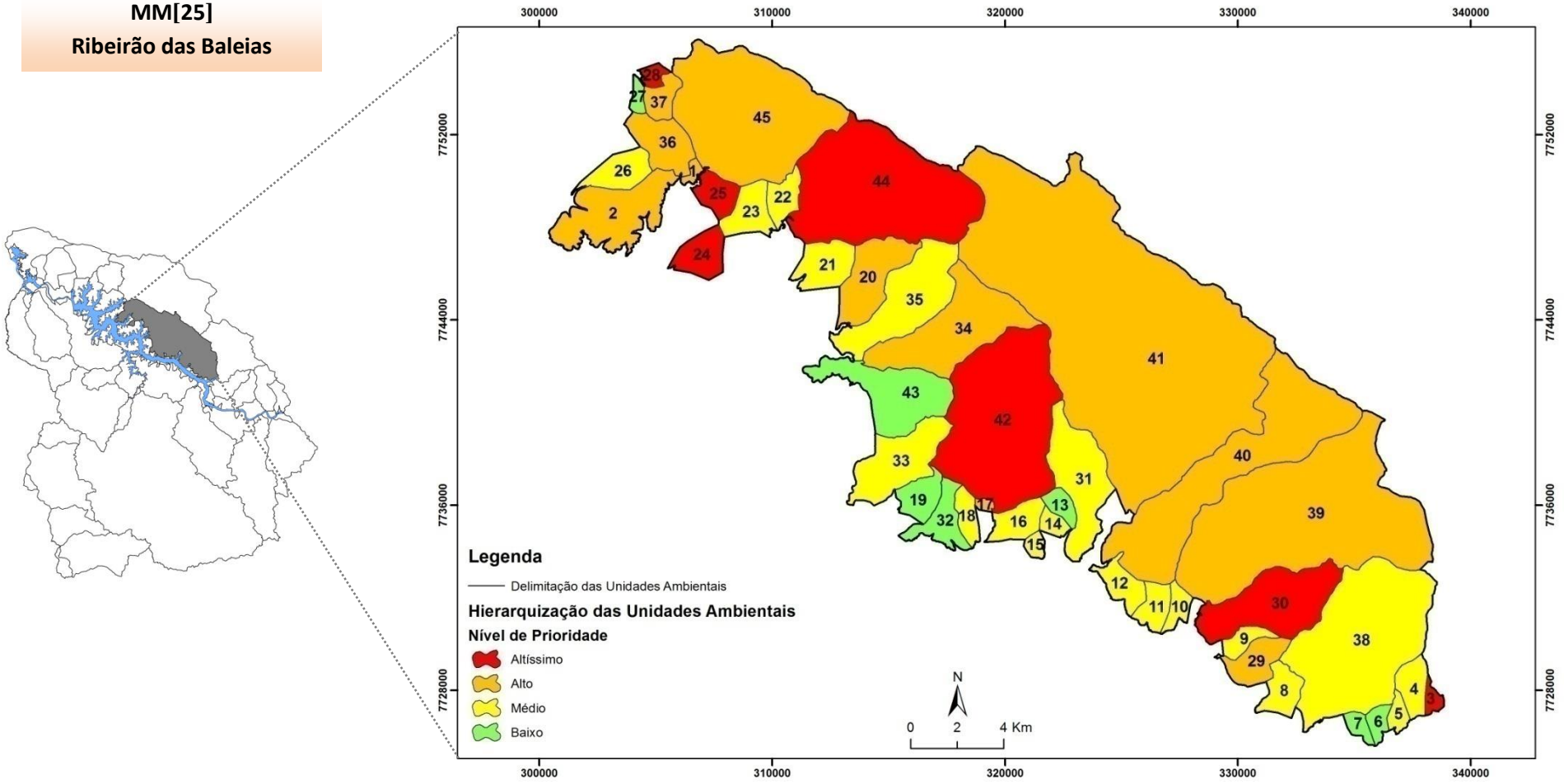
Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[24]2(01)	2	U[24]2(02)	3	U[24]4(01)

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[24]	U[24]2(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[24]2(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Controlar a implantação de novos barramentos.
	U[24]4(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

MM[25]
Ribeirão das Baleias



Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[25]1(01)	5	U[25]2(03)	9	U[25]2(07)	13	U[25]2(11)	17	U[25]2(15)	21	U[25]2(19)
2	U[25]1(02)	6	U[25]2(04)	10	U[25]2(08)	14	U[25]2(12)	18	U[25]2(16)	22	U[25]2(20)
3	U[25]2(01)	7	U[25]2(05)	11	U[25]2(09)	15	U[25]2(13)	19	U[25]2(17)	23	U[25]2(21)
4	U[25]2(02)	8	U[25]2(06)	12	U[25]2(10)	16	U[25]2(14)	20	U[25]2(18)	24	U[25]2(22)

Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
25	U[25]2(23)	29	U[25]3(01)	33	U[25]3(05)	37	U[25]3(09)	41	U[25]4(04)	45	U[25]4(08)
26	U[25]2(24)	30	U[25]3(02)	34	U[25]3(06)	38	U[25]4(01)	42	U[25]4(05)		
27	U[25]2(25)	31	U[25]3(03)	35	U[25]3(07)	39	U[25]4(02)	43	U[25]4(06)		
28	U[25]2(26)	32	U[25]3(04)	36	U[25]3(08)	40	U[25]4(03)	44	U[25]4(07)		

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

ACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[25]	U[25]1(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área.
	U[25]1(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área. • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[25]2(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[25]2(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada.
	U[25]2(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[25]2(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[25]	U[25]2(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[25]2(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[25]2(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[25]2(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[25]2(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[25]2(10)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[25]2(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[25]	U[25]2(12)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[25]2(13)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[25]2(14)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[25]2(15)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[25]2(16)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[25]2(17)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[25]	U[25]2(18)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[25]2(19)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[25]2(20)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 **19** 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[25]2(21)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 **19** 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍCAS
MM[25]	U[25]2(22)	1 2 3 **4** 5 6 7 **8** 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Realizar um rígido controle da atividade de disposição de resíduo local; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos no entorno do local de disposição de resíduos; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs do local de disposição de resíduos; • Impedir que novos empreendimentos sejam implantados a menos de 500 metros dos limites do local de disposição de resíduos; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[25]2(23)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 **16** 17 **18** 19 20 21 22 23 **24** 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[25]2(24)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[25]2(25)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[25]2(26)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[25]	U[25]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[25]3(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[25]3(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[25]3(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[25]3(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[25]	U[25]3(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[25]3(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[25]3(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[25]3(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[25]4(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

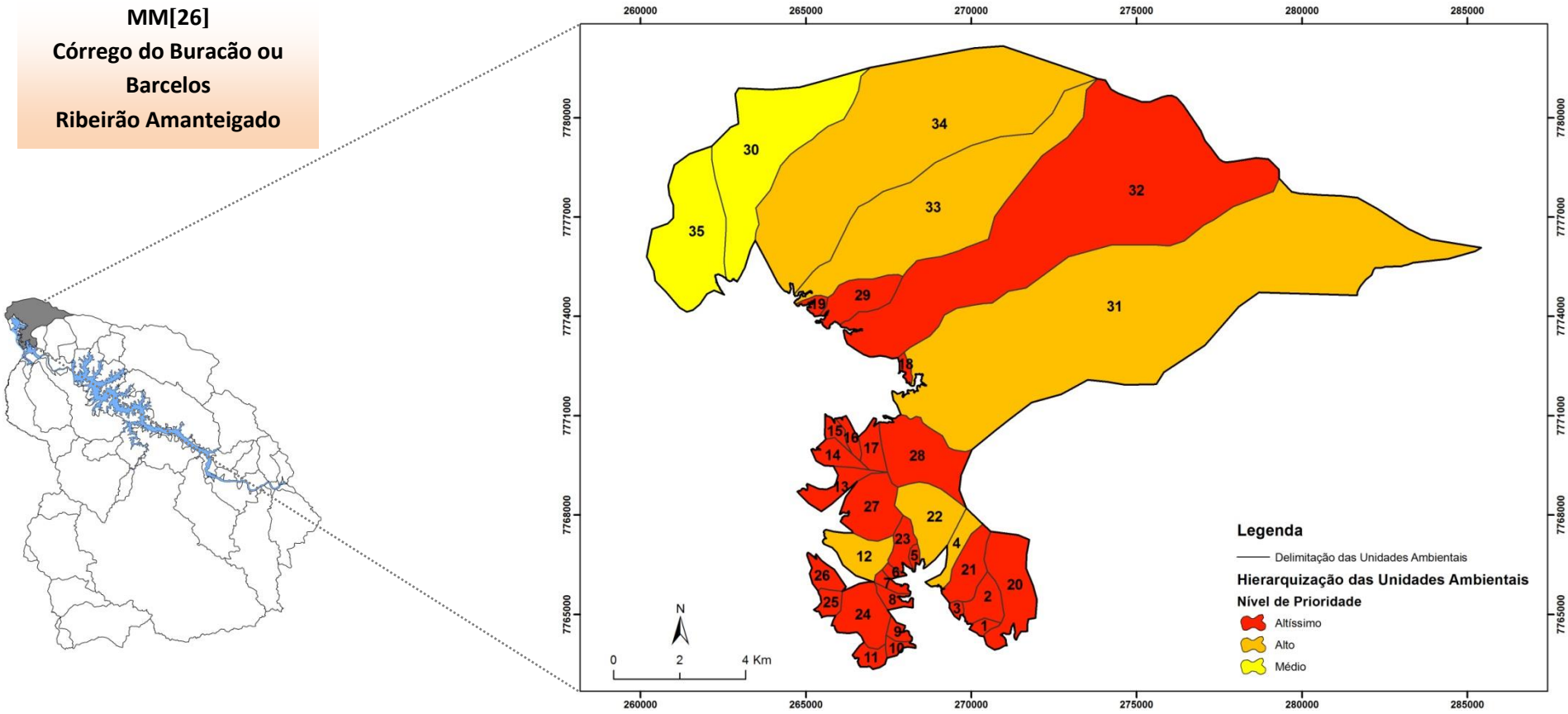
MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[25]	U[25]4(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área. • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[25]4(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[25]4(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[25]	U[25]4(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de novos empreendimentos com médio ou alto potencial poluidor dos recursos hídricos a montante do ponto de captação pública de água; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos dos empreendimentos já instalados à montante do ponto de captação pública de água; • Limitar a autorização de outorgas a montante do ponto de captação pública de água; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas.
	U[25]4(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[25]4(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de novos empreendimentos com médio ou alto potencial poluidor dos recursos hídricos a montante do ponto de captação pública de água; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos dos empreendimentos já instalados à montante do ponto de captação pública de água; • Limitar a autorização de outorgas a montante do ponto de captação pública de água; • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[25]4(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

MM[26]
Córrego do Buracão ou Barcelos
Ribeirão Amanteigado



Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[26]2(01)	7	U[26]2(07)	13	U[26]2(13)	19	U[26]2(19)	25	U[26]3(06)	31	U[26]4(01)
2	U[26]2(02)	8	U[26]2(08)	14	U[26]2(14)	20	U[26]3(01)	26	U[26]3(07)	32	U[26]4(02)
3	U[26]2(03)	9	U[26]2(09)	15	U[26]2(15)	21	U[26]3(02)	27	U[26]3(08)	33	U[26]4(03)
4	U[26]2(04)	10	U[26]2(10)	16	U[26]2(16)	22	U[26]3(03)	28	U[26]3(09)	34	U[26]4(04)
5	U[26]2(05)	11	U[26]2(11)	17	U[26]2(17)	23	U[26]3(04)	29	U[26]3(10)	35	U[26]4(05)
6	U[26]2(06)	12	U[26]2(12)	18	U[26]2(18)	24	U[26]3(05)	30	U[26]3(11)		

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM26	U[26]2(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[26]2(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[26]2(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[26]	U[26]2(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[26]2(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[26]2(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[26]	U[26]2(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[26]2(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS																							
MM[26]	U[26]2(09)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva;													• Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.											
	U[26]2(10)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva;													• Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.											

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS																							
MM[26]	U[26]2(11)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva;													• Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.											
	U[26]2(12)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva;													• Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.											

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[26]	U[26]2(13)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[26]2(14)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[26]2(15)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[26]	U[26]2(16)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 **22** **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[26]2(17)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 **22** **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[26]2(18)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 **22** **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[26]	U[26]2(19)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[26]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[26]3(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESECÍFICAS
MM[26]	U[26]3(03)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 20 21 **22** **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[26]3(04)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 20 21 **22** **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[26]3(05)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 **14** 15 16 17 18 19 20 21 **22** **23** 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[26]	U[26]3(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[26]3(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.
	U[26]3(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

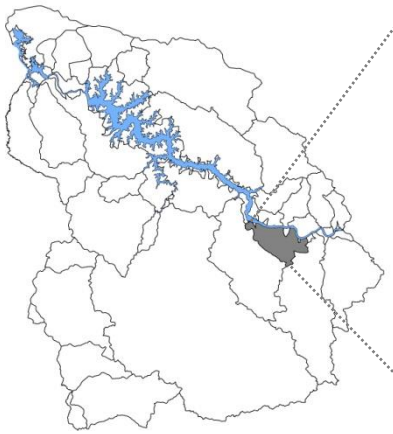
MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS																							
MM[26]	U[26]3(09)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação;												• Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.										
	U[26]3(10)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva;													• Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.										
	U[26]3(11)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
	U[26]4(01)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos;													• Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.										

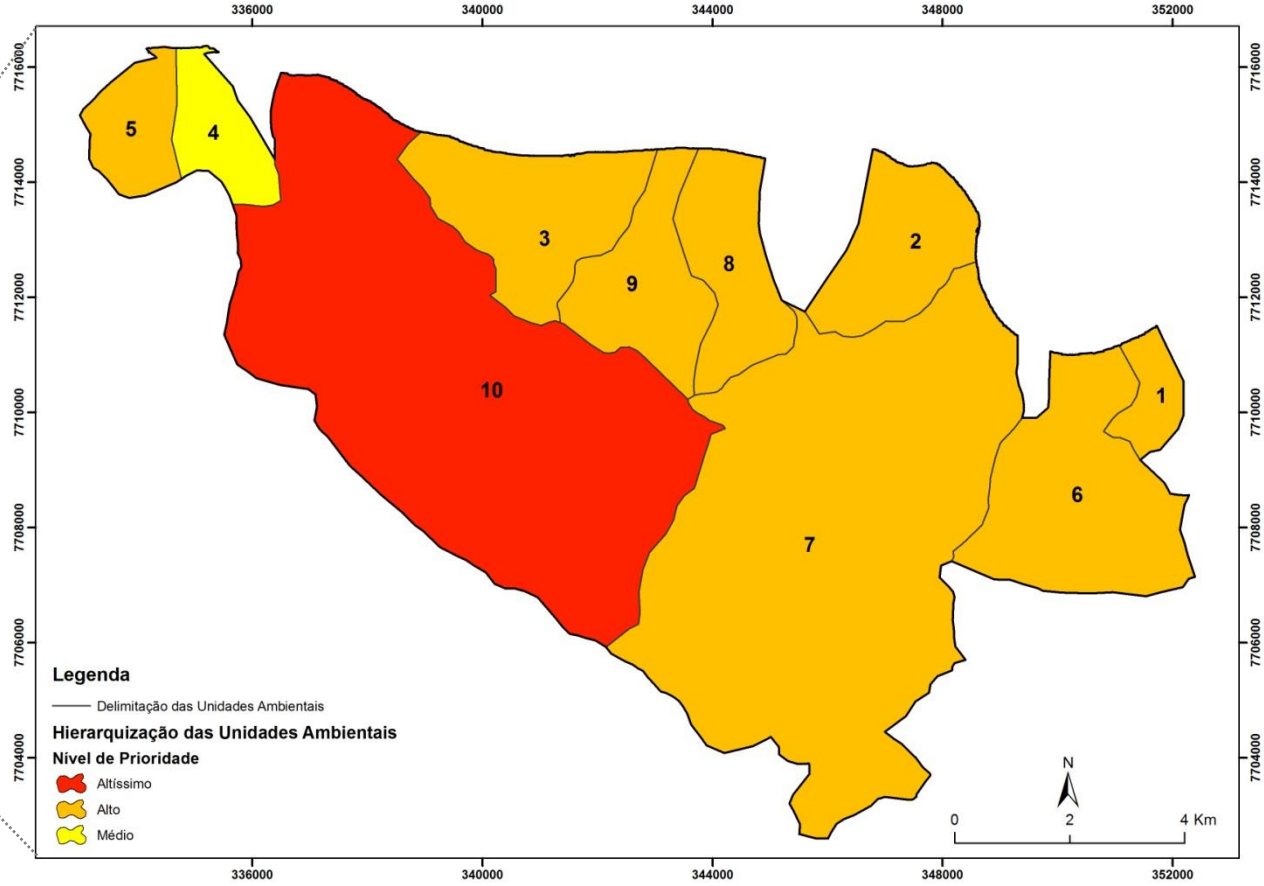
1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[26]	U[26]4(02)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 **12** **13** 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[26]4(03)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[26]4(04)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[26]4(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 **21** 22 23 24 25 • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.

MM[27]
Córrego do Taquaruçu





Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[27]2(01)	3	U[27]2(03)	5	U[27]2(05)	7	U[27]3(02)	9	U[27]3(04)
2	U[27]2(02)	4	U[27]2(04)	6	U[27]3(01)	8	U[27]3(03)	10	U[27]4(01)

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[27]	U[27]2(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[27]2(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[27]2(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[27]2(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[27]2(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

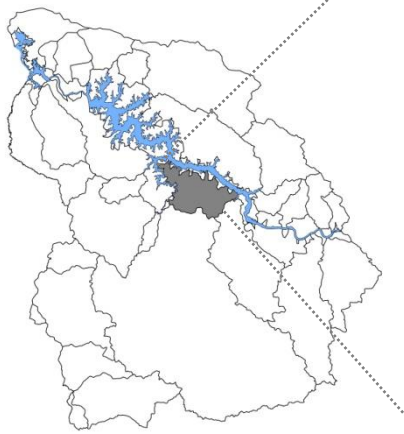
MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[27]	U[27]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[27]3(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[27]3(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[27]3(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).

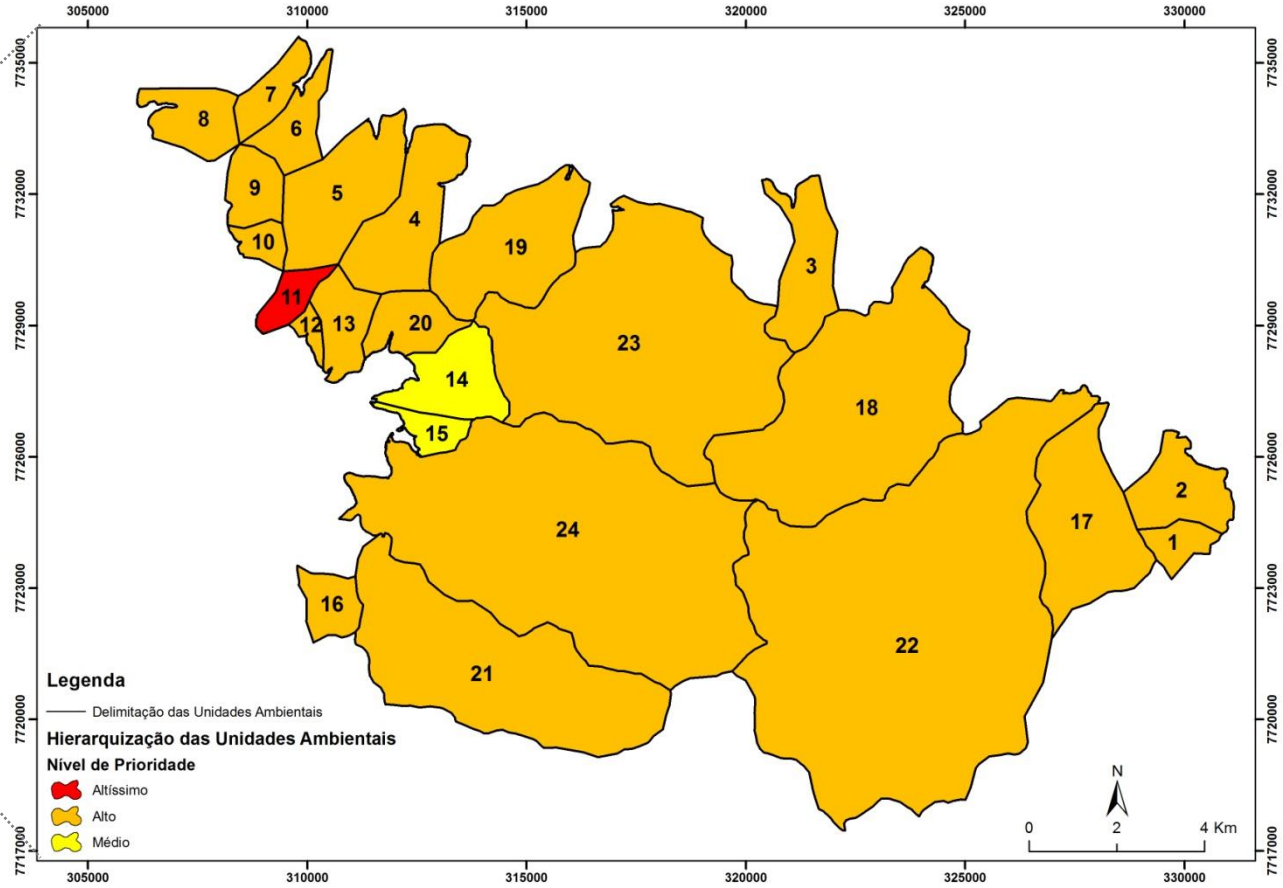
1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS																							
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
MM[27]	U[27]4(01)	• Realizar um rígido controle da atividade de disposição de resíduo local; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos no entorno do local de disposição de resíduos; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs do local de disposição de resíduos; • Impedir que novos empreendimentos sejam implantados a menos de 500 metros dos limites do local de disposição de resíduos; • Controlar a instalação de novas atividades modificadoras; • Realizar um controle ambiental mais rígido das atividades modificadoras e dos possíveis impactos agregados (que são potencializados pelo acúmulo de atividades); • Estudar a viabilidade de implantação e/ou regulamentação de distritos e/ou zonas industriais; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.																								

MM[28]
Córrego da Cachoeira
Córrego Tarimba





Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[28]2(01)	5	U[28]2(05)	9	U[28]2(09)	13	U[28]2(13)	17	U[28]3(01)	21	U[28]3(05)
2	U[28]2(02)	6	U[28]2(06)	10	U[28]2(10)	14	U[28]2(14)	18	U[28]3(02)	22	U[28]4(01)
3	U[28]2(03)	7	U[28]2(07)	11	U[28]2(11)	15	U[28]2(15)	19	U[28]3(03)	23	U[28]4(02)
4	U[28]2(04)	8	U[28]2(08)	12	U[28]2(12)	16	U[28]2(16)	20	U[28]3(04)	24	U[28]4(03)

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[28]	U[28]2(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[28]2(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[28]2(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[28]2(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[28]2(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[28]2(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[28]	U[28]2(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[28]2(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[28]2(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[28]2(10)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[28]	U[28]2(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo; • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[28]2(12)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[28]2(13)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[28]2(14)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[28]2(15)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

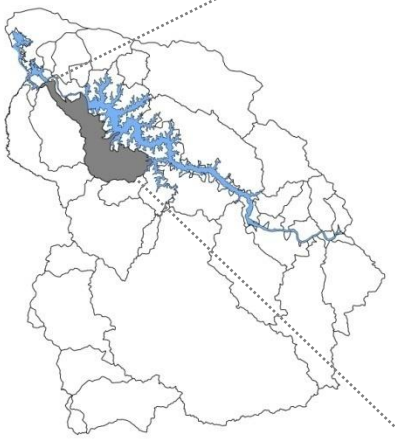
MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[28]	U[28]2(16)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[28]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[28]3(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[28]3(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

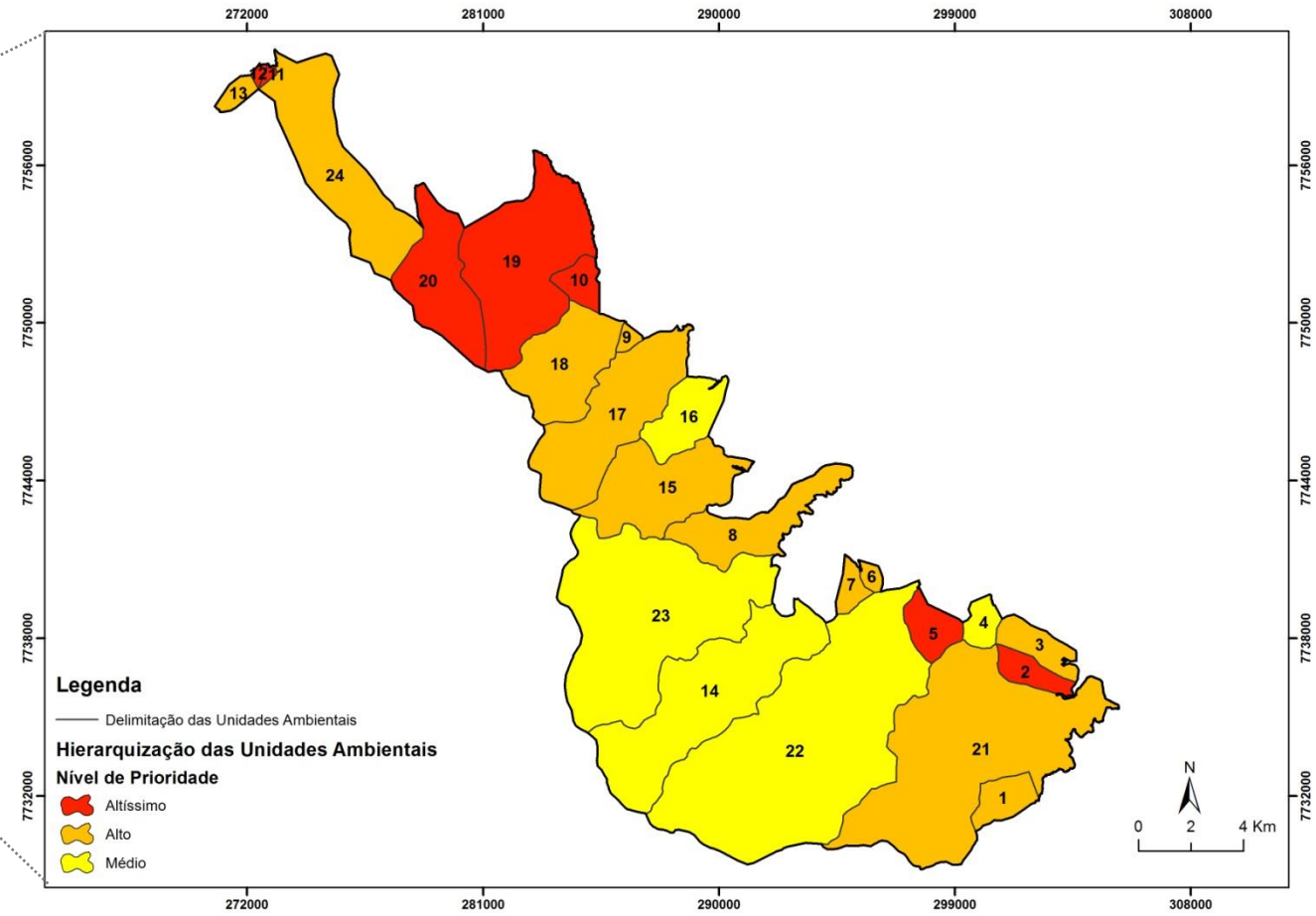
1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[28]	U[28]3(04)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 **22** 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[28]3(05)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[28]4(01)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[28]4(02)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas;
	U[28]4(03)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

MM[29]
Córrego do Sapo
Córrego Campeiro





Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[29]2(01)	5	U[29]2(05)	9	U[29]2(09)	13	U[29]2(13)	17	U[29]3(04)	21	U[29]4(01)
2	U[29]2(02)	6	U[29]2(06)	10	U[29]2(10)	14	U[29]3(01)	18	U[29]3(05)	22	U[29]4(02)
3	U[29]2(03)	7	U[29]2(07)	11	U[29]2(11)	15	U[29]3(02)	19	U[29]3(06)	23	U[29]4(03)
4	U[29]2(04)	8	U[29]2(08)	12	U[29]2(12)	16	U[29]3(03)	20	U[29]3(07)	24	U[29]4(04)

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[29]	U[29]2(01)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[29]2(02)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 **10** **11** 12 13 14 **15** 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[29]2(03)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 **15** 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[29]2(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[29]2(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 **11** 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[29]2(06)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[29]	U[29]2(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[29]2(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[29]2(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[29]2(10)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[29]	U[29]2(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[29]2(12)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[29]2(13)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[29]	U[29]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[29]3(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[29]3(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc).
	U[29]3(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc).
	U[29]3(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

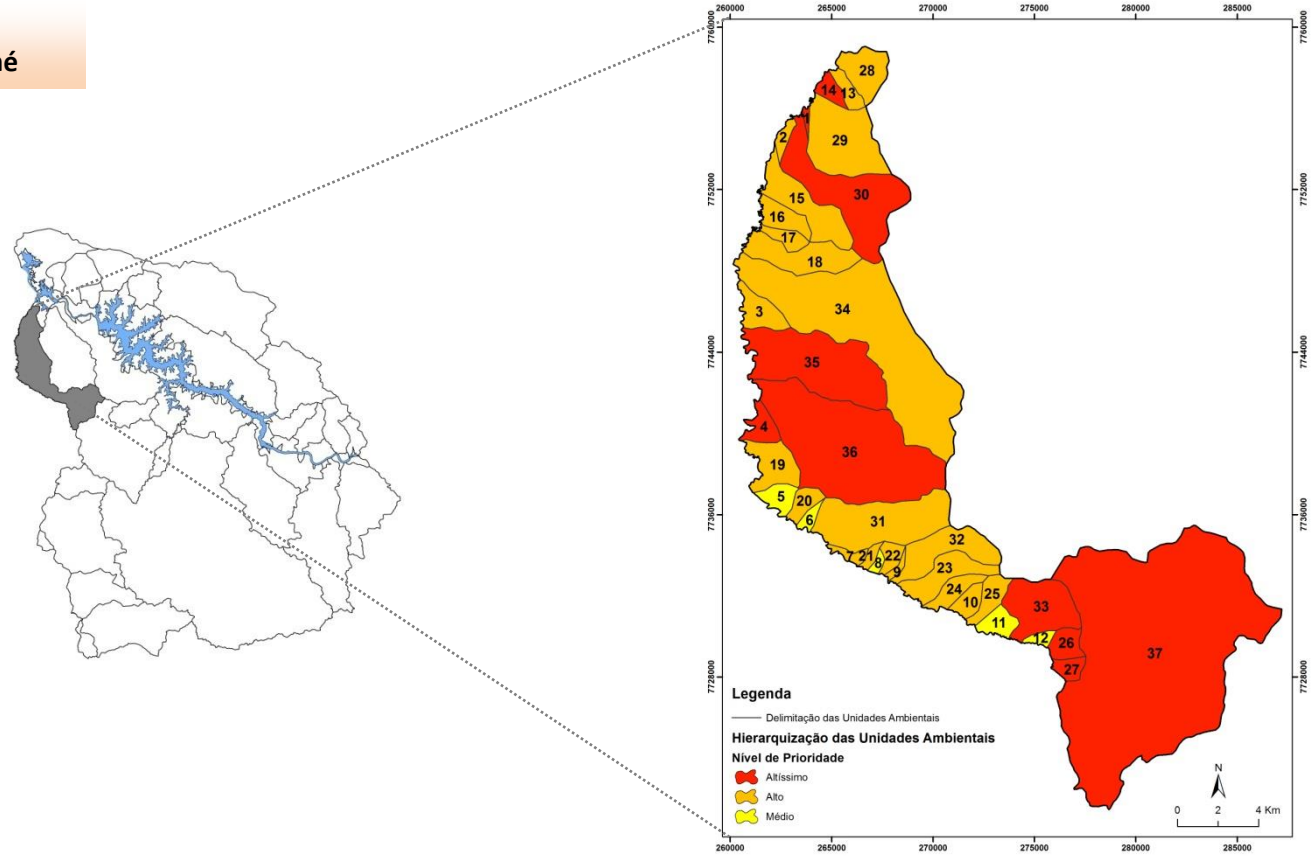
MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[29]	U[29]3(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Manter as estradas de acesso aos atrativos turísticos em bom estado de conservação; • Estimular práticas de educação ambiental nos atrativos turísticos (capacitação do pessoal envolvido, coleta seletiva, conservação do patrimônio natural, etc); • Criar medidas para a manutenção e conservação do atrativo turístico (estimular parcerias, busca de recursos governamentais, divulgação coletiva, etc); • Estimular nos empreendedores envolvidos a prática do associativismo e cooperativismo; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo. • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc); • Limitar o avanço das ocupações urbanas para esta área; • Realizar um rígido controle das edificações e infraestrutura já instalada na área. • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[29]3(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas. • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[29]4(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Estabelecer critérios para dirimir conflitos de uso dos recursos hídricos; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECIFICAS																							
MM[29]	U[29]4(02)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
	U[29]4(03)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
	U[29]4(04)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
		• Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada;												• Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.											

MM[30]
Ribeirão São Tomé



Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[30]1(01)	8	U[30]1(08)	14	U[30]2(02)	20	U[30]2(08)	26	U[30]2(14)	32	U[30]3(05)
2	U[30]1(02)	9	U[30]1(09)	15	U[30]2(03)	21	U[30]2(09)	27	U[30]2(15)	33	U[30]3(06)
3	U[30]1(03)	10	U[30]1(10)	16	U[30]2(04)	22	U[30]2(10)	28	U[30]3(01)	34	U[30]4(01)
4	U[30]1(04)	11	U[30]1(11)	17	U[30]2(05)	23	U[30]2(11)	29	U[30]3(02)	35	U[30]4(02)
5	U[30]1(05)	12	U[30]1(12)	18	U[30]2(06)	24	U[30]2(12)	30	U[30]3(03)	36	U[30]4(03)
6	U[30]1(06)	13	U[30]2(01)	19	U[30]2(07)	25	U[30]2(13)	31	U[30]3(04)	37	U[30]4(04)
7	U[30]1(07)										

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[30]	U[30]1(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[30]1(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[30]1(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[30]1(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas; • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[30]1(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[30]	U[30]1(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[30]1(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[30]1(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[30]1(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[30]1(10)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[30]	U[30]1(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
	U[30]1(12)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[30]2(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[30]2(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc); • Realizar um rígido controle para evitar a produção rural nesta área; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[30]	U[30]2(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[30]2(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[30]2(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[30]2(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[30]2(07)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[30]	U[30]2(08)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[30]2(09)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[30]2(10)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.
	U[30]2(11)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[30]	U[30]2(12)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[30]2(13)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Controlar a implantação de novos barramentos; • Intensificar a fiscalização para a regularização ambiental e outorga dos barramentos já implantados; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[30]2(14)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo, • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[30]	U[30]2(15)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Limitar a instalação de novas atividades de mineração; • Realizar um controle ambiental mais rígido das minerações em atividade; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs das minerações instaladas; • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc).
	U[30]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[30]3(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc).

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

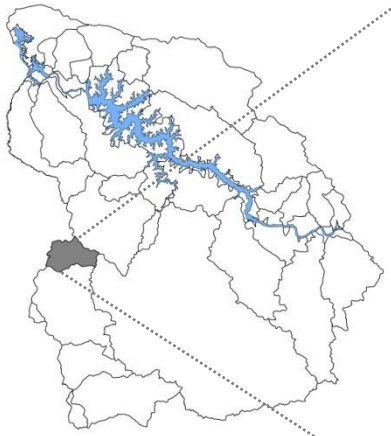
MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[30]	U[30]3(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Manter as estradas municipais conservadas e livres de focos erosivos; • Monitorar o estado de conservação das estradas rurais; • Priorizar suporte operacional e recursos financeiros para conservação das estradas municipais e rurais; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[30]3(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[30]3(05)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[30]3(06)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam contribuir para o avanço dos processos erosivos existentes; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo, • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).

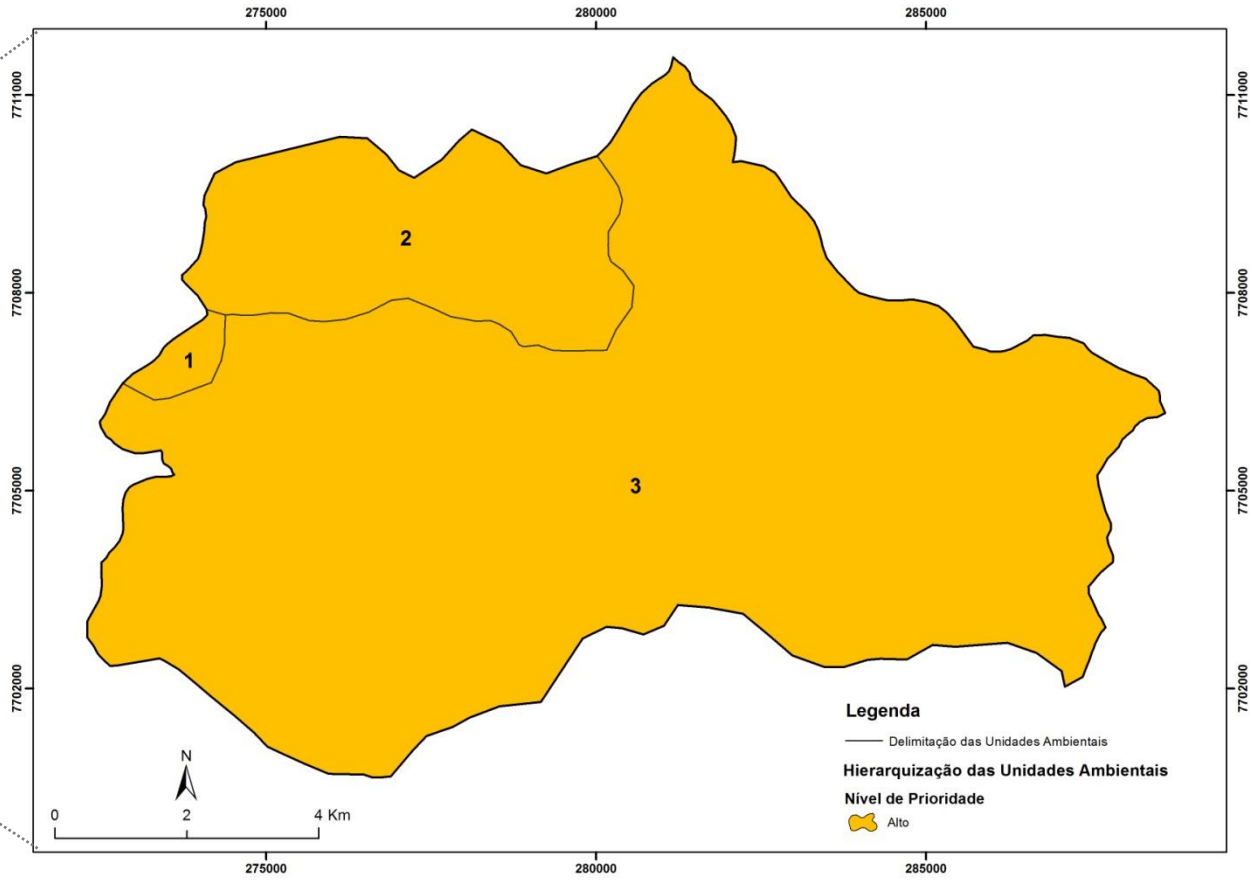
1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[30]	U[30]4(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc).
	U[30]4(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de novos empreendimentos com médio ou alto potencial poluidor dos recursos hídricos a montante do ponto de captação pública de água; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos dos empreendimentos já instalados à montante do ponto de captação pública de água; • Limitar a autorização de outorgas a montante do ponto de captação pública de água; • Manter os sistemas de drenagem das estradas e áreas de acostamento em bom estado de conservação para evitar o acionamento ou o avanço de focos erosivos; • Realizar controle geotécnico dos taludes de corte e aterros para evitar movimentos de massa; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas.
	U[30]4(03)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de novos empreendimentos com médio ou alto potencial poluidor dos recursos hídricos a montante do ponto de captação pública de água; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos dos empreendimentos já instalados à montante do ponto de captação pública de água; • Limitar a autorização de outorgas a montante do ponto de captação pública de água; • Estimular a implantação de fossas sépticas; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Estimular a coleta e destinação adequada do lixo doméstico; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Estimular o direcionamento do avanço das ocupações urbanas para esta área; • Implantar infraestrutura adequada na área para o avanço das ocupações urbanas.
	U[30]4(04)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Monitorar o avanço dos processos erosivos existentes; • Implantar medidas mitigadoras para impedir o avanço dos processos erosivos ativos; • Buscar a viabilização de recursos para a recuperação da área degradada pelos processos erosivos; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno "splach") e o carreamento de partículas do solo.

MM[31]
Rio Santa Barbara





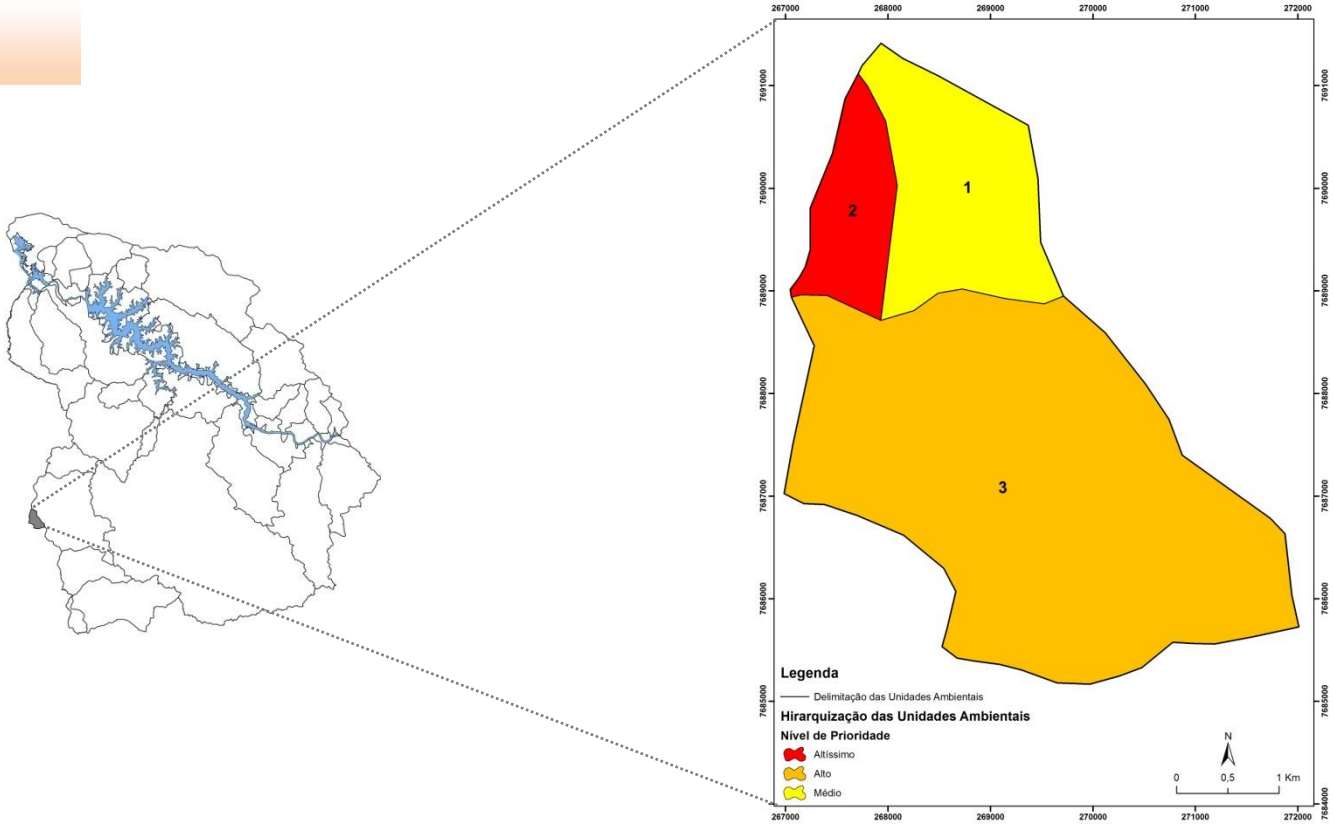
Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[31]1(01)	2	U[31]3(01)	3	U[31]4(01)

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[31]	U[31]1(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Controlar a autorização de novas outorgas e renovação de outorgas de uso dos recursos hídricos; • Intensificar a fiscalização do uso de recursos hídricos; • Controlar a autorização de pedido de perfuração de novos poços; • Exigir teste de interferência entre poços situados a menos de 500 metros de distância entre eles; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[31]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, "barraginhas", etc); • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[31]4(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

MM[32]
Rio Jaborandi



Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[32]2(01)	2	U[32]2(02)	3	U[32]4(01)

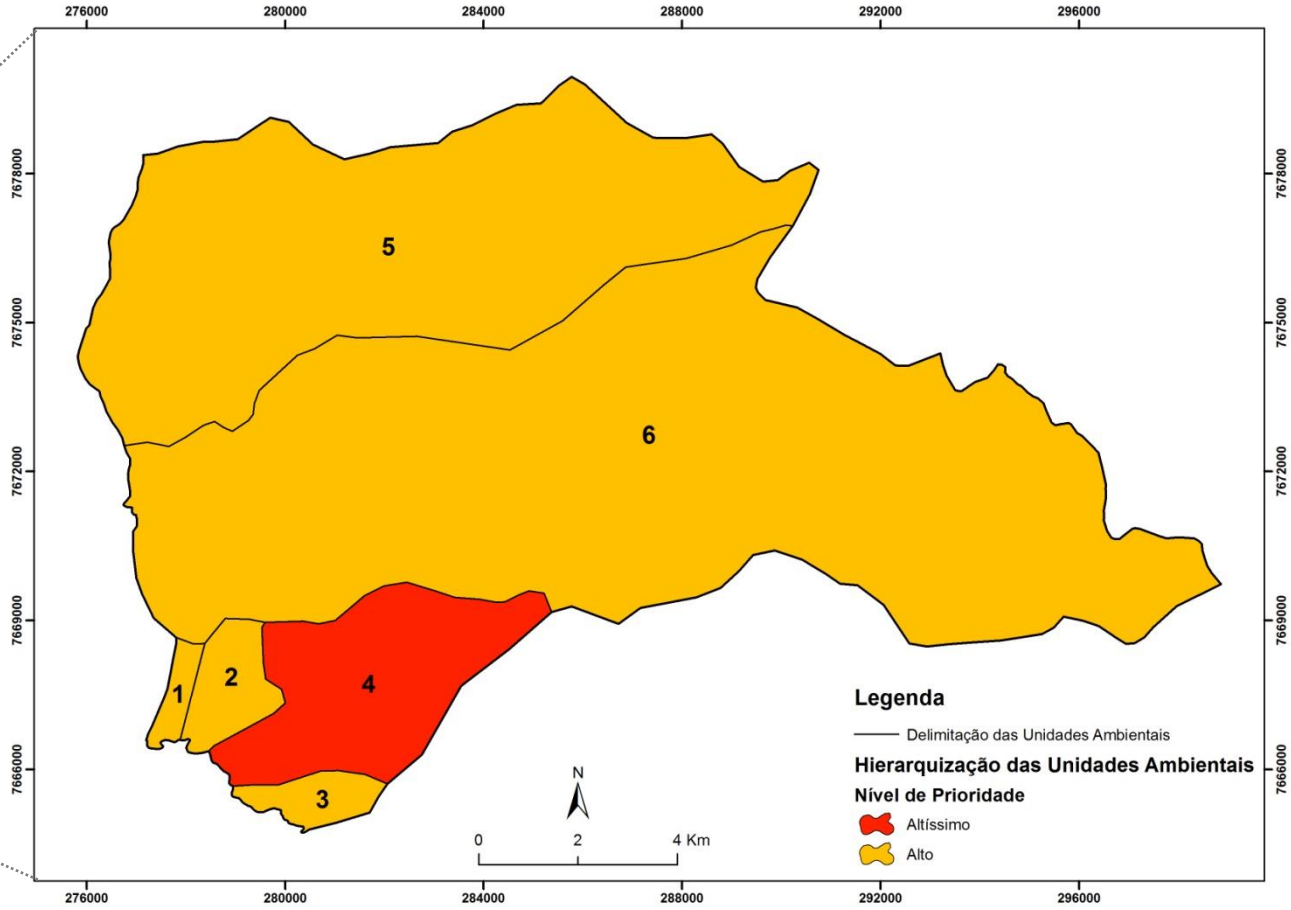
1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[32]	U[32]2(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[32]2(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a reserva florestal; • Limitar a implantação de edificações em planícies de inundação; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura e o avanço da urbanização em áreas com alta suscetibilidade à inundação; • Evitar a implantação de atividades que promovam a impermeabilização do solo ou o direcionamento excessivo das águas da chuva; • Estimular a implantação de infraestrutura que possa minimizar a ocorrência de inundações (barramentos para regularização de vazão, “barraginhas”, etc); • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[32]4(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para estimular a conservação da área preservada (incentivos fiscais, apoio técnico na conservação e na ampliação da área, etc); • Realizar um rígido controle para evitar desmatamentos; • Estudar a viabilidade de implantação de RPPNs ou outro tipo de unidade de conservação; • Controlar a implantação de novos empreendimentos de médio e grande porte que possam afetar a área preservada; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.

MM[33]
Ribeirão Tomba-Perna





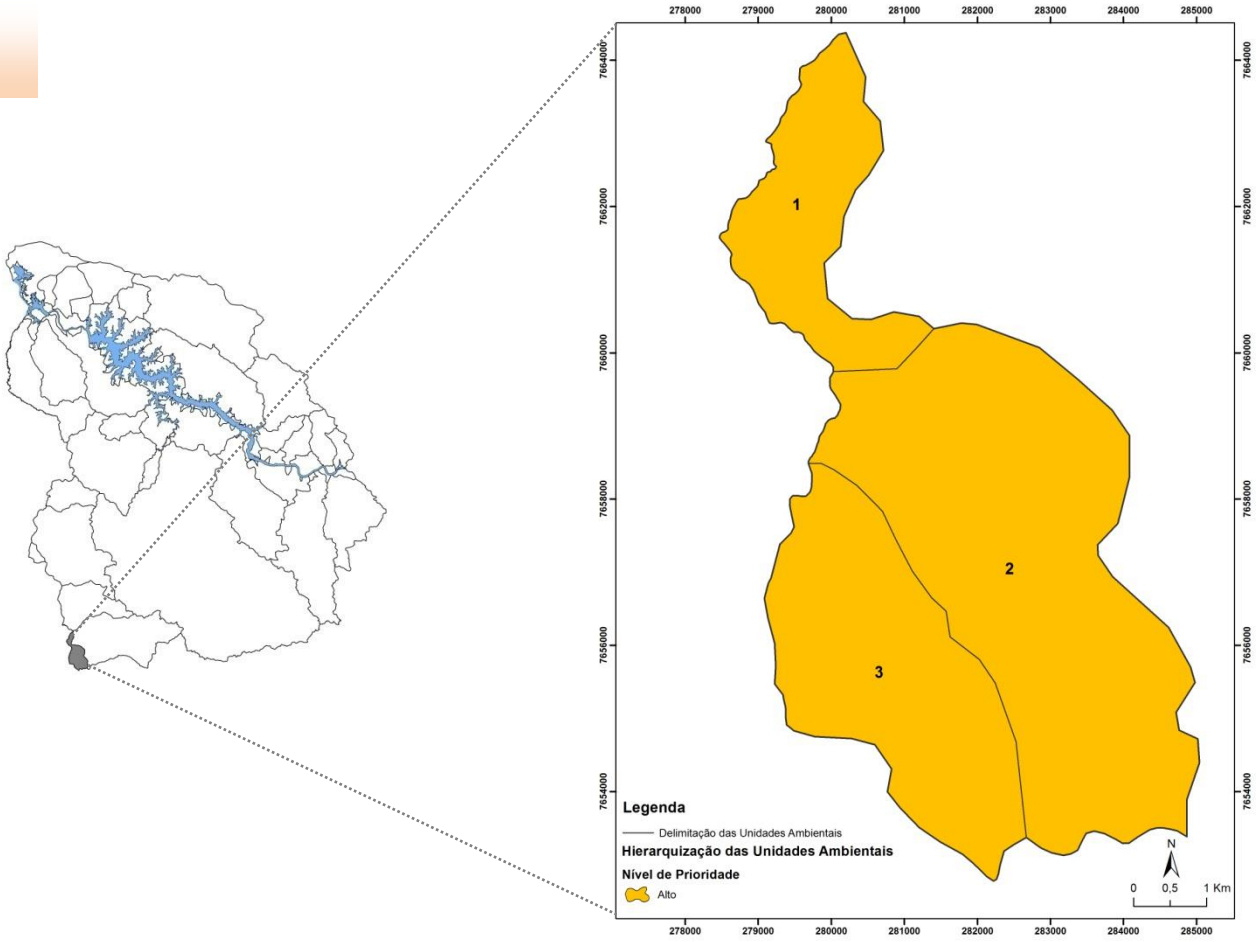
Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[33]1(01)	2	U[33]2(01)	3	U[33]2(02)	4	U[33]3(01)	5	U[33]4(01)	6	U[33]4(02)

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[33]	U[33]3(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Realizar um rígido controle da atividade de disposição de resíduo local; • Exigir análise periódica dos recursos hídricos no entorno do local de disposição de resíduos; • Estabelecer prazos para a realização de PRADs do local de disposição de resíduos; • Impedir que novos empreendimentos sejam implantados a menos de 500 metros dos limites do local de disposição de resíduos; • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[33]4(01)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[33]4(02)	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.

MM[34]
Ribeirão do Baú



Código	UA	Código	UA	Código	UA
1	U[34]1(01)	2	U[34]3(01)	3	U[34]3(02)

1 - Captação pública de água 2 – Ponto de descarga de esgoto 3 – Área ocupada por urbanização 4 – Área ocupada com cobertura florestal 5 – Área preservada 6- Área degradada por mineração 7 – Densidade de minerações	8 – Área degradada por disposição de resíduos 9 – Área ocupada por atividades modificadoras 10 – Área ocupada por barramentos 11 – Densidade de barramentos 12 – Área degradada por processos erosivos 13 – Densidade de processos erosivos	14 – Densidade de estradas não pavimentadas 15 – Densidade de estradas pavimentadas 16 – Densidade de usos dos recursos hídricos 17 – Densidade de captações superficiais 18 – Densidade de captações subterrâneas 19 – Densidade de atrativos turísticos	20 – Densidade de edificações rurais 21 – Suscetibilidade à erosão 22 – Suscetibilidade à inundação 23 – Potencial para produção rural 24 – Potencial para expansão urbana 25 – Áreas restritivas a ocupação urbana

	Altamente relevante
	Mediamente relevante
	Pouco relevante
	Não se enquadra

MACRO	UA	DIRETRIZES ESPECÍFICAS
MM[34]	U[34]1(01)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal.
	U[34]3(01)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 **21** 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.
	U[34]3(02)	1 2 3 **4** 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 **21** 22 23 24 25 • Criar medidas para incentivar a ampliação e/ou implantação de áreas florestadas (apoio técnico, estímulo a parcerias, etc); • Realizar um rígido controle para evitar novos desmatamentos; • Priorizar projetos de implantação e recuperação de áreas florestadas; • Priorizar a implementação de medidas que determinem o cumprimento da lei no que tange à recomposição das áreas de preservação permanente e de reserva legal; • Limitar a implantação de empreendimentos que possam acionar ou contribuir para o avanço de processos erosivos; • Estimular no local e adjacências o uso de práticas conservacionistas de uso do solo; • Controlar a implantação e manutenção de atividades agropecuárias extensivas que não contemplem controle de processos erosivos; • Controlar a implantação de atividades de infraestrutura (estradas, loteamentos, etc) que possam direcionar ou aumentar a velocidade de escoamento das águas de chuva; • Evitar a permanência de solo descoberto de vegetação, principalmente no período chuvoso, para evitar o contato direto das gotas de chuva com o solo (fenômeno “splach”) e o carreamento de partículas do solo.